



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1285

Segunda-feira - 22 de Julho de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	2
Alto Bela Vista	44
Antônio Carlos	44
Arroio Trinta	44
Atalanta	45
Biguaçu	45
Caçador	67
Camboriú	69
Campo Alegre	77
Campos Novos	83
Canoinhas	83
Capinzal	85
Catanduvas	86
Chapadão do Lageado	87
Cocal do Sul	87
Concórdia	91
Cordilheira Alta	125
Coronel Martins	126
Corupá	127
Curitibanos	127
Forquilha	135
Fraiburgo	135
Garopaba	141
Guaramirim	142
Herval d'Oeste	143
Ibiam	143
Ilhota	143
Imbituba	144
Iomerê	145
Ipumirim	152
Irineópolis	152
Itapiranga	153
Itapoá	159
Joaçaba	161
Lages	165
Lebon Régis	165
Leoberto Leal	167
Mafra	167
Maracajá	168
Maravilha	168
Morro da Fumaça	168
Navegantes	169
Nova Trento	190
Orleans	190
Palhoça	190
Papanduva	206
Passo de Torres	207
Passos Maia	210
Paulo Lopes	211

Pinheiro Preto	211
Porto Belo	215
Porto União	220
Rio do Sul	255
Salto Veloso	255
Santa Rosa do Sul	258
São Bento do Sul	258
São Domingos	265
São João do Sul	270
São José	272
São Lourenço do Oeste	274
Schroeder	274
Siderópolis	284
Timbó	285
Três Barras	286
Tunápolis	294
Turvo	295
Videira	295
Xavantina	301

Consórcios

ARIS	309
CIDEMA	310
CIS/AMARP	310
CISAMA	310

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

Decreto Nº 047/2013

DECRETO Nº 047/ 2013 - DE 08 JULHO DE 2013.

"CONVOCA A 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

O Prefeito Municipal de Água Doce, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a 4ª Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 23 de julho de 2013, tendo como tema central "A gestão e o financiamento na efetivação do SUAS".

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Água Doce/SC, 08 de julho de 2013.

NOVELLI SGANZERLA KARISE ROBERTA OLIVEIRA
Prefeito Municipal Presidente do CMAS

Decreto Nº 048/2013

DECRETO Nº 048/2013 - DE 09 DE JULHO DE 2013

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.148, de 27 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148, de 27 de novembro de 2012, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 44.229,41 (quarenta e quatro mil duzentos e vinte e nove reais e quarenta e um centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção da Secretaria de Agricultura e Departamento de Urbanismo.

Art. 2º. Ficam suplementados os elementos de despesa 4.4.90.00.01.0000/17, 3.3.90.00.01.0000.0/32 e 3.3.90.00.01.0000/120 Aplicações Diretas, com as seguintes classificações orçamentárias:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
01 DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS
04.122.0006.2.006 MANUTENÇÃO SECRETARIA ADM.FAZENDA E DEPTOS.
4.4.90.00.01.0000/17 Aplicações Diretas R\$ 1.180,00

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
20.606.0019.2.014 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE

AGRICULTURA

3.3.90.00.01.0000.0/32 Aplicações Diretas R\$ 21.751,78

07 SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
15.452.0048.2.046 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO
3.3.90.00.01.0000/120 Aplicações Diretas R\$ 21.297,63
TOTAL R\$ 44.229,41

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação nas rubricas Recursos Próprios.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de julho de 2013.

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 049/2013

DECRETO Nº 049/2013 - DE 09 DE JULHO DE 2013

"ANULA TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.148, de 27 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Com fundamento no artigo 18 da Lei 2.148 de 27 de novembro de 2012, fica anulado totalmente o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) do seguinte elemento de despesa do orçamento vigente:

06 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL
08.244.0045.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL
4.4.90.00.01.0000/94 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 2º. O valor anulado conforme artigo 1º deste Decreto, será utilizado para suplementar o seguinte elemento de despesa:

:

06 SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL
02 DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL
08.244.0045.2.038 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE PROMOÇÃO SOCIAL
3.3.90.00.01.0000/93 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de julho de 2013.

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Portaria 185/2013

PORTARIA Nº 185/2013 11 de julho de 2013

"NOMEAR PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Nomear para o cargo em comissão de Presidente da Comissão Municipal de Esportes, JOAO FRANCISCO VIEIRA BERTON, brasileiro, inscrito sob CPF o nº 148.982.259-34, a partir de 01/07/2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01/07/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 11 de julho de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Diretor do Dpto de RH.

Portaria 186/2013

PORTARIA Nº186/2013 de 11 de Julho de 2013

"CONCEDE ADICIONAL POR CURSOS ESPECÍFICOS AOS FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Art 1º Conceder aos funcionários mencionados abaixo, o adicional por cursos específicos, previsto no Art. 114 da Lei Complementar 058/2009, os quais foram analisados pelo Conselho de Política, Administração e Remuneração de Pessoal de acordo com o Art 115 da referida lei.

NEUSA MARIA CORREA DA SILVA BISSANI - CPF 691.184.509-20 - 2%

ARCOELINO JOAO BORTOLINI - CPF 422.798.109-30 - 2 %

SILVIA MONICA BORTOLINI BRAGA - CPF 029.199.929-88 - 2 %

LORELEI VALCARENGHI GANDINI - CPF 014.454.509-84 - 8%

TANIA CARON DOS SANTOS - CPF - 028.668.909-06 - 2%

LUCIARA VIEIRA DE ANHAIA - CPF - 025.683.119-08 - 10%

MARIA ODETE AMORIM MENDES - CPF - 026.636.489-65 - 2%

DANIELA DRESCH HACK - CPF - 041.262.589-06 - 6%

LORI JOSE MACAGNAN - CPF - 400.960.099-34 - 2%

VENERI RAMPAZZO - CPF - 594.850.949-49 - 2%

ADILSON PEREIRA - CPF - 894.732.489-20 - 2%

CARMEN LUCIA PICCOLI NICHETTI - CPF - 767.697.399-68 - 2%

LORETE LOURDES PANTANO GHISLENI - CPF - 710.426.109-59 - 8%

BELMIR DOTTA - CPF - 294.882.229-72 - 2%

ELIAS VIECELLI - CPF - 560.164.689-91 - 10%

VILMAR BELAN - CPF - 636.176.769-87 - 2%

JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTA - CPF - 845.795.799-68 - 4%

NILZE MARIA B SARI - CPF - 518.071.309-91 - 2%

EVARISTA BERNADETE TRENTA - CPF - 028.865.979-10 - 6%

CLAUDIA MARIA DAVID BEAL TERREZ - CPF - 518.030.899-20 - 2%

Conforme pareceres contidos na ATA Nº 17/2013 de 05 de julho de 2013.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Doce, 11 de Julho de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Diretor do Dpto de RH.

33

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

CONSELHO DE POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE PESSOAL

ATA Nº 017/2013

Aos cinco dias do mês de julho de dois mil e treze, reuniram-se na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, os Membros do Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal, nomeados pelo Decreto nº 073/2009 de 22 de julho de 2009, permaneceram na reunião Joseli A. M. R. Trento, Carmem L. P. Nichetti, Marinês L. C. Tonial, Evarista Bernadete Trento, Vanessa Pelicioli, Alexander Carvalho Fabro - Diretor do Departamento de Recursos Humanos e Dra Scheila Mara Corso Giordani - Assessora Jurídica da Prefeitura. O objetivo da reunião é a avaliação para conceder adicional por curso específico, ao servidor público municipal que encaminhou requerimento devidamente protocolado na Secretaria da administração, conforme artigo 114 da Lei Complementar 058/09 de 09 de julho de 2009. Os Certificados dos cursos foram analisados previamente pela Dra Scheila Giordani que deu parecer verbalmente favorável ou não aos cursos e conforme o que menciona o artigo 114, da Lei acima descrita, só foram aceitos os cursos de aperfeiçoamento na respectiva área de atuação do Servidor Público, comprovada mediante apresentação de Certificados fornecidos por estabelecimentos idôneos. Os Certificados foram analisados e emitidos parecer favorável aos cursos conforme segue: Arcoelino Bortolini - 2% - Condutores de Veículo de Transporte Coletivo de Passageiros 50 horas, Condutores de Veículos de Transporte Escolar 50 horas, Condutores de Veículos de Emergência 50 horas; Adilson Pereira - 2% Transporte Coletivo de Passageiros 50 horas, Condutores de Veículos de Transporte Escolar 50 horas; Veneri Rampazzo - 2% Transporte Coletivo de Passageiros 50 horas, Condutores de Veículos de Transporte Escolar 50 horas; Lori Macagnan - 2% Transporte Coletivo de Passageiros 50 horas, Condutores de Veículos de Transporte Escolar 50 horas, Vilmar Bellan - 2% Transporte Coletivo de Passageiros 50 horas, Condutores de Veículos de Transporte Escolar 50 horas; Neusa Maria Corrêa da Silva Bissani - 2% - Sistema Betha Planejamento - 7h, Destinação de Recursos - 10h, Novo Enfoque da Contabilidade aplicada ao Setor Público - 8h, Condutas Vedadas em Ano Eleitoral - 10h, 2º Encontro Catarinense de Contadores e Controladores Públicos - 16h, 8º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais - 15h, Procedimentos Exigidos pelo TCE/SC - 10h, Oficina Estadual de Gestores Municipais - 20h, Instrumentos de Planejamento - 15h, 9º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais

e Fórum de Contabilidade Aplicada no Setor Público e Gestão Fiscal Responsável - 20h, Sistema de Informação de Saúde - 15h, Silvia Monica Bortolini - 2% Introdução para ESF - 60h, VI Jornada de Enfermagem em Endoscopia Digestiva Gastrointestinal - 8h, 2º Encontro de Responsáveis Técnicos do Coren/SC - 8h, Atendimento Pré-Hospitalar Básico - 60h, Área de Ciências Biológicas e da Saúde - 16h; Lorelei Valcarengi Gandini - 8%,

34

Atendimento Pré-Hospitalar Básico - 60h, Cuidador de Idosos 196h, Atendente de Farmácia e Noções de Manipulação - 50h, Área de Ciências Biológicas e da Saúde - 16h, Tânia Caron dos Santos - 2%, XII Ciclo de Estudos de Controle Público na Administração Municipal - 8h, 8º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais - 15h, Condutas Vedadas em Ano Eleitoral - 10h, Questões Polêmicas Sobre Licitações Públicas e Contratos Administrativos - 10h, Cursos Obras Públicas: Questões Práticas da Licitação ao Recebimento com o TCE/SC - 10h, I Oficina Estadual de Gestores Municipais - 20h, 9º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais e Fórum de Contabilidade Aplicada no Setor Público e Gestão Fiscal Responsável - 20h, Instrumentos de Planejamento - 15h, Suporte à Gestão do Sistema de Transferências Voluntárias da União da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão - 20h; Luciara Viêra de Anhaia - 10%, Terapia Intravenosa - 30h, Atenção a Saúde da Mulher - 30h, Imunologia e o Programa Nacional de Imunização - 30h, Cursos de Atendimento Pré-Hospitalar Básico - 60h, Controle de Infecções Relacionadas à Assistência a Saúde - 60h, Cuidador de Idosos - 196h, Controle de Infecções Relacionadas à Assistência a Saúde - 12h; Maria Odete Amorim Mendes - 2%, Odontologia e Hematologia: da educação à cirurgia, um caminho a percorrer - 6h, Ciências Biológicas e da Saúde - 12h, Odontologia Restauradora - 3h, Controle de Infecções Relacionadas à Assistência a Saúde - 16h, Introdução para ESF - 60h, Atendimento Odontológico em Hemofilia, Doença Von Willebrand e Anemia Falciforme - 8h; Daniela Dresch Hack - 6%, Cuidador de Idosos - 196h, Atividades Lúdicas - 80h, Transtornos Invasivos do Desenvolvimento/Autismo - 20h, Núcleo de Apoio a Saúde da Família 12h; Carmen Lúcia Piccoli Nichetti - 2%- XIII Ciclo de Estudos de Público na Administração Municipal - 8h, Novo Enfoque da Contabilidade aplicada ao Setor Público - 8h, Condutas Vedadas em Ano Eleitoral - 10h, 2º Encontro Catarinense de Contadores e Controladores Públicos - 16h, 8º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais - 15h, Instruções Normativas - 8h, 9º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais e Fórum de Contabilidade Aplicada no Setor Público e Gestão Fiscal Responsável - 20h, Sistema de Prestação de Contas de Prefeitos - 3h; Lorete Lourdes Pantano Ghisleni - 8% Programa de Aprimoramento Profissional Imunologia e o Programa Nacional de Imunização - 30h, Programa de Aprimoramento Profissional - Atenção a Saúde da Mulher - 30h, Controle de Infecções Relacionadas à Assistência a Saúde - 16h, Introdução para ESF - 60h, Atendimento Pré-Hospitalar Básico - 60h, Cuidador de Idosos - 196h; Belmir Dotta 2% - Agente de Campo no Programa de Controle da Dengue - 40h, 14ª Conferência Nacional de Saúde - 40h, 6ª Conferência Estadual de Saúde de SC - 24h; Elias Vieceli 10% - Treinamento das Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - 20h, Curso de Ergonomia - 20h, Formação de Bombeiro Comunitário - 220h, CIPA - 20h, CIPA - 20h, Emergencistas/Brigadistas de Incêndio - 20h, Curso de Atendimento Pré-Hospitalar Básico - 60h, Equipamento de Proteção Individual - 20h, XIII Ciclo de Estudos de Controle Público na Administração Municipal - 8h, Formação de Cipeiros - 20h, Formação de Cipeiros - 20h; Nilse Maria Balestrin Sari - 2% - Trabalho Social com Famílias no SUAS - 30h, Atualização sobre Medidas Socioeducativas - 40h, Relação das Medidas Socioeducativas SUAS

e SINASE - 10h, Atribuições dos Conselheiros Municipais de Assistência Social - 20h; Joseli Aparecida

35

dos Santos Moura Rosa Trento - 4% - 9º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais e Fórum de Contabilidade Aplicada no Setor Público e Gestão Fiscal Responsável - 20h, Instrumentos de Planejamento - 15h, Destinação de Recursos - 10h, 8º Congresso Catarinense de Secretários de Finanças, Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais - 15h, 2º Encontro Catarinense de Contadores e Controladores Públicos - 16h, Novo Enfoque da Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 8h, Condutas Vedadas em Ano Eleitoral - 10h, Orientação sobre o Sistema de Prestação de Contas de Prefeitos - 3h, Destinação de Recursos - 10h, XIII Ciclo de Estudos de Público na Administração Municipal - 8h, XVI Ciclo de Estudos de Controle Público da Administração Municipal - 8h, I Oficina Estadual de Gestores Municipais - 20h, Sistema Betha Planejamento - 7h, X Congresso Catarinense de Municípios e VIII Expo Fecam - 10h; Evarista Bernadete Trento - 6%, NR5 - CIPA 20h, NR5 - CIPA 20h, Atendimento Pré-Hospitalar Básico 60h, G-MUS - Gestão Municipal de Saúde - 20h, Gestão de Recursos Financeiros do SUS - 40h, G-MUS - Gestão Municipal de Saúde - 40h, Curso Básico de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria no SUS - 40h, Especializado para Gestores Públicos na Área de Trânsito - 28h, Encontro Estadual sobre a Regulamentação das Atividades dos Mototaxistas e Motofretistas - 10h; Cláudia Beal Terrez - 2% - Psicologia Forense - 60h, 2º Encontro Estadual do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução e Conflitos - 12h; I Encontro Estadual do Sistema de Juizados Especiais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos - 12h; Programa de Educação Continuada do Portal Educação - 30h; Rúbia Zatta Beal - a Servidora encontra-se em estágio probatório; Os Certificados dos Servidores Ana Paula Rossa Cavalli, Roberta Rampazzo, não atingiram 80 horas, Rui Ghisleni, Rosane P. Grizza, Clemente Gaio, Ivete Marcante Gaio e Wanessa Paula Spagnol, não foram considerados por não se tratarem de cursos da área de atuação e alguns cursos da internet. Os Certificados não mencionados não foram computados por não se tratarem da área de atuação do Servidor como também não foram considerados cursos feitos pela internet, tendo em vista que a comprovação que foi realmente feito pelo servidor é um tanto difícil já que não exige presença. Foi proposto pela Assessoria Jurídica alteração na Lei 058/2009, no artigo 114, propondo que os cursos apresentados a cada 2 anos atingirá no máximo de 4%. Nada mais a tratar, eu Marinês Tonial lavrei a presente ata que passa a ser lida e assinada pelos presentes.

Água Doce, 05 de julho de 2013

Portaria 187/2013

PORTARIA Nº 187/2013 de 15 de Julho de 2013;

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionário (a) Priscila Hoffelder Corradi, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, a partir de 15/07/2013 a 29/07/2013, período 12/13, restando 15 dias a serem gozados em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.



Prefeitura de Água Doce, 15 de Julho de 2013
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 188/2013

PORTARIA Nº 188/2013 15 de Julho de 2013
"DESISTÊNCIA TÁCITA DE CONCURSO PÚBLICO 14/2009"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Desclassificar Letycia Cristina Toigo, classificada em 3º lugar no Concurso Público 14/2009, no cargo de Psicólogo 40 horas, convocada em 26/06/2013, conforme convocação assina em anexo, por desistência tácita, pois não apresentou a documentação no prazo assinalado na convocação.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 15 de Julho de 2013
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 189/2013

PORTARIA Nº 189/2013 - DE 18 DE JULHO DE 2013
"DETERMINA O RETORNO PARA USO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE O VEÍCULO QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o retorno para uso da Secretaria da Educação, Cultura e Esporte o veículo Kombi - placa MFJ 4181, cedido para Secretaria de Indústria, Comércio e Urbanismo através da Portaria nº 160/2010 de 22 de julho de 2010.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias da Secretaria da Educação, Cultura e Esporte, constantes no Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam - se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 160/2010 de 22/07/2010.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de julho de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Portaria 190/2013

PORTARIA Nº 190/2010 - DE 18 DE JULHO DE 2013
"CEDE PARA USO DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E URBANISMO O VEÍCULO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Art. 1º. Determina que o veículo Kombi - placa MGI 0041, usado na Secretaria da Educação, Cultura e Esporte, ficará a disposição da Secretaria de Indústria, Comércio e Urbanismo a partir de 19 de julho de 2013.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria de Indústria, Comércio e Urbanismo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de julho de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Portaria 191/2013

PORTARIA Nº 191/2013 de 18 de Julho de 2013
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionário (a) Nathalia de Souza Costa, ocupante do cargo efetivo de Odontóloga, a partir de 23/07/2013 a 07/08/2013, período 12/13, restando 14 dias para serem usufruídos em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23/07/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de Julho de 2013
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO
Diretor do Dpto de RH.

Portaria 192/2013

PORTARIA Nº 192/2013 de 18 de Julho de 2013
"CONCEDE FÉRIAS E SUBSTITUI TEMPORARIAMENTE SERVIDOR QUE ESPECIFICA".

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a funcionário (a) EDIONE TERESINHA BALESTRIN FIOREZE, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, a partir de 15/07/2013 a 29/07/2013, período 11/12. Artigo 2º Substituir temporariamente a servidora EDIONE TERESINHA BALESTRIN FIOREZE, matrícula 100, enquanto estiver gozando as referidas férias, pela servidora VERA LUCIA DAROS BALESTRIN, matrícula 1301, para representá-la junto as instituições financeiras.

Artigo 3º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 15/07/2013 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 18 de Julho de 2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito

ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Diretor do Dpto de RH.

Extrato do Contrato Nº. 47/2013

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Construtora AM Vargas LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 39/2013-Dispensa para Obras e Serviços de Engenharia nº 6/2013

OBJETO : O objeto desta licitação trata-se da realização de despesa pública para execução de reforma e dreno no maternal, conforme projetos técnicos de engenharia.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 14.974,90 (quatorze mil e novecentos e setenta e quatro reais e noventa centavos).

PAGAMENTO : A vista.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 26.05.2013

DATA : 26.04.2013

SIGNATÁRIOS: NOVELLI SGANZERLA

PELO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

ANILTON VARGAS

PELA CONTRATADA.

Extrato do Contrato Nº. 48/2013

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Betha Sistemas LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 38/2013-Tomada de preços para Compras e Serviços nº 1/2013

OBJETO : O objeto da presente contrato é a contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, não exclusiva, com acesso simultâneo de usuários, conforme características descritas no ANEXO I do referido edital.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 67.586,00 (sessenta e sete mil quinhentos e oitenta e seis reais).

PAGAMENTO : Até o 5º dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013

DATA : 13.05.2013

SIGNATÁRIOS: NOVELLI SGANZERLA

PELO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

PELA CONTRATADA.

Extrato do Contrato Nº. 49/2013

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Pedreira Joaçaba LTDA

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 41/2013-Pregão Presencial nº 28/2013

OBJETO : A presente licitação tem por objetivo a aquisição de britas para utilização em diversos setores, conforme descrição constante na cláusula terceira deste contrato.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 41.775,00 (quarenta e um mil setecentos e setenta e cinco reais).

PAGAMENTO : Até 10 dias útil após a entrega dos materiais.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013

DATA : 21.05.2013

SIGNATÁRIOS: NOVELLI SGANZERLA

PELO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

SIGMUNDO E. REGENSBURGER

PELA CONTRATADA.

Extrato do Contrato Nº. 50/2013

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Pedreira Klotz LTDA ME.

PROCESSO: Processo Licitatório nº. 41/2013-Pregão Presencial nº 28/2013

OBJETO : A presente licitação tem por objetivo a aquisição de britas para utilização em diversos setores, conforme descrição constante na cláusula terceira deste contrato.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 48.375,00 (quarenta e oito mil trezentos e setenta e cinco reais).

PAGAMENTO : Até 10 dias útil após a entrega dos materiais.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013

DATA : 21.05.2013

SIGNATÁRIOS: NOVELLI SGANZERLA

PELO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FELIX NEUHAUSER

PELA CONTRATADA.

Extrato do Contrato Nº. 51/2013

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Milenium Comércio de Materiais e Sistemas de Informática

OBJETO : O presente contrato tem por objeto a prestação, pela CONTRATADA a PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE, do serviço de conexão à Internet via rádio (24) VINTE E QUATRO HORAS POR DIA com um link mínimo de 1Mb, disponibilizando para a mesma 3 endereços de correio eletrônico (e-mail) reconhecido na Internet.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 2.040,15 (dois mil e quarenta reais e quinze centavos).

PAGAMENTO : Até o dia 15 subsequente ao mês dos serviços prestados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013

DATA : 27.05.2013

SIGNATÁRIOS: NOVELLI SGANZERLA

PELO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EDSON ANGELO ZATTERA

PELA CONTRATADA.

Extrato do Contrato Nº. 52/2013

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Gráfica Brindes Joaçaba LTDA

PROCESSO:Processo Licitatório nº. 47/2013- Convite para compras e serviços nº 5/2013

OBJETO : Aquisição de materiais timbrados e impressos para utilização pela administração geral durante o ano de 2013.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais).

PAGAMENTO : Até 10 dias após a entrega dos materiais.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013

DATA : 28.06.2013

SIGNATÁRIOS: NOVELLI SGANZERLA

PELO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

ADIR DALLAROSA

PELA CONTRATADA.

Extrato do Contrato Nº. 53/2013

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Gráfica Blumen LTDA

PROCESSO:Processo Licitatório nº. 47/2013- Convite para compras e serviços nº 5/2013

OBJETO : Aquisição de materiais timbrados e impressos para utilização pela administração geral durante o ano de 2013.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

PAGAMENTO : Até 10 dias após a entrega dos materiais.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013

DATA : 28.06.2013

SIGNATÁRIOS: NOVELLI SGANZERLA

PELO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

VOLMIR LUIS FLORES

PELA CONTRATADA.

Extrato do Contrato Nº. 54/2013

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Focalle Engenharia Viária LTDA

PROCESSO:Processo Licitatório nº. 43/2013-Pregão Presencial nº 30/2013

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de monitoramento e gestão das informações de tráfego e fiscalização eletrônica nas vias urbanas do município de água doce/sc e demais especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do anexo I do edital.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 1.898.596,50 (Um milhão oitocentos e noventa e oito mil quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos).

PAGAMENTO : Até 10 dias após a apresentação da Nota Fiscal dos serviços prestados.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 03/07/2017

DATA : 03.07.2013

SIGNATÁRIOS: NOVELLI SGANZERLA

PELO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

JOSÉ DAGOSTINI NETO

PELA CONTRATADA.

Extrato do Contrato Nº. 55/2013

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce

CONTRATADO : Multi Eletro Engenharia e Construções LTDA

PROCESSO:Processo Licitatório nº. 48/2013-Pregão Presencial nº 33/2013

OBJETO: O Contratado fornecerá material destinado à manutenção da rede de iluminação pública do Município de Água Doce, de forma parcelada e de acordo com a necessidade do Município, bem como mão de obra para manutenção da rede de iluminação pública do Município de Água Doce, de forma mensal, durante o exercício de 2013, em conformidade com o Anexo I - Especificação dos Serviços de Manutenção da Rede de Iluminação Pública e com as especificações constantes do Anexo II, tudo conforme processo licitatório nº 48/2013 (pregão 33/2013), o qual constitui parte integrante do presente contrato.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 59.900,00 (cinquenta e nove mil e novecentos reais).

PAGAMENTO : Até o 10º úteis o fornecimento dos serviços.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013

DATA : 03.07.2013

SIGNATÁRIOS: NOVELLI SGANZERLA

PELO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

AGUINALDO PEDRO PAGGI
PELA CONTRATADA.

Extrato do Contrato Nº. 56/2013

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce
CONTRATADO : Aguater Terraplanagens LTDA
PROCESSO:Processo Licitatório nº. 50/2013-Pregão Presencial nº 35/2013

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de serviços de hora/máquina retroescavadeira para atendimento a demanda das secretarias municipais durante o ano de 2013.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais).

PAGAMENTO : Até o10º úteis o fornecimento dos serviços.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013

DATA : 03.07.2013

SIGNATÁRIOS: NOVELLI SGANZERLA
PELO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

MARCOS MARTINS
PELA CONTRATADA.

Extrato do Contrato Nº. 57/2013

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce
CONTRATADO : Magrinelli e Modena Consultoria LTDA
PROCESSO:Processo Licitatório nº. 58/2013- Dispensa de Licitação nº 7/2013

OBJETO: O presente contrato tem como objeto a elaboração pela CONTRATADA do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) deste Município em todas as suas etapas, da coordenação, assessoramento até o relatório final e a entrega do Plano Consolidado.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 7.538,00 (sete mil quinhentos e trinta e oito reais).

PAGAMENTO : Em 3 parcelas conforme execução do contrato.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013

DATA : 09.07.2013

SIGNATÁRIOS: NOVELLI SGANZERLA
PELO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

ELTON MAGRINELLI
PELA CONTRATADA.

Extrato do Contrato Nº. 58/2013

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2013

CONTRATANTE : Município de Água Doce
CONTRATADO : Inova Teleinformática LTDA ME

OBJETO: Os serviços contratados serão na área de comunicação, no fornecimento de acesso a internet para os seguintes pontos: Escola Assentamento 1º de Agosto, Escola Distrito Hercílioópolis,

Escola Comunidade de Três Pinheiros, Escola Comunidade de Vista Alegre.

PREÇO : O valor total acertado é de R\$ 1.430,00 (um mil quatrocentos e trinta reais).

PAGAMENTO : Parcelas mensais de R\$ 65,00 cada.

REAJUSTE : O preço ora acertado não sofrerá reajuste.

PRAZO : O prazo do presente será até 31.12.2013

DATA : 10.07.2013

SIGNATÁRIOS: NOVELLI SGANZERLA
PELO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

DEONILDO JACKSON GAZZONI BITTENCOURT
PELA CONTRATADA.

Extrato Convênio Nº 013/2013

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DE CONVÊNIO N. 013/2013

CONVÊNIO N. 013/2013 de 28/06/2013

CONVENIENTE: Município de Água Doce

CONVENIADO: Associação Veneta La Montanara de Água Doce

OBJETO: O objeto do presente Convênio é o auxílio financeiro com o objetivo de auxiliar na manutenção dos serviços contidos no seu objeto social.

VALOR: R\$ 3.000,00 (Três mil reais) em 01 (uma) parcela.

VIGÊNCIA: 28.06.2013 à 28.08.2013

SIGNATÁRIOS:
PELO CONVENIENTE O PREFEITO NOVELLI SGANZERLA

PELO CONVENIADO A SUA PRESIDENTE CLAUDETE MARIA PIAIA TOIGO.

Edital Convocação Nº 010/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010/2013

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 101/00 de 04/05/2000, combinada com a Lei Municipal nº 1.163/01 de 29/05/2001, faz saber a quem interessar possa, que será realizada a Audiência Pública para tomada de decisões sobre as prioridades para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2014.

As propostas serão discutidas e votadas pelos representantes de cada entidade.

Data da Audiência: 31/07/2013

Início: 14:00 horas

Local: Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Água Doce

E, para que chegue ao conhecimento de todos, se expede o presente Edital.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de julho de 2013.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Balanço Orçamentário 3º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.355.489,00	18.355.489,00	3.210.296,46	17,49	9.536.806,46	51,96	8.818.682,54
	18.078.449,00	18.078.449,00	3.066.961,12	16,96	9.180.810,35	50,78	8.897.638,65
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.149.428,00	1.149.428,00	166.010,38	14,44	801.504,20	69,73	347.923,80
IMPOSTOS	990.155,00	990.155,00	145.142,63	14,66	659.079,76	66,56	331.075,24
TAXAS	146.273,00	146.273,00	20.867,75	14,27	142.424,44	97,37	3.848,56
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	288.000,00	288.000,00	45.130,11	15,67	147.116,65	51,08	140.883,35
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	98.000,00	98.000,00	15.096,09	15,40	49.663,46	50,68	48.336,54
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	190.000,00	190.000,00	30.034,02	15,81	97.453,19	51,29	92.546,81
RECEITA PATRIMONIAL	187.963,00	187.963,00	14.200,76	7,56	69.216,21	36,82	118.746,79
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	5.550,00	5.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.550,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	182.413,00	182.413,00	14.200,76	7,78	69.216,21	37,94	113.196,79
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.010,00	1.010,00	7.651,88	757,61	21.896,18	167,94	-20.886,18
Outras Receitas Agropecuárias	1.010,00	1.010,00	7.651,88	757,61	21.896,18	167,94	-20.886,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.374.494,00	16.374.494,00	2.812.389,28	17,18	8.068.646,58	49,28	8.305.847,42
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.920.794,00	15.920.794,00	2.741.971,94	17,22	7.886.981,95	49,54	8.033.812,05
Transf. de Conv.	453.700,00	453.700,00	70.417,34	15,52	181.664,63	40,04	272.035,37
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	77.554,00	77.554,00	21.578,71	27,82	72.430,53	93,39	5.123,47
Multas e Juros de Mora	10.855,00	10.855,00	2.522,73	23,24	6.585,21	60,67	4.269,79
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	35.543,00	35.543,00	10.986,43	30,91	34.998,45	98,47	544,55
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	10.050,00	10.050,00	3.524,94	35,07	10.409,98	103,58	-359,98
RECEITAS DIVERSAS	21.106,00	21.106,00	4.544,61	21,53	20.436,89	96,83	669,11
	277.040,00	277.040,00	143.335,34	51,74	355.996,11	128,50	-78.956,11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	97.731,59	0,00	97.731,59	0,00	-97.731,59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	97.731,59	0,00	97.731,59	0,00	-97.731,59
ALIENAÇÃO DE BENS	77.040,00	77.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.040,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	77.040,00	77.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.040,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00	200.000,00	45.603,75	22,80	258.264,52	129,13	-58.264,52
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	200.000,00	200.000,00	45.603,75	22,80	258.264,52	129,13	-58.264,52
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	98.000,00	98.000,00	16.906,83	17,25	51.332,21	52,38	46.667,79
	98.000,00	98.000,00	16.906,83	17,25	51.332,21	52,38	46.667,79
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	98.000,00	98.000,00	16.906,83	17,25	51.332,21	52,38	46.667,79
CONTRIBUIÇÃO	98.000,00	98.000,00	16.906,83	17,25	51.332,21	52,38	46.667,79
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	18.453.489,00	18.453.489,00	3.227.203,29	17,49	9.588.138,67	51,96	8.865.350,33

Continua 1/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	18.453.489,00	18.453.489,00	3.227.203,29	17,49	9.588.138,67	51,96	8.865.350,33
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	18.453.489,00	18.453.489,00	3.227.203,29	17,49	9.588.138,67	51,96	8.865.350,33
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.394.585,41	—	—	904.111,90	—	—
Superávit Financeiro	—	1.394.585,41	—	—	904.111,90	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.344.489,00	1.500.005,41	19.844.494,41	2.787.591,72	9.510.732,45	2.948.469,12	8.595.887,74	43,32	11.248.606,67
DESPESAS CORRENTES	17.207.951,00	1.067.731,90	18.275.682,90	2.717.356,28	8.841.378,54	2.869.713,16	7.999.755,54	43,77	10.275.927,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.522.919,94	-2.254,93	10.520.665,01	1.605.330,11	4.771.126,69	1.605.673,31	4.770.097,09	45,34	5.750.567,92
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	87.885,00	0,00	87.885,00	14.346,68	46.446,01	14.346,68	46.446,01	52,85	41.438,99
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.597.146,06	1.069.986,83	7.667.132,89	1.097.679,49	4.023.805,84	1.249.693,17	3.183.212,44	41,52	4.483.920,45
DESPESAS DE CAPITAL	1.078.538,00	432.273,51	1.510.811,51	70.235,44	669.353,91	78.755,96	596.132,20	39,46	914.679,31
INVESTIMENTOS	756.758,00	432.273,51	1.189.031,51	17.023,87	506.241,10	25.544,39	433.019,39	36,42	756.012,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	321.780,00	0,00	321.780,00	53.211,57	163.112,81	53.211,57	163.112,81	50,69	158.667,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	58.000,00	0,00	58.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	109.000,00	0,00	109.000,00	16.881,34	51.167,82	16.881,34	51.167,82	46,94	57.832,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	109.000,00	0,00	109.000,00	16.881,34	51.167,82	16.881,34	51.167,82	46,94	57.832,18
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.453.489,00	1.500.005,41	19.953.494,41	2.804.473,06	9.561.900,27	2.965.350,46	8.647.055,56	43,34	11.306.438,85

Continua 2/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.453.489,00	1.500.005,41	19.953.494,41	2.804.473,06	9.561.900,27	2.965.350,46	8.647.055,56	43,34	11.306.438,85
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	941.083,11	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.453.489,00	1.500.005,41	19.953.494,41	2.804.473,06	9.561.900,27	2.965.350,46	9.588.138,67	43,34	11.306.438,85

FONTE:

AGUA DOCE, 15/07/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.958.204,09	1.910,72
Pessoal Ativo	9.241.193,95	1.910,72
Pessoal Inativo e Pensionista	653.519,82	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	63.490,32	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	59.384,51	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	59.384,51	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	9.898.819,58	1.910,72
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	9.900.730,30	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	19.314.394,70	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	51,26	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	11.588.636,82	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	11.009.204,98	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	10.429.773,14	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Demonstrativo Consolidado da Disponibilidade de Caixa 3º Bimestre 2013

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Alienações de Bens Destinados a Programas da Educa	597,53	0,00	597,53
Assistência Farmacêutica Básica	5.749,64	5.396,20	353,44
Atenção Básica	151.368,48	8.790,97	142.577,51
Bolsa Família	8.179,76	0,00	8.179,76
CIDE	10,87	0,00	10,87
Convênio Trânsito - Civil	97.547,07	200,00	97.347,07
Convênio Trânsito - Militar	76.222,52	274,00	75.948,52
COSIP	13.882,07	0,00	13.882,07
FIA IMPOSTO DE RENDA	20.527,76	0,00	20.527,76
Outras Especificações	130.961,09	0,00	130.961,09
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	40.950,92	724,08	40.226,84
Programa Nacional Apoio Transporte Escolar PNATE	23.062,07	10.631,00	12.431,07
REC.CONV.FED. OU ESTADUAIS	126.260,45	199.191,34	(72.930,89)
Rec.Imp. Educação	201.342,35	16.490,71	184.851,64
REC.VINC. FUNDEF 60	1.862,64	0,00	1.862,64
Receitas Próprias de Entidades de Administração Indireta	13.623,59	0,00	13.623,59
Recursos de Alienação de Bens	737,11	0,00	737,11
Recursos de Impostos - Educação - Superávit	60.835,32	2.209,80	58.625,52
Recursos Ordinários - Outros	702.166,79	134.265,00	567.901,79
RECURSOS SUPERAVIT VINCULADO	100.378,21	1.251,30	99.126,91
Salário-Educação	19.634,38	17.543,60	2.090,78
Transferências de Convênios - Saúde	257.125,63	1.835,39	255.290,24
Vigilância em Saúde	26.943,76	80,00	26.863,76
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.079.970,01	398.883,39	1.681.086,62
Convênio Trânsito - Prefeitura	145.130,70	275,00	144.855,70
FIA- DEMAIS RECURSOS -PREFEITURA	84.527,00	0,00	84.527,00
FMHIS - RECURSOS ORDINÁRIOS	15.065,74	0,00	15.065,74
Outras Transf. do FNDE	21.448,66	10.950,00	10.498,66
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	5.719,65	4.136,41	1.583,24
Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Saúde	118.166,48	38.869,33	79.297,15
RECURSOS ORDINÁRIOS	1.417.597,11	7.759,79	1.409.837,32
Recursos Ordinários	16.921,41	13.892,10	3.029,31
Superávit 2011 Rec.Ordinário	559.730,89	9.617,46	550.113,43
Transferências de Convênios - Educação	30.149,87	30.009,60	140,27
Vinculado Saude	162.236,32	0,00	162.236,32
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.576.693,83	115.509,69	2.461.184,14
TOTAL (III) = (I + II)	4.656.663,84	514.393,08	4.142.270,76
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.



Demonstrativo Consolidado dos Restos a Pagar 1º Semestre 2013

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	5.396,20	0,00	4.898,45	353,44	0,00
Atenção Básica	0,00	8.790,97	0,00	14.538,13	142.577,51	0,00
Convênio Trânsito - Civil	0,00	200,00	0,00	2.892,12	97.347,07	0,00
Convênio Trânsito - Militar	0,00	274,00	0,00	4.535,43	75.948,52	0,00
COSIP	0,00	0,00	0,00	11.000,00	13.882,07	0,00
F.M. SANEAMENTO - RECURSOS VINCULADOS	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00
FIA IMPOSTO DE RENDA	0,00	0,00	0,00	18.666,00	20.527,76	0,00
Outras Especificações	0,00	0,00	0,00	10.465,00	130.961,09	0,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo de	0,00	724,08	0,00	725,26	40.226,84	0,00
Programa Nacional Apoio Transporte Escolar P	0,00	10.631,00	0,00	0,00	12.431,07	0,00
REC.CONV.FED. OU ESTADUAIS	0,00	0,00	199.191,34	49.100,00	(72.930,89)	0,00
Rec.Imp. Educação	611,22	3.555,10	12.324,39	13.643,90	184.851,64	0,00
Recursos de Impostos - Educação - Superávit	0,00	2.209,80	0,00	6.833,29	58.625,52	0,00
Recursos Ordinários - Outros	761,79	55.198,26	63.432,92	536.844,63	567.901,79	0,00
RECURSOS SUPERAVIT VINCULADO	0,00	0,00	1.251,30	0,00	99.126,91	0,00
Salário-Educação	0,00	17.543,60	0,00	0,00	2.090,78	0,00
Transferências de Convênios - Saúde	0,00	1.835,39	0,00	1.059,31	255.290,24	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	80,00	0,00	0,00	26.863,76	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	1.373,01	106.438,40	276.199,95	676.401,52	1.656.075,12	0,00
Convênio Trânsito - Prefeitura	49,37	275,00	-49,37	2.463,86	144.855,70	0,00
FIA- DEMAIS RECURSOS -PREFEITURA	0,00	0,00	0,00	20.249,00	84.527,00	0,00
Outras Transf. do FNDE	0,00	0,00	10.950,00	0,00	10.498,66	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - P	0,00	4.136,41	0,00	11.778,18	1.583,24	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Saúde	0,00	38.781,63	0,00	163.041,17	79.297,15	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	15.859,31	0,00	38.720,91	1.412.866,63	0,00
Superávit 2011 Rec.Ordinário	0,00	9.617,46	0,00	0,00	550.113,43	0,00
Transferências de Convênios - Educação	0,00	30.009,60	0,00	0,00	140,27	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	49,37	98.679,41	10.900,63	236.253,12	2.283.882,08	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.422,38	205.117,81	287.100,58	912.654,64	3.939.957,20	0,00

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
--	------	------	------	------	------	------

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo
Atuarial.

Demonstrativo Consolidado Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal 1º Semestre 2013

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 1º Semestre de 2013

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.900.730,30	51,26
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	11.588.636,82	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	11.009.204,98	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-3.616.790,59	-18,73
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	23.177.273,64	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.249.166,83	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	97.731,59	0,51
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.090.303,15	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.352.007,63	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	912.654,64	3.939.957,20

FONTE:

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida 1º Semestre 2013

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	898.714,28	833.333,06	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	898.714,28	833.333,06	0,00
Interna	898.714,28	833.333,06	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.920.774,30	4.450.123,65	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.927.152,77	4.656.663,84	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	6.378,47	206.540,19	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-3.022.060,02	-3.616.790,59	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	20.775.095,72	19.314.394,70	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	4,33%	4,31%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-14,55%	-18,73%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	24.930.114,86	23.177.273,64	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	22.437.103,38	20.859.546,28	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	898.714,28	833.333,06	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	898.714,28	833.333,06	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	20.752,31	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	723.432,20	1.201.945,29	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Demonstrativo das Garantias e Contra Garantias de Valores 1º Semestre 2013

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2013

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	20.775.095,72	19.314.394,70	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	4.570.521,06	4.249.166,83	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	4.113.468,95	3.824.250,15	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Demonstrativo das Operações de Crédito 1º Semestre 2013

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	97.731,59	97.731,59
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	97.731,59	97.731,59
Interna	97.731,59	97.731,59
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	97.731,59	97.731,59
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	19.314.394,70	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	97.731,59	0,51
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.090.303,15	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	2.781.272,84	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.352.007,63	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	97.731,59	0,51

FONTE:

Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas 3º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

AGUA DOCE, 15/07/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital 3º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	97.731,59		-97.731,59
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.510.811,51	596.132,20	0,00	914.679,31
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.510.811,51	596.132,20	0,00	914.679,31
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.510.811,51	-498.400,61		-1.012.410,90

FONTE:

AGUA DOCE, 15/07/2013

NOVELLI SGANZERLA
 Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
 Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
 Coordenadora do Sist. controle Interno

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.614.565,00	2.615.361,40	424.959,74	1.225.172,80	46,85
13.1- Com Educação Infantil	606.500,00	606.500,00	94.542,62	266.431,62	43,93
13.2- Com Ensino Fundamental	2.008.065,00	2.008.861,40	330.417,12	958.741,18	47,73
14- OUTRAS DESPESAS	77.935,00	77.935,00	0,00	1.053,84	1,35
14.1- Com Educação Infantil	25.000,00	25.000,00	0,00	502,59	2,01
14.2- Com Ensino Fundamental	52.935,00	52.935,00	0,00	551,25	1,04
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.692.500,00	2.693.296,40	424.959,74	1.226.226,64	45,53
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					101,08
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	3.836.003,75	3.836.003,75	667.472,10	1.975.526,99	51,50
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	890.900,00	923.533,00	125.885,47	362.287,90	39,23
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	631.500,00	631.500,00	94.542,62	266.934,21	42,27
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	259.400,00	292.033,00	31.342,85	95.353,69	32,65
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.109.260,00	4.340.402,11	636.052,44	1.900.751,08	43,79
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.061.000,00	2.061.796,40	330.417,12	959.292,43	46,53
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.048.260,00	2.278.605,71	305.635,32	941.458,65	41,32
25- ENSINO MÉDIO	87.000,00	87.000,00	13.031,00	20.122,63	23,13
26- ENSINO SUPERIOR	43.000,00	136.000,00	9.428,00	14.387,00	10,58
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	1.000,00	44.000,00	31.080,00	44.000,00	100,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.131.160,00	5.530.935,11	815.476,91	2.341.548,61	42,34
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-233.969,85
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					721,90
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-233.247,95
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.496.286,93
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					31,59

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	224.000,00	228.689,92	56.105,57	129.956,09	56,83
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	257.240,00	257.240,00	131.676,20	131.676,20	51,19
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	481.240,00	485.929,92	187.781,77	261.632,29	53,84
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.612.400,00	6.016.865,03	1.003.258,68	2.603.180,90	43,26
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	12.935,61		721,90		



MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	796,40	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.212.066,52	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.211.000,28	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.862,64	0,00

AGUA DOCE, 15/07/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 796,40, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores 3º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 3/3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

FONTE:

AGUA DOCE, 17/07/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo do Resultado Nominal 3º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Abr 2013 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	898.714,28	788.813,04	833.333,06
DEDUÇÕES (II)	3.920.774,30	4.397.189,57	4.450.123,65
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.927.152,77	4.529.593,46	4.656.663,84
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	6.378,47	132.403,89	206.540,19
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.022.060,02	-3.608.376,53	-3.616.790,59
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.022.060,02	-3.608.376,53	-3.616.790,59

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2013 (C - A)
VALOR	-8.414,06	-594.730,57

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Abr 2013 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 15/07/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo do Resultado Primário 3º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	17.994.036,00	3.069.667,19	9.162.926,35	10.561.069,04
Receita Tributária	1.149.428,00	166.010,38	801.504,20	2.274.920,14
I.P.T.U.	220.000,00	12.966,84	188.912,59	170.182,14
I.S.S.	500.000,00	66.327,84	233.061,79	1.787.779,56
I.T.B.I.	77.000,00	22.576,00	104.025,24	80.351,61
I.R.R.F.	193.155,00	43.271,95	133.080,14	133.728,96
Outras Receitas Tributárias	159.273,00	20.867,75	142.424,44	102.877,87
Receita de Contribuição	386.000,00	62.036,94	198.448,86	197.983,76
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	386.000,00	62.036,94	198.448,86	197.983,76
Receita Patrimonial Líquida	5.550,00	0,00	0,00	2.903,30
Receita Patrimonial	187.963,00	14.200,76	69.216,21	164.472,37
(-) Aplicações Financeiras	182.413,00	14.200,76	69.216,21	161.569,07
Transferências Correntes	16.374.494,00	2.812.389,28	8.068.646,58	7.996.283,61
F.P.M.	4.080.000,00	804.985,19	2.256.675,11	2.142.128,19
I.C.M.S.	6.600.000,00	1.102.107,12	3.243.042,25	3.074.725,95
Convênios	453.700,00	70.417,34	181.664,63	363.400,59
Outras Transferências Correntes	5.240.794,00	834.879,63	2.387.264,59	2.416.028,88
Demais Receitas Correntes	78.564,00	29.230,59	94.326,71	88.978,23
Dívida Ativa	10.050,00	3.524,94	10.409,98	38.320,17
Diversas Receitas Correntes	68.514,00	25.705,65	83.916,73	50.658,06
RECEITAS DE CAPITAL (II)	277.040,00	143.335,34	355.996,11	724.702,99
Operações de Crédito (III)	0,00	97.731,59	97.731,59	178.072,40
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	77.040,00	0,00	0,00	42.800,00
Transferências de Capital	200.000,00	45.603,75	258.264,52	503.830,59
Convênios	200.000,00	45.603,75	258.264,52	503.830,59
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	200.000,00	45.603,75	258.264,52	503.830,59
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-
				0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	18.194.036,00	3.115.270,94	9.421.190,87	11.064.899,63
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	18.384.682,90	2.886.594,50	8.050.923,36	8.509.431,85
Pessoal e Encargos Sociais	10.629.665,01	1.622.554,65	4.821.264,91	4.867.736,61
Juros e Encargos da Dívida (IX)	87.885,00	14.346,68	46.446,01	39.306,37
Outras Despesas Correntes	7.667.132,89	1.249.693,17	3.183.212,44	3.602.388,87
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	18.296.797,90	2.872.247,82	8.004.477,35	8.470.125,48
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.510.811,51	78.755,96	596.132,20	679.496,55
Investimentos	1.189.031,51	25.544,39	433.019,39	670.833,34
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	321.780,00	53.211,57	163.112,81	8.663,21
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.189.031,51	25.544,39	433.019,39	670.833,34

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	58.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	19.543.829,41	2.897.792,21	8.437.496,74	9.140.958,82
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.349.793,41	217.478,73	983.694,13	1.923.940,81
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	904.111,90	0,00
Superávit Financeiro	-	-	904.111,90	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 15/07/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão 3º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	6.378,47	6.378,47	-	-	53.913,20	669.519,00	432.486,07	431.063,69	3.845,55	288.522,96
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.913,20	586.927,14	351.929,25	350.506,87	1.810,51	288.522,96
SEC. RETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165.472,99	58.192,41	57.409,43	957,34	107.106,22
SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323.852,72	226.731,43	226.120,21	721,90	97.010,61
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.963,28	56.110,24	56.082,06	28,18	3.853,04
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.913,20	5.133,16	8.073,51	8.073,51	103,09	50.869,76
SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.821,66	2.821,66	2.821,66	0,00	0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29.683,33	0,00	0,00	0,00	29.683,33
FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	1.134,27	856,22	856,22	278,05	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	0,00	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	1.134,27	856,22	856,22	278,05	0,00
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE	0,00	5.878,47	5.878,47	0,00	0,00	0,00	68.957,59	67.354,70	67.354,70	1.602,89	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	0,00	5.878,47	5.878,47	0,00	0,00	0,00	68.957,59	67.354,70	67.354,70	1.602,89	0,00
FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00	12.345,90	12.345,90	154,10	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE AGUA DOCE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.500,00	12.345,90	12.345,90	154,10	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	6.378,47	6.378,47	0,00	0,00	53.913,20	669.519,00	432.486,07	431.063,69	3.845,55	288.522,96

FONTE:

AGUA DOCE, 15/07/2013

NOVELLI SGANZERLA
 Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
 Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
 Coordenadora do Sist. controle Intern

Demonstrativo Execução Despesas por Função 3º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.344.489,00	19.844.494,41	2.787.591,72	9.510.732,45	2.948.469,12	8.595.887,74	99,41	43,32	11.248.606,67
Legislativa	538.400,00	538.400,00	93.321,97	266.172,69	93.321,97	266.172,69	3,08	49,44	272.227,31
Ação Legislativa	538.400,00	538.400,00	93.321,97	266.172,69	93.321,97	266.172,69	3,08	49,44	272.227,31
Administração	1.724.635,00	1.764.635,00	213.592,59	842.909,93	271.177,84	759.764,91	8,79	43,06	1.004.870,09
Administração Geral	1.724.635,00	1.764.635,00	213.592,59	842.909,93	271.177,84	759.764,91	8,79	43,06	1.004.870,09
Segurança Pública	242.000,00	278.177,76	21.535,52	71.525,76	19.463,62	67.912,97	0,79	24,41	210.264,79
Policiamento	122.500,00	151.217,55	5.812,95	15.078,97	3.617,96	12.228,74	0,14	8,09	138.988,81
Defesa Civil	119.500,00	126.960,21	15.722,57	56.446,79	15.845,66	55.684,23	0,64	43,86	71.275,98
Assistência Social	863.472,00	918.625,21	111.920,62	360.856,02	117.520,16	281.613,39	3,26	30,66	637.011,82
Assistência ao Portador de Deficiência	3.075,00	3.075,00	182,40	912,00	182,40	912,00	0,01	29,66	2.163,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	124.304,00	156.735,23	953,40	58.327,53	9.066,40	19.412,53	0,22	12,39	137.322,70
Assistência Comunitária	736.093,00	758.814,98	110.784,82	301.616,49	108.271,36	261.288,86	3,02	34,43	497.526,12
Previdência Social	593.100,00	593.100,00	89.873,40	269.638,42	89.873,40	269.638,42	3,12	45,46	323.461,58
Previdência Básica	593.100,00	593.100,00	89.873,40	269.638,42	89.873,40	269.638,42	3,12	45,46	323.461,58
Saúde	3.547.017,00	4.189.001,41	584.904,68	1.948.777,41	643.704,42	1.753.185,28	20,27	41,85	2.435.816,13
Atenção Básica	3.308.887,00	3.913.280,40	582.677,57	1.773.991,85	611.318,39	1.653.399,72	19,12	42,25	2.259.880,68
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	168.000,00	168.000,00	0,00	157.500,00	30.000,00	82.500,00	0,95	49,11	85.500,00
Vigilância Sanitária	48.497,00	50.715,48	1.242,11	7.651,27	1.401,03	7.651,27	0,09	15,09	43.064,21
Vigilância Epidemiológica	21.633,00	57.005,53	985,00	9.634,29	985,00	9.634,29	0,11	16,90	47.371,24
Educação	5.888.060,00	6.292.525,03	960.501,69	2.845.138,74	1.065.342,34	2.768.496,54	32,02	44,00	3.524.028,49
Previdência Básica	154.500,00	154.500,00	22.226,40	66.679,20	22.226,40	66.679,20	0,77	43,16	87.820,80
Alimentação e Nutrição	147.160,00	162.299,52	54.847,62	127.691,02	45.701,94	115.912,84	1,34	71,42	46.386,68
Ensino Fundamental	4.551.000,00	4.786.832,03	719.482,43	2.191.663,35	818.159,75	2.144.775,26	24,80	44,81	2.642.056,77
Ensino Médio	87.000,00	87.000,00	12.227,00	31.318,63	13.031,00	20.122,63	0,23	23,13	66.877,37
Ensino Superior	44.000,00	180.000,00	26.295,20	58.387,00	40.508,00	58.387,00	0,68	32,44	121.613,00
Educação Infantil	888.400,00	921.033,00	125.423,04	368.539,06	125.715,25	361.759,13	4,18	39,28	559.273,87
Educação Especial	16.000,00	860,48	0,00	860,48	0,00	860,48	0,01	100,00	-0,00
Cultura	215.500,00	217.200,00	21.460,31	58.183,28	20.787,89	50.164,16	0,58	23,10	167.035,84
Difusão Cultural	215.500,00	217.200,00	21.460,31	58.183,28	20.787,89	50.164,16	0,58	23,10	167.035,84
Urbanismo	1.383.640,00	1.432.740,00	277.802,61	815.692,74	200.266,25	551.657,98	6,38	38,50	881.082,02
Infra-Estrutura Urbana	71.500,00	120.600,00	8.608,48	81.559,30	7.190,52	13.876,62	0,16	11,51	106.723,38

Continua 1/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.344.489,00	19.844.494,41	2.787.591,72	9.510.732,45	2.948.469,12	8.595.887,74	99,41	43,32	11.248.606,67
Urbanismo	1.383.640,00	1.432.740,00	277.802,61	815.692,74	200.266,25	551.657,98	6,38	38,50	881.082,02
Serviços Urbanos	1.312.140,00	1.312.140,00	269.194,13	734.133,44	193.075,73	537.781,36	6,22	40,99	774.358,64
Habitação	1.500,00	7.025,00	0,00	2.768,36	0,00	2.768,36	0,03	39,41	4.256,64
Habitação Urbana	1.500,00	7.025,00	0,00	2.768,36	0,00	2.768,36	0,03	39,41	4.256,64
Saneamento	70.000,00	70.000,00	1.207,40	5.409,10	7,40	4.209,10	0,05	6,01	65.790,90
Saneamento Básico Urbano	70.000,00	70.000,00	1.207,40	5.409,10	7,40	4.209,10	0,05	6,01	65.790,90
Gestão Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Agricultura	692.000,00	692.000,00	93.030,20	380.707,22	103.246,40	327.380,84	3,79	47,31	364.619,16
Vigilância Sanitária	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Promoção da Produção Animal	15.000,00	15.000,00	2.203,36	8.872,31	3.474,22	8.872,31	0,10	59,15	6.127,69
Extensão Rural	674.000,00	674.000,00	90.826,84	371.834,91	99.772,18	318.508,53	3,68	47,26	355.491,47
Indústria	75.000,00	35.000,00	0,00	34.656,45	600,00	34.596,45	0,40	98,85	403,55
Promoção Industrial	75.000,00	35.000,00	0,00	34.656,45	600,00	34.596,45	0,40	98,85	403,55
Comércio e Serviços	18.000,00	18.000,00	1.359,54	6.525,93	1.329,35	6.225,77	0,07	34,59	11.774,23
Turismo	18.000,00	18.000,00	1.359,54	6.525,93	1.329,35	6.225,77	0,07	34,59	11.774,23
Comunicações	6.000,00	6.000,00	0,00	322,50	0,00	322,50	0,00	5,38	5.677,50
Telecomunicações	6.000,00	6.000,00	0,00	322,50	0,00	322,50	0,00	5,38	5.677,50
Transporte	1.504.240,00	1.810.140,00	168.652,97	1.073.267,75	169.605,85	1.005.635,29	11,63	55,56	804.504,71
Transporte Rodoviário	1.504.240,00	1.810.140,00	168.652,97	1.073.267,75	169.605,85	1.005.635,29	11,63	55,56	804.504,71
Desporto e Lazer	376.500,00	376.500,00	48.767,48	227.301,31	52.561,49	155.764,25	1,80	41,37	220.735,75
Desporto Comunitário	376.500,00	376.500,00	48.767,48	227.301,31	52.561,49	155.764,25	1,80	41,37	220.735,75
Encargos Especiais	544.425,00	544.425,00	99.660,74	300.878,84	99.660,74	290.378,84	3,36	53,34	254.046,16
Serviço da Dívida Interna	409.665,00	409.665,00	67.558,25	209.558,82	67.558,25	209.558,82	2,42	51,15	200.106,18
Outros Encargos Especiais	134.760,00	134.760,00	32.102,49	91.320,02	32.102,49	80.820,02	0,93	59,97	53.939,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	58.000,00	58.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	109.000,00	109.000,00	16.881,34	51.167,82	16.881,34	51.167,82	0,59	46,94	57.832,18
Administração	26.000,00	26.000,00	4.926,28	14.590,94	4.926,28	14.590,94	0,17	56,12	11.409,06
Administração Geral	26.000,00	26.000,00	4.926,28	14.590,94	4.926,28	14.590,94	0,17	56,12	11.409,06

Continua 2/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	109.000,00	109.000,00	16.881,34	51.167,82	16.881,34	51.167,82	0,59	46,94	57.832,18
Assistência Social	3.000,00	3.000,00	591,68	1.775,04	591,68	1.775,04	0,02	59,17	1.224,96
Assistência Comunitária	3.000,00	3.000,00	591,68	1.775,04	591,68	1.775,04	0,02	59,17	1.224,96
Saúde	11.000,00	11.000,00	2.013,31	5.956,47	2.013,31	5.956,47	0,07	54,15	5.043,53
Atenção Básica	11.000,00	11.000,00	2.013,31	5.956,47	2.013,31	5.956,47	0,07	54,15	5.043,53
Educação	42.000,00	42.000,00	5.844,68	18.136,88	5.844,68	18.136,88	0,21	43,18	23.863,12
Ensino Fundamental	39.500,00	39.500,00	5.674,46	17.608,11	5.674,46	17.608,11	0,20	44,58	21.891,89
Educação Infantil	2.500,00	2.500,00	170,22	528,77	170,22	528,77	0,01	21,15	1.971,23
Cultura	2.000,00	2.000,00	88,96	281,70	88,96	281,70	0,00	14,09	1.718,30
Difusão Cultural	2.000,00	2.000,00	88,96	281,70	88,96	281,70	0,00	14,09	1.718,30
Urbanismo	4.000,00	4.000,00	355,03	1.132,72	355,03	1.132,72	0,01	28,32	2.867,28
Serviços Urbanos	4.000,00	4.000,00	355,03	1.132,72	355,03	1.132,72	0,01	28,32	2.867,28
Agricultura	4.000,00	4.000,00	581,50	2.151,08	581,50	2.151,08	0,02	53,78	1.848,92
Extensão Rural	4.000,00	4.000,00	581,50	2.151,08	581,50	2.151,08	0,02	53,78	1.848,92
Transporte	10.500,00	10.500,00	1.760,04	4.992,14	1.760,04	4.992,14	0,06	47,54	5.507,86
Transporte Rodoviário	10.500,00	10.500,00	1.760,04	4.992,14	1.760,04	4.992,14	0,06	47,54	5.507,86
Desporto e Lazer	6.500,00	6.500,00	719,86	2.150,85	719,86	2.150,85	0,02	33,09	4.349,15
Desporto Comunitário	6.500,00	6.500,00	719,86	2.150,85	719,86	2.150,85	0,02	33,09	4.349,15
TOTAL (III) = (I + II)	18.453.489,00	19.953.494,41	2.804.473,06	9.561.900,27	2.965.350,46	8.647.055,56	100,00	43,34	11.306.438,85

FONTE:

AGUA DOCE, 15/07/2013

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO

Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHE¹

Coordenadora do Sist. controle Inte

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Demonstrativo Projeção Atuarial Rpps 3º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2012 a 2086

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2012 a 2086

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/06/2013 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Demonstrativo Receita Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos 3º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	77.040,00	0,00	77.040,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	77.040,00	0,00	77.040,00
TOTAL	77.040,00	0,00	77.040,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	77.040,00	0,00	0,00	77.040,00
Investimentos	77.040,00	0,00	0,00	77.040,00
TOTAL	77.040,00	0,00	0,00	77.040,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	1.334,64	0,00	1.334,64

FONTE:

AGUA DOCE, 15/07/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo Receita Corrente Líquida 3º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	2.103.971,98	1.727.706,71	1.668.951,75	1.821.316,36	1.855.852,97	2.450.097,32	1.658.122,66	1.804.078,61	1.790.705,99	1.797.405,34	1.869.066,00	1.699.100,82	22.246.376,51	20.945.580,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	143.349,93	43.445,15	103.675,01	77.852,29	85.616,84	230.418,06	146.980,49	117.699,85	259.352,04	111.461,44	79.820,15	86.190,23	1.485.861,48	1.149.428,00
I.P.T.U.	1.069,65	592,07	317,72	870,25	812,40	1.911,59	0,00	21.838,87	141.470,25	12.636,63	10.948,21	2.018,63	194.486,27	220.000,00
I.R.R.F	23.581,18	10.510,63	33.093,00	21.681,36	20.898,00	39.448,47	23.965,53	21.121,38	21.667,11	23.054,17	22.158,65	21.113,30	282.292,78	193.155,00
I.S.S.	101.782,16	16.361,31	46.986,59	37.016,90	55.955,44	178.849,34	51.863,58	32.706,37	33.799,41	48.364,59	30.609,46	35.718,38	670.013,53	500.000,00
I.T.B.I.	7.180,00	7.733,60	16.422,88	11.400,00	4.920,00	7.340,00	68.402,00	0,00	2.560,00	10.487,24	4.920,00	17.656,00	159.021,72	77.000,00
Outras Receitas Tributárias	9.736,94	8.247,54	6.854,82	6.883,78	3.031,00	2.868,66	2.749,38	42.033,23	59.855,27	16.918,81	11.183,83	9.683,92	180.047,18	159.273,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	24.287,15	24.802,71	25.190,35	22.474,50	25.280,88	25.196,90	25.707,77	25.454,22	24.706,80	26.117,75	24.457,37	20.672,74	294.349,14	288.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	19.445,06	38.184,91	5.795,45	28.050,21	10.504,36	16.702,90	3.870,95	0,00	27.051,09	18.438,61	2.657,57	8.830,69	179.531,80	187.963,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	450,00	7.165,06	6.629,24	3.988,77	3.663,11	21.896,18	1.010,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.911.398,73	1.614.829,83	1.527.453,92	1.685.202,89	1.727.228,72	2.166.902,07	1.471.890,87	1.649.923,30	1.462.499,93	1.614.061,37	1.747.922,40	1.568.385,08	20.147.699,11	19.241.625,00
Cota-Parte do F.P.M.	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	440.626,86	716.290,29	459.205,74	617.812,22	355.813,96	381.780,35	548.566,47	457.664,94	5.279.854,62	5.100.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	614.900,84	615.529,06	713.736,42	672.695,29	723.674,35	731.516,00	705.298,58	628.800,00	620.398,16	721.671,74	711.336,49	666.297,22	8.125.854,15	8.250.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	45.481,02	51.284,35	48.476,05	61.803,46	27.312,69	17.803,46	18.756,54	36.624,63	37.946,80	53.157,95	57.651,43	45.325,57	501.623,95	551.630,00
Cota-Parte do ITR.	1.141,83	24.437,26	13.308,65	143.090,67	30.882,80	22.262,98	19.252,13	1.310,74	703,24	1.313,34	4.377,56	702,47	262.783,67	242.000,00
Outras Transferências Correntes	730.987,81	363.687,40	215.139,09	259.737,49	272.070,73	458.310,50	47.497,65	153.939,23	261.547,39	228.165,96	193.935,39	187.112,50	3.372.131,14	2.233.970,00
Transferências da LC 61/1989	10.008,76	11.062,82	11.187,87	10.813,20	10.947,07	12.569,97	12.383,90	9.508,72	8.394,17	7.696,98	10.350,09	10.779,90	125.703,45	146.025,00
Transferências da LC 87/1996	3.369,12	3.369,12	0,00	6.738,24	3.369,12	3.369,12	0,00	0,00	0,00	13.024,18	3.256,05	3.256,05	39.751,00	46.000,00
Transferências do FUNDEB	187.456,83	194.495,53	218.517,25	204.336,15	218.345,10	204.779,75	209.496,33	201.927,76	177.696,21	207.250,87	218.448,92	197.246,43	2.439.997,13	2.672.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.491,11	6.444,11	6.837,02	7.736,47	7.222,17	10.877,39	9.672,58	10.551,24	9.931,07	20.696,93	10.219,74	11.358,97	117.038,80	77.554,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEF - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução para Formação do Fundeb - IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução para Formação do Fundeb - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução - Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEVOLUÇÃO CONV.MDS SF-1586-APAE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	206.773,13	220.704,66	227.691,27	258.919,45	256.914,41	266.779,06	251.997,66	267.182,65	213.153,60	244.351,63	275.571,75	241.942,54	2.931.981,81	2.965.131,00
Contribuição do Associado	8.147,44	8.173,76	8.334,85	8.090,68	8.007,91	8.796,43	9.037,44	8.397,96	8.502,50	8.629,47	8.464,33	6.631,76	99.214,53	98.000,00
DEDUÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO DO ASSOCIADO	0,00	0,00	-36,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-36,00	0,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	198.625,69	212.530,90	219.392,42	250.828,77	248.906,50	257.982,63	242.960,22	258.784,69	204.651,10	235.722,16	267.107,42	236.810,78	2.834.303,28	2.867.131,00
DEDUÇÃO PVVPS-REPASSE ESTRUTURAÇÃO TEC. VIC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.500,00	-1.500,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	1.897.198,85	1.507.002,05	1.441.260,48	1.562.396,91	1.598.938,56	2.183.318,26	1.406.125,00	1.536.895,96	1.577.552,39	1.553.053,71	1.593.494,25	1.457.158,28	19.314.394,70	17.980.449,00

FONTE:

AGUA DOCE, 15/07/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo Receita de Impostos Líquida e Despesas Próprias com Ações e Servidores Públicos de Saúde 3º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	15.344.015,00	15.344.015,00	7.902.107,97	51,50
Impostos	990.155,00	990.155,00	659.079,76	66,56
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	220.000,00	220.000,00	188.912,59	85,87
ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	77.000,00	77.000,00	104.025,24	135,10
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	500.000,00	500.000,00	233.061,79	46,61
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	193.155,00	193.155,00	133.080,14	68,90
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	18.205,00	18.205,00	12.609,90	69,27
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.605,00	1.605,00	922,64	57,49
Dívida Ativa dos Impostos	9.050,00	9.050,00	8.010,66	88,52
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	7.550,00	7.550,00	3.676,60	48,70
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	14.335.655,00	14.335.655,00	7.230.418,31	50,44
Da União	5.388.000,00	5.388.000,00	2.868.039,44	53,23
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	5.100.000,00	5.100.000,00	2.820.843,68	55,31
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	242.000,00	242.000,00	27.659,48	11,43
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	46.000,00	46.000,00	19.536,28	42,47
Do Estado	8.947.655,00	8.947.655,00	4.362.378,87	48,75
Cota-Parte do ICMS	8.250.000,00	8.250.000,00	4.053.802,19	49,14
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	146.025,00	146.025,00	59.113,76	40,48
Cota-Parte do IPVA	551.630,00	551.630,00	249.462,92	45,22
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	5.976.605,00	5.976.605,00	3.132.067,07	52,41
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.867.131,00	-2.867.131,00	-1.446.036,37	50,43
TOTAL	18.453.489,00	18.453.489,00	9.588.138,67	51,96

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	3.430.017,00	3.923.377,90	1.756.334,96	44,77
Pessoal e Encargos Sociais	2.313.630,00	2.406.726,67	1.099.531,49	45,69
Outras Despesas Correntes	1.116.387,00	1.516.651,23	656.803,47	43,31
DESPESAS DE CAPITAL	128.000,00	276.623,51	2.806,79	1,01
Investimentos	128.000,00	276.623,51	2.806,79	1,01

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	128.000,00	276.623,51	2.806,79	1,01
Investimentos	128.000,00	276.623,51	2.806,79	1,01
TOTAL (IV)	3.558.017,00	4.200.001,41	1.759.141,75	41,88

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	3.558.017,00	4.200.001,41	1.759.141,75	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.236.118,00	1.685.572,23	549.159,45	31,22
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	920.736,00	1.205.936,38	419.384,50	23,84
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	315.382,00	479.635,85	129.774,95	7,38
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	2.321.899,00	2.514.429,18	1.209.982,30	68,78

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2013 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	9.733,31	1.581,47

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=2 [(V - VI) / I]	15,29
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	3.319.887,00	3.924.280,40	1.659.356,19	94,33
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	168.000,00	168.000,00	82.500,00	4,69
Vigilância Sanitária	48.497,00	50.715,48	7.651,27	0,43
Vigilância Epidemiológica	21.633,00	57.005,53	9.634,29	0,55
Outras Subfunções	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
TOTAL	3.561.017,00	4.203.001,41	1.759.141,75	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

AGUA DOCE, 15/07/2013

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contador CRC 022069/0-8

CÁRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
Coordenadora do Sist. controle Interno

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária 3º Bimestre 2013

Município de AGUA DOCE - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	18.453.489,00
Previsão Atualizada			—	18.453.489,00
Receitas Realizadas			3.227.203,29	9.588.138,67
Déficit Orçamentário			—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	904.111,90
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	18.453.489,00
Créditos Adicionais			—	1.500.005,41
Dotação Atualizada			—	19.953.494,41
Despesas Empenhadas			2.804.473,06	9.561.900,27
Despesas Liquidadas			2.965.350,46	8.647.055,56
Superavit Orçamentário			—	941.083,11
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas			2.804.473,06	9.561.900,27
Despesas Liquidadas			2.965.350,46	8.647.055,56
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				19.314.394,70
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-799.848,38	0,00
Resultado Primário		0,00	983.694,13	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	6.378,47	0,00	6.378,47	0,00
EXECUTIVO	6.378,47	0,00	6.378,47	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	723.432,20	3.845,55	431.063,69	288.522,96
EXECUTIVO	723.432,20	3.845,55	431.063,69	288.522,96
TOTAL:	729.810,67	3.845,55	437.442,16	288.522,96
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.496.286,93	25%	31,59
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.225.172,80	60%	101,08
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			97.731,59	-97.731,59
Despesa de Capital Líquida			596.132,20	914.679,31

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	77.040,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	77.040,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.208.400,83	15,00	15,29

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 15/07/2013

 NOVELLI SGANZERLA
 Prefeito Municipal

 JOSELI A.S.M.R.TRENTO
 Contador CRC 022069/0-8

 CÂRMEM LÚCIA PICCOLI NICHETTI
 Coordenadora do Sist. controle Interno

Alto Bela Vista

PREFEITURA

Processo de Licitação Nº 024/2013

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando a compra de forma parcelada de semente de milho para atendimento aos programas específicos da Gerencia Municipal de Agricultura conforme a necessidade da Administração Municipal, consoante disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de conformidade com as normas elencadas neste Edital. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até as 09:00 horas, do dia 29 de julho de 2013, em sessão pública, na mesma dirigida por pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital e informações, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>.

Alto Bela Vista (SC), em 15 de julho de 2013.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal.

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria Nº 347/2013

PORTARIA Nº 347/2013
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, VANDERLEI DE JESUS, do cargo temporário de MOTORISTA, a partir de 19 de julho de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de julho de 2013.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 22 de julho de 2013.

Aprovados Processo Seletivo Nº 003/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Antônio Carlos
Edital de Processo Seletivo Nº 003/2013
LISTA DOS CANDIDATOS APROVADOS

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, homologa e torna pública a Lista de Candidatos Aprovados, Classificados, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo Nº

003/2013.

ANIMADOR TERCEIRA IDADE		
Nome	RG	Nota Final
Rogéria G. Kreff B.	1.571.844-1	8,0
Romilda Machado Lucca	1.760.802-3	7,0
Daniela Pereira	5.002.927-4	4,5
Bruna Nau	468.047-8	Não compareceu
Maria Marcilene Néis K.	339.081-2	Não compareceu
MÉDICO PSQUIATRA		
Não houve inscritos		

Antônio Carlos, 19 de julho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Inscrição Conselho Tutelar

Estado de Santa Catarina
Município de Antônio Carlos
Eleição para Conselheiros Tutelares gestão 2013/2015
LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS

VANESSA TREMARIN, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, homologa e torna pública a Lista de Candidatos inscritos, que irão participar da eleição para Conselheiro Tutelar no município de Antônio Carlos/SC, conforme Edital Convocatório de Processo Eleitoral Nº 001/2013.

CONSELHEIRO TUTELAR		
	NOME	CPF
1.	BRUNA NAU	082.887.389-58
2.	HUIANA CRISTINE LUCCA	078.966.729-01
3.	JESSICA FELIPPE	051.035.699-06
4.	NILZA DE OLIVEIRA BASEI	627.167.359-72
5.	ROMILDA MACHADO LUCCA	973.305.669-34
6.	VERIDIANA BRESCIANE CORREA	004.320.619-08

Antônio Carlos, 19 de julho de 2013.
VANESSA TREMARIN
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Arroio Trinta

PREFEITURA

Decreto Nº 1545, de 03 de Julho de 2013.

DECRETO Nº 1545, de 03 de julho de 2013.
Nomeia os Membros do Conselho de Transporte Escolar do Município de Arroio Trinta, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes confere o Artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Conselho de Transporte Escolar do Município de Arroio Trinta, composto pelos seguintes membros:

1. ALDO GEMELLI
2. SANTO POSSATO
3. ITACIR CAMILO BIAVA

4. JULIAR LUIZ MANENTI
5. JULIANO CIVIDINI
6. DARCI DA SOLER
7. RENATO MANENTI
8. DANIELA CAON
9. CLAUDETE MANENTI MAGRO
10. MARILDE ANCILIERO LIDANI

Art. 2º São atribuições do Conselho de Transporte Escolar, fiscalizar todas as atividades pertinentes ao Transporte Escolar do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1287/2010.

Arroio Trinta - SC, 03 de julho de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

Decreto Nº 050/2013

DECRETO Nº 050/2013

“Constitui Comissão para Controle, Fiscalização e Execução da Festa do Colono e do Motorista no dia 25 de Julho de 2013, e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída Comissão de Controle, Fiscalização e Execução da Festa do Colono e Motorista no dia 25 de julho de 2013, para fins de prestação de contas.

Art. 2º - Ficam nomeados para compor a Comissão, de que trata o artigo anterior, os seguintes membros:

- Presidente: DIOMIR ALBERTON

- Tesoureiro: CARLOS MARÇAL DEMARCHI

- Secretária: SIMONI ANTUNES ARTNER

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 08 de abril de 2013.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 17/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial; 17/2013, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DOS DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 02 de agosto de 2013 às 09:00 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital junto ao departamento de

Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro, 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 18 de julho de 2013.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial Nº 18/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2013 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial nº 18/2013, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, TORNO E SOLA PARA CONserto DOS TRATORES E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 02 de agosto de 2013 às 14:00 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro, 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 18 de julho de 2013.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Portaria Nº 2167 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2167 de 16 de julho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) CARLOS TUBS DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENGENHEIRO CIVIL, na Fundação do Meio Ambiente de Biguaçu, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CARLOS TUBS DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ENGENHEIRO CIVIL, na Fundação do Meio Ambiente de Biguaçu, a partir de 11/07/2013 a 11/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 11/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2168 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2168 de 16 de julho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) RAQUEL BARBOZA ELISABETE DE CARVALHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal da Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RAQUEL BARBOZA ELISABETE DE CARVALHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal da Educação de Biguaçu, a partir de 01/07/2013 a 15/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2169 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2169 de 16 de julho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) HELOISA NIETSCHE GERATTI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSORA II - EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal da Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) HELOISA NIETSCHE GERATTI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSORA II - EDUCAÇÃO INFANTIL, na Secretaria Municipal da Educação de Biguaçu, a partir de 30/06/2013 a 30/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 30/06/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2170 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2170 de 16 de julho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) ANGELA MARIA VIEIRA CABRAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSORA II - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal da Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANGELA MARIA VIEIRA CABRAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSORA II - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, na Secretaria Municipal da Educação de Biguaçu, a partir de 01/07/2013 a 01/11/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2171 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2171 de 16 de julho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) RAFAELA DOMINGUES DE AZEVEDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal da Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RAFAELA DOMINGUES DE AZEVEDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, na Secretaria Municipal da Educação de Biguaçu, a partir de 21/06/2013 a 07/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 21/06/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2172 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2172 de 16 de julho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) VIRGINIA SCHMIDT MACHADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SERVENTE, na Secretaria Municipal da Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VIRGINIA SCHMIDT MACHADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SERVENTE, na Secretaria Municipal da Educação de Biguaçu, a partir de 01/07/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2173 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2173 de 16 de julho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) FERNANDA DE SOUZA QUINT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SERVENTE, na Secretaria Municipal da Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FERNANDA DE SOUZA QUINT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SERVENTE, na Secretaria Municipal da Educação de Biguaçu, a partir de 01/07/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2174/2013

PORTARIA Nº 2174/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), RUI ANDRADE DOS SANTOS, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR na SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo Nº 6842/2013 em anexo no período de 03/07/2013 a 06/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2176 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2176 de 16 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), DEACI TEIXEIRA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse DEACI TEIXEIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Assistência Social jornada de 30 horas semanais, no período de 04/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 04/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2177 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2177 de 16 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSÉ CARLOS PORTO JUNIOR e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições,

que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOSÉ CARLOS PORTO JUNIOR, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Assistência Social jornada de 30 horas semanais, no período de 02/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 02/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2177 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2177 de 16 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSÉ CARLOS PORTO JUNIOR e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOSÉ CARLOS PORTO JUNIOR, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Assistência Social jornada de 30 horas semanais, no período de 02/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 02/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2178 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2178 de 16 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MERCEDES MARTA VARGAS DE SOUZA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na

Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MERCEDES MARTA VARGAS DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Assistência Social jornada de 30 horas semanais, no período de 04/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 04/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2178 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2178 de 16 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MERCEDES MARTA VARGAS DE SOUZA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MERCEDES MARTA VARGAS DE SOUZA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Assistência Social jornada de 30 horas semanais, no período de 04/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 04/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2179 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2179 de 16 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GABRIELA EUNICE DE AVILA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse GABRIELA EUNICE DE AVILA, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro

de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Assistência Social jornada de 30 horas semanais, no período de 05/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 05/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2180 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2180 de 16 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARINEIDE SCHAPPO WEBER e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MARINEIDE SCHAPPO WEBER, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Assistência Social jornada de 30 horas semanais, no período de 01/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2181 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2181 de 16 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FÁTIMA HELENA DE JESUS GORGES e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse FÁTIMA HELENA DE JESUS GORGES, para desempenhar as funções do cargo não provido de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Assistência Social jornada de 30 horas semanais, no período de 25/07/2013 a 25/02/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 25/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2182 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2182 de 16 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VERA LUCIA MORAIS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse VERA LUCIA MORAIS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Educação jornada de 30 horas semanais, no período de 19/04/2013 a 13/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 19/04/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2183 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2183 de 16 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARLETE CARDOSO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MARLETE CARDOSO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSORA II - EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Educação jornada de 30 horas semanais, no período de 01/07/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2184 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2184 de 16 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ELEIR DA SILVA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ELEIR DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS-MERENDEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Educação jornada de 40 horas semanais, no período de 04/07/2013 a 30/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 04/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2185 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2185 de 16 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JULIANA FERNANDES DUTRA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JULIANA FERNANDES DUTRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSORA II - EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Educação jornada de 30 horas semanais, no período de 01/07/2013 a 20/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2186 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2186 de 16 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VERA LUCIA MORAIS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse VERA LUCIA MORAIS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Educação jornada de 30 horas semanais, no período de 14/06/2013 a 30/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 14/06/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2187 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2187 de 16 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SILVIA ALBERTINA VENANCIO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse SILVIA ALBERTINA VENANCIO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSORA II - EDUCAÇÃO INFANTIL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Educação jornada de 30 horas semanais, no período de 07/06/2013 a 27/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 07/06/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2188 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2188 de 16 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARAISA BORGES DO

NASCIMENTO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MARAISA BORGES DO NASCIMENTO e, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - MERENDEIRA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Educação jornada de 40 horas semanais, no período de 04/07/2013 a 30/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 04/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2189 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2189 de 16 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), EMERSON EVERALDO SOARES e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse EMERSON EVERALDO SOARES e, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA I, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Saúde jornada de 40 horas semanais, no período de 01/08/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/08/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2190 de 16 de Julho de 2013.

PORTARIA nº 2190 de 16 de julho de 2013.

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Lytza Mara Ferreira de Oliveira, ocupante do cargo temporário de Médica Emergência, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Lytza Mara Ferreira de Oliveira, detentor do cargo de provimento temporário de

Médica Emergência na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 05/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 05/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2191 de 16 de Julho de 2013.

PORTARIA nº 2191 de 16 de julho de 2013.

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Lytza Mara Ferreira de Oliveira, ocupante do cargo temporário de Médica da Família- ESF na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Lytza Mara Ferreira de Oliveira, detentor do cargo de provimento temporário de Médica da Família-ESF na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 05/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 05/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2192 de 16 de Julho de 2013.

PORTARIA nº 2192 de 16 de julho de 2013.

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Jerusa Celi Martins, ocupante do cargo temporário de Enfermeira da Família- ESF na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Jerusa Celi Martins, detentor do cargo de provimento temporário de Enfermeira da Família- ESF na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 08/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 08/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2193 de 16 de Julho de 2013.

PORTARIA nº 2193 de 16 de julho de 2013.

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Cor Mariae Lima, ocupante do cargo temporário de Médica de Emergência na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Cor Mariae Lima, detentor do cargo de provimento temporário de Médica de Emergência na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 08/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 08/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2194 de 16 de Julho de 2013.

PORTARIA nº 2194 de 16 de julho de 2013.

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Renata Lúcia Martins, ocupante do cargo temporário de Técnica em Enfermagem na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Renata Lúcia Martins, detentor do cargo de provimento temporário de Técnica em Enfermagem na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 12/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2195 de 16 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2195 de 16 de julho de 2013

ERRATA:

Na portaria 2055/2013, de Licença Maternidade da servidora VIVIANE MAFRA DE FREITAS, ocorreu um equívoco quanto ao período da licença maternidade da servidora.

Portaria nº 2055 de 09 de julho de 2013:

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, VIVIANE MAFRA DE FREITAS, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 03/07/2013 a 20/10/2013.

Passa a ter a seguinte redação:

CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, VIVIANE MAFRA DE FREITAS, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 03/07/2013 a 30/10/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2196/2013

PORTARIA Nº 2196/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELI ZALY ALVES, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA na SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo Nº 6833/2013 em anexo no período de 07/07/2013 a 05/09/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2197/2013

PORTARIA Nº 2197/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NADIA SALMA FELTZ, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo Nº 6941/2013 em anexo no período de 10/07/2013 a 19/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2198/2013

PORTARIA Nº 2198/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DAYANA ROSA, ocupante do Cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SERVENTE na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo Nº 6928/2013 em anexo no período de 08/07/2013 a 21/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2199/2013

PORTARIA Nº 2199/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NATALI RAMOS DEPIERI,

ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo Nº 6940/2013 em anexo no período de 10/07/2013 a 14/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2200/2013

PORTARIA Nº 2200/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA MARA DO NASCIMENTO DA MAIA, ocupante do Cargo temporário de ENFERMEIRA na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo Nº 7006/2013 em anexo no período de 08/07/2013 a 22/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2201/2013

PORTARIA Nº 2201/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUZIA MAURA OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SERVENTE na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo Nº 7051/2013 em anexo no período de 13/07/2013 a 11/09/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2202/2013

PORTARIA Nº 2202/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), PAMELLA DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSORA na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo Nº 6955/2013 em anexo no período de 09/07/2013 a 11/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2203/2013

PORTARIA Nº 2203/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), AIDE PRISCILA TELES DA CUNHA SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de RECEPCIONISTA na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo Nº 6930/2013 em anexo no período de 10/07/2013 a 08/09/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2204/2013

PORTARIA Nº 2204/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LIDIA MARIA VIEIRA MIGUEL, ocupante do Cargo temporário de PROFESSORA na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo Nº 6973/2013 em anexo no período de 11/07/2013 a 17/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2205/2013

PORTARIA Nº 2205/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MEIRIANE GOMES DE QUEIROZ, ocupante do Cargo temporário de PROFESSORA na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo Nº 6894/2013 em anexo no período de 08/07/2013 a 17/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2206/2013

PORTARIA Nº 2206/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), REGIANE DOS PASSOS DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo Nº 6963/2013 em anexo no período de 05/07/2013 a 19/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2207/2013

PORTARIA Nº 2207/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANGELA MARIA DE AMORIM SALUM, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo Nº 6882/2013 em anexo no período de 08/07/2013 a 17/07/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2208/2013

PORTARIA Nº 2208/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ELI TEREZINHA VIEIRA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS- SERVENTE na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo Nº 6923/2013 em anexo no período de 11/07/2013 a 09/09/2013.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2209 de 18 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2209 de 18 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), JOSE CARLOS BITTENCOURT e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público,

de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse JOSE CARLOS BITTENCOURT e, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO-OPERÁRIO BRAÇAL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Agricultura jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 03/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 03/07/2013.

Biguaçu, 18 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2210 de 18 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2210 de 18 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAURÍCIO DIAS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse MAURÍCIO DIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO- OPERÁRIO BRAÇAL, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Agricultura jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 03/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 03/07/2013.

Biguaçu, 18 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2211 de 18 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2211 de 18 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), HAMILTON REIS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse HAMILTON REIS, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINA - TRATOR AGRÍCOLA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Agricultura jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 03/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 03/07/2013.

Biguaçu, 18 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2212 de 18 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2212 de 18 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OSLI ROBERTO DA CUNHA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse OSLI ROBERTO DA CUNHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINA - TRATOR AGRÍCOLA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Agricultura jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 03/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 03/07/2013.

Biguaçu, 18 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2213 de 18 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2213 de 18 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NIVALDO CARMELINO ADRIANO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse NIVALDO CARMELINO ADRIANO, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINA - TRATOR AGRÍCOLA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Agricultura jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 03/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 03/07/2013.

Biguaçu, 18 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2214 de 18 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2214 de 18 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SANDRO JOSÉ DA SILVA dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse SANDRO JOSÉ DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINA E EQUIPAMENTOS PESADOS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Agricultura jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 03/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 03/07/2013.

Biguaçu, 18 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2215 de 18 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2215 de 18 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ROSINEI JOSÉ CUNHA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse ROSINEI JOSÉ CUNHA, para desempenhar as funções do cargo não provido de OPERADOR DE MÁQUINA - TRATOR AGRÍCOLA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Agricultura jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 03/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 03/07/2013.

Biguaçu, 18 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2216 de 18 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2216 de 18 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LUIZ HENRIQUE DALPRÁ e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse LUIZ HENRIQUE DALPRÁ, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO- OPERÁRIO BRASILEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Agricultura jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 03/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 03/07/2013.

Biguaçu, 18 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2217 de 18 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2217 de 18 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALDECI SILVINO PEREIRA e dá outras providências.

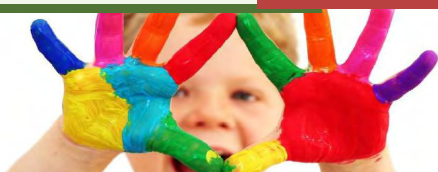
O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse VALDECI SILVINO PEREIRA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO- OPERÁRIO BRASILEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal de Agricultura jornada de 40 horas semanais, no período de 03/07/2013 a 03/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 03/07/2013.

Biguaçu, 18 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

**PEGAS**

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Portaria Nº 2218 de 18 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2218 de 18 de julho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), SUELLEN SIMAS e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse SUELLEN SIMAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE DE CADASTRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividade desenvolvida perante a Secretaria Municipal da Fazenda jornada de 40 horas semanais, no período de 01/07/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 18 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2219 de 18 de Julho de 2013.

PORTARIA nº 2219 de 18 de julho de 2013.

Concede demissão ao (a) Servidor (a) Sirlei de Siqueira, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais - Servente na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder demissão ao (a) servidor (a) Sirlei de Siqueira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais - Servente na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 22/06/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 22/06/2013.

Biguaçu, 18 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2220 de 18 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2220 de 18 de julho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) RICARDO KUPKA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, na Secretaria Municipal da Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RICARDO KUPKA DA SILVA, de

acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, a partir de 04/07/2013 a 04/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 04/07/2013.

Biguaçu, 18 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2221 de 18 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2221 de 18 de julho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) GIANA PAULA BRANCHER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ODONTÓLOGA DA FAMÍLIA-ESF, na Secretaria Municipal da Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GIANA PAULA BRANCHER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ODONTÓLOGA DA FAMÍLIA-ESF, na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, a partir de 08/07/2013 a 30/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 08/07/2013.

Biguaçu, 18 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2222 de 18 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2222 de 18 de julho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) DIOGO DANTON CARLOS DE CARVALHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA-SAMU, na Secretaria Municipal da Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DIOGO DANTON CARLOS DE CARVALHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA-SAMU, na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, a partir de 20/06/2013 a 20/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 20/06/2013.

Biguaçu, 18 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2223 de 18 de Julho de 2013

PORTARIA nº 2223 de 18 de julho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) MARIA APARECIDA DELFINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR CIRURGIÃO DENTISTA DA FAMÍLIA-ESF, na Secretaria Municipal da Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA APARECIDA DELFINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR CIRURGIÃO DENTISTA DA FAMÍLIA- ESF, na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, a partir de 09/06/2013 a 08/10/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 09/06/2013.

Biguaçu, 18 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

37ª Convocação Para o Processo Seletivo - Sesau - Edital 001/2012

37ª Convocação para o Processo Seletivo - SESAU - edital 001/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo SESAU edital 001/2012, abaixo relacionados para comparecerem na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras, Biguaçu/SC (ao lado da Policlínica Municipal), até o dia 22/07/2013, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Biguaçu, 17 de julho de 2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário da Saúde

Cargo - Lotação 1016 - Enfermeiro - Da Família - ESF
24 - Camila Pereira de Souza

Cargo - Lotação 1033 - Enfermeiro II
19 - Rafael de Souza Schlischtig

Cargo - Lotação 2083 - Técnico de Enfermagem
11 - Raquel Soraia de Souza

Cargo - Lotação 4011 - Auxiliar de Serviços Gerais II - Servente
26 - Adriana Silva do Nascimento Aguiar

38ª Convocação Para o Processo Seletivo - Sesau - Edital 001/2012

38ª Convocação para o Processo Seletivo - SESAU - edital 001/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo SESAU edital 001/2012, abaixo relacionados para comparecerem na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras, Biguaçu/SC (ao lado da Policlínica Municipal), até o dia 23/07/2013, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO

RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Biguaçu, 18 de julho de 2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário da Saúde

Cargo - Lotação 1033 - Enfermeiro II
20 - Bianca Schmitz de Souza



**O Poder Legislativo
Municipal Acessível ao Cidadão**

www.ciga.sc.gov.br

Editais de Notificação e Penalidade de Infrações de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1226/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DEV1260	55901325D	6920/0	27/05/2013	233
DTW8166	55901319D	6920/0	27/05/2013	233
EAH8670	55901317D	6920/0	27/05/2013	233
EVF8621	55901272D	6920/0	06/06/2013	233
HGR3379	55901351D	6920/0	12/06/2013	233
IKJ2632	55901330D	6920/0	06/06/2013	233
IMR7758	55901352D	6920/0	12/06/2013	233
IOL0800	55901321D	6920/0	27/05/2013	233
IOR9001	55901335D	6920/0	06/06/2013	233
IOW7432	55901345D	6920/0	20/06/2013	233
IPE3778	55901329D	6920/0	04/06/2013	233
IPF1628	55901313D	6920/0	27/05/2013	233
IPK3539	55901326D	6920/0	04/06/2013	233
IQB1965	55901355D	6920/0	12/06/2013	233
IQU6628	55901338D	6920/0	06/06/2013	233
IRC3353	55901342D	6920/0	12/06/2013	233
IRF2434	55901337D	6920/0	06/06/2013	233
IRI8738	55901339D	6920/0	06/06/2013	233
IRM5621	55901318D	6920/0	27/05/2013	233
IRN0752	55901334D	6920/0	06/06/2013	233
IRX7637	55901354D	6920/0	12/06/2013	233
ISC0628	55901343D	6920/0	12/06/2013	233
ISG9029	55901328D	6920/0	04/06/2013	233
ISN2819	55901332D	6920/0	04/06/2013	233
ISP8426	55901336D	6920/0	06/06/2013	233
ISQ3968	55901323D	6920/0	27/05/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ISR1828	55901340D	6920/0	12/06/2013	233
ISS8030	55901333D	6920/0	06/06/2013	233
ISU0327	55901341D	6920/0	12/06/2013	233
ITE7660	55901353D	6920/0	12/06/2013	233
JDH0202	55901320D	6920/0	27/05/2013	233
KZW3789	55901274D	6920/0	06/06/2013	233
LXR0523	55901297D	6920/0	13/06/2013	233
LZB8899	55901296D	6920/0	03/06/2013	233
MAN5967	55900598D	6599/2	04/04/2013	230 * V
MBW8236	55901350D	6920/0	14/06/2013	233
MCF6388	55899550D	5010/0	13/06/2013	162 * I
MFP9862	55901273D	6920/0	06/06/2013	233
MFX3716	55901671D	5010/0	18/06/2013	162 * I
MFX3716	55901673D	6653/2	18/06/2013	230 * XI
MFX3716	55901674D	7340/0	18/06/2013	252 * IV
MGF0359	55899574D	6599/2	02/03/2013	230 * V
MGT6860	55899537D	6637/2	27/02/2013	230 * IX
MHQ5412	54404095D	5010/0	02/06/2013	162 * I
MHQ5412	54404097D	6556/1	02/06/2013	230 * I
MHQ5412	54404098D	6637/1	02/06/2013	230 * IX
MHQ5412	54404100D	5169/1	02/06/2013	165
MHQ5412	55901000D	6599/2	02/06/2013	230 * V
MJE6838	55903262D	6637/1	17/06/2013	230 * IX
MJP1155	55901307D	6920/0	12/06/2013	233
MKV4303	55901309D	6920/0	14/06/2013	233
MMM0104	55901288D	6920/0	11/06/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 19 DE JULHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1227/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BQJ0038	55902210D	5550/0	17/06/2013	181 * XVIII
BUX8820	55901730D	5541/2	21/05/2013	181 * XVII
JTO8600	55901543D	5452/1	27/05/2013	181 * VIII
MAY6724	55902216D	5452/1	18/06/2013	181 * VIII
MAY6724	55902227D	5452/1	20/06/2013	181 * VIII
MAY6724	55903180D	5452/1	12/06/2013	181 * VIII
MBL9178	55902217D	5568/0	18/06/2013	181 * XIX
MCB8849	55900398D	5541/6	04/03/2013	181 * XVII
MCJ8505	55902214D	5452/1	19/06/2013	181 * VIII
MCM4407	55902222D	5452/1	19/06/2013	181 * VIII
MDQ4621	55901642D	5550/0	09/05/2013	181 * XVIII
MFX3716	55901672D	7064/0	18/06/2013	244 * IV
MGT6860	55899536D	5207/0	27/02/2013	169
MGT6860	55899539D	5835/0	27/02/2013	195
MHH2978	54400593D	5738/0	19/06/2013	186 * II
MID7191	55901661D	7366/2	17/06/2013	252 * VI
MJV1131	55902220D	5452/1	19/06/2013	181 * VIII
MLN1789	55901704D	5452/1	13/05/2013	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 19 DE JULHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1228/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGX6595	55901101D	6920/0	09/04/2013	R\$ 127,69	233
LWZ7585	55898850D	6920/0	18/01/2013	R\$ 127,69	233
MCH7449	55899746D	6599/2	08/05/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 19 DE JULHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1229/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZJ3538	55900084D	5380/0	21/01/2013	R\$ 85,12	181 * I
MEM9783	55901608D	5452/1	03/05/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MFQ0549	55899185D	5550/0	30/04/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 19 DE JULHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 048 1234/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYC6619	55901530D	5452/1	21/05/2013	181 * VIII
MAY6724	55903060D	5452/1	27/06/2013	181 * VIII
MDX1194	55901532D	5452/1	22/05/2013	181 * VIII
MHU7365	55901727D	5550/0	21/05/2013	181 * XVIII
MIX9301	55901757D	5452/1	29/05/2013	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 19 DE JULHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1235/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHJ0242	55901845D	5010/0	16/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHJ0242	55901846D	6599/2	16/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHJ0242	55901847D	6637/1	16/04/2013	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 19 DE JULHO DE 2013

NILTON CÉSAR DA SILVA

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 048 1236/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHK8090	55901889D	5460/0	06/05/2013	R\$ 85,12	181 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 19 DE JULHO DE 2013

CARLOS HENRIQUE RECH

AUTORIDADE DE TRANSITO

Caçador

PREFEITURA

Decreto Nº 5.637

DECRETO Nº 5.637, de 17 de julho de 2013.
Aprova unificação de áreas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de áreas compostas de dois terrenos urbanos, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa de unificação e memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto, conforme segue:

I - uma área com 520,00 m2 (quinhentos e vinte metros quadrados), objeto da matrícula nº 13.051, do Registro de Imóveis desta Comarca de Caçador, de propriedade de Clair Dalla Rosa e Cia Ltda, localizado na Rua Curitibaanos, nesta cidade de Caçador;

II - uma área com 523,28 m2 (quinhentos e vinte e três metros e vinte e oito decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 30.321, do Registro de Imóveis desta Comarca de Caçador, de propriedade de Clair Dalla Rosa e Cia Ltda, localizado na Rua Curitibaanos, nesta cidade de Caçador.

Art. 2º A unificação das áreas dispostas no art. 1º deste Decreto, resulta em uma área total com 1.043,28m2 (um mil, quarenta e três metros e vinte e oito decímetros quadrados), de propriedade Clair Dalla Rosa e Cia Ltda, confrontando: ao Norte, com a Rua Curitibaanos, medindo 25,81m; ao Sul, em dois planos, sendo o primeiro com os imóveis objeto das matrículas nºs 1.954 e 24.044 e com José Leôncio Martins, medindo 25,94m e no segundo com o imóvel objeto da matrícula 10.300, medindo 0,23m; ao Leste, em dois planos, sendo o primeiro com os imóveis objeto das matrículas nºs 22.342 e 12.047, medindo 39,08m e no segundo com o imóvel objeto da matrícula 10.300, medindo 1,30m; e, ao Oeste, com Antonio Polawski, medindo 40,00.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes desta unificação.

Art. 3º O registro da unificação no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Decretonº 5.636

DECRETO nº 5.636, de 16 de julho de 2013.
Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 1.675,00m² (um mil, seiscentos e setenta e cinco metros quadrados), objeto da Matrícula nº 30.274, do R. I. desta Comarca, localizado na Rua Adonis Homero Gonçalves Cordeiro, Bairro dos Municípios, nesta cidade, de propriedade de Edilson José Lara, ficando após o desmembramento constituído de três lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Lote nº 01, com 1.153,39m² (um mil, cento e cinquenta e três metros e trinta e nove decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, em dois planos, sendo o primeiro com o lote nº 02 do desmembramento, medindo 28,35m e no segundo com a matrícula 30.087 e matrícula 26.024, medindo 25,80; ao Sul, com as matrículas 16.218 e 16.219, medindo 60,50m; ao Leste, com a matrícula 16.220, medindo 31,50m; e, ao Oeste, em dois planos, sendo o primeiro com a Rua Silvério Sinkere, medindo 10,00m e no segundo com os lotes nºs 02 e 03 do desmembramento, medindo 20,00m.

II - Lote nº 02, com 261,79m² (duzentos e sessenta e um metros e setenta e nove decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com o lote nº 03 do desmembramento, medindo 28,17m; ao Sul, com o lote nº 01 do desmembramento, medindo 28,35m; ao Leste, com o lote nº 01 do desmembramento, medindo 10,00m; e, ao Oeste, com a Rua Silvério Sinkere, medindo 10,00m.

III - Lote nº 03, com 259,82m² (duzentos e cinquenta e nove metros e oitenta e dois decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, com a matrícula 30.087, medindo 28,00m; ao Sul, com o lote nº 02 do desmembramento, medindo 28,17m; ao Leste, com o lote nº 01 do desmembramento, medindo 10,00m; e, ao Oeste, com a Rua Silvério Sinkere, medindo 10,00m.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Inexigibilidade de Licitação 01 - 2013 - Fampec

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FAMPEC - FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2013

O Fundo Municipal de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos do Município de Caçador/SC, torna público a INEXIGIBILIDADE de Licitação nº 01/2013, para contratação de Plano Privado de Assistência à Saúde, definido no inciso I do artigo 1º da Lei nº 9.656 de 03 de junho de 1998 para a prestação de serviços continuada, a preços pós-estabelecidos pelo sistema custo operacional, com cobertura de custos de assistência ambulatorial e hospitalar com obstetrícia na segmentação referência. A cobertura será dada para o tratamento das doenças definidas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde (CID-10), limitada pelos procedimentos definidos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, vigente à época do evento atendendo a outras coberturas, conforme Edital de Credenciamento nº 01/2013 a seguinte empresa: UNIMED CACADOR COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DA REGIÃO DO CONTESTADO/CNPJ Nº 01.569.902/0001-06 com sede neste Município de Caçador/SC, com prazo de vigência para 12 meses, nos termos do artigo 25, caput, da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes.

Caçador/SC, 18 de Julho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO,

Prefeito Municipal

EDINA CARLA BRESSAN

GESTORA

FAMPEC

Parecer Minha Casa Minha Vida 06/2013

EDITAL Nº 06/2013

A Secretaria da Fazenda do Município de Caçador, por intermédio do setor de Tributação e Fiscalização faz saber a todos os interessados que,

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 2.705, de 27 de abril de 2010 instituiu isenção de impostos e taxas de competência do município incidentes sobre as obras residenciais integrantes do programa "Minha Casa, Minha Vida"; do governo federal;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Assistência Social informou que os imóveis abaixo relacionados integram o programa "Minha Casa, Minha Vida";

CONSIDERANDO que a mencionada secretaria analisou cada um dos pedidos de isenção que lhe foram submetidos, especificamente analisando o cumprimento do disposto no art. 2º da Lei Municipal nº 2.705, de 27 de abril de 2010, conforme declarações e estudos anexos aos requerimentos abaixo mencionados; e

CONSIDERANDO que a mencionada lei dispõe competir à Secretaria da Fazenda elaborar cadastro de todos os benefícios concedidos nos seus termos, bem como também publicar parecer conclusivo sobre os pedidos de isenção, e, tendo chegado a esta secretaria os pedidos a seguir mencionados:

PROTOCOLO	CONTRATO	NOME DO BENEFICIÁRIO CONCLUSÃO	IDENTIFICAÇÃO/ LOCALIZAÇÃO IMÓVEL
8.236/2013	8.4444.0385537-4	SAUL RIBEIRO DA SILVA	TERRENO URBANO SEM BENFEITORIAS, COM ÁREA DE 275,00 M2, CONSTITUÍDO PELO LOTE Nº 72 DA QUADRA "C" DO LOTEAMENTO "MIRASSOL", NESTA CIDADE - INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 01.04.306.0011.001
7.957/2013	8.4444.2666318	FRANCIELI APARECIDA RIBEIRO	LOTE Nº 147 DO LOTEAMENTO JARDIM PERRET COM ÁREA DE 460,00 M2 - INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 01.05.112.0446.001
		CONCLUSÃO - DEFERIDO	
		CONCLUSÃO - INDEFERIDO ((RENDA SUPERIOR A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS))	

RESOLVE

Emitir, por meio do presente edital, parecer conclusivo nos pedidos de isenção acima relacionados, com fundamento na Lei Municipal nº 2.705, de 27 de abril de 2010, contemplando as taxas e tributos especificados no art. 2º da mencionada lei, para os integrantes do Programa "Minha Casa Minha Vida".

Determina, outrossim, a publicação deste edital com o respectivo parecer, no Diário Oficial dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 4º, parágrafo único do citado diploma legal.

Caçador, 10 de julho de 2013.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

Secretário da Fazenda

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA

Sec.Adj.Ass.Fazenda

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camboriú

PREFEITURA

Lei N.º 2.580/2013

LEI N.º 2.580/2013

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar com a Caixa Econômica Federal operação de crédito no valor de R\$ 11.946.537,50 (onze milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) com a finalidade de Pavimentação e Qualificação de Vias - Pavimentação de Vias do Bairro Santa Regina - PAC 2, protocolo nº 001494.02.84/2012-61.

§ 1º O valor da operação de crédito prevista no caput deste artigo está condicionado à obtenção, pelo Município de Camboriú, de autorização para a sua realização, em cumprimento aos dispositivos legais aplicáveis ao endividamento público emanados do Senado Federal, por meio de Resolução, bem como da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 2º Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na pavimentação e qualificação de vias do Bairro Santa Regina, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2 PRO TRANSPORTE ETAPA 2, nos termos da Resolução nº 3.688 de 19 de fevereiro de 2009 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Art. 2º Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimentos e liquidação da dívida a ser contratada obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e notadamente ao que dispõe o normativo do Senado Federal, bem como às normas específicas da Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto da presente Lei serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º O orçamento do Município de Camboriú consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2 PRO TRANSPORTE ETAPA 2 e das despesas relacionadas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta LEI.

Art. 5º Como garantia da operação de crédito aprovada por meio da presente Lei, fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a ceder à Caixa Econômica Federal parcelas da cota parte do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e/ou parcelas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ou tributos que os venham a substituir, em montantes necessários para amortizar as prestações do principal e dos acessórios, na forma do que venha a ser contratado.

Art. 6º Para garantir o pagamento do valor principal atualizado monetariamente, juros, multas e demais encargos financeiros decorrentes que possam recair sobre a operação de crédito referida nesta Lei, a Chefe do Poder Executivo poderá outorgar à Caixa Econômica Federal a possibilidade de quitar as referidas obrigações financeiras, com poderes para substabelecer.

Art. 7º O prazo e a forma definitiva de pagamento do montante principal reajustável, acrescidos dos juros e demais encargos incidentes sobre a operação financeira, obedecidos os limites desta lei, serão estabelecidos pela Chefe do Poder Executivo com a entidade financiadora.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 19 de julho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Lei N.º 2.581/2013

LEI N.º 2.581/2013

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar com a Caixa Econômica Federal operação de crédito no valor de R\$ 4.947.084,54 (quatro milhões, novecentos e quarenta e sete mil e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) com a finalidade de Pavimentação e Qualificação de Vias - Pavimentação da Avenida Santa Catarina - PAC 2, protocolo nº 001535.02.84/2012-65.

§ 1º O valor da operação de crédito prevista no caput deste artigo está condicionado à obtenção, pelo Município de Camboriú, de autorização para a sua realização, em cumprimento aos dispositivos legais aplicáveis ao endividamento público emanados do Senado Federal, por meio de Resolução, bem como da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

§ 2º Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na pavimentação e qualificação da Avenida Santa Catarina, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2 PRO TRANSPORTE ETAPA 2, nos termos da Resolução nº 3.688 de 19 de fevereiro de 2009 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Art. 2º Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimentos e liquidação da dívida a ser contratada obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e notadamente ao que dispõe o normativo do Senado Federal, bem como às normas específicas da Caixa Econômica Federal.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto da presente Lei serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º O orçamento do Município de Camboriú consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da parte não financiada pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2 PRO TRANSPORTE ETAPA 2 e das despesas relacionadas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta LEI.

Art. 5º Como garantia da operação de crédito aprovada por meio

da presente Lei, fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a ceder à Caixa Econômica Federal parcelas da cota parte do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e/ou parcelas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ou tributos que os venham a substituir, em montantes necessários para amortizar as prestações do principal e dos acessórios, na forma do que venha a ser contratado.

Art. 6º Para garantir o pagamento do valor principal atualizado monetariamente, juros, multas e demais encargos financeiros decorrentes que possam recair sobre a operação de crédito referida nesta Lei, a Chefe do Poder Executivo poderá outorgar à Caixa Econômica Federal a possibilidade de quitar as referidas obrigações financeiras, com poderes para substabelecer.

Art. 7º O prazo e a forma definitiva de pagamento do montante principal reajustável, acrescidos dos juros e demais encargos incidentes sobre a operação financeira, obedecidos os limites desta Lei, serão estabelecidos pela Chefe do Poder Executivo com a entidade financiadora.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC, Em, 19 de julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrada no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

PR 19/13 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2013-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO - HOSPITALAR (TIRA REAGENTE, SERINGA DESCARTÁVEL E LANCETAS DESCARTÁVEIS) PARA O PROGRAMA DE DIABETES DA SECRETARIA DE SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 14:00 horas do dia 07 (Sete) de Agosto de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 19 de Julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Resumo Convenio RESUMO DOS CONVÊNIOS ESPORTE

Convênio nº031/2013

Entidade conveniada: Associação de Bocha e Bolão de Camboriú - ABBC

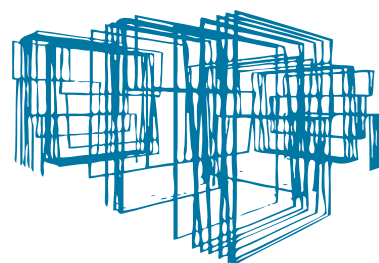
Data: 15/07/2013

Prazo: 10 (dez) meses.

Valor do repasse: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à Associação de Bocha e Bolão de Camboriú - ABBC, com a finalidade de custear as despesas do projeto "Esporte para Todos", para proporcionar o ensino e a prática da modalidade esportiva bocha e bolão as crianças, adolescentes, adultos e idosos do Município de Camboriú interessados no aprendizado e na prática deste esporte.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO



Programa de
Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Editais de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 731, 735, 743/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 731/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	DAtA dA Infração	EnquAdrAmEnto
AFJ1986	55951071C	5010/0	23/03/2011	162 * I
ANH5168	55950345C	5541/5	21/02/2011	181 * XVII
ANJ9836	55952347C	7366/2	01/06/2011	252 * VI
DCQ3039	55949890C	6548/2	21/02/2011	229
DCQ3039	55949891C	5185/1	21/02/2011	167
KQA5300	55373147C	6637/1	10/07/2011	230 * IX
KQA5300	55373148C	6637/1	10/07/2011	230 * IX
LNN6171	55951150C	6920/0	04/07/2011	233
LNS8879	55950971C	5185/1	21/03/2011	167
LWR2008	55953006C	6920/0	11/07/2011	233
LXQ2319	55951148C	6920/0	04/07/2011	233
LXT4299	55373133C	6041/2	07/06/2011	207
LYB7183	55951703C	6726/1	28/05/2011	230 * XVIII
LYB7183	55951951C	5010/0	28/05/2011	162 * I
LYB7183	55951952C	5169/1	28/05/2011	165
LYZ2855	55950355C	5010/0	20/03/2011	162 * I
LYZ2855	55950356C	5061/0	20/03/2011	163 c/c 162 * I
LYZ2855	55950357C	6599/2	20/03/2011	230 * V
LYZ2855	55950358C	6653/1	20/03/2011	230 * XI
LYZ2855	55950359C	6580/0	20/03/2011	230 * IV
MAH1654	55950855C	6599/2	05/07/2011	230 * V
MAK2324	55949279C	6556/1	24/03/2011	230 * I
MAK2324	55949280C	7030/2	24/03/2011	244 * I
MAZ9615	55951149C	6920/0	04/07/2011	233
MBE3702	55953007C	6920/0	11/07/2011	233
MBE8319	55953012C	6920/0	11/07/2011	233

MBJ4641	55950765C	7340/0	27/02/2011	252 * IV
MBK6645	55948890C	6645/0	31/05/2011	230 * X
MBK6645	55948891C	6645/0	31/05/2011	230 * X
MCG3481	55952710C	5452/1	03/06/2011	181 * VIII
MCK8067	55953016C	6920/0	11/07/2011	233
MCM3327	55951953C	7048/1	01/06/2011	244 * II
MCN2484	55374235C	6653/1	23/03/2011	230 * XI
MCR8379	55950818C	5010/0	23/02/2011	162 * I
MCR8379	55950819C	5835/0	23/02/2011	195
MCR8379	55950820C	5061/0	23/02/2011	163 c/c 162 * I
MCT2342	55951196C	5819/2	06/07/2011	193
MCV1694	55951212C	6769/1	21/03/2011	230 * XXII
MCW1891	55952443C	6599/2	09/07/2011	230 * V
MCW1891	55952444C	6912/0	09/07/2011	232
MDH8669	55950974C	5185/1	21/03/2011	167
MDJ1063	55948855C	5010/0	21/03/2011	162 * I
MDN1955	55951792C	7048/1	11/06/2011	244 * II
MDN8325	55373135C	5045/0	11/06/2011	162 * V
MDS1844	55373706C	7056/2	11/06/2011	244 * III c/c §1º
MDU5838	55952727C	6041/2	04/07/2011	207
MDU5838	55952958C	6653/2	04/07/2011	230 * XI
MEC4216	55951285C	6700/1	02/06/2011	230 * XVI
MEK0876	55948617C	6041/2	04/07/2011	207
MEL3978	55374218C	5819/2	26/02/2011	193
MEM5278	55951933C	5738/0	11/07/2011	186 * II
MEO3201	55953002C	5819/1	06/07/2011	193
MEP6843	55950979C	5185/1	21/03/2011	167
MEU4365	55951195C	7366/2	04/07/2011	252 * VI
MEY9761	55953013C	6920/0	11/07/2011	233
MFP7191	55950795C	6653/2	22/03/2011	230 * XI
MFT9362	55949641C	5045/0	20/03/2011	162 * V
MGD7394	55373734C	6920/0	20/06/2011	233
MGF1456	55950597C	5185/1	21/03/2011	167
MGH4569	55950598C	5185/1	21/03/2011	167
MGI5505	55950800C	6653/2	23/03/2011	230 * XI
MGI6532	55952440C	6912/0	13/06/2011	232
MGK6701	55952673C	5304/0	12/06/2011	176 * III

MGT6784	55373143C	5525/0	05/07/2011	181 * XV
MHI9061	55951015C	6130/0	23/03/2011	214 * II
MHP5171	55373131C	5045/0	03/06/2011	162 * V
MHP5171	55373132C	6599/2	03/06/2011	230 * V
MHT8774	55950798C	6637/2	22/03/2011	230 * IX
MIA7687	55951194C	7366/2	04/07/2011	252 * VI
MIU1169	55952885C	6653/1	05/07/2011	230 * XI
MVI3037	55951011C	5185/1	23/03/2011	167
NBC7728	55951146C	6920/0	04/07/2011	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 15 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 735/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACM0710	55952729C	5487/0	14/07/2011	181 * XI
AKO1866	55952724C	5010/0	26/06/2011	162 * I
AKO1866	55952725C	6602/0	26/06/2011	230 * VI
IGU4205	55951942C	5452/2	16/07/2011	181 * VIII
LZD2480	55952814C	6599/2	14/07/2011	230 * V
LZD2480	55952815C	5274/1	14/07/2011	175
MAA9436	55373717C	6920/0	20/06/2011	233
MAO0579	55948613C	5720/0	26/06/2011	186 * I
MBB4537	55952890C	5010/0	17/07/2011	162 * I
MCG2442	55373740C	6912/0	14/07/2011	232
MCT6470	55373737C	6920/0	20/06/2011	233
MDZ2580	55373730C	6920/0	20/06/2011	233
MEM0921	55952810C	6599/2	14/07/2011	230 * V
MEM9747	55952970C	5010/0	16/07/2011	162 * I
MFJ5509	55948626C	5762/0	17/07/2011	188
MFS3614	55373708C	6920/0	20/06/2011	233
MGW6578	55373739C	6912/0	14/07/2011	232
MHG2641	55373149C	7056/1	13/07/2011	244 * III
MHS2070	55951192C	7366/2	29/06/2011	252 * VI
MHS5609	55951965C	5878/0	25/06/2011	199
MIY6674	55952968C	5010/0	16/07/2011	162 * I
MJC1712	55951935C	7366/2	13/07/2011	252 * VI
MJE0662	55950859C	6653/1	17/07/2011	230 * XI
MLA1500	55952967C	6599/2	15/07/2011	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 15 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 743/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	DAtA dA Infração	EnquAdrAmEnto
ARJ1733	55953315C	6920/0	11/08/2011	233
BQC2149	55950378C	5169/1	16/07/2011	165
JNO9063	55953192C	5010/0	15/08/2011	162 * I
JPG4150	55953304C	6920/0	11/08/2011	233
LXF7164	55953210C	6920/0	11/08/2011	233
LXL8259	55373511C	5207/0	08/07/2010	169
LXX1757	55002104D	6912/0	14/08/2011	232
LXX1757	55002105D	5169/1	14/08/2011	165
MCK1811	55948624C	5525/0	17/07/2011	181 * XV
MDK0636	55953302C	6920/0	11/08/2011	233
MDN0756	55953256C	6602/0	14/08/2011	230 * VI
MDX3698	55002154D	5010/0	16/08/2011	162 * I
MDX3698	55002155D	6556/1	16/08/2011	230 * I
MER6528	55951975C	7048/2	12/07/2011	244 * II
MGB9633	55951845C	5738/0	14/08/2011	186 * II
MGI5505	55953262C	6602/0	14/08/2011	230 * VI
MGN5920	55950213C	7048/1	28/01/2011	244 * II
MHN7308	55951846C	6068/1	16/08/2011	209
MII4527	55951496C	7056/1	16/04/2011	244 * III
MJC8765	55953258C	6653/1	14/08/2011	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 15 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.859 de 17 de Julho de 2013

DECRETO Nº 7.859 DE 17 DE JULHO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.910 de 17 de dezembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas

10.301.0052.2.055 - Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS

300000.00.119 - Despesas Correntes

310000.00.119 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00.119 - Aplicações Diretas

319013.00.119 - Obrigações Patronais R\$ 2.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas

10.301.0052.2.055 - Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS

300000.00.119 - Despesas Correntes

310000.00.119 - Pessoal e Encargos Sociais

319000.00.119 - Aplicações Diretas

319013.00.119 - Obrigações Patronais - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 2.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de julho de 2013.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.092 de 18 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.092 DE 18 DE JULHO DE 2013

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº

099 de 19 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao servidor ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar Operacional - CRISTIANO STELZNER, Matrícula Funcional nº 000559, Registro no Sistema sob nº 954680, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2008 á 03 de julho de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 18 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.093 de 18 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.093 DE 18 DE JULHO DE 2013

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar de Serviços Gerais - ZINIL ALVES FERREIRA BISCAIA, Matrícula Funcional nº 340, Registro no Sistema sob nº 318790, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 10 de junho de 2008 á 10 de junho de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 18 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.094 de 18 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.094 DE 18 DE JULHO DE 2013

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao servidor ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar Operacional - ANTONIO DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000561, Registro no Sistema sob nº 954682, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo 03 de julho de 2008 a 03 de julho de 2011.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 18 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.095 de 18 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.095 DE 18 DE JULHO DE 2013

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar Operacional - IZOLETE GO-DOIS DOS SANTOS DE JESUS, Matrícula Funcional nº 000597, Registro no Sistema sob nº 954832, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, transportes e Obras, referente ao período aquisitivo 27 de abril de 2010 a 27 de abril de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 18 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.096 de 18 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.096 DE 18 DE JULHO DE 2013

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora ocupante do cargo público de Auxiliar de Enfermagem, ocupando o cargo de Função Gratificada de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo a Saúde, ANA MARIA DOS SANTOS HERBST, Matrícula Funcional nº 330, Registro no Sistema sob nº 129040, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 11 de novembro de 2009 a 11 de dezembro de 2012.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 18 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.097 de 18 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.097 DE 18 DE JULHO DE 2013

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar de Serviços Gerais - MARIA OLÍVIA DOS SANTOS FRANCO, Matrícula Funcional nº 0223, Registro no Sistema sob nº 549500, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 03 de fevereiro de 2009 a 03 de fevereiro de 2012.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 18 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.098 de 18 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.098 DE 18 DE JULHO DE 2013

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora ocupante do cargo público e na função de Auxiliar de Enfermagem, MARIA DE LURDES CÂNDIDO DA ROSA, Matrícula Funcional nº 000252, Registro no Sistema sob nº 788900, a disposição da Unidade de Corpo de Bombeiros Militares em Campo Alegre/SC.

Parágrafo único: A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo é referente ao período de 01 de agosto de 2009 á 01 de agosto de 2012.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 18 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.099 de 18 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.099 DE 18 DE JULHO DE 2013

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a servidora ocupante do cargo público de Agente Operacional I, na função de Auxiliar Operacional, MARIA DO CARMO MOREIRA FARI, Matrícula Funcional nº 000265, Registro no Sistema sob nº 314880, lotada na Secretara Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2010 á 01 de junho de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 18 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.100 de 18 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.100 DE 18 DE JULHO DE 2013

AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao servidor ocupante do cargo público de Motorista, na função de Motorista da Saúde, PAULO PACHECO DA SILVA, Matrícula Funcional nº 000434, Registro no Sistema sob nº 954299, lotado na Secretara Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 26 de janeiro de 2009 á 26 de janeiro de 2012.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 18 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata Pregão 75/2013

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 75/2013 – modalidade Pregão (presencial) Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Pregoeira Municipal, Lilian Terezinha Bartsch e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 75/2013, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto aquisição de utensílios de cozinha para as escolas da rede municipal de ensino e para as creches municipais. Inicialmente a Pregoeira declarou

aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Infantis Brinquedos e Presentes Ltda, Solo Comercial Ltda Epp, Maxima Papelaria Ltda, Papelaria São Bento Ltda, Bona Gente Comercial Ltda, 3A Comercio de Móveis e Refrigeração Ltda Me, Expressão Comércio de Mat. De Informática e Serviços Ltda. Todas as empresas licitantes apresentaram a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação. Todas as empresas apresentaram Certidão Simplificada para valer-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência), exceto a empresa Maxima Papelaria Ltda que não apresentou a Certidão Simplificada para valer-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Passou-se ao credenciamento dos licitantes sendo: Sr. Luissalatiel José Wielewski, representante da empresa Infantis Brinquedos e Presentes Ltda, Sr. Andrei Castro Vilha, representante da empresa Solo Comercial Ltda Epp, Sr. Milton Luiz Pscheidt, representante da empresa Maxima Papelaria Ltda, Sr. Charles Gilson Ritzman, representante da empresa Papelaria São Bento Ltda, Sr. Wilson de Andrade, representante da empresa Bona Gente Comercial Ltda, Sr. José Leocadio Cordeiro, representante da empresa 3A Comercio de Móveis e Refrigeração Ltda Me, Sr. José Manoel Duarte, representante da empresa Expressão Comércio de Mat. De Informática e Serviços Ltda, O critério de julgamento é o MENOR PREÇO UNITÁRIO. Passou-se a abertura dos envelopes da proposta. Após o julgamento das propostas, procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa primeira classificada, obtendo o seguinte resultado:

ITEM 01

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São Bento	24,98	23,85	1ª	HABILITADA
Máxima	24,50	23,88	2ª	-----
Solo	24,88	23,94	3ª	-----
3 A	24,00	24,00	4ª	
Infantus	24,90	24,90	5ª	
Bona Gente	24,90	24,90	6ª	
Expressão	24,90	24,90	7ª	

ITEM 02

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São bento	16,99	16,70	1ª	HABILITADA
Bona Gente	17,00	16,73	2ª	-----
Máxima	16,90	16,74	3ª	-----
3 A	16,80	16,80	4ª	
Solo	16,98	16,98	5ª	
Infantus	17,00	17,00	6ª	
Expressão	17,00	17,00	7ª	

ITEM 03

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São Bento	16,68	16,10	1ª	HABILITADA
Máxima	16,50	16,16	2ª	-----
Solo	16,68	16,19	3ª	-----
Expressão	16,70	16,25	4ª	
3 A	16,30	16,30	5ª	
Infantus	16,70	16,70	6ª	
Bona Gente	16,70	16,70	7ª	

ITEM 04

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
3 A	17,00	17,00	1ª	HABILITADA
Expressão	18,00	18,00	2ª	-----
Infantus	18,00	18,00	3ª	-----

A empresa Bona Gente pediu desclassificação deste item, por não atender a descrição exigida no edital.

ITEM 05

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Máxima	13,00	12,80	1ª	HABILITADA
Papelaria São Bento	13,20	12,93	2ª	-----
3 A	13,00	13,00	3ª	-----
Solo	13,23	13,23	4ª	
Infantus	13,25	13,25	5ª	
Bona Gente	13,25	13,25	6ª	
Expressão	13,25	13,25	7ª	

ITEM 06

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São Bento	6,20	6,20	1ª	HABILITADA
Infantus	6,25	6,25	2ª	-----
Bona Gente	6,25	6,25	3ª	-----
Expressão	6,25	6,25	4ª	

A empresa 3 A pediu desclassificação deste item, alegando que o produto ofertado não atende a especificação do edital.

ITEM 07

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Solo	69,48	69,39	1ª	HABILITADA

Bona Gente	69,50	69,40	2ª	-----
Expressão	69,50	69,50	3ª	-----

ITEM 08

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Máxima	20,30	19,90	1ª	HABILITADA
Solo	20,35	19,99	2ª	-----
3 A	20,00	20,00	3ª	-----
Papelaria São bento	20,39	20,39	4ª	
Infantus	20,40	20,40	5ª	
Bona Gente	20,40	20,40	6ª	
Expressão	20,10	20,40	7ª	

ITEM 09

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Máxima	13,90	13,58	1ª	HABILITADA
Papelaria São bento	13,99	13,68	2ª	-----
3 A	13,90	13,90	3ª	-----
Solo	13,98	13,98	4ª	
Infantus	14,00	14,00	5ª	
Bona Gente	14,00	14,00	6ª	
Expressão	14,00	14,00	7ª	

ITEM 10

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
A única empresa que apresentou proposta para este item Expressão Com De Mat. De informática e Serviços, pediu desclassificação do item, erro na proposta alegando que o produto ofertado não atende edital.				

ITEM 11

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São bento	18,14	17,70	1ª	HABILITADA
Máxima	18,00	17,80	2ª	-----
3 A	18,00	18,00	3ª	
Infantus	18,15	18,15	4ª	
Bona Gente	18,15	18,15	5ª	
Expressão	18,15	18,15	6ª	

ITEM 12

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Expressão	21,25	20,90	1ª	HABILITADA
3 A	21,00	21,00	2ª	-----
Solo	21,20	21,20	3ª	-----
Infantus	21,25	21,25	4ª	
Bona Gente	21,25	21,25	5ª	
Expressão	21,25	21,25	6ª	

ITEM 13

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São bento	25,10	25,00	1ª	HABILITADA
Solo	25,10	25,10	4ª	
Infantus	25,13	25,13	5ª	
Expressão	25,13	25,13	6ª	

ITEM 14

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São bento	69,98	69,60	1ª	HABILITADA
Infantus	70,00	69,70	2ª	-----
Solo	69,95	69,95	3ª	-----
Bona Gente	70,00	70,00	4ª	
Expressão	70,00	70,00	5ª	

ITEM 15

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Máxima	16,90	14,90	1ª	HABILITADA
3 A	15,00	15,00	2ª	-----
Expressão	17,00	17,00	3ª	-----
Infantus	17,00	17,00	4ª	
Bona Gente	17,00	17,00	5ª	
Papelaria São bento	17,00	17,00	6ª	

ITEM 16

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Máxima	31,80	29,70	1ª	HABILITADA
Solo	31,98	29,90	2ª	-----
3 A	30,00	30,00	3ª	

Papelaria São bento	31,98	31,98	4ª	-----
Infantus	32,00	32,00	5ª	
Bona Gente	32,00	32,00	6ª	
Expressão	32,00	32,00	7ª	

ITEM 17

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Máxima	52,50	52,20	1ª	HABILITADA
Solo	52,80	52,40	2ª	-----
Infantus	52,90	52,90	4ª	
Bona Gente	52,90	52,90	5ª	
Expressão	52,90	52,90	6ª	

ITEM 18

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São bento	31,79	31,30	1ª	HABILITADA
Máxima	31,60	31,40	2ª	-----
Solo	31,78	31,78	3ª	-----
Infantus	31,80	31,80	4ª	
Bona Gente	31,80	31,80	5ª	
Expressão	31,80	31,80	6ª	

ITEM 19

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Máxima	16,00	15,50	1ª	HABILITADA
Papelaria São bento	15,99	15,70	2ª	-----
3 A	15,90	15,90	3ª	
Solo	15,95	15,95	4ª	-----
Infantus	16,00	16,00	5ª	
Expressão	16,00	16,00	6ª	

ITEM 20

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Máxima	2,80	2,60	1ª	HABILITADA
Papelaria São bento	2,85	2,70	2ª	-----
3 A	2,80	2,80	3ª	-----
Solo	2,82	2,82	4ª	
Infantus	2,85	2,85	5ª	
Expressão	2,85	2,85	6ª	

Bona Gente	2,85	2,85	7ª	
------------	------	------	----	--

ITEM 21

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São bento	3,81	3,69	1ª	HABILITADA
3 A	3,79	3,79	2ª	-----
Solo	3,80	3,80	3ª	-----
Máxima	3,80	3,80	4ª	
Infantus	3,82	3,82	5ª	
Expressão	3,82	3,82	6ª	
Bona Gente	3,82	3,82	7ª	

ITEM 22

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Solo	2,77	2,60	1ª	HABILITADA
Máxima	2,70	2,70	2ª	-----
3 A	2,75	2,75	3ª	-----
Papelaria São bento	2,79	2,79	4ª	
Infantus	2,79	2,79	5ª	
Expressão	2,79	2,79	6ª	
Bona Gente	2,79	2,79	7ª	

ITEM 23

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Solo	121,00	120,30	1ª	HABILITADA
Papelaria São bento	121,10	120,40	2ª	-----
Máxima	121,00	120,80	3ª	-----
Infantus	121,12	121,12	4ª	
Expressão	121,12	121,12	5ª	
Bona Gente	121,12	121,12	6ª	

ITEM 24

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Solo	299,95	298,60	1ª	HABILITADA
Papelaria São bento	299,00	298,70	2ª	-----
Expressão	300,00	300,00	3ª	-----

ITEM 25

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Papelaria São Bento	7,69	5,67	1ª	HABILITADA
Infantus	5,77	5,77	2ª	-----
3 A	7,50	7,50	3ª	-----

Considerando a classificação e habilitação das empresas primeiras classificadas em cada item a Pregoeira as declara vencedoras desta licitação conforme especificado na tabela acima.. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Ata Pregão 79/2013**ATA CIRCUNSTANCIADA**

Processo Licitatório nº 79/2013 - modalidade Pregão (presencial)

Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Pregoeira Municipal, Lilian Terezinha Bartsch e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 79/2013, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto aquisição de utensílios de cozinha para as escolas da rede municipal de ensino e para as creches municipais. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Company Serviços Auxiliares à Educação Ltda Me. A empresa licitante apresentou a Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação. A empresa apresentou Certidão Simplificada com enquadramento como Microempresa para valer-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Passou-se ao credenciamento da licitante sendo: Sra. Viviane Berkenbroch Ramos, representante da empresa Company Serviços Auxiliares à Educação Ltda Me. O critério de julgamento é o requisito MENOR PREÇO GLOBAL, com fixação de valor máximo, o preço máximo fixado é de R\$ 15.000,00. Passou-se a abertura do envelope da proposta. A licitante apresentou proposta inicial com o valor global de R\$ 13.000,00, não concedendo desconto. Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante classificada, estando de acordo com o exigido no edital. Considerando a classificação e habilitação da empresa Company Serviços Auxiliares à Educação Ltda Me a Pregoeira Adjudica sua proposta declarando-a vencedora, com o valor global de R\$ 13.000,00. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Campos Novos**PREFEITURA****Aviso PP 24-2013 Medicamentos - Saúde****AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 07/08/2013 às 09:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-SC. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 22 de Julho de 2013.

NELSON LUIZ DE PAULA

Secretario Municipal de Saúde

Canoinhas**PREFEITURA****Publicação de Edital de Pregão Presencial N.º FMS 14/2013**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 24/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 14/2013

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/08/2013, às 14h05min, a abertura das propostas para AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA SEREM USADOS POR PROFISSIONAIS DA EQUIPE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E EQUIPE DE COMBATE À DENGUE. Recebimento das propostas até às 14h00min do dia 08/08/2013. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações

WILSON PEREIRA

Prefeito e.e/Presidente do fundo.

Publicação de Edital de Pregão Presencial N.º FMS 15/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 25/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 15/2013

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 07/08/2013, às 10h05min, a abertura das propostas para AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) REFRIGERADORES DESTINADOS ÀS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE. Recebimento das propostas até às 10h00min do dia 07/08/2013. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações



Programa de
Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

WILSON PEREIRA

Prefeito e.e/Presidente do fundo.

Edital Nº. 034/2013

EDITAL Nº. 034/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 85 de 18 de maio 2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua

automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 16 de julho de 2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 034/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: SERVENTE MASCULINO

JOSE ROBERTO GONÇALVES DA ROCHA

CARGO: AGENTE DE DENGUE

GLAUCIO DE MEIRA COLAÇO

Edital Nº. 035/2013

EDITAL Nº. 035/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº. 02/SMDSF/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº. 02/SMDSF/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº. 091/2012;

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo,



os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo previsto no Edital nº. 02/SMDSF/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº. 10, Centro, Canoinhas, SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação do ORIGINAL e CÓPIA AUTENTICADA dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- b) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- f) Cédula de Identidade (RG);
- g) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas);
- h) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- i) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais;
- j) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso;
- k) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso;
- l) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual;
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do processo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os aprovados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no

prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração Finanças e Orçamento, e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 16 de julho de 2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 035/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: EDUCADOR SOCIAL

FRANCIELI GERALDO

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 081/2013

DECRETO Nº 081, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Anula Processo Licitatório nº 078/2013, Modalidade Concorrência nº 002/2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu artigo 49, que autoriza a autoridade competente anular a licitação por ilegalidade de ofício, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.784/99 em seu art. 53 que preconiza o dever da Administração de anular seus próprios atos, quando eivados de vício de ilegalidade;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 0212/2013, anexo;

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o Processo Licitatório nº 078/2013, Modalidade Concorrência nº 002/2013, cujo objeto é contratação de empresa especializada para execução das obras e serviços para implantação da 1ª Etapa do Sistema de Esgoto Sanitário - SES nos termos do Projeto da Rede Coletora e da Estação de Tratamento (ETE) do Loteamento Santa Maria e Loteamento Nova Capinzal, perímetro urbano do município de Capinzal - SC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 19 de julho de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

Portarias

PORTARIA Nº. 725, DE 17 DE JULHO DE 2013

Concede licença a servidor na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições que lhe são conferidas e conforme o disposto na letra "b", inciso III do artigo 93 da Lei Complementar nº. 006, de 05 de março de 1991 e com a Certidão de Óbito Matrícula nº. 10779701552013400032 113000954856, resolve:

Art. 1.º Fica concedida licença por motivo de óbito do irmão, pelo período de 11 a 18 de julho de 2013, à servidora Maria Cristina Hinz Moresco matrícula nº 33476.6, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº. 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data supra, produzindo seus efeitos a contar de 11 de julho de 2013.

Capinzal - SC, em 17 de julho de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

FMS Errata ao Contrato 0079/2013

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na Edição de número 1265, do dia 24/06/2013, referente ao extrato de contrato 0079/2013, do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal;

Onde se lê:

VALOR R\$: 13.581,35;

Leia-se:

VALOR R\$: 12.917,30

FMS Errata ao Contrato 0082/2013

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na Edição de número 1265, do dia 24/06/2013, referente ao extrato de contrato 0082/2013, do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal;

Onde se lê:

VALOR R\$: 12.944,17;

Leia-se:

VALOR R\$: 13.608,22

Catanduvas**CÂMARA MUNICIPAL****Decreto Legislativo Nº 32, de 16 de Julho de 2013**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 32, DE 16 DE JULHO DE 2013.

Concede à Associação de Incentivo e Desenvolvimento Rural de Catanduvas - AIDEC, a qualificação como Entidade de Interesse Público Municipal.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Concede à Associação de Incentivo e Desenvolvimento Rural de Catanduvas - AIDEC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, a qualificação como Entidade de Interesse Público Municipal, de acordo com o que dispõe a Lei Municipal n. 2.398/2013.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra vigor na data de sua publicação.

Catanduvas, 16 de julho de 2013.

ODAIR JOSÉ GABRIELLI

Presidente

MÁRCIO JUCÉLIO DE LUCCA

Vice-Presidente

SALETE RIBEIRO CHIARELLO

Primeira Secretária

LEUCIR LUIZ PARISOTTO

Segundo Secretário

Registrado e publicado por esta Secretaria, nesta data.

ODAIR JOSÉ GABRIELLI

Presidente

Portaria Nº 44/2013 de 15 de Julho de 2013

PORTARIA Nº PL/044/2013 de 15 de julho de 2013.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL À SERVIDORA SIMONE VIEIRA DOS SANTOS DE MARTINI.

ODAIR JOSE GABRIELLI, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvas, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão funcional à Simone Vieira dos Santos De Martini, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Contabilidade, Nível 06, Classe "A", para dar-lhe ascensão ao cargo de provimento efetivo de Técnico em Contabilidade, Nível 7, Classe "A", em razão de progressão por desempenho funcional, com base na Lei nº 1.862/2003.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 01 de julho de 2013.

ODAIR JOSÉ GABRIELLI

Presidente

Registra-se e Publica-se em 15 de julho de 2013.



ODAIR JOSÉ GABRIELLI
Presidente

SALETE RIBEIRO CHIARELLO
1º Secretária

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria Nº 239/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 239/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 2011/2012, a ROSICLEIDE SIPRIANI PEREIRA, matriculada sob o nº 250501, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Nível Médio na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Autorizar a servidora a gozar férias de 20 (vinte) dias no período de 22.07.2013 à 10.08.2013, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme arts. 46 e 78, § 3º, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de julho de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Processo Licitatório Nº 70/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2013
- PM
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2013 - PM

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 01 de agosto de 2013, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de EQUIPAMENTOS e Material, visando atender a demanda do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado (SC), 22 de julho de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

Aviso Pregão Presencial Nº 35/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2013- PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 61/2013 - AVISO. Torno público que, nesta data foi baixado o Edital de Pregão Presencial nº. 35/2013, que objetiva a Contratação de empresa autorizada/especializada de Serviço Móvel Pessoal - SMP, nas modalidades local (vc1) e de longa distância nacional (vc2 e vc3). Compreendendo um total de 30 (trinta) linhas telefônicas sob plano Pós-Pago. Com fornecimento dos aparelhos celulares por comodato, no atendimento ao Município de Cocal do Sul. A abertura do Pregão será as 09:00 horas do dia 02 de agosto de 2013. Cópia do Edital e maiores informações poderão ser obtidas através do site www.cocaldosul.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, sito à Av. Dr. Polidoro Santiago, 519, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 12:00 e das 13:00 as 16:30 horas.

Cocal do Sul, 19 de julho de 2013. ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal.

DANIEL FREITAS BRATTI
Pregoeiro.

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**Demonstrativo da Despesa com Pessoal**

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	778.629,43	0,00
Pessoal Ativo	778.629,43	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	778.629,43	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	778.629,43	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	33.938.090,31	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	2,29	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	2.036.285,42	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	1.934.471,15	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	778.629,43	0,00
Pessoal Ativo	778.629,43	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	778.629,43	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	778.629,43	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	33.938.090,31	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	2,29	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	2.036.285,42	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	1.934.471,15	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	778.629,43	0,00
Pessoal Ativo	778.629,43	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	778.629,43	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	778.629,43	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	33.938.090,31	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	2,29	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 6%	2.036.285,42	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 5,7%	1.934.471,15	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Concórdia

PREFEITURA

Decreto Nº 604/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 604/2013, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

Nomeia MARIA DE FATIMA ZAMBONI no cargo de Encarregada da Seção Administrativa; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora MARIA DE FATIMA ZAMBONI, para exercer o cargo de Encarregada da Seção Administrativa - Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de julho de 2013.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerada a servidora MARIA DE FATIMA ZAMBONI, do cargo de provimento em comissão de Encarregada da Seção Financeira, a partir de 1º de julho de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 605/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 605/2013, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

Nomeia ROSA MARIA SELA SGARABOTTO no cargo de Encarregada da Seção Financeira; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora ROSA MARIA SELA SGARABOTTO, para exercer o cargo de Encarregada da Seção Financeira - Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de julho de 2013.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerada a servidora ROSA MARIA SELA SGARABOTTO, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor de Contabilidade

do Fundo Municipal de Saúde, a partir de 1º de julho de 2013.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 606/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 606/2013, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

Exonera, a pedido, a servidora TABARA PASQUALOTTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora TABARA PASQUALOTTO, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, a partir de 1º de julho de 2013.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 607/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 607/2013, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

Nomeia DAIANE DO AMARAL no cargo de Controladora da Divisão do Banco de Dados Oficiais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora DAIANE DO AMARAL, para exercer o cargo de Controladora da Divisão do Banco de Dados Oficiais - Assessoria de Planejamento, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 6, acrescidos da gratificação de 20% (vinte por cento), a partir de 1º de julho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 608/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 608/2013, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

Nomeia MARLI DA SILVA BERGAMIM no cargo de Controladora da Divisão de Logística.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora MARLI DA SILVA BERGAMIM, para exercer o cargo de Controladora da Divisão de Logística - Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 6, acrescidos da gratificação de 20% (vinte por cento), a partir de 1º de julho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE
Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 609/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 609/2013, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

Nomeia DENISE CLARA SCHUCK no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, DENISE CLARA SCHUCK, no cargo de Professor - Educação Especial, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 1º de julho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 610/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 610/2013, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

Nomeia JESSICA FERNANDA HAEFLIGER no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, JESSICA FERNANDA HAEFLIGER, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 1º de julho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 611/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 611/2013, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

Nomeia MARIELLE CONCEIÇÃO CAMPOS no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MARIELLE CONCEIÇÃO CAMPOS, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 1º de julho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 612/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 612/2013, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

Nomeia MARCOS PAVAN no cargo de Operador de Equipamentos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, MARCOS PAVAN, no cargo de Operador de Equipamentos - Retroescavadeira, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 1º de julho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 613/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 613/2013, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

Nomeia JACIELE TOCHETTO no cargo de Técnico Legislativo.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 9º, I, 36, I e 41, VI, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, JACIELE TOCHETTO, no cargo de Técnico Legislativo, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 1º de julho de 2013.

Art. 2º Em face da nomeação constante no art. 1º deste Decreto fica a servidora afastada do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, declarada a vacância e assegurada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 614/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 614/2013, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

Nomeia TABARA PASQUALOTTO no cargo de Técnico Legislativo.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, TABARA PASQUALOTTO, no cargo de Técnico Legislativo, Grupo Ocupacional Especialista - GE, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 1º de julho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 615/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 615/2013, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

Nomeia JOSE VALDORI DA ROCHA CAMPOS no cargo de Encarregado da Seção de Inspeção.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor JOSE VALDORI DA ROCHA CAMPOS, para exercer o cargo de Encarregado de Inspeção - Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de julho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

RUIMAR SCORTEGAGNA

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 616/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 616/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ELIS REGINA ALBIE-RO PALINSKI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações. DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, à servidora ELIS REGINA ALBIERO PALINSKI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 90891-03, o gozo de 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio -período aquisitivo de 8 de março de 2004 a 7 de março de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de junho de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 617/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 617/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora CLAIR NELSI SONNTAG.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações. DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, à servidora CLAIR NELSI SONNTAG, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 97365-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por

assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de fevereiro de 2008 a 1º de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 618/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 618/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora NELSI SEHN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, à servidora NELSI SEHN, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 93580-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 31 de julho de 2007 a 30 de julho de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 619/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 619/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor GIL-CEMAR DE MOURA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, ao servidor GIL-CEMAR DE MOURA, ocupante do cargo de Orientador de Informática, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de junho de 2008 a 1º de junho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 620/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 620/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor EDGAR GERMANO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.
DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, ao servidor EDGAR GERMANO, ocupante do cargo de Servente Braçal, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 2003.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 621/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 621/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARLI MARIA BRUSCHI TURMINA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de julho a outubro de 2013, à servidora MARLI MARIA BRUSCHI TURMINA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 112275-00, o gozo de 4 (quatro) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 2 (dois) meses relativos ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2002 a 17 de fevereiro de 2007;

II - 2 (dois) meses relativos ao quinquênio - período aquisitivo de 18 de fevereiro de 2007 a 17 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 622/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 622/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARIZA MARIA MAGNANI BIANCHIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.
DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, à servidora MARIZA MARIA MAGNANI BIANCHIN, ocupante do cargo de Escrevente, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de maio de 2000 a 1º de maio de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

RUIIMAR SCORTEGAGNA
Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 623/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 623/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora CARLISE VIER.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, à servidora CARLISE VIER, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 8 de janeiro de 2007 a 7 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 624/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 624/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora RENATA FONTANA MINCARONI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, à servidora RENATA FONTANA MINCARONI, ocupante do cargo de Odontólogo, matrícula 92223-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de julho de 2005 a 16 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 625/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 625/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora DIONE IRENE ZINKE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, à servidora DIONE IRENE ZINKE, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 12 de janeiro de 2005 a 11 de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 626/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 626/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora IVETE BALDASSO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, à servidora IVETE BALDASSO, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de março de 2007 a 29 de fevereiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 627/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 627/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SIRLEI FERREIRA LONGO BORTOLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações. DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, à servidora SIRLEI FERREIRA LONGO BORTOLI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 96970-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 26 de janeiro de 2008 a 25 de janeiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 628/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 628/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora CLARICE FABONATTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações. DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, à servidora CLARICE FABONATTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 98949-00, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2007 a 31 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 629/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 629/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SONIMARA CAZAROTTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações. DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, à servidora SONIMARA CAZAROTTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 95885-01, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2007 a 31 de janeiro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 630/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 630/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora ROSANE DICK HERMES.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações. DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de julho de 2013, à servidora ROSANE DICK HERMES, ocupante dos cargos de Professor, código 10.12, matrículas 90280-00 e 90280-02, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 1 (um) mês relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 26 de julho de 2000 a 25 de julho de 2005, matrícula 90280-00;

II - 1 (um) mês relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2007 a 31 de janeiro de 2012, matrícula 90280-20.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 631/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 631/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora MARLI TERESINHA ROSENBAACH.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações. DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, nos meses de julho a setembro de 2013, à servidora MARLI TERESINHA ROSENBAACH, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 92592-00, o gozo de 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 1 (um) mês relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de fevereiro de 1992 a 16 de fevereiro de 1997;

II - 2 (dois) meses relativos ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de fevereiro de 1997 a 16 de fevereiro de 2002.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 632/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 632/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Nomeia MARILUCI GOMES DE ANDRADE no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, MARILUCI GOMES DE ANDRADE, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 1º de julho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 633/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 633/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Revoga o Decreto nº 361/2013, de 26 de março de 2013, que designa MARILETE DEGARAIS, para integrar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando o Of. 43/2013, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 361/2013, de 26 de março de 2013, que designa MARILETE DEGARAIS, para integrar o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Concórdia, na qualidade de Conselheiro Efetivo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de junho de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 634/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 634/2013, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Acresce alínea "m" ao inciso II do art. 2º do Decreto nº 474/2012, de 10 de maio de 2012 e alteração, que constituem e designam membros para compor o Comitê Executivo do Plano Municipal de Saneamento Básico.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescida alínea "m" ao inciso II do art. 2º do Decreto nº 474/2012, de 10 de maio de 2012 e alteração, que constituem e designam membros para compor o Comitê Executivo do Plano Municipal de Saneamento Básico, com a seguinte redação:

"Art. 2º ()

m) MARCELA KUHN DOS SANTOS BIGATON, ocupante do cargo de Engenheiro;" (AC)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 27 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 650/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 650/2013, DE 8 DE JULHO DE 2013.

Exonera, a pedido, o servidor CARLOS EDUARDO LANDVOIGT DE JESUS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor CARLOS EDUARDO LANDVOIGT DE JESUS, do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo, a partir de 8 de julho de 2013.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 8 de julho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Portaria Fmc Nº 30/2013

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 30/2013, DE 18 DE JULHO DE 2013.

A Diretora Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 216, de 12 de dezembro de 2001, c/c o disposto no Decreto nº 16/2013, de 2 de janeiro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão organizadora do V Festival "Concórdia em Dança" que acontecerá nos dias 27 e 28 de setembro de 2013 no Centro de Eventos Concórdia, localizado no Parque de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, Município de Concórdia/SC.

Art. 2º Designar, para integrar referida comissão, os servidores da Fundação Municipal de Cultura:

I - Presidente: SANDRA MARA ROMAN;

II - Membros:

a) CÁSSIA PINHEIRO MACHADO BITTENCOURT;

b) CLAUERICE MAURA ZOLET;

c) JOSÉ ALBERTO MAZOCCHO;

d) TIAGO ROBERTO D'ÁVILA DOS SANTOS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 8/2013- FMAS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2013- FMAS

Objeto: Aquisição de mobiliários, equipamentos elétricos (com instalação) e equipamentos médico-hospitalares para atender às necessidades das crianças e adolescentes institucionalizadas no Lar Anjo Gabriel com recursos oriundos do repasse Fundo a Fundo Abrigo/Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 01/08/2013.

Abertura: dia 02/08/2013, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 18 de julho de 2013.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do FMAS

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 86/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 86/2013- PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de sonorização, com equipamento e palco, para realização do desfile cívico de 7 de setembro do presente ano, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 07/08/2013.

Abertura: dia 08/08/2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 18 de julho de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 87/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2013- PMC

Objeto: Contratação de empresa especializada (material e mão de obra) para instalação de ares condicionados e contratação de

empresa especializada (material e mão de obra) para prestação dos serviços de reforma e instalação elétrica, necessários às adequações dos pontos de instalação dos ares condicionados com recursos oriundos do Convênio com a Polícia Civil, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 02/08/2013.

Abertura: dia 05/08/2013 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 19 de julho de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 002/2013 - FMS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 002/2013 - FMS

ESPÉCIE: Termo aditivo celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob o nº 10.455.823/001-65, representado neste ato pelo seu gestor, senhor ALESSANDRO VERNIZE, Secretário Municipal de Saúde, e a BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SÃO FRANCISCO, inscrita no CNPJ sob nº 83.506.030/0002-82, neste ato representada pelos seus procuradores, ÉDIO SANTO ROSSET e ROSANE APARECIDA SULENTA TOCHETTO.

OBJETO: I - A CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO passa a vigorar com a seguinte redação:

O objeto do presente termo aditivo é a conjunção de esforços a continuidade e o incentivo a manutenção da prestação de assistência a saúde oferecida a população usuária do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de Concórdia, no pronto-socorro do Hospital São Francisco, em atendimentos aos casos de urgência e emergência com escala de sobreaviso, nas especialidades médicas de:

a) Clínica Médica, Pediatria, Gineco-Obstetrícia, Cirurgia Geral, Anestesiologia, Neurocirurgia, Ortopedia e Traumatologia, Cirurgia Vascular e Cardiologia;

b) Além das especialidades da alínea anterior, o Corpo Clínico do HOSPITAL realizará os atendimentos nas especialidades de Oftalmologia, Pneumologia, Otorrinolaringologia, Urologia e Psiquiatria, mediante chamados, cujos profissionais serão acionados pelo especialista de uma das áreas descritas na alínea a, desta cláusula, que estiver atendendo ao paciente;

c) Os atendimentos nas especialidades referidas nos parágrafos anteriores desta cláusula serão realizados até o mês de setembro de 2013, após o que a continuidade dependerá da evolução das negociações em curso entre a AMAUC e o Corpo Clínico do Hospital;

d) Não havendo êxito nas referidas negociações, a partir do mês de Outubro de 2013, o Corpo Clínico do Hospital manterá atendimento apenas nas especialidades de Pediatria, Clínica Médica, Cirurgia Geral, Gineco-Obstetrícia e Anestesiologia, sem redução do valor referido na cláusula terceira deste convênio.

II - A CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FMS passa a vigorar com a seguinte redação:

Para execução do presente Convênio, o MUNICÍPIO participará com recursos, na forma abaixo:

a) 2 (duas) parcela, no valor de R\$ 138.463,54 (cento e trinta e oito mil quatrocentos e sessenta e três reais e cinquenta e quatro

centavos), nos meses de março e abril de 2013;

b) 2 (duas) parcelas, no valor de R\$ 69.231,77 (sessenta e nove mil duzentos e trinta e um reais e setenta e sete centavos), no meses de maio e julho de 2013;

c) 1 (uma) parcela, no valor de R\$ 96.744,14 (noventa e seis mil setecentos e quarenta e quatro reais e quatorze centavos), no mês de julho de 2013;

d) 5 (cinco) parcelas, no valor de R\$ 74.734,25 (setenta e quatro mil setecentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos) cada, nos meses de julho a dezembro de 2013;

Os recursos integram a dotação orçamentária 13.01.2.103.33.50. 41.99.00.00.00 (227/2013).

PRAZO: Até 31.12.2013.

DATA DA ASSINATURA: 05 de julho de 2013.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 28/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 28/2013

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 28/2013, firmado em 22 de abril de 2013, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA, inscrito no CNPJ sob nº 01.614.374/0001-60, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, senhora CATIA TESSMANN REICHERT.

OBJETO: Altera a Cláusula Segunda - Do Funcionamento do Convênio nº 28/2013.

DATA DA ASSINATURA: 11 de junho de 2013.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 29/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 29/2013

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 29/2013, firmado em 22 de abril de 2013, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o MUNICÍPIO DE PERITIBA, inscrito no CNPJ sob nº 82.815.085/0001-20, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, senhora NEUSA KLEIN MARASCHINI.

OBJETO: Altera a Cláusula Segunda - Do Funcionamento do Convênio nº 29/2013.

DATA DA ASSINATURA: 11 de junho de 2013.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 29/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 29/2013

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 29/2013, firmado em 22 de abril de 2013, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e o MUNICÍPIO DE PERITIBA, inscrito no CNPJ sob nº 82.815.085/0001-20, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal, senhora NEUSA KLEIN MARASCHINI.

OBJETO: Altera a Cláusula Segunda - Do Funcionamento do Convênio nº 29/2013.

DATA DA ASSINATURA: 11 de junho de 2013.

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 7/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 7/2013

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 7/2013, firmado em 1º de fevereiro de 2013, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CONCÓRDIA - ACIC, inscrita no CNPJ sob nº 75.319.848/0001-87.

OBJETO: Altera a Cláusula Primeira - Do Objeto, do Convênio nº 7/2013.

DATA DA ASSINATURA: 27 de junho de 2013.

Extrato do Termo de Autorização de Uso Gratuito Nº 1/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 1/2013

ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE AGROTURISMO CAMINHO DA ROÇA, inscrita no CNPJ sob nº 05.582.664/0001-20, representada pela sua Presidenta, senhora ELIANE SALETE GUA-RESI SGARBOSSA.

OBJETO: Disposição de equipamento agrícola à AUTORIZADA.

PRAZO: De 17.6.2013 a 31.12.2016.

DATA DA ASSINATURA: 17 de junho de 2013.

Extrato do Termo de Permissão de Uso Gratuito Nº 10/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO GRATUITO Nº 10/2013

ESPÉCIE: Termo de Permissão de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a entidade ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIP QUEIMADOS VIVO, inscrita no CNPJ sob nº 09.180.350/0001-51, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor FIORELO RUVIARO.

OBJETO: Permissão de uso gratuito, a título precário, à PERMISSIONÁRIA, das instalações da sala 3 do quiosque situado no Largo Rio Branco, nesta cidade, com área de 25,00m², que se destinará para o desenvolvimento das atividades da Entidade.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 1º de julho de 2013.

Extrato do Termo de Permissão de Uso Gratuito Nº 8/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO GRATUITO Nº 8/2013

ESPÉCIE: Termo de Permissão de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ESPERANÇA VIVA, inscrita no CNPJ sob nº 00.468.654/0001-44, representada pela sua Presidenta, senhora CLEONICE RUVIARO DA

COSTA.

OBJETO: Permissão de uso gratuito, a título precário, das antigas instalações da Escola Isolada Linha Ouro, situada em Linha Ouro, Concórdia, SC, extinta pela Lei Municipal nº 3.318, de 12 de dezembro de 2001, que se destinará para o desenvolvimento das atividades da Entidade.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2016, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 18 de junho de 2013.

Extrato do Termo de Permissão de Uso Gratuito Nº 9/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO GRATUITO Nº 9/2013

ESPÉCIE: Termo de Permissão de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DE CONCÓRDIA, inscrita no CNPJ sob nº 80.639.099/0001-05, neste ato representada pela sua Presidenta, senhora LUCI CAROLINA GEIB.

OBJETO: Permissão de uso gratuito, a título precário, à PERMISSIONÁRIA, das instalações da sala 4 do quiosque situado no Largo Rio Branco, nesta cidade, com área de 25,00m², que se destinará para o desenvolvimento das atividades da Entidade.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 18 de junho de 2013.

Termo de Entrega Fmdd Nº 3/2013

TERMO DE ENTREGA FMDD Nº 3/2013

Considerando:

- a Lei Complementar nº 621, de 16 de fevereiro de 2012; os Decretos nºs. 5.699, de 26 de abril de 2012 e 328/2012, de 12 de março de 2012 e alterações;
 - o Projeto que visa o "Aparelhamento e Modernização do Setor de Investigação e Capturas - SIC", apresentado pela Delegacia de Polícia de Fronteira de Concórdia - Dpco-Fron de Concórdia, em 13 de março de 2013;
 - que o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD exarou parecer favorável ao atendimento total do Projeto;
 - que os bens foram adquiridos pelo Município - Contrato nº 208/2013 - Edital de Pregão Presencial nº 68/2013 - PMC;
 - que os bens são de extrema importância para o bom andamento das atividades desempenhadas pela Polícia Civil e otimizarão o atendimento à população em geral,
- o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, com sede na Rua Leonel Mosele, 62, Concórdia SC, pelo Conselho Gestor do FMDD, neste ato representado pelo seu Presidente, senhor CARLOS FERNANDO COMASSETTO efetua a entrega imediata ao FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL - FUMPC, situado na Rua Álvaro de Carvalho, 220, 6º andar, Centro, Florianópolis, SC, inscrito no CNPJ sob nº 07.188.579/0001-07, neste ato representado pelo Delegado de Polícia Civil, senhor MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA, os seguintes bens:
- 1 (uma) impressora multifuncional HP 4625, impressão jato de tinta térmica, código patrimonial 57800;
 - 2 (duas) canetas espiãs, 8 GB, códigos patrimoniais 57801 e 57802;
 - 1 (um) binóculo Up Close G2, Celestron 20x50, código patrimonial 57803;
 - 1 (um) gravador de voz digital, 4GB, MP3, recarregável, com gravador de ligação telefônica, código patrimonial 57804;
 - 1 (uma) câmera filmadora digital, Sony DCR-SR21, com cartão de

memória de 16GB código patrimonial 57805;
- 1 (uma) câmera fotográfica digital, Sony DSC-HX200V, com cartão de memória de 16GB, bolsa e tripé com 3 (três) níveis, código patrimonial 57806.

A partir da presente data, os bens passam a ser de uso exclusivo da Polícia Civil, com sede no Município de Concórdia, SC, devendo os mesmos permanecerem no Município.

O Município viabilizará a Autorização Legislativa para a doação dos bens, durante o exercício de 2013.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Concórdia SC, 17 de julho de 2013.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA

Delegado de Polícia Civil

Testemunhas:

1.Nome:

CPF:

2.Nome:

CPF:

Regulamento Interno - Festival "Concórdia Em Dança 2013"

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

REGULAMENTO INTERNO DO FESTIVAL "CONCÓRDIA EM DANÇA 2013"

CAPÍTULO I

DO FESTIVAL

Art. 1º. A Prefeitura Municipal de Concórdia através da Fundação Municipal de Cultura realiza a 5ª edição do Festival "Concórdia em Dança". O evento acontecerá nos dias 27 e 28 de setembro de 2013, no Centro de Eventos Concórdia, localizado no Parque de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, Município de Concórdia (SC).

Art. 2º. O Festival "Concórdia em Dança 2013" tem como Comissão Organizadora os servidores da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia: Cássia Pinheiro Machado Bittencourt, Claurice Maura Zolet, José Alberto Mazocco, Sandra Mara Roman e Tiago Roberto D'Avila dos Santos.

CAPÍTULO II

CATEGORIAS E MODALIDADES

Art. 3º. Poderão participar do Festival "Concórdia em Dança 2013", integrantes de grupos de dança nas categorias, modalidades e gêneros relacionados na tabela abaixo, seguindo o tempo máximo estabelecido:

MODALIDADE	SOLO MASCULINO	SOLO FEMININO	DUO	TRIO	CONJUNTO 4 a 6 bailarinos(as)	GRUPO Acima de 7 bailarinos(as)
CATEGORIA						
PRÉ-INFANTIL						
06 a 09 anos	-	-	-	3'	4'	4'
INFANTIL						
10 a 12 anos	-	-	-	3'	5'	5'
JÚNIOR						
13 a 15 anos	3'	3'	3'	3'	5'	5'
SÊNIOR						
16 a 18 anos	3'	3'	4'	4'	6'	6'
ADULTO						
Acima de 19 anos	4'	4'	5'	5'	6'	6'

Art. 4º. A categoria Pré-Infantil será apresentada em caráter de Mostra Avaliativa e será premiada com medalhas e certificado de participação.

Art. 5º. O enquadramento em cada categoria será feito pela média de idade dos bailarinos.

Art. 6º. Além dos tempos máximos estabelecidos haverá uma tolerância de trinta segundos. Ultrapassando esta tolerância, cada segundo excedente será descontado 1/10 da pontuação final.

CAPÍTULO III

GÊNEROS

Art. 7º. São gêneros integrantes deste Festival:

BALLET CLÁSSICO – Obras criadas pelos professores e/ou coreógrafos, estruturadas sobre a técnica de balé e que não pertençam ao repertório de grandes companhias. Pas de Deux sem variações e Coda;

BALLET CLÁSSICO DE REPERTÓRIO – Obras ou fragmentos de obras do repertório tradicional do balé clássico que pertençam ao repertório de grandes companhias. Só poderão ser inscritos Grand Pas de Deux (com variação e Coda) na categoria Adulto e Pas De Deux (sem variação e Coda) em todas as categorias. Serão avaliados pela banca de jurados independentemente;

DANÇA CONTEMPORÂNEA – Obras estruturadas sob os princípios das Escolas de Dança Moderna ou das obras criadas sob os preceitos da pós-modernidade;

DANÇA DE SALÃO – Danças populares (samba, salsa, tango, bolero, entre outros);

JAZZ – Coreografia estruturada sobre qualquer tendência do Jazz Dance e Musicais;

DANÇAS URBANAS – Coreografias estruturadas sob qualquer tendência das Danças Urbanas;

SAPATEADO – Coreografias estruturadas sob a técnica do sapateado americano, exceto aquelas com conexão de dança étnica (espanhola, irlandesa, entre outras);

DANÇAS POPULARES – danças inspiradas no folclore, danças étnicas e de sapateio;

ESTILO LIVRE – Dança sem uma estrutura pré-estabelecida,

podendo conter vários gêneros de danças.

CAPÍTULO IV DAS INSCRIÇÕES

Art. 8º. O período para inscrições será de 18 de Julho a 30 de Agosto de 2013. Para inscrições enviadas através de serviço postal (sedex) será observada a data limite de postagem o dia 30 de agosto. Não serão aceitas inscrições posteriores à data mencionada. O envio do material é de total responsabilidade do grupo participante. A inscrição somente será efetivada com o recebimento de todos os documentos solicitados (preenchidos e assinados).

Art. 9º. O pagamento das inscrições deverá ser efetuado através de depósito bancário identificado com CPF ou CNPJ do responsável pela inscrição, em favor da Fundação Municipal de Cultura no Banco do Brasil/BESC. Agência 5236-1 e Conta Corrente nº 6321-5. O comprovante de pagamento deverá ser anexado com a documentação de inscrição.

Art. 10. Os grupos participantes poderão enviar o áudio de suas apresentações, até a data de 30 de agosto de 2013, através dos e-mails:

concordiaemdanca@concordia.sc.gov.br
concordiaemdanca@gmail.com

Além do arquivo de áudio, o e-mail deverá conter: Nome do Grupo, Responsável pelo Grupo, Cidade, Nome da Coreografia, Categoria, Gênero, Modalidade e Tempo da Coreografia.

Art. 11. As inscrições deverão ser postadas ou entregues diretamente na Fundação Municipal de Cultura, localizada no seguinte endereço:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CONCÓRDIA
RUA ABRAMO EBERLE, 322 – BAIRRO CENTRO
89700-000 - CONCÓRDIA – SC

Art. 12. O valor da inscrição será de R\$ 60,00 (sessenta reais) por coreografia.

Art. 13. Cada bailarino (a) poderá representar somente uma escola/entidade, com no máximo 04 (quatro) coreografias por bailarino (a).

Art. 14. Uma mesma escola/entidade não poderá participar na competição com mais de uma coreografia no mesmo gênero, modalidade e categoria.

Art. 15. Relação de documentos necessários para a inscrição:

a) Ficha de inscrição preenchida para cada coreografia (Anexo 01 A e B);

b) Cópia do RG ou certidão de nascimento de todos os bailarinos, coreógrafo e apoio técnico;

c) Foto 3x4 recente de cada integrante inscrito, obrigatoriamente identificada na parte posterior com nome e escola/entidade para confecção da credencial;

d) Comprovante original de pagamento da inscrição mencionando CPF ou CNPJ do responsável pela inscrição;

e) Autorização dos pais ou responsáveis para bailarinos menores de 18 anos. (Anexo 02);

f) Documento comprobatório de liberação da coreografia (Anexo 03);

g) Disco compacto (CD) contendo SOMENTE A MÚSICA DA COREOGRAFIA, constando na parte superior do CD as seguintes especificações: nome do grupo, responsável pelo grupo, cidade, nome da coreografia, tempo da coreografia, gênero, categoria e modalidade (opcional – conferir Art. 10).

CAPÍTULO V AVALIAÇÃO E PREMIAÇÃO

Art. 16. A Comissão Julgadora será composta por uma banca de profissionais especializados em dança. Esta comissão será soberana quanto à decisão e classificação para a premiação, sendo seu resultado irrecorrível.

Art. 17. As avaliações serão disponibilizadas após o término do festival, mediante solicitação pelo responsável da inscrição, por e-mail concordiaemdanca@gmail.com ou concordiaemdanca@concordia.sc.gov.br

Art. 18. Todos os bailarinos participantes da competição receberão certificados de participação e as coreografias premiadas com 1º, 2º e 3º lugar receberão troféu.

Art. 19. Em cada categoria e modalidade (exceto pré-infantil) haverá três classificações que receberão troféus:

1º Lugar – maior nota igual ou superior a 9,0;

2º Lugar – maior nota imediatamente inferior ao 1º lugar, sendo acima de 8,0;

3º Lugar – maior nota imediatamente inferior ao 2º lugar, sendo acima de 7,0.

§1º. Em caso de empate caberá a Comissão Julgadora a definição de classificação.

§2º. Os grupos premiados que não estiverem presentes no momento da premiação deverão retirar os prêmios junto a Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

Art. 20. Serão entregues quatro premiações especiais em dinheiro aos grupos eleitos pela Comissão Julgadora, conforme descrito: Grupo destaque do festival receberá troféu e premiação de R\$ 3.000,00.

Melhor trabalho Coreográfico receberá troféu e premiação de R\$ 2.000,00.

Bailarino destaque receberá troféu e premiação de R\$ 1.000,00.

Bailarina destaque receberá troféu e premiação de R\$ 1.000,00.

Parágrafo Único. As premiações serão entregues após o término de cada período de apresentações. Somente a premiação especial será realizada após o término das apresentações do festival, no sábado, dia 28/09/2013.

CAPÍTULO VI CRONOGRAMA

Art. 21. O Festival terá o seguinte cronograma:
DIA 26/09/2013 (QUINTA-FEIRA)

HORÁRIO	ATIVIDADE
14H ÀS 17H	ENSAIO
19H ÀS 22H	ENSAIO

DIA 27/09/2013 (SEXTA-FEIRA)

HORÁRIO	ATIVIDADE
7H ÀS 13H	ENSAIO
8H ÀS 11H30MIN	OFICINAS
14H	COMPETIÇÃO E APRESENTAÇÕES
19H	COMPETIÇÃO E APRESENTAÇÕES

DIA 28/09/2013 (SÁBADO)

HORÁRIO	ATIVIDADE
7H ÀS 13H	ENSAIO
8H ÀS 11H30MIN	OFICINAS
14H	COMPETIÇÃO E APRESENTAÇÕES
19H	COMPETIÇÃO E APRESENTAÇÕES

**CAPÍTULO VII
DOS ENSAIOS**

Art. 22. Os ensaios não são obrigatórios.

Art.23. Os horários dos ensaios no palco oficial serão definidos pela Comissão Organizadora e divulgados até o dia 12 de setembro de 2013, sem possibilidade de alteração.

Art. 24. Para os ensaios no palco oficial, cada grupo terá duas vezes o tempo de sua coreografia.

Art.25. O grupo que não se apresentar no horário estipulado para seu ensaio ficará impossibilitado de realizá-lo em outro horário.

Art. 26. Os grupos residentes no município de Concórdia terão o dia 26/09 (quinta-feira) a partir das 14h para ensaio no palco oficial, enquanto que os ensaios dos grupos oriundos de outros municípios serão nos dias 27 e 28/09 (sexta-feira e sábado) com início às 7h.

**CAPÍTULO VIII
DAS APRESENTAÇÕES**

Art. 27. Todos os integrantes inscritos no festival receberão uma credencial sendo seu uso obrigatório para acesso ao palco de apresentações.

Art. 28. A iluminação do palco de apresentações terá afinação única.

Art. 29. Cada grupo deverá ter um representante credenciado na cabine de som e luz durante o ensaio e apresentação de cada coreografia.

Art. 30. Será permitida a utilização de cenários móveis, conforme consta na ficha de inscrição, sendo que para os mesmos haverá a tolerância de 30 segundos para colocação e remoção. A partir deste tempo, será descontado 1/10 na média final para cada segundo excedente.

Art. 31. Fica expressamente proibido o uso de breu, efeitos com fogo, ou qualquer produto que possa danificar o palco, ou colocar em risco a vida e o patrimônio público, sob pena de desclassificação.

Art. 32. A utilização do som ao vivo não pode ultrapassar o tempo estipulado na ficha de inscrição ou alterar a estrutura do som do festival, nem atrapalhar o andamento do evento, sob pena de desclassificação.

Art. 33. A organização do festival não se responsabiliza por CD's não lidos no sistema de som do evento, e sugere que os coordenadores/coreógrafos tenham cópia extra da trilha a ser utilizada.

Art. 34. A ordem de entrada nos camarins obedecerá a ordem de apresentações do festival, sendo que os camarins de acesso ao palco deverão ser desocupados logo após as apresentações liberando-os para o grupo seguinte. Os coordenadores dos grupos são os responsáveis pela ordem e disciplina em todos os ambientes de realização do Festival.

§1º. A Comissão Organizadora do festival não se responsabiliza por furto e/ou extravio de objetos pessoais e de valores em qualquer ambiente do festival.

§2º. Serão disponibilizados aos grupos locais de preparação e troca de figurinos antes de acesso aos camarins do palco oficial, sendo da responsabilidade do grupo manter o local limpo e em condições de uso.

**CAPÍTULO IX
DAS OFICINAS**

Art. 35. Serão oferecidas 4 (quatro) OFICINAS GRATUITAS durante o Festival Concórdia em Dança 2013:

Danças urbanas;
Dança contemporânea;
Composição coreográfica;
Dança de Salão.

Art. 36. Serão fornecidos certificados de participação.

Art. 37. Os horários e locais de cada oficina serão divulgados juntamente com a ordem de apresentação.

Art. 38. A participação é aberta a todo público interessado, sendo a inscrição feita no local da oficina até 30 minutos antes do início da aula.

**CAPÍTULO X
DOS ALOJAMENTOS**

Art. 39. Os alojamentos são gratuitos.

Art. 40. A reserva dos alojamentos deverá ser efetuada juntamente com a inscrição, através do preenchimento do formulário especial (Anexo 4). Os alojamentos estarão à disposição dos grupos a partir das 12h do dia 26 de setembro de 2013, até às 10h do dia 29 de Setembro de 2013.

Art. 41. Cada grupo que utilizar os alojamentos deverá trazer colchonetes, travesseiros, roupas de cama e banho. Não serão disponibilizados equipamentos de cozinha nos alojamentos. Caso ocorram danos materiais nos alojamentos, eles deverão ser ressarcidos pelo grupo participante.

Art. 42. Os alojamentos serão vistoriados na chegada e saída de cada grupo.

**CAPÍTULO XI
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 43. A ordem de apresentações será divulgada no dia 12 de setembro de 2013, através do site www.concordia.sc.gov.br e no mural da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia. A definição de datas da ordem de apresentação será de responsabilidade da Comissão Organizadora sendo vedada às escolas ou grupos inscritos a escolha de data e horário para apresentação.

Art. 44. Em caso de desistência, não serão devolvidas as taxas de inscrição.

Art. 45. As credenciais, ordem de apresentação, cronogramas e demais informações deverão ser retirados na secretaria do evento. Cada grupo participante deverá chegar com uma hora de antecedência do horário de sua apresentação e será acompanhado por um assistente que auxiliará no decorrer do evento, no local de preparação da apresentação e na entrada e saída do palco oficial. Poderão permanecer nos camarins de acesso ao palco, somente pessoas credenciadas e identificadas com crachás fornecidos pela organização.

Parágrafo Único – Os camarins de acesso ao palco oficial serão utilizados apenas minutos antes da apresentação, sem possibilidade de troca de figurinos no local.

Art. 46. As coreografias apresentadas pelas Oficinas Artísticas da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia participarão somente como apresentações especiais, não competindo com os grupos inscritos no Festival.

Art. 47. Os casos omissos a este documento serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

LRF - 3º Bimestre 2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Maio à Junho (b)	%(b/a)	Até Junho (c)	%(c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	155.541.700,00	155.541.700,00	26.394.512,35	16,97	79.286.001,02	50,97	76.255.698,98
RECEITAS CORRENTES	151.809.644,00	151.809.644,00	26.072.428,48	17,17	78.325.935,04	51,59	73.483.708,96
RECEITA TRIBUTÁRIA	21.859.140,80	21.859.140,80	3.681.148,00	16,84	13.940.998,20	63,78	7.918.142,60
Impostos	17.645.140,80	17.645.140,80	3.058.907,63	17,34	10.735.560,99	60,84	6.909.579,81
Taxas	3.214.000,00	3.214.000,00	505.543,98	15,73	2.769.964,21	86,18	444.035,79
Contribuição de Melhoria	1.000.000,00	1.000.000,00	116.696,39	11,67	435.473,00	43,55	564.527,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.039.450,00	6.039.450,00	1.263.252,37	20,92	3.816.688,14	63,20	2.222.761,86
Contribuições Sociais	3.339.450,00	3.339.450,00	909.433,40	27,23	2.518.006,30	75,40	821.443,70
Contribuição de Intervenção no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	2.700.000,00	2.700.000,00	353.818,97	13,10	1.298.681,84	48,10	1.401.318,16
RECEITA PATRIMONIAL	3.855.610,00	3.855.610,00	325.883,11	8,45	1.818.720,50	47,17	2.036.889,50
Receitas Imobiliárias	127.000,00	127.000,00	15.994,48	12,59	40.808,15	32,13	86.191,85
Receitas de Valores Mobiliários	3.536.610,00	3.536.610,00	300.855,05	8,51	1.720.187,97	48,64	1.816.422,03
Receita de Concessões e Permissões	192.000,00	192.000,00	9.033,58	4,70	57.724,38	30,06	134.275,62
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	18.000,00	18.000,00	2.285,00	12,69	9.359,50	52,00	8.640,50
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	18.000,00	18.000,00	2.285,00	12,69	9.359,50	52,00	8.640,50
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.396.500,00	1.396.500,00	187.568,82	13,43	1.123.606,26	80,46	272.893,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	114.478.663,20	114.478.663,20	19.070.809,35	16,66	53.950.257,19	47,13	60.528.406,01
Transferências Intergovernamentais	113.656.979,20	113.656.979,20	18.804.429,00	16,54	53.444.487,88	47,02	60.212.491,32
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	821.684,00	821.684,00	266.380,35	32,42	505.769,31	61,55	315.914,69
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.162.280,00	4.162.280,00	1.541.481,83	37,03	3.666.305,25	88,08	495.974,75
Multas e Juros de Mora	2.180.900,00	2.180.900,00	314.238,58	14,41	905.781,33	41,53	1.275.118,67
Indenizações e Restituições	648.580,00	648.580,00	1.032.503,97	159,19	2.126.988,47	327,95	(1.478.408,47)
Receita da Dívida Ativa	1.010.000,00	1.010.000,00	98.947,44	9,80	326.462,30	32,32	683.537,70
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	322.800,00	322.800,00	95.791,84	29,68	307.073,15	95,13	15.726,85
RECEITAS DE CAPITAL	3.732.056,00	3.732.056,00	322.083,87	8,63	960.065,98	25,72	2.771.990,02
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	330.000,00	330.000,00	6.612,03	2,00	19.875,42	6,02	310.124,58
Alienação de Bens Móveis	310.000,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00
Alienação de Bens Imóveis	20.000,00	20.000,00	6.612,03	33,06	19.875,42	99,38	124,58
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.402.056,00	3.402.056,00	315.471,84	9,27	940.190,56	27,64	2.461.865,44
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	3.402.056,00	3.402.056,00	315.471,84	9,27	940.190,56	27,64	2.461.865,44
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.657.730,00	4.657.730,00	1.451.081,92	31,15	4.081.399,48	87,63	576.330,52
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	160.199.430,00	160.199.430,00	27.845.594,27	17,38	83.367.400,50	52,04	76.832.029,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	160.199.430,00	160.199.430,00	27.845.594,27	17,38	83.367.400,50	52,04	76.832.029,50
DÉFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	160.199.430,00	160.199.430,00	27.845.594,27	17,38	83.367.400,50	52,04	76.832.029,50
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	0,00	5.967.197,40	0,00	0,00	2.241.602,27	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	5.967.197,40	0,00	0,00	2.241.602,27	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio-Junho

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		% (g/f)	Saldo (f-g)
				Maio à Junho	Até Junho	DESPESAS LIQUIDADAS			
						Maio à Junho	Até Junho (g)		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(VIII)	151.302.180,00	7.903.205,12	159.205.385,12	22.209.642,83	89.031.910,36	23.975.179,05	59.137.617,11	37,15	100.067.768,01
DESPESAS CORRENTES	129.602.217,00	6.314.403,58	135.916.620,58	20.612.736,92	80.336.810,91	22.510.377,57	55.953.640,30	41,17	79.962.980,28
Pessoal e Encargos Sociais	59.794.750,00	(426.000,00)	59.368.750,00	9.466.216,72	25.810.684,84	9.518.884,36	25.673.996,83	43,24	33.694.753,17
Juros e Encargos da Dívida	85.000,00	0,00	85.000,00	13.235,17	39.175,54	13.235,17	39.175,54	46,09	45.824,46
Outras Despesas Correntes	69.722.467,00	6.740.403,58	76.462.870,58	11.133.285,03	54.486.950,53	12.978.258,04	30.240.467,93	39,55	46.222.402,65
DESPESAS DE CAPITAL	21.499.963,00	1.588.801,54	23.088.764,54	1.596.905,91	8.695.099,45	1.464.801,48	3.183.976,81	13,79	19.904.787,73
Investimentos	20.749.963,00	2.338.801,54	23.088.764,54	1.596.905,91	8.695.099,45	1.464.801,48	3.183.976,81	13,79	19.904.787,73
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	750.000,00	(750.000,00)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	8.897.250,00	(59.000,00)	8.838.250,00	1.434.150,96	4.168.856,52	1.451.081,92	4.081.399,48	46,18	4.756.850,52
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	160.199.430,00	7.844.205,12	168.043.635,12	23.643.793,79	93.200.766,88	25.426.260,97	63.219.016,59	37,62	104.824.618,53
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	160.199.430,00	7.844.205,12	168.043.635,12	23.643.793,79	93.200.766,88	25.426.260,97	63.219.016,59	37,62	104.824.618,53
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.148.383,91	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	160.199.430,00	7.844.205,12	168.043.635,12	23.643.793,79	93.200.766,88	25.426.260,97	83.367.400,50	49,61	84.676.234,62

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			Maio à Junho (b)	% (b/a)	Até Junho (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	4.657.730,00	4.657.730,00	1.451.194,14	31,16	4.081.511,70	87,63	576.218,30
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.657.730,00	4.657.730,00	1.451.194,14	31,16	4.081.511,70	87,63	576.218,30
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	4.657.730,00	4.657.730,00	1.451.194,14	31,16	4.081.511,70	87,63	576.218,30
Contribuições Sociais	4.657.730,00	4.657.730,00	1.451.194,14	31,16	4.081.511,70	87,63	576.218,30
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.657.730,00	4.657.730,00	1.451.194,14	31,16	4.081.511,70	87,63	576.218,30

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL(d)	DESPESAS ADICIONAIS(e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS		% (g/f)	Saldo (f-g)
				Maio à Junho	Até Junho	DESPESAS LIQUIDADAS			
						Maio à Junho	Até Junho (g)		
DESPESAS CORRENTES	8.897.250,00	(59.000,00)	8.838.250,00	1.434.150,96	4.168.856,52	1.451.081,92	4.081.399,48	46,00	4.756.850,52
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.897.250,00	(59.000,00)	8.838.250,00	1.434.150,96	4.168.856,52	1.451.081,92	4.081.399,48	46,00	4.756.850,52
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8.897.250,00	(59.000,00)	8.838.250,00	1.434.150,96	4.168.856,52	1.451.081,92	4.081.399,48	46,00	4.756.850,52

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 17/jul/2013

Hora de emissão: 15h e 54m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Ordenador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI
Contadora
CRC/SC 028226/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo 2(LRF, Art. 52, inciso II,alínea 'c')

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		%(b) / tot.(b)	%(b/a)	Saldo a Liquidar(a-b)
			Maio à Junho	Até Junho	Maio à Junho	Até Junho (b)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	151.302.180,00	159.205.385,12	22.209.642,83	89.031.910,36	23.975.179,05	59.137.617,11	93,54	37,15	100.067.768,01
Legislativa	2.846.500,00	2.846.500,00	407.235,22	1.326.034,08	405.382,29	1.035.678,15	1,64	36,38	1.810.821,85
Acao Legislativa	2.846.500,00	2.846.500,00	407.235,22	1.326.034,08	405.382,29	1.035.678,15	1,64	36,38	1.810.821,85
Administracao	14.778.780,00	15.896.022,33	2.945.082,25	9.471.077,17	2.562.468,90	6.009.236,74	9,51	37,80	9.886.785,59
Ação Judiciária	70.000,00	70.000,00	1.498,38	46.206,10	11.314,89	18.909,44	0,03	27,01	51.090,56
Planejamento e Orçamento	132.000,00	132.000,00	8.783,21	22.497,40	10.665,47	17.983,50	0,03	13,62	114.016,50
Comunicação Social	652.120,00	652.120,00	393.509,74	619.729,47	109.562,42	277.281,48	0,44	42,52	374.838,52
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.654.000,00	4.043.295,48	997.435,72	4.026.131,20	808.933,68	1.833.625,86	2,90	45,35	2.209.669,62
Administracao Geral	10.270.660,00	10.998.606,85	1.543.855,20	4.756.513,00	1.621.992,44	3.861.436,46	6,11	35,11	7.137.170,39
Assistencia social	6.812.940,00	7.141.631,94	745.563,44	3.327.947,07	861.173,02	2.104.094,36	3,33	29,46	5.037.537,58
Assistência Comunitária	2.690.640,00	2.891.456,43	198.262,21	1.399.637,62	276.738,08	604.481,36	0,96	20,91	2.286.975,07
Assistência ao Idoso	250.000,00	250.000,00	43.365,00	129.311,46	47.734,44	94.600,87	0,15	37,84	155.399,13
Assistência à Criança e ao Adolescente	412.200,00	498.488,91	(80,00)	148.031,32	35.619,79	74.541,14	0,12	14,95	423.947,77
Administracao Geral	3.460.100,00	3.501.686,60	504.016,23	1.650.966,67	501.080,71	1.330.470,99	2,10	38,00	2.171.215,61
Previdencia social	6.990.000,00	6.990.000,00	935.091,27	2.903.169,94	920.563,02	2.675.689,39	4,23	38,28	4.314.310,61
Previdência Básica	6.000.000,00	6.000.000,00	871.491,52	2.481.644,56	825.715,26	2.435.868,30	3,85	40,60	3.564.131,70
Administracao Geral	990.000,00	990.000,00	63.599,75	421.525,38	94.847,76	239.821,09	0,38	24,22	750.178,91
Saude	38.752.420,00	41.472.670,58	5.340.154,18	25.053.116,43	6.576.933,10	17.497.467,42	27,68	42,19	23.975.203,16
Suporte Profilático e Terapêutico	20.478.170,00	21.599.894,40	1.216.763,40	15.007.459,88	3.809.892,52	9.841.296,41	15,57	45,56	11.758.597,99
Administracao Geral	1.509.550,00	1.754.918,09	591.716,65	1.390.400,53	690.710,99	1.177.705,55	1,86	67,11	577.212,54
Atenção Básica	16.159.250,00	17.512.408,09	3.437.176,85	8.416.467,11	2.032.977,77	6.376.318,21	10,09	36,41	11.136.089,88
Vigilância Sanitária	605.450,00	605.450,00	94.497,28	238.788,91	43.351,82	102.147,25	0,16	16,87	503.302,75
Educacao	34.897.900,00	37.315.821,00	5.581.958,63	20.538.484,16	6.550.364,93	16.246.630,87	25,70	43,54	21.069.190,13
Ensino Superior	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Educacao Especial	11.000,00	11.000,00	235,00	235,00	235,00	235,00	0,00	2,14	10.765,00
Ensino Fundamental	25.090.100,00	25.811.011,00	3.802.401,68	14.148.332,30	4.626.930,53	11.432.986,54	18,08	44,29	14.378.024,46
Ensino Médio	354.200,00	715.820,00	0,00	295.984,86	146.288,83	219.370,83	0,35	30,65	496.449,17
Educação Infantil	8.791.600,00	10.046.990,00	1.570.787,13	5.524.557,35	1.628.834,08	4.229.115,27	6,69	42,09	5.817.874,73
Alimentação e Nutrição	650.000,00	730.000,00	208.534,82	569.374,65	148.076,49	364.923,23	0,58	49,99	365.076,77
Cultura	3.592.400,00	3.655.706,92	311.633,04	2.835.402,56	191.312,27	624.617,97	0,99	17,09	3.031.088,95
Administracao Geral	993.300,00	993.300,00	141.765,84	511.540,55	157.207,57	376.606,20	0,60	37,91	616.693,80
Diffusão Cultural	2.590.400,00	2.653.706,92	169.520,20	2.321.974,21	33.490,30	246.506,57	0,39	9,29	2.407.200,35
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	8.700,00	8.700,00	347,00	1.887,80	614,40	1.505,20	0,00	17,30	7.194,80
Urbanismo	20.055.500,00	20.787.999,02	3.198.847,49	10.762.307,75	2.619.442,61	5.605.407,89	8,87	26,96	15.182.591,13
Infra-Estrutura Urbana	15.899.500,00	16.631.999,02	2.571.820,48	8.915.652,53	1.971.725,65	3.857.101,51	6,10	23,19	12.774.897,51
Administracao Geral	4.156.000,00	4.156.000,00	627.027,01	1.846.655,22	647.716,96	1.748.306,38	2,77	42,07	2.407.693,62
Habitacao	363.000,00	363.000,00	54.457,14	86.364,57	46.996,60	67.060,42	0,11	18,47	295.939,58
Administracao Geral	173.000,00	173.000,00	49.268,08	59.455,58	38.911,35	40.464,43	0,06	23,39	132.535,57
Habitacao Rural	190.000,00	190.000,00	5.189,06	26.908,99	8.085,25	26.595,99	0,04	14,00	163.404,01
Gestao ambiental	833.200,00	958.276,39	77.975,26	555.559,59	190.852,70	344.255,08	0,54	35,92	614.021,31
Recuperação de Áreas Degradadas	296.800,00	461.876,39	18.225,23	308.294,36	114.043,11	163.185,57	0,26	35,33	298.690,82
Administracao Geral	536.400,00	496.400,00	59.750,03	247.265,23	76.809,59	181.069,51	0,29	36,48	315.330,49
Agricultura	3.015.500,00	3.310.635,00	482.364,98	1.329.902,20	513.693,93	746.846,56	1,18	22,56	2.563.788,44
Extensão Rural	2.633.500,00	2.728.635,00	381.068,88	1.206.866,26	493.650,61	713.661,42	1,13	26,15	2.014.973,58
Saneamento Básico Rural	127.000,00	127.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.000,00
Promoção da Produção Vegetal	20.000,00	100.000,00	48.945,10	49.845,10	1.600,00	1.600,00	0,00	1,60	98.400,00
Promoção da Produção Animal	135.000,00	255.000,00	47.764,45	58.585,69	14.494,45	25.315,69	0,04	9,93	229.684,31
Administracao Geral	25.000,00	25.000,00	0,00	7.868,60	1.068,87	3.389,45	0,01	13,56	21.610,55
Abastecimento	75.000,00	75.000,00	4.586,55	6.736,55	2.880,00	2.880,00	0,00	3,84	72.120,00
Industria	100.000,00	100.000,00	9.997,50	39.997,50	9.997,50	39.997,50	0,06	40,00	60.002,50
Promoção Industrial	100.000,00	100.000,00	9.997,50	39.997,50	9.997,50	39.997,50	0,06	40,00	60.002,50
Comercio e servicos	3.884.700,00	3.691.600,00	94.050,98	1.985.260,05	253.048,71	615.269,57	0,97	16,67	3.076.330,43
Promoção Comercial	520.000,00	520.000,00	42.431,80	179.363,77	96.831,90	133.663,87	0,21	25,70	386.336,13
Turismo	3.364.700,00	3.171.600,00	51.619,18	1.805.896,28	156.216,81	481.605,70	0,76	15,18	2.689.994,30
Transporte	5.488.400,00	5.488.400,00	1.059.387,57	3.256.036,15	1.031.138,96	1.914.779,24	3,03	34,89	3.573.620,76
Transporte Rodoviário	3.006.800,00	3.006.800,00	713.581,55	2.231.496,69	678.695,51	969.447,43	1,53	32,24	2.037.352,57
Administracao Geral	2.481.600,00	2.481.600,00	345.806,02	1.024.539,46	352.443,45	945.331,81	1,50	38,09	1.536.268,19
Desporto e lazer	3.834.900,00	3.909.118,03	868.544,72	2.598.926,50	671.913,80	1.358.253,18	2,15	34,75	2.550.864,85
Desporto Comunitário	575.000,00	575.000,00	0,00	222.357,11	71.220,50	81.370,50	0,13	14,15	493.629,50
Administracao Geral	1.557.200,00	1.613.431,84	156.994,99	744.797,00	230.626,57	537.238,74	0,85	33,30	1.076.193,10
Desporto de Rendimento	1.702.700,00	1.720.686,19	711.549,73	1.631.772,39	370.066,73	739.643,94	1,17	42,99	981.042,25
Encargos especiais	4.856.040,00	5.078.003,91	97.299,16	2.962.324,64	569.896,71	2.252.332,77	3,56	44,35	2.825.671,14
Serviço da Dívida Interna	835.000,00	85.000,00	13.235,17	39.175,54	13.235,17	39.175,54	0,06	46,09	45.824,46
Outros encargos Especiais	3.481.040,00	4.447.596,00	84.063,99	2.566.149,10	413.861,54	1.927.557,23	3,05	43,34	2.520.038,77
Defesa Civil	540.000,00	545.407,91	0,00	357.000,00	142.800,00	285.600,00	0,45	52,36	259.807,91
Reserva de contingencia	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Reserva de contingência	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00

Despesa Intra-Orçamentária

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado

Período de Referência: Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio-Junho

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar(a-b)
			Maio à Junho	Até Junho	Maio à Junho	Até Junho (b)	%(b) / tot.(b)	%(b/a)	
DESPEAS (INTRA-ORÇ.) (II)	8.897.250,00	8.838.250,00	1.434.150,96	4.168.856,52	1.451.081,92	4.081.399,48	6,46	46,18	4.756.850,52
Legislativa	120.000,00	120.000,00	0,00	105.000,00	12.988,76	35.821,70	0,06	29,85	84.178,30
Acao Legislativa	120.000,00	120.000,00	0,00	105.000,00	12.988,76	35.821,70	0,06	29,85	84.178,30
Administracao	925.000,00	925.000,00	141.646,05	378.225,97	141.646,05	378.225,97	0,60	40,89	546.774,03
Administracao Geral	925.000,00	925.000,00	141.646,05	378.225,97	141.646,05	378.225,97	0,60	40,89	546.774,03
Assistencia social	421.600,00	421.600,00	63.080,77	180.347,09	63.080,77	180.347,09	0,29	42,78	241.252,91
Assistência Comunitária	30.000,00	30.000,00	2.487,74	4.729,94	2.487,74	4.729,94	0,01	15,77	25.270,06
Administracao Geral	391.600,00	391.600,00	60.593,03	175.617,15	60.593,03	175.617,15	0,28	44,85	215.982,85
Previdencia social	60.000,00	60.000,00	0,00	30.000,00	4.541,10	12.721,36	0,02	21,20	47.278,64
Administracao Geral	60.000,00	60.000,00	0,00	30.000,00	4.541,10	12.721,36	0,02	21,20	47.278,64
Saude	1.608.150,00	1.608.150,00	262.506,23	738.142,80	261.907,33	737.142,70	1,17	45,84	871.007,30
Administracao Geral	103.400,00	103.400,00	16.220,70	34.322,65	16.220,70	34.322,65	0,05	33,19	69.077,35
Atenção Básica	1.504.750,00	1.504.750,00	246.285,53	703.820,15	245.686,63	702.820,05	1,11	46,71	801.929,95
Educacao	4.678.000,00	4.619.000,00	791.630,08	2.247.082,11	791.630,08	2.247.082,11	3,55	48,65	2.371.917,89
Ensino Fundamental	3.246.900,00	3.187.900,00	547.420,07	1.556.834,67	547.420,07	1.556.834,67	2,46	48,84	1.631.065,33
Educação Infantil	1.431.100,00	1.431.100,00	244.210,01	690.247,44	244.210,01	690.247,44	1,09	48,23	740.852,56
Cultura	69.500,00	69.500,00	11.893,25	32.927,87	11.893,25	32.927,87	0,05	47,38	36.572,13
Administracao Geral	69.500,00	69.500,00	11.893,25	32.927,87	11.893,25	32.927,87	0,05	47,38	36.572,13
Urbanismo	576.500,00	576.500,00	95.402,54	263.810,63	95.402,54	263.810,63	0,42	45,76	312.689,37
Administracao Geral	576.500,00	576.500,00	95.402,54	263.810,63	95.402,54	263.810,63	0,42	45,76	312.689,37
Gestao ambiental	31.200,00	31.200,00	2.986,26	8.354,44	2.986,26	8.354,44	0,01	26,78	22.845,56
Administracao Geral	31.200,00	31.200,00	2.986,26	8.354,44	2.986,26	8.354,44	0,01	26,78	22.845,56
Transporte	312.600,00	312.600,00	49.018,27	140.100,00	49.018,27	140.100,00	0,22	44,82	172.500,00
Administracao Geral	312.600,00	312.600,00	49.018,27	140.100,00	49.018,27	140.100,00	0,22	44,82	172.500,00
Desporto e lazer	83.100,00	83.100,00	13.999,68	39.993,34	13.999,68	39.993,34	0,06	48,13	43.106,66
Administracao Geral	83.100,00	83.100,00	13.999,68	39.993,34	13.999,68	39.993,34	0,06	48,13	43.106,66
Encargos especiais	11.600,00	11.600,00	1.987,83	4.872,27	1.987,83	4.872,27	0,01	42,00	6.727,73
Outros encargos Especiais	11.600,00	11.600,00	1.987,83	4.872,27	1.987,83	4.872,27	0,01	42,00	6.727,73
TOTAL (III) = (I + II)	160.199.430,00	168.043.635,12	23.643.793,79	93.200.766,88	25.426.260,97	63.219.016,59	100,00	37,62	104.824.618,53

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 17/jul/2013

Hora de emissão: 16h e 22m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Ordenador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI
Contadora
CRC/SC 028226/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL(ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Julho/2012	Agosto/2012	Setembro/2012	Outubro/2012	Novembro/2012	Dezembro/2012	Janeiro/2013	Fevereiro/2013	Março/2013	Abril/2013	Maio/2013	Junho/2013		
RECEITAS CORRENTES (I)	12.978.095,89	12.946.401,56	12.577.866,28	13.490.714,10	12.839.187,16	14.623.268,87	12.296.661,03	11.905.328,18	17.488.742,21	14.800.485,44	14.326.644,31	14.074.951,30	164.348.346,33	166.135.688,80
Receita Tributária	1.593.367,10	1.559.561,34	1.230.175,90	1.199.842,39	1.264.394,70	1.573.653,99	1.203.098,79	1.380.079,61	5.730.024,62	1.946.647,18	1.957.789,49	1.723.358,51	22.361.993,62	21.859.140,80
IPTU	287.319,99	262.209,28	43.716,15	31.467,43	23.529,55	56.348,34	21.741,99	115.620,54	3.351.243,16	335.647,29	316.912,54	307.616,98	5.153.373,24	5.325.900,00
ISS	667.993,97	663.021,40	674.885,60	663.834,67	685.221,17	716.179,64	685.195,00	672.998,51	640.981,37	733.786,01	787.065,74	827.521,99	8.418.685,07	8.519.240,80
ITBI	241.547,87	277.528,28	151.761,58	175.623,42	186.819,86	186.366,76	147.322,85	168.320,40	141.702,89	218.518,38	229.067,48	267.053,69	2.391.633,46	2.300.000,00
IRRF	126.120,63	125.849,52	126.673,64	121.114,56	137.165,90	274.620,05	103.266,02	20.139,75	204.503,29	115.665,91	175.877,20	147.792,01	1.678.788,48	1.500.000,00
Outras Receitas Tributárias	270.384,64	230.952,86	233.138,93	207.802,31	231.658,22	340.139,20	245.572,93	403.000,41	1.391.593,91	543.029,59	448.866,53	173.373,84	4.719.513,37	4.214.000,00
Receita de Contribuições	581.739,40	589.798,91	580.264,79	570.464,48	586.730,57	834.625,23	571.739,97	229.802,89	1.147.777,11	604.115,80	656.477,21	606.775,16	7.560.311,52	6.039.450,00
Receita Patrimonial	1.310.713,92	826.696,22	662.967,57	1.331.929,23	521.966,35	1.102.835,42	260.669,52	69.579,94	233.262,38	929.325,55	175.225,62	150.657,49	7.575.829,21	3.855.610,00
Receita Agropecuária	727,50	695,00	749,50	562,50	987,50	517,50	235,00	382,50	4.188,50	2.268,50	1.727,00	558,00	13.599,00	18.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	87.122,27	95.663,91	36.103,59	23.242,60	26.781,99	47.766,71	19.407,35	65.215,85	741.587,86	109.826,38	106.251,40	81.317,42	1.440.287,33	1.396.500,00
Transferências Correntes	9.113.445,61	9.362.790,90	9.578.306,31	10.027.931,58	10.141.181,32	10.455.909,14	9.980.629,03	9.928.132,39	9.121.354,44	10.087.042,28	10.806.780,42	10.593.196,06	119.196.699,48	128.804.708,00
Cota-Parte do FPM	1.272.210,07	1.403.857,11	1.228.354,36	1.303.953,60	1.762.507,48	2.865.161,18	1.836.823,03	2.471.248,92	1.423.255,86	1.527.121,45	2.194.265,95	1.830.659,75	21.119.418,76	21.905.560,00
Cota-Parte do ICMS	2.648.013,43	2.650.579,05	3.076.115,87	2.898.138,97	3.118.988,42	3.152.879,33	2.949.233,68	2.641.771,30	2.494.026,39	3.007.243,40	2.988.530,15	2.799.307,22	34.424.827,21	39.493.200,00
Cota-Parte do IPVA	938.681,46	935.695,24	891.978,18	956.229,27	555.555,28	264.804,96	430.380,63	574.397,12	805.476,59	813.926,64	829.891,21	885.196,82	8.882.213,40	9.478.464,00
Cota-Parte do ITR	78,03	167,79	7.761,67	15.969,78	653,23	608,31	342,14	1.348,10	81,05	278,42	715,16	761,05	28.764,73	3.000,00
Transferências da LC 87/1996	14.602,60	14.602,60	0,00	29.205,20	14.602,60	14.602,60	0,00	0,00	0,00	54.718,37	13.679,59	13.679,59	169.693,15	190.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	1.744.211,50	1.809.704,59	2.033.216,87	1.901.267,41	2.032.814,74	2.018.846,85	2.204.620,36	2.137.081,15	1.880.628,48	2.193.417,16	2.316.923,54	2.157.158,70	24.429.891,35	25.500.000,00
Outras Transferências Correntes	2.495.648,52	2.548.184,52	2.340.879,36	2.923.167,35	2.656.059,57	2.139.005,91	2.559.229,19	2.102.285,80	2.517.886,07	2.490.336,84	2.462.774,82	2.906.432,93	30.141.890,88	32.234.484,00
Outras Receitas Correntes	290.980,09	511.195,28	489.298,62	336.741,32	297.144,73	607.960,88	260.881,37	232.135,00	510.547,30	1.121.259,75	622.393,17	919.088,66	6.199.626,17	4.162.280,00
DEDUÇÕES (II)	1.256.830,79	1.283.196,00	1.422.886,23	1.321.801,47	1.372.696,66	1.619.915,92	1.321.964,37	1.211.489,01	1.482.075,92	1.747.032,30	1.528.755,52	1.873.842,08	17.442.486,27	15.987.734,80
Contrib. p/ o Plano de Prev. do Servidor	265.830,71	265.958,89	265.557,65	264.943,00	265.960,04	524.005,47	265.235,45	17.138,22	515.163,60	267.700,32	307.012,65	287.847,46	3.512.353,46	1.639.450,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	6.667,23	6.667,23	106.369,05	6.785,94	6.785,94	0,00	2.967,56	48.608,13	15.830,92	392.207,10	7.629,95	470.940,41	1.071.459,46	22.240,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	984.332,85	1.010.569,88	1.050.959,53	1.050.072,53	1.099.950,68	1.095.910,45	1.053.761,36	1.145.742,66	951.081,40	1.087.124,88	1.214.112,92	1.115.054,21	12.858.673,35	14.326.044,80
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA(III)=(I-II)	11.721.265,10	11.663.205,56	11.154.980,05	12.168.912,63	11.466.490,50	13.003.352,95	10.974.696,66	10.693.839,17	16.006.666,29	13.053.453,14	12.797.888,79	12.201.109,22	146.905.860,06	150.147.954,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 17/jul/2013

Hora de emissão:

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Ordenador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI
Contadora
CRC/SC 028226/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de
Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário
Orçamento da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	Até Junho 2013	Até Junho 2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS(Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	3.892.270,00	3.892.270,00	1.212.873,22	3.991.424,35	6.792.759,34
RECEITAS CORRENTES	3.892.270,00	3.892.270,00	1.212.873,22	3.991.424,35	6.792.759,34
Receita de Contribuições dos Segurados	1.639.450,00	1.639.450,00	594.860,11	1.660.097,70	1.526.425,17
Pessoal Civil	1.639.450,00	1.639.450,00	594.860,11	1.660.097,70	1.526.425,17
Ativo	1.635.450,00	1.635.450,00	592.991,28	1.655.570,71	1.521.898,91
Inativo	2.600,00	2.600,00	1.191,62	2.797,86	2.732,37
Pensionista	1.400,00	1.400,00	677,21	1.729,13	1.793,89
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.225.240,00	2.225.240,00	139.029,78	1.392.729,61	4.592.901,10
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.225.240,00	2.225.240,00	139.029,78	1.392.729,61	4.592.901,10
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	27.580,00	27.580,00	478.983,33	938.597,04	673.433,07
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	22.240,00	22.240,00	478.570,36	938.184,07	673.184,31
Demais Receitas Correntes	5.340,00	5.340,00	412,97	412,97	248,76
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PREVIDENCIÁRIA - RPPS(Intra-Orçamentárias)(II)	3.157.730,00	3.157.730,00	1.186.740,68	3.359.456,73	3.043.569,63
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III)=(I+II)	7.050.000,00	7.050.000,00	2.399.613,90	7.350.881,08	9.836.328,97

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Liquidada		
			Maio à Junho	Até Junho 2013	Até Junho 2012
DESP. PREVID. - RPPS (Exeto Intra-Orçamentária) (IV)	6.990.000,00	6.990.000,00	920.563,02	2.675.689,39	2.168.019,43
ADMINISTRAÇÃO	6.990.000,00	6.990.000,00	94.847,76	239.821,09	268.700,55
Despesas Correntes	6.890.000,00	6.890.000,00	94.847,76	239.691,09	251.894,55
Despesas de Capital	100.000,00	100.000,00	0,00	130,00	16.806,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	825.715,26	2.435.868,30	1.899.318,88
Pessoal Civil	0,00	0,00	825.715,26	2.435.868,30	1.899.318,88
Aposentadorias	0,00	0,00	509.476,10	1.555.336,31	1.244.476,41
Pensões	0,00	0,00	124.290,23	363.153,57	318.188,17
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	191.948,93	517.378,42	336.654,30
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVID. - RPPS (Intra-Orçamentárias)(V)	60.000,00	60.000,00	4.541,10	12.721,36	11.777,54
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI)=(IV+V)	7.050.000,00	7.050.000,00	925.104,12	2.688.410,75	2.179.796,97
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	1.474.509,78	4.662.470,33	7.656.532,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	Até Junho 2013	Até Junho 2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de
Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário
Orçamento da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio-Junho

BENS E DIREITOS DO RPPS	Maio/2013	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2013	2012
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	10.333,94	11.249,41	894.363,06
INVESTIMENTOS	59.685.941,91	60.606.217,97	59.066.369,94
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	Até Junho 2013	Até Junho 2012
RECEITAS CORRENTES (VIII)	3.157.730,00	3.157.730,00	1.186.740,68	3.359.456,73	3.043.569,63
Receita de Contribuições	3.157.730,00	3.157.730,00	1.186.740,68	3.359.456,73	3.043.569,63
Patronal	2.406.700,00	2.406.700,00	887.810,11	2.513.222,86	2.276.947,86
Pessoal Civil	2.406.700,00	2.406.700,00	887.810,11	2.513.222,86	2.276.947,86
Ativo	2.400.000,00	2.400.000,00	885.017,09	2.506.457,16	2.270.183,13
Inativo	3.900,00	3.900,00	1.780,91	4.181,46	4.083,66
Pensionista	2.800,00	2.800,00	1.012,11	2.584,24	2.681,07
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	751.030,00	751.030,00	298.930,57	846.233,87	766.621,77
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	3.157.730,00	3.157.730,00	1.186.740,68	3.359.456,73	3.043.569,63

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Liquidada		
			Maio à Junho	Até Junho 2013	Até Junho 2012
ADMINISTRAÇÃO (XII)	60.000,00	60.000,00	4.541,10	12.721,36	11.777,54
Despesas Correntes	60.000,00	60.000,00	4.541,10	12.721,36	11.777,54
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	60.000,00	60.000,00	4.541,10	12.721,36	11.777,54

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** IPRECON - INSTITUTO PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓ

Data Emissão: 17/jul/2013

Hora de emissão: 16h e 28m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Ordenador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI
Contadora
CRC/SC 028226/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 5 (LRF, art. 53, inciso III)

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2012 (a)	Em 30/Abril/2013 (b)	Em 30/Junho/2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.216.420,60	3.786.965,55	3.763.310,83
DEDUÇÕES (II)	12.601.450,56	24.690.441,12	25.803.656,65
Disponibilidade de Caixa bruta	12.666.175,65	24.792.008,94	25.893.724,47
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	64.725,09	101.567,82	90.067,82
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(11.385.029,96)	(20.903.475,57)	(22.040.345,82)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	(11.385.029,96)	(20.903.475,57)	(22.040.345,82)

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Maio à Junho(c-b)	Até Junho(c-a)
VALOR	(1.136.870,25)	(10.655.315,86)

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	915.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dezembro/2012 (a)	Em 30/Abril/2013 (b)	Em 30/Junho/2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	51.784.460,37	51.784.460,37	51.784.460,37
Passivo Atuarial	51.784.460,37	51.784.460,37	51.784.460,37
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	60.464.124,19	62.641.494,51	61.119.833,19
Disponibilidade de Caixa Bruta	894.363,06	22.940,51	11.249,41
Investimentos	59.066.369,94	62.116.188,19	60.606.217,97
Demais Haveres Financeiros	503.903,61	503.903,61	503.903,61
(-) Restos a Pagar Processados	512,42	1.537,80	1.537,80
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX)=(VII-VIII)	(8.679.663,82)	(10.857.034,14)	(9.335.372,82)
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	(8.679.663,82)	(10.857.034,14)	(9.335.372,82)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 17/jul/2013

Hora de emissão: 16h e 29m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
 Ordenador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI
 Contadora
 CRC/SC 028226/O-9

JOAO GIRARDI
 Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
 Controlador Interno

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário - Estados, Distrito Federal e Municípios
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 6 (LRF, art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Maio à Junho	Até Junho 2013	Até Junho 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	152.930.764,00	27.222.655,35	80.687.146,55	72.779.469,62
Receitas Tributárias	21.859.140,80	3.681.148,00	13.940.998,20	11.726.027,38
IPTU	5.325.900,00	624.529,52	4.448.782,50	3.878.958,19
ISS	8.519.240,80	1.614.587,73	4.347.548,62	3.696.059,70
ITBI	2.300.000,00	496.121,17	1.171.985,69	943.287,15
IRRF	1.500.000,00	323.669,21	767.244,18	679.602,83
Outras Receitas Tributárias	4.214.000,00	622.240,37	3.205.437,21	2.528.119,51
Receitas de Contribuições	10.697.180,00	2.714.334,29	7.898.087,62	7.278.612,41
Receitas Previdenciárias	4.797.180,00	1.781.600,79	5.019.554,43	4.569.994,80
Outras Receitas de Contribuições	5.900.000,00	932.733,50	2.878.533,19	2.708.617,61
Receita Patrimonial Líquida	319.000,00	25.028,06	98.532,53	126.763,20
Receita Patrimonial	3.855.610,00	325.883,11	1.818.720,50	5.464.918,31
(-) Aplicações Financeiras	3.536.610,00	300.855,05	1.720.187,97	5.338.155,11
Transferências Correntes	114.478.663,20	19.070.809,35	53.950.257,19	50.121.243,95
FPM	17.524.448,00	3.219.940,61	9.026.700,10	8.568.512,04
ICMS	31.594.560,00	4.630.270,06	13.504.090,23	13.247.820,84
Convênios	821.684,00	266.380,35	505.769,31	507.203,01
Outras Transferências Correntes	64.537.971,20	10.954.218,33	30.913.697,55	27.797.708,06
Demais Receitas Correntes	5.576.780,00	1.731.335,65	4.799.271,01	3.526.822,68
Dívida Ativa	1.010.000,00	98.947,44	326.462,30	393.665,25
Diversas Receitas Correntes	4.566.780,00	1.632.388,21	4.472.808,71	3.133.157,43
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.732.056,00	322.083,87	960.065,98	1.285.681,96
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	330.000,00	6.612,03	19.875,42	302.493,53
Transferências de Capital	3.402.056,00	315.471,84	940.190,56	983.188,43
Convênios	3.402.056,00	315.471,84	940.190,56	983.188,43
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	3.402.056,00	315.471,84	940.190,56	983.188,43
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	156.332.820,00	27.538.127,19	81.627.337,11	73.762.658,05

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesas Executadas em 2013		Despesas Executadas em 2012
		Liquidada entre Maio à Junho	Liquidada Até Junho	Liquidada Até Junho
DESPESAS CORRENTES (VIII)	144.754.870,58	23.961.459,49	60.035.039,78	59.314.670,15
Pessoal e Encargos Sociais	68.207.000,00	10.969.966,28	29.755.396,31	29.663.514,92
Juros e Encargos da Dívida (IX)	85.000,00	13.235,17	39.175,54	158.954,27
Outras Despesas Correntes	76.462.870,58	12.978.258,04	30.240.467,93	29.492.200,96
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	144.669.870,58	23.948.224,32	59.995.864,24	59.155.715,88
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	23.088.764,54	1.464.801,48	3.183.976,81	5.663.143,60
Investimentos	23.088.764,54	1.464.801,48	3.183.976,81	4.465.699,25
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	1.197.444,35
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	23.088.764,54	1.464.801,48	3.183.976,81	4.465.699,25
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	200.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	167.958.635,12	25.413.025,80	63.179.841,05	63.621.415,13
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	(11.625.815,12)	2.125.101,39	18.447.496,06	10.141.242,92
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	5.967.197,40	-

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(3.284.088,00)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 17/jul/2013

Hora de emissão: 16h e 30m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Ordenador da DespesaELIZA TEBALDI BORSATTI
Contadora
CRC/SC 028226/O-9JOAO GIRARDI
Prefeito MunicipalALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Poder/Órgão	RP Processados e Não Processados Liquidados					RP Não Processados					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2012				Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ.) (I)	65.237,51	303.341,70	280.113,96	0,00	88.465,25	347.584,40	3.132.360,54	2.406.655,53	2.403.515,16	147.502,17	928.927,61
Executivo	65.237,51	303.341,70	280.113,96	0,00	88.465,25	347.584,40	3.121.328,14	2.395.623,13	2.392.482,76	147.502,17	928.927,61
Encargos Gerais	560,00	0,00	500,00	0,00	60,00	0,00	83.391,49	69.384,42	69.384,42	0,00	14.007,07
Fundacao Municipal de Cultura	0,00	861,97	223,33	0,00	638,64	114,26	8.889,50	6.163,19	6.163,19	2.726,31	114,26
Fundacao Municipal de Esportes	1.305,24	1.539,39	0,00	0,00	2.844,63	0,00	28.115,21	27.688,50	27.688,50	0,00	426,71
Fundacao Municipal de Defesa do Meio Ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	492,51	348,83	348,83	143,68	0,00
Fundo Municipal de Saude	0,00	24.410,52	24.410,52	0,00	0,00	21.496,17	496.004,38	449.951,34	449.951,34	21.146,35	46.402,86
Fundo Municipal para a Infancia e Adolescencia	1.157,00	0,00	0,00	0,00	1.157,00	0,00	952,50	0,00	0,00	952,50	0,00
Fundo Municipal de Assistencia Social	0,00	420,00	420,00	0,00	0,00	100,00	2.390,69	1.870,89	1.870,89	0,00	619,80
Fundo Mun.de Habitacao de Inter.soc.de Concordia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.885,90	18.465,90	18.465,90	0,00	420,00
Fundo Municipal de Assistencia ao Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.316,00	78.356,46	78.356,46	19.959,54	0,00
Gabinete do Prefeito	492,50	698,23	100,00	0,00	1.090,73	240,00	6.243,86	2.381,66	2.381,66	0,00	4.102,20
Gabinete do Vice-prefeito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.335,73	123,02	123,02	0,00	2.212,71
Instituto de Previdencia Social dos Servidores	512,42	1.025,38	0,00	0,00	1.537,80	0,00	11.927,88	11.301,10	11.301,10	626,78	(0,00)
Secretaria Municipal de Administracao - Semad	853,30	823,10	127,00	0,00	1.549,40	0,00	60.535,54	36.306,72	36.306,72	0,00	24.228,82
Secretaria Municipal de Financas - Semuf	175,90	0,00	0,00	0,00	175,90	0,00	8.989,52	5.519,82	5.519,82	0,00	3.469,70
Secretaria Municipal de Educacao - Semed	9.774,03	16.932,23	15.725,57	0,00	10.980,69	320.230,83	419.269,85	381.508,09	381.508,09	0,00	357.992,59
Secretaria Munic.de Agric.desenv.rural e Meio Amb.	0,00	3.840,00	840,00	0,00	3.000,00	0,00	12.822,79	7.459,66	7.459,66	0,00	5.363,13
Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras - Semurb	19.242,41	238.735,04	236.647,54	0,00	21.329,91	5.403,14	1.768.011,94	1.240.473,08	1.238.473,08	101.947,01	432.994,99
Secretaria Munic.desenv.social, Cidadania e Hab.	22.744,71	12.080,84	1.120,00	0,00	33.705,55	0,00	33.951,75	24.438,98	23.298,61	0,00	10.653,14
Secretaria Munic.desenv.economico e Turismo-sedet	6.420,00	0,00	0,00	0,00	6.420,00	0,00	49.624,93	24.408,76	24.408,76	0,00	25.216,17
Secretaria Municipal de Transportes - Semut	2.000,00	1.975,00	0,00	0,00	3.975,00	0,00	10.176,17	9.472,71	9.472,71	0,00	703,46
Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.032,40	11.032,40	11.032,40	0,00	0,00
Camara Municipal de Vereadores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.032,40	11.032,40	11.032,40	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II)	65.237,51	303.341,70	280.113,96	0,00	88.465,25	347.584,40	3.132.360,54	2.406.655,53	2.403.515,16	147.502,17	928.927,61

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**Data Emissão:** 17/jul/2013**Hora de emissão:** 16h e 32m**Notas:**

 JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
 Ordenador da Despesa

 ELIZA TEBALDI BORSATTI
 Contadora
 CRC/SC 028226/O-9

 JOAO GIRARDI
 Prefeito Municipal

 ALCEONE JOSE MULLER
 Controlador Interno

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento
do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio-Junho

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

RECEITAS DE ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	Até Junho 2013 (b)	%(b/a)
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	18.424.140,80	18.424.140,80	3.178.667,17	11.072.800,88	60,10
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	5.829.900,00	5.829.900,00	681.294,90	4.604.164,37	78,98
1.1.1- IPTU	5.325.900,00	5.325.900,00	627.518,88	4.458.018,17	83,70
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	30.000,00	30.000,00	3.309,29	14.088,34	46,96
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	400.000,00	400.000,00	29.525,57	91.511,70	22,88
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	74.000,00	74.000,00	23.992,39	49.843,70	67,36
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	3.051,23	9.297,54	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.300.000,00	2.300.000,00	496.121,17	1.171.985,69	50,96
1.2.1- ITBI	2.300.000,00	2.300.000,00	496.222,28	1.176.812,38	51,17
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	101,11	4.826,69	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	8.794.240,80	8.794.240,80	1.677.581,89	4.529.406,64	51,50
1.3.1- ISS	8.519.240,80	8.519.240,80	1.616.905,27	4.352.069,33	51,09
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	50.000,00	50.000,00	25.468,29	47.621,53	95,24
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	180.000,00	180.000,00	24.225,88	95.783,34	53,21
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	45.000,00	45.000,00	13.299,99	38.453,15	85,45
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	2.317,54	4.520,71	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.500.000,00	1.500.000,00	323.669,21	767.244,18	51,15
1.4.1- IRRF	1.500.000,00	1.500.000,00	323.669,21	767.244,18	51,15
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	71.630.224,00	71.630.224,00	11.645.459,59	32.836.713,52	45,84
2.1- Cota-Parte FPM	21.905.560,00	21.905.560,00	4.024.925,70	11.283.374,96	51,51
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b (22,05%)	21.905.560,00	21.905.560,00	4.024.925,70	11.283.374,96	51,51
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d (1% em dezembro de cada ano)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	39.493.200,00	39.493.200,00	5.787.837,37	16.880.112,14	42,74
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	190.000,00	190.000,00	27.359,18	82.077,55	43,20
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	560.000,00	560.000,00	88.773,10	248.353,94	44,35
2.5- Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	1.476,21	3.525,92	117,53
2.6- Cota-Parte IPVA	9.478.464,00	9.478.464,00	1.715.088,03	4.339.269,01	45,78
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	90.054.364,80	90.054.364,80	14.824.126,76	43.909.514,40	48,76

RECEITA ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	Até Junho 2013 (b)	%(b/a)
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	4.059.500,00	4.059.500,00	642.254,56	1.777.943,31	43,80
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.818.000,00	2.818.000,00	406.985,53	1.349.180,88	47,88
5.2- Outras Transferências do FNDE	1.210.000,00	1.210.000,00	235.069,42	428.461,82	35,41
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	31.500,00	31.500,00	199,61	300,61	0,95
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	646.000,00	646.000,00	230.207,69	460.318,02	71,26
6.1- Transferências de Convênios	645.000,00	645.000,00	229.952,00	459.908,00	71,30
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.000,00	1.000,00	255,69	410,02	41,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	4.705.500,00	4.705.500,00	872.462,25	2.238.261,33	47,57

FUNDEB					
RECEITA DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	Até Junho 2013 (b)	%(b/a)
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	14.326.044,80	14.326.044,80	2.329.167,13	6.566.877,43	45,84
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	4.381.112,00	4.381.112,00	804.985,09	2.256.674,86	51,51
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	7.898.640,00	7.898.640,00	1.157.567,31	3.376.021,91	42,74
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	38.000,00	38.000,00	5.471,82	16.415,49	43,20
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	112.000,00	112.000,00	17.754,60	49.670,74	44,35
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	600,00	600,00	295,22	705,12	117,52
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	1.895.692,80	1.895.692,80	343.093,09	867.389,31	45,76
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	25.580.000,00	25.580.000,00	4.474.082,24	12.889.829,39	50,39
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	25.500.000,00	25.500.000,00	4.474.082,24	12.889.829,39	50,55
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	11.173.955,20	11.173.955,20	2.144.915,11	6.322.951,96	4,71
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento
do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio-Junho

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA(d)	DESPESA LIQUIDADADA		
			Maio à Junho	Até Junho 2013 (e)	% (f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	22.684.700,00	22.539.700,00	3.814.203,67	10.092.069,83	44,77
13.1- Com Educação Infantil	5.176.300,00	5.176.300,00	896.690,57	2.417.889,92	46,71
13.2- Com Ensino Fundamental	17.508.400,00	17.363.400,00	2.917.513,10	7.674.179,91	44,20
14- OUTRAS DESPESAS	2.895.300,00	3.153.755,17	523.157,57	1.187.143,83	37,64
14.1- Com Educação Infantil	1.415.300,00	1.415.300,00	180.655,19	440.829,14	31,15
14.2- Com Ensino Fundamental	1.480.000,00	1.738.455,17	342.502,38	746.314,69	42,93
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	25.580.000,00	25.693.455,17	4.337.361,24	11.279.213,66	82,41

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	71.455,17
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	71.455,17
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COMEDUC. INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13-18) / 11) x 100%	77,74

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	71.455,17
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013	71.455,17

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA(a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Maio à Junho	Até Junho 2013 (b)	%(b/a)
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)	22.513.591,20	22.513.591,20	3.706.031,69	10.977.378,60	48,76

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA(d)	DESPESA LIQUIDADADA		
			Maio à Junho	Até Junho 2013 (e)	% (f) = (e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	9.650.900,00	10.526.290,00	1.773.561,12	4.627.685,85	43,96
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	6.591.600,00	6.591.600,00	1.077.345,76	2.858.719,06	43,37
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.059.300,00	3.934.690,00	696.215,36	1.768.966,79	44,96
24- ENSINO FUNDAMENTAL	24.825.500,00	25.655.555,17	4.419.898,64	11.650.890,27	45,41
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	18.988.400,00	19.101.855,17	3.260.015,48	8.420.494,60	44,08
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.837.100,00	6.553.700,00	1.159.883,16	3.230.395,67	49,29
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	10.500,00	10.500,00	235,00	235,00	2,24
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	34.487.900,00	36.193.345,17	6.193.694,76	16.278.811,12	44,98

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	4.712.336,23
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	71.455,17
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPO	468.169,96
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURS	0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35)	5.251.961,36
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))	11.026.614,76
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	25,11

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento
do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio-Junho

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA(d)	DESPESA LIQUIDADADA		
			Maio à Junho	Até Junho 2013 (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESP. COM APLIC. FINANC. OUTROS REC. IMPOST. VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.846.000,00	2.950.687,83	636.048,38	1.152.992,96	39,08
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS REC. PARA FINANC. DO ENSINO	2.242.000,00	2.790.788,00	512.251,87	1.061.908,90	38,05
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	5.088.000,00	5.741.475,83	1.148.300,25	2.214.901,86	38,58
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	39.575.900,00	41.934.821,00	7.341.995,01	18.493.712,98	44,10

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2013 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	313.561,12	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB(h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	107.329,37	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	12.889.829,39	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	11.293.650,38	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.703.508,38	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Data Emissão: 17/jul/2013 **Hora de emissão:** 16h e 35m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Ordenador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI
Contadora
CRC/SC 028226/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com
Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 poder: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio-Junho

RREO ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Junho 2013 (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTO LÍQUIDA (I)	18.424.140,80	18.424.140,80	11.072.800,88	60,10
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.325.900,00	5.325.900,00	4.448.782,50	83,53
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.300.000,00	2.300.000,00	1.171.985,69	50,96
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	8.519.240,80	8.519.240,80	4.347.548,62	51,03
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.500.000,00	1.500.000,00	767.244,18	51,15
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do Impostos	80.000,00	80.000,00	61.709,87	77,14
Dívida Ativa dos Impostos	580.000,00	580.000,00	187.253,79	32,29
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	119.000,00	119.000,00	88.276,23	74,18
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	71.630.224,00	71.630.224,00	32.836.713,52	45,84
Cota-Parte FPM	21.905.560,00	21.905.560,00	11.283.374,96	51,51
Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	3.525,92	117,53
Cota-Parte IPVA	9.478.464,00	9.478.464,00	4.339.269,01	45,78
Cota-Parte ICMS	39.493.200,00	39.493.200,00	16.880.112,14	42,74
Cota-Parte IPI-Exportação	560.000,00	560.000,00	248.353,94	44,35
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	190.000,00	190.000,00	82.077,55	43,20
Desoneração ICMS (LC 87/96)	190.000,00	190.000,00	82.077,55	43,20
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	90.054.364,80	90.054.364,80	43.909.514,40	105,94

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Junho 2013 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	23.226.470,00	23.226.470,00	10.896.025,02	46,91
Provenientes da União	21.552.000,00	21.552.000,00	9.955.082,79	46,19
Provenientes dos Estados	1.509.800,00	1.509.800,00	878.524,99	58,19
Provenientes de Outros Municípios	76.100,00	76.100,00	12.333,31	16,21
Outras Receitas do SUS	88.570,00	88.570,00	50.083,93	56,55
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS A SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	42.260.865,20	42.260.865,20	24.480.349,38	57,93
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	65.487.335,20	65.487.335,20	35.376.374,40	104,84

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Junho (f)	% (f/e) x 100	Até Junho (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	38.374.220,00	39.982.312,49	25.012.438,02	62,56	17.748.502,91	44,39
Pessoal e Encargos Sociais	15.610.400,00	15.610.400,00	6.991.537,80	44,79	6.989.069,41	44,77
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	22.763.820,00	24.371.912,49	18.020.900,22	73,94	10.759.433,50	44,15
DESPESAS DE CAPITAL	1.986.350,00	3.098.508,09	778.821,21	25,14	486.107,21	15,69
Investimentos	1.986.350,00	3.098.508,09	778.821,21	25,14	486.107,21	15,69
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	40.360.570,00	43.080.820,58	25.791.259,23	87,70	18.234.610,12	60,08

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com
Ações e Serviços Públicos de Saúde
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 poder: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio-Junho

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Junho (h)	% (h/IVf)x 100	Até Junho (i)	% (i/IVg)x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	23.542.670,00	25.145.957,34	16.252.109,49	63,01	9.681.967,17	53,10
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	23.208.470,00	24.811.757,34	16.092.199,39	62,39	9.630.635,43	52,82
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	334.200,00	334.200,00	159.910,10	0,62	51.331,74	0,28
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA			0,00	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS A PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS (V)	23.542.670,00	25.145.957,34	16.252.109,49	63,01	9.681.967,17	53,10
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	16.817.900,00	17.934.863,24	9.539.149,74	36,99	8.552.642,95	46,90

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%)	19,48
--	-------

VALOR REFERENTE A DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 X IIIB)	1.967.146,25
---	--------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
2012	212.920,76	3.104,06	209.016,70	800,00	212.920,76
Total	212.920,76	3.104,06	209.016,70	800,00	212.920,76

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	SALDO FINAL (Não Aplicado)
Restos Cancelados	3.104,06	-	3.104,06

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
 Relatório Resumido da Execução Orçamentária
 Demonstrativo da Receita de Impostos Líquida e das Despesas Próprias com
 Ações e Serviços Públicos de Saúde
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 poder: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio-Junho

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	SALDO FINAL (Não Aplicado)

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Junho (l)	% (l/ total l) x 100	Até Junho (m)	% (m/ total m) x 100
Atenção Básica	17.664.000,00	19.017.158,09	9.120.287,26	35,36	7.079.138,26	38,82
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	20.478.170,00	21.599.894,40	15.007.459,88	58,19	9.841.296,41	53,97
Vigilância Sanitária	605.450,00	605.450,00	238.788,91	0,93	102.147,25	0,56
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	1.612.950,00	1.858.318,09	1.424.723,18	5,52	1.212.028,20	6,65
Total	40.360.570,00	43.080.820,58	25.791.259,23	100,00	18.234.610,12	100,00

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Ordenador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI
Contadora
CRC/SC 028226/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLER
Controlador Interno

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio-Junho

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Direitos Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Não Relacionadas a Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrapartida para Ativos da SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS DE PPP (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contraprestações Futuras	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVOS CONTINGENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Futuros	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2013)	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	143.362.362,54	146.905.860,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 17/jul/2013

Hora de emissão: 16h e 43m

Notas:

 JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
 Ordenador da Despesa

 ELIZA TEBALDI BORSATTI
 Contadora
 CRC/SC 028226/O-9

 JOAO GIRARDI
 Prefeito Municipal

 ALCEONE JOSE MULLER
 Controlador Interno

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Entidade: Consolidado
Período de Referência: Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio-Junho

LRF, Art. 48 - Anexo 14

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	Maio à Junho	Até Junho
Previsão Inicial da Receita	160.199.430,00	160.199.430,00
Previsão Atualizada da Receita	160.199.430,00	160.199.430,00
Receitas Realizadas	27.845.594,27	83.367.400,50
Déficit Orçamentário	0,00	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	2.241.602,27

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Maio à Junho	Até Junho
Dotação Inicial	160.199.430,00	160.199.430,00
Créditos Adicionais	7.844.205,12	7.844.205,12
Dotação Atualizada	168.043.635,12	168.043.635,12
Despesas Empenhadas	23.643.793,79	93.200.766,88
Despesas Liquidadas	25.426.260,97	63.219.016,59
Superávit Orçamentário	0,00	20.148.383,91

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Maio à Junho	Até Junho
Despesas Empenhadas	23.643.793,79	93.200.766,88
Despesas Liquidadas	25.426.260,97	63.219.016,59

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Junho
Receita Corrente Líquida	146.905.860,06

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Maio à Junho	Até Junho
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	2.399.613,90	7.350.881,08
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	925.104,12	2.688.410,75
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	1.474.509,78	4.662.470,33

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até Junho(b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	915.000,00	(10.655.315,86)	(1.164,52)
Resultado Primário	(3.284.088,00)	18.447.496,06	(561,72)

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Canc. Até Junho	Pag. Até Junho	Saldo a pagar
Por Poder e Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	368.579,21	0,00	280.113,96	88.465,25
Poder Executivo	368.579,21	0,00	280.113,96	88.465,25
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.479.944,94	147.502,17	2.403.515,16	928.927,61
Poder Executivo	3.468.912,54	147.502,17	2.392.482,76	928.927,61
Poder Legislativo	11.032,40	0,00	11.032,40	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.848.524,15	147.502,17	2.683.629,12	1.017.392,86

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado Até Junho	% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Junho
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	11.026.614,76	25,00	25,11
Mín. Anual de 60% do FUNDEB na Rem. do Magis. com Educ. Infan. e Ens. Fundam.	10.020.614,66	60,00	77,74

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 Entidade: Consolidado
 Período de Referência: Janeiro a Junho de 2013 / Bimestre Maio-Junho

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL	Valor Apurado Até Junho	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	3.183.976,81	19.904.787,73

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	6.527.502,43	3.323.948,71	930.823,48	9.266,72
Despesas Previdenciárias (V)	2.774.373,67	4.117.010,81	5.536.034,47	2.765.851,76
Resultado Previdenciário (IV - V)	3.753.128,76	(793.062,10)	(4.605.210,99)	(2.756.585,04)

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DO RECURSOS	Valor Apurado Até Junho	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	19.875,42	310.124,58
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	330.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIDORES PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até Junho	Limite Constitucional Anual	
		%Mínimo a Aplicar Exer.	% Aplicado Até Junho
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	8.552.642,95	15,00	19,48

Fonte: Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Data Emissão: 17/jul/2013 **Hora de emissão:** 16h e 50m

Notas:

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Ordenador da Despesa

ELIZA TEBALDI BORSATTI
Contadora
CRC/SC 028226/O-9

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

ALCEONE JOSE MULLE
Controlador Interno

Edital de Convocação Nº 8/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 8/2013, DE 25 DE JUNHO DE 2013.
Convoca a VII Conferência Municipal de Assistência Social.

O Prefeito do Município de Concórdia, juntamente com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

No uso das atribuições que lhes são conferidas, e considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município de Concórdia, SC. RESOLVEM:

Art. 1º Convocar a VII Conferência Municipal de Assistência Social, com o tema: "Gestão e Financiamento para a efetivação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS".

Art. 2º A Conferência de que trata o art. 1º deste Edital será realizada no dia 2 de agosto de 2013, das 8h às 17h, no Teatro Municipal Maria Luiza de Matos, localizado junto à Fundação Municipal de Cultura, situada na Rua Abramo Eberle, 322, Concórdia, SC.

Art. 3º Cópia deste Edital, bem como quaisquer outros esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, situada na Rua Leonel Mosele, 285, Concórdia, SC, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira ou pelo telefone (49) 3442 0118.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

TANIA APARECIDA PEREIRA DA CUNHA

Presidenta do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Edital de Notificação - Salário Educação

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 212.281,10 (duzentos e doze mil duzentos e oitenta e um reais e dez centavos).

Concórdia SC, 18 de julho de 2013.

JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Cordilheira Alta**PREFEITURA****Decreto N. 515/2013**

DECRETO Nº 515/2013, DE 18 DE JULHO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA ACOMPANHAMENTO DE TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, em especial o Art. 70 e 71 da Lei Complementar Nº 018/2001,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhamento

de tratamento de saúde de sua filha, à Servidora Municipal, Sra .DAIANE SEGHETTO , ocupante do cargo de Professor de Educação Física, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Julho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 516/2013

DECRETO Nº516/2013, DE 18 DE JULHO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010, DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. ISABEL CRISTINA TOZZO , ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Julho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 517/2013

DECRETO Nº517/2013, DE 18 DE JULHO DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora Municipal, Sra. KELY CRISTINA RANZAN, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, 10 (dez) dias de férias, referente ao período aquisitivo de 16/07/2011 à 15/07/2012, que serão gozadas no período de 22/07/2013 à 31/07/2013.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de julho do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Julho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

KELY CRISTINA RANZAN Ciente em: ____/ ____/2013

Extrato Aviso de Licitação - Pregão Registro de Preço 29/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.
Processo Administrativo n. 75/2013
Pregão Presencial para Registro de Preços n. 29/2013
Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de material de expediente, material escolar e material de processamento de dados para manutenção das atividades das secretarias solicitantes.

Entrega dos Envelopes: até às 14:00 horas do dia 01/08/2013
Abertura dos Envelopes: 14:15 horas do dia 01/08/2013
O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 19 de julho de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Extrato Aviso de Licitação - Pregão Registro de Preço 30/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.
Processo Administrativo n. 76/2013
Pregão Presencial para Registro de Preços n. 30/2013
Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de material de limpeza e copa e cozinha para manutenção das atividades das secretarias solicitantes.
Entrega dos Envelopes: até às 08:00 horas do dia 01/08/2013
Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 01/08/2013
O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 19 de julho de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Extrato Aviso de Licitação - Pregão Registro de Preço 31/2013

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Decreto Municipal n.º 75/2007, e demais normas aplicáveis.
Processo Administrativo n. 77/2013
Pregão Presencial para Registro de Preços n. 31/2013
Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição de mantimentos para preparo da merenda escolar para o segundo semestre.

Entrega dos Envelopes: até às 08:00 horas do dia 02/08/2013
Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 02/08/2013
O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 19 de julho de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Decreto Nº. 159, de 19 de Julho de 2013.

DECRETO Nº. 159, DE 19 DE JULHO DE 2013.
NOMEIA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO AVISO PÚBLICO Nº 003/2013 - ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO-, AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 08/2003 de 11/07/2003 e Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista a realização de Aviso Público, para preenchimento das necessidades de pessoal, em caráter temporário no Serviço Público Municipal, resolve:

NOMEAR:

Art. 1º Para comporem, sob a Presidência do primeiro, a Comissão Responsável pelo Aviso Público nº 003/2013, para o preenchimento de vagas de Agente de Combate a Endemias, em caráter temporário, os servidores a seguir relacionados:

- I - Lidia de Barba;
- II - Carolina de Fatima de Jesus Madella;
- III - Laís Cristina Scarioto;

Parágrafo único. Na ausência do Presidente fica indicado o servidor indicado no inciso II como eventual substituto.

Art. 2º A Comissão terá a competência para organizar, elaborar peças, coordenar, fiscalizar e deliberar sobre a realização do processo de Aviso Público.

Art. 3º A Comissão terá a competência para acompanhar todos os

trabalhos relativos ao Aviso Público e encaminhar, ao final do certame, a lista dos classificados ao Chefe do Executivo para homologação do resultado, sempre de acordo com o contido no edital de Aviso Público.

Art. 4º Compete, ainda, à Comissão realizar as inscrições dos candidatos, condicionando sua aprovação ao contido no edital do Aviso Público.

Art. 5º Compete à Comissão resolver sobre os casos omissos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 19 de julho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI
Chefe de Gabinete

Corupá

PREFEITURA

Extrato do Contrato 002/13-Aguas de Corupá

EXTRATO DO CONTRATO 002/13-AGUAS DE CORUPÁ

Processo de licitação nº 002/13-AGUAS DE CORUPÁ
Modalidade Dispensa de Licitação nº 002/13-AGUAS DE CORUPÁ

Contratante: ÁGUAS DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ: 14.797.046/0001-98, Rua Francisco Mees, 1915 - XV de Novembro; CEP: 89278-000 Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Contratada: NILSON ROGERIO VOIGT brasileiro, divorciado, autônomo, portador(a) da C.I. nº 1.986.123-0 SSP/SC e do CPF nº 018.970.959/61, residente e domiciliado na Rua Ano Bom, 1384 no Município de Corupá, ROSELI MELCHIORETTI, brasileira, viúva, do lar, portador(a) da C.I. nº 5.073.143-2 SSP/SC e do CPF nº 704.628.369-91, residente e domiciliada na Rua Ano Bom, 1384 no Município de Corupá, e ROSANE LANGER, brasileira, viúva, do lar, portador(a) da C.I. nº 1.586.997-0 SSP/SC e do CPF nº 719.289.959-34, residente e domiciliado na Rua Ano Bom, 1425, no Município de Corupá.

Objeto: É objeto da presente, Compra e Venda de área de 1.387,50m² de um imóvel com área total de 26.150,0m² e de outro imóvel com área de 185,00m², em conformidade com a Lei Municipal 2111/13, destinadas a ampliação da Estação de Tratamento de Água.

Valor do Contrato: R\$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco mil reais).

Data da Assinatura: 18/07/2013
Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Junho/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: AP OESTE LTDA
CNPJ: 05.919.156/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 56/2013 Numero do Processo: 56/2013
Numero do Contrato: 58/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA, PARA INDIVÍDUOS OU FAMILÍAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.

Data da Assinatura: 06/06/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 11/06/2013
Vigência: 06/06/2013 A 11/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 410,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC Junho/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DINÂMICA COM.DE SUP.P/INFORMÁTICA ESCR.LTDA ME
CNPJ: 07.072.908/0001-50
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 59/2013 Numero do Processo: 59/2013
Numero do Contrato: 59/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 06/06/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 11/06/2013
Vigência: 06/06/2013 A 11/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 410,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Junho/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SDG-SEIVA E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA ME

CNPJ: 15.534.818/0001-61

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO/COMPRAS E SERVIÇOS

Número da Licitação: 0/0 Número do Processo: 0/0

Número do Contrato: 60/2013

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MINISTRAR PALESTRA NO DIA 13 DE JUNHO DE 2013 PARA OS USUÁRIOS DO CRAS (IDOSOS E FAMÍLIAS EM GERAL) ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL.

Data da Assinatura: 12/06/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 17/06/2013

Vigência: 12/06/2013 A 20/06/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 2.100,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Junho/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CASA FAGUNDES COM. VAR. EM GERAL LTDA-ME

CNPJ: 73.222.994/0001-64

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 59/2012 Número do Processo: 59/2012

Número do Contrato: 61/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/06/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 18/06/2013

Vigência: 13/06/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 337,50

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Junho/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DINÂMICA COM.DE SUP.P/INFORMÁTICA ESCR.LTDA ME

CNPJ: 07.072.908/0001-50

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 59/2012 Número do Processo: 59/2012

Número do Contrato: 62/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/06/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 18/06/2013

Vigência: 13/05/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 5235,45

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Junho/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: INFOTRIX COMERCIAL LTDA

CNPJ: 04.586.694/0001-41

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 59/2012 Número do Processo: 59/2012

Número do Contrato: 63/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/06/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 18/06/2013

Vigência: 13/06/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 2.260,64

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Junho/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: NATALICIO DE JESUS GERALDO EPP

CNPJ: 78.216.058/0001-64

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 59/2012 Numero do Processo: 59/2012

Numero do Contrato: 64/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/06/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 18/06/2013

Vigência: 16/06/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 63,38

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Junho/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

CNPJ: 85.248.680/0001-10

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 59/2012 Numero do Processo: 59/2013

Numero do Contrato: 64/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/06/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 18/05/2013

Vigência: 13/06/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 207,84

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Junho/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA

CNPJ: 85.248.680/0001-10

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 59/2012 Numero do Processo: 59/2013

Numero do Contrato: 64/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO NA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/06/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 18/05/2013

Vigência: 13/06/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 207,84

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Junho/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME

CNPJ: 10.314.036/0001-01

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 53/2012 Numero do Processo: 53/2012

Numero do Contrato: 48/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA CONSUMO NOS ENCONTROS DA TERCEIRA IDADE; CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL; CREAS-CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTENCIA SOCIAL; E, CRAS, NO ANO DE 2013.

Data da Assinatura: 19/06/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 24/06/2013

Vigência: 19/06/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 1.451,25

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Junho/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA

CNPJ: 83.054.924/0001-06

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 53/2012 Número do Processo: 53/2012

Número do Contrato: 67/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS PAC I, ABRIGO TEMPORÁRIO, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, FABRICAÇÃO DE LEITE DE SOJA.

Data da Assinatura: 20/06/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 26/06/2013

Vigência: 20/06/2013 a 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número: FUNDO SOCIAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS / NR: 4

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 3.379,77

Forma de Pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Junho/2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SUPERMERCADO COLORIDO LTDA ME

CNPJ: 10.314.036/0001-01

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 53/2012 Número do Processo: 53/2012

Número do Contrato: 68/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS PAC I, ABRIGO TEMPORÁRIO, CASA DE PROTEÇÃO INFANTO JUVENIL, FABRICAÇÃO DE LEITE DE SOJA.

Data da Assinatura: 20/06/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 26/06/2013

Vigência: 20/06/2013 a 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 2.783,14

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA

CNPJ: 85.349.579/0001-55

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 26/2013 Número do Processo: 26/2013

Número do Contrato: 148/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO ÔNIBUS DE PLACAS MCY-8901, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 05/06/2013

Data da publicação no Diário Oficial: 07/06/2013

Vigência: 05/06/2013 a 05/08/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 6.500,00

Forma de pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: FARMACIA SUL BRASIL LTDA-EPP

CNPJ: 85.197.788/0001-20

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 27/2013 Número do Processo: 27/2013

Número do Contrato: 149/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL .

Data da Assinatura: 10/06/2013

Data da publicação no Diário Oficial: 13/06/2013

Vigência: 10/06/2013 a 13/06/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 1.335,00

Forma de pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: ROBERTO TESSARO

CNPJ: 85.248.680/0001-10

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 27/2013 Número do Processo: 27/2013

Número do Contrato: 150/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 10/06/2013

Data da publicação no Diário Oficial: 13/06/2013

Vigência: 10/06/2013 a 31/12/2013

Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 15.481,00
Forma de pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: CASA FAGUNDES COM.VARIED.EM GERAL LTDA ME
CNPJ: 73.222.994/0001-64
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 25/2013 Número do Processo: 25/2013
Número do Contrato: 151/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/06/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 14/06/2013
Vigência: 13/06/2013 a 31/12/2013

Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 10.238,00
Forma de pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
CNPJ: 04.195.853/0001-87
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 25/2013 Número do Processo: 25/2013
Número do Contrato: 152/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/06/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 14/06/2013
Vigência: 13/06/2013 a 31/12/2013

Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 4.339,41
Forma de pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: PAULO CESAR MARANA TRANSPORTES EPP
CNPJ: 11.406.284/0001-37
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 25/2013 Número do Processo: 25/2013
Número do Contrato: 153/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/06/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 17/06/2013
Vigência: 13/06/2013 a 31/12/2013

Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 31.884,94
Forma de pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: ROBERTO TESSARO
CNPJ: 85.248.680/0001-10
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 25/2013 Número do Processo: 25/2013
Número do Contrato: 154/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/06/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 14/06/2013
Vigência: 13/06/2013 a 31/12/2013

Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 12.927,02
Forma de pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: SOLO COMERCIAL LTDA EPP
CNPJ: 11.102.277/0001-41
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 25/2013 Número do Processo: 25/2013
Número do Contrato: 155/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NÚCLEO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/06/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 14/06/2013

Vigência: 13/06/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 4.295,801
Forma de pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ: 85.349.579/0001-55
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 26/2013 Número do Processo: 26/2013
Número do Contrato: 156/2013
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 1.290,00 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO ONIBUS DE PLACAS MCY-8901, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE CONFORME MEMORANDO N.285/2013 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 13/06/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 18/06/2013
Vigência: 13/06/2013 a 05/08/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número:
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.290,00
Forma de pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: ALEXANDRA DOS PASSOS EPP
CNPJ: 12.260.623/0001-82
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 19/2013 Número do Processo: 19/2013
Número do Contrato: 157/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGOGICO E EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DURANTE O ANO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/06/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 21/06/2013
Vigência: 18/06/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 5.570,93
Forma de pagamento: Á VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: CASA FAGUNDES COM.VARIED.EM GERAL LTDA ME
CNPJ: 73.222.994/0001-64
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 19/2013 Número do Processo: 19/2013
Número do Contrato: 158/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGOGICO E EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DURANTE O ANO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/06/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 21/06/2013
Vigência: 18/06/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.458,55
Forma de pagamento: Á VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: DINAMICA COM.DE SUPRIM.P/INFORM.E ESCRIT. LTDA ME
CNPJ: 07.072.908/0001-50
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 19/2013 Número do Processo: 19/2013
Número do Contrato: 159/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGOGICO E EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DURANTE O ANO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/06/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 21/05/2013
Vigência: 18/06/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 14.752,30
Forma de pagamento: Á VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: ESCRIMATE SISTEMAS LTDA
CNPJ: 00.748.569/0001-30
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 19/2013 Número do Processo: 19/2013
Número do Contrato: 160/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGOGICO E EXPEDIENTE

PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DURANTE O ANO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/06/2013

Data da publicação no Diário Oficial: 21/06/2013

Vigência: 18/06/2013 a 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 24.026,82

Forma de pagamento: Á VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP

CNPJ: 04.586.694/0001-41

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 19/2013 Número do Processo: 19/2013

Número do Contrato: 161/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGOGICO E EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DURANTE O ANO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/06/2013

Data da publicação no Diário Oficial: 21/05/2013

Vigência: 18/06/2013 a 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 49.097,00

Forma de pagamento: Á VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: KLEBER MACHADO & CIA LTDA

CNPJ: 11.118.645/0001-40

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 19/2013 Número do Processo: 19/2013

Número do Contrato: 162/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGOGICO E EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DURANTE O ANO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/06/2013

Data da publicação no Diário Oficial: 21/06/2013

Vigência: 18/06/2013 a 05/08/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 8.266,48

Forma de pagamento: Á VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: ROBERTO TESSARO

CNPJ: 85.248.680/0001-10

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 19/2013 Número do Processo: 19/2013

Número do Contrato: 163/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGOGICO E EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DURANTE O ANO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/06/2013

Data da publicação no Diário Oficial: 21/06/2013

Vigência: 18/06/2013 a 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 21.574,05

Forma de pagamento: Á VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: SANDRO VILMAR PIRES ME

CNPJ: 09.253.952/0001-91

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 19/2013 Número do Processo: 19/2013

Número do Contrato: 164/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGOGICO E EXPEDIENTE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, DURANTE O ANO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/06/2013

Data da publicação no Diário Oficial: 21/06/2013

Vigência: 18/06/2013 a 05/08/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número:

Gestão/ Número:

Número do Empenho:

Valor: 2.159,52

Forma de pagamento: Á VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ: 00.456.865/0001-67

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 35/2010 Número do Processo: 35/2010

Número do Contrato: 165/2013

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS DE R\$ 220,92 REFERENTE A REAJUSTE PELO INDICE IGP(FGV) NO PERCENTUAL DE 6,216% SOBRE A LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA ,

COMPRAS E LICITAÇÕES CONFORME QUANTITATIVOS E CARACTERÍSTICAS DESCRITIVAS NOS ANEXOS I E II, INCLUSIVE COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS, REGIDA PELA LEI FEDERAL 10.520/002, PELA LEI 8.666/93, ENTRE OUTROS DISPOSITIVOS LEGAIS APLICADOS A ESPECIE.

Data da Assinatura: 21/06/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 26/06/2013
Vigência: 21/06/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 220,92
Forma de pagamento: MENSALMENTE CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
CNPJ: 08.273.827/0001-80
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 9/2013 Número do Processo: 9/2013
Número do Contrato: 166/2013
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS DE R\$ 1.692,84 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS E HIDRAULICOS PARA O USO NO NUCLEO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME MEMORANDO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 24/06/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 26/06/2013
Vigência: 24/06/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.692,84
Forma de pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: NET-DONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA
CNPJ: 10.349.258/0001-51
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 9/2013 Número do Processo: 9/2013
Número do Contrato: 167/2013
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS DE R\$ 1.609,45 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ELETRICOS E HIDRAULICOS PARA O USO NO NUCLEO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, CONFORME MEMORANDO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 24/06/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 26/06/2013
Vigência: 24/06/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.609,45
Forma de pagamento: APÓS ENTREGA E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: SORDI PEÇAS E SERVIÇOS DIESEL LTDA
CNPJ: 83.039.115/0001-17
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 99/2013 Número do Processo: 99/2013
Número do Contrato: 168/2013
Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DA PARTE ELETRICA, MECANICA E CHAPEAÇÃO PARA A MANUTENÇÃO DE VEICULOS LEVES E PESADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 25/06/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 27/06/2013
Vigência: 25/06/2013 a 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 850,00
Forma de pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TERMO DE CONTRATO

Contratado: PEFON CONTRUÇÕES
CNPJ: 11.810.172/0001-47
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 68/2011 Número do Processo: 68/2011
Número do Contrato: 169/2013
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA 07/08/2013 REFERENTE A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE CAMPO NA LOCALIDADE DE SANTA CRUZ DO PERY COM SEIS SALAS, REFERENTE AO PROJETO ESPAÇO EDUCATIVO URBANO II, CONFORME MEMORANDO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 28/06/2013
Data da publicação no Diário Oficial: 05/07/2013
Vigência: 28/06/2013 a 07/08/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/ Número: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS / NR: 11
Gestão/ Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00
Forma de pagamento:

Forquilha

PREFEITURA

Extrato de Contrato FMS Nº. 65/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 65/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SUPERMERCADO MINATTAO LTDA

OBJETO - Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza e higiene, através de empresa de ramo pertinente, para manutenção das Unidades de saúde municipal, por meio da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 4.868,55 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0101.2050.3390 (19), 0101.2051.3390 (27), 0101.2052.3390 (31).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 23/FMS/2013

DATA DA ASSINATURA - 09 de julho de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 141/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 141/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SUPERMERCADO MINATTAO LTDA

OBJETO - Constitui objeto do presente contrato a aquisição de material de limpeza e higiene, através de empresa de ramo pertinente, para manutenção dos Programas CREAS e CRAS, por meio da Secretaria de Ação Social do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1462,50 (mil quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 1301.2025.3390 (178), 1301.2029.3390 (183).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 91/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 19 de junho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 168/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 168/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - LEDIO DA SILVA ME

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição de forma parcelada, de gás de cozinha para atendimentos as escolas da rede municipal de ensino, administração municipal e secretaria de obras do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 20.880,00 (vinte mil oitocentos e oitenta).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0401.2008.3390 (23), 0501.2014.3390 (47), 0701.2033.3390 (86).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 107/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 17 de julho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0230/2013

DECRETO Nº 0230, DE 17 DE JULHO DE 2013.

CONVOCA A I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto na Portaria nº 33 de 16 de abril de 2013 do Ministério da Cultura;

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a I Conferência Municipal de Cultura, etapa preparatória da III Conferência Nacional de Cultura, a se realizar no dia 03 de Agosto de 2013, a partir das 13h30h, no Centro Cultural Egon Frey, situado a Rua Mar-Ly, nº 016, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo.

Art. 2º. A I Conferência Municipal de Cultura desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA", tendo por Eixos e Sub-Eixos a orientação da Portaria supracitada, conforme segue:

Art. 3º - Observados os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura, definidos na Lei Federal nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010, os temas da 3ª Conferência Nacional de Cultura estarão alinhados com as diretrizes e metas do PNC e constituirão os seguintes eixos e sub-eixos temáticos:

I - IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA - Foco: Impactos da Emenda Constitucional do SNC na organização da gestão cultural e na participação social nos três níveis de governo (União, Estados/Distrito Federal e Municípios).

1 - Marcos Legais, Participação e Controle Social e Funcionamento dos Sistemas Municipais, Estaduais/Distrito Federal e Setoriais de Cultura, de acordo com os Princípios Constitucionais do SNC;

2 - Qualificação da Gestão Cultural: Desenvolvimento e Implementação de Planos Territoriais e Setoriais de Cultura e Formação de Gestores, Governamentais e Não Governamentais, e Conselheiros de Cultura;

3 - Fortalecimento e Operacionalização dos Sistemas de Financiamento Público da Cultura: Orçamentos Públicos, Fundos de Cultura e Incentivos Fiscais;

4 - Sistemas de Informação Cultural e Governança Colaborativa.

II - PRODUÇÃO SIMBÓLICA E DIVERSIDADE CULTURAL - Foco: O fortalecimento da produção artística e de bens simbólicos e da proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Criação, Produção, preservação, intercâmbio e circulação de Bens Artísticos e Culturais;

2 - Educação e Formação Artística e Cultural;

3 - Democratização da Comunicação e Cultura Digital;

4 - Valorização do Patrimônio Cultural e Proteção aos Conhecimentos dos Povos e Comunidades Tradicionais.

III - CIDADANIA E DIREITOS CULTURAIS - Foco: Garantia do pleno exercício dos direitos culturais e consolidação da cidadania, com atenção para a diversidade étnica e racial.

1 - Democratização e Ampliação do Acesso à Cultura e Descentralização da Rede de Equipamentos, Serviços e Espaços Culturais, em conformidade com as convenções e acordos internacionais;

2 - Diversidade Cultural, Acessibilidade e Tecnologias Sociais;

3 - Valorização e Fomento das Iniciativas Culturais Locais e Articulação em Rede;

4 - Formação para a Diversidade, Proteção e Salvaguarda do

Direito à Memória e Identidades.

IV - CULTURA E DESENVOLVIMENTO - Foco: Economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento sustentável.

1 - Institucionalização de Territórios Criativos e Valorização do Patrimônio Cultural em Destinos Turísticos Brasileiros para o Desenvolvimento Local e Regional;

2 - Qualificação em Gestão, Fomento Financeiro e Promoção de Bens e Serviços Criativos Nacionais no Brasil e no Exterior;

3 - Fomento à Criação/Produção, Difusão/Distribuição/Comercialização e Consumo/Fruição de Bens e Serviços Criativos, tendo como base as Dimensões (Econômica, Social, Ambiental e Cultural) da Sustentabilidade;

4 - Direitos Autorais e Conexos, Aperfeiçoamento dos Marcos Legais Existentes e Criação de Arcabouço Legal para a Dinamização da Economia Criativa Brasileira.

Parágrafo único. Na I Conferência Municipal de Cultura serão abordados e discutidos os Eixos II e IV, previstos neste artigo.

Art. 3º. A I Conferência Municipal de Cultura será presidida pela Srª Elionete Francescatto Konkol e, na sua ausência ou impedimento, pela Srª Tatiana Carla Scalabrin.

Art. 4º. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes expedirá o regulamento da I Conferência Municipal de Cultura.

Parágrafo único. O regulamento irá dispor sobre a organização e o funcionamento da I Conferência Municipal de Cultura, inclusive sobre o processo de escolha de seus delegados.

Art. 5º. As despesas com a realização da I Conferência Municipal de Cultura correrão por conta dos recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

FRAIBURGO, SC., 17 DE JULHO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0231/2013

DECRETO Nº 0231, DE 19 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) nas seguintes dotações:

01.00 - Câmara Municipal de Vereadores

01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

01.031.0001.2.001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (05) R\$ 150.000,00

Total R\$ 150.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

01.00 - Câmara Municipal de Vereadores

01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

01.031.0001.2.001 - Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0200 (04) R\$ 150.000,00

Total R\$ 150.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 19 DE JULHO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1791/2013

PORTARIA N.º 1.791, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0936/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANAÍNA VILMARA ORTIZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 012.398.370-38, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1792/2013

PORTARIA N.º 1.792, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0937/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANETE ANTUNES BENTA ALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 026.261.969-59, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de julho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1793/2013

PORTARIA N.º 1.793, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0938/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANETE CORTE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 044.199.979-40, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de julho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1794/2013

PORTARIA N.º 1.794, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0939/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JANICE HAMMES DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 649.916.959-53, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de julho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1795/2013

PORTARIA N.º 1.795, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0940/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOCELI BATISTA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 091.014.419-22, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de julho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1796/2013

PORTARIA N.º 1.796, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0941/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOCIMAR NUNES DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.656.239-02, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de julho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1797/2013

PORTARIA N.º 1.797, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o

Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0942/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOECALI DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 042.693.399-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1798/2013

PORTARIA N.º 1.798, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0943/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOEDNA APARECIDA DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 046.608.489-73, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1799/2013

PORTARIA N.º 1.799, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0944/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JORGE COSTA ANDRADE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 502.546.699-72, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 26 horas

semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1800/2013

PORTARIA N.º 1.800, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0945/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JORGE LUIZ RIVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 074.704.679-47, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1801/2013

PORTARIA N.º 1.801, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0946/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIANA DA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 067.875.949-92, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1802/2013

PORTARIA N.º 1.802, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0947/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIANE APARECIDA DE PAULA PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 737.636.169-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1803/2013

PORTARIA N.º 1.803, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0948/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIANE GHELLER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 064.229.449-69, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1804/2013

PORTARIA N.º 1.804, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0949/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 40 horas semanais a Auxiliar de Alimentação e Nutrição ONILSE MARIA ANTUNES, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIANE ORTIZ DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 058.654.709-65, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1805/2013

PORTARIA N.º 1.805, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0950/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JOSIÉLE PADILHA DA SILVA PONTES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 009.786.789-66, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1806/2013

PORTARIA N.º 1.806, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0951/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JUCELENE MENDES DE BORBA RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 003.377.509-55, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1807/2013

PORTARIA N.º 1.807, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir a pedido, o contrato de CHEILA KELEN SCHULZE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 068.301.519-29, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 18 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1808/2013

PORTARIA N.º 1.808, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Contribuição.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso

público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;
E considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 3.369, de 02 de julho de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 19 de julho de 2013, a servidora ALZERINA SARTORI DIAS DE ANDRADE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 527.897.809-00, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E ESPECIALISTA GRUPO OCUPACIONAL PÓS-GRADUAÇÃO PG, com carga horária de 40 horas, por Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com data de início fixada em 10 de dezembro de 2012 e data da concessão em 02 de março de 2013, Benefício n.º 1558941832.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1809/2013

PORTARIA N.º 1.809, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Ratifica Nomeação de Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar 109/2010; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110/2010; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 046/2003; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 2143/2012;

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a portaria n.º 008, de 02 de janeiro de 2013, que nomeou ALZERINA SARTORI DIAS DE ANDRADE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 527.897.809-00, no cargo de Agente Político de SECRETÁRIO MUNICIPAL, lotado na Secretaria de Ação Social, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0106/2013-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0106/2013 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de materiais diversos (emborrachado, tecidos, lâ, agulhas e outros) para utilização nos cursos dos grupos de convivência a serem realizados pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:30 horas do dia 07.08.2013. Abertura: Às 10:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 19 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N° Ct13pmf124

EXTRATO DO CONTRATO N° CT13PMF124

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: LACEDIR THIBES ESTREME ME. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL "DORVALINA SANTOS ANDRADE" BEM COMO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO REFERIDO TERMINAL, LOCALIZADO NA AVENIDA ANITA GARIBALDI, N° 185, NESTE MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-SC. VALOR TOTAL: R\$ 40.680,00 (QUARENTA MIL, SEISCENTOS E OITENTA REAIS). DATA DO CONTRATO: 18.07.2013. VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO: 18.07.2013 A 18.07.2014, PODENDO SER PRORROGADO NOS TERMOS DO INCISO II DO ART. 57 DA LEI 8.666/93. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 0127/2013 - PMF. TOMADA DE PREÇOS: N° 0005/2013. RECURSOS: 3.200 - RECURSOS ORDINÁRIOS (SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA)

FRAIBURGO (SC), 18 DE JULHO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

Aviso de Cancelamento de Licitação

EDITAL CARTA CONVITE N 0002/2013

O Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, leva a conhecimento dos interessados que o que o referido certame licitatório, com abertura prevista para o dia 25 de julho de 2013, do tipo menor preço global, o qual tinha por objeto a contratação de empresa para fornecimento e instalação de equipamentos de sonorização para o auditório da sede do Poder Legislativo Municipal, foi CANCELADO, tendo em vista a necessidade de adequações no orçamento do ano corrente.

Fraiburgo/SC, 18 de julho de 2013.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo

Aviso de Cancelamento de Licitação

EDITAL CARTA CONVITE N 0003/2013

O Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, leva a conhecimento dos interessados que o que o referido certame licitatório, com abertura prevista para o dia 25 de julho de 2013, do tipo menor preço global, o qual tinha por objeto a contratação de empresa para fornecimento equipamentos de informática para o Poder Legislativo Municipal, foi CANCELADO, tendo em vista a necessidade de adequações no orçamento do ano corrente.

Fraiburgo/SC, 18 de julho de 2013.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo

Aviso de Cancelamento de Licitação

EDITAL CARTA CONVITE N 0004/2013

O Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, leva a conhecimento dos interessados que o que o referido certame licitatório, com abertura prevista para o dia 25 de julho de 2013, do tipo menor preço global, o qual tinha por objeto a contratação de empresa para fornecimento de cadeiras giratórias para a sede Poder Legislativo Municipal, foi CANCELADO, tendo em vista a necessidade de adequações no orçamento do ano corrente. Fraiburgo/SC, 18 de julho de 2013.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 092/2013

DECRETO N.º 092, DE 15 DE JULHO DE 2013.

DECLARA INSERVÍVEIS OS BENS QUE MENCIONA E ESTABELE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito em Exercício do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a inservibilidade dos bens móveis abaixo relacionados, por estarem desgastados e inadequados, as necessidades da Prefeitura Municipal de Garopaba:

I - Cadeira escolar - 40 (quarenta) unidades - patrimônio registrado sob numeração: 3660, 3661, 3662, 3663, 3664, 3665, 3667, 3668, 3670, 3673, 3674, 3675, 3677, 3678, 3680, 3681, 7700, 7703, 7708, 7716, 7718, 7731, 7737, 7745, 7746, 7749, 7754, 7758, 7765, 7767, 7768, 7779, 7780, 7781, 7782, 7786, 7791, 7795, 7796, 7799;

II - Mesa escolar - 15 (quinze) unidades - patrimônio registrado sob numeração: 0119, 0122, 0137, 0139, 0140, 3607, 3609, 3612, 3614, 3617, 3620, 3622, 3623, 3625, 3631;

Art. 2º. Fica determinado, aos setores responsáveis, providências para baixa e destinação dos bens, objeto do presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de Julho de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/07/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAÚJO LUIZ

Secretária de Administração

Errata - Homologação de Resultados
ERRATA - HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 009/2013

O Prefeito em Exercício do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, e considerando a revisão de erro de digitação por parte de Comissão de Avaliação, torna público, as seguintes alterações na Homologação de Resultados, do Edital de Processo Seletivo Simplificado n.º 009/2013, publicado no DOM/SC em 29/04/2013:

CARGO: Auxiliar de Conservação e Manutenção:

Posição	Candidato
	Abílio Gonçalves Filho
	Aducio Inácio Vieira
	Ailton Gonçalves Sebastião
	Amilton de Araujo
	Antonio Pedro de Souza
	Candido Nascimento
	Cedoni Barbosa do Silva
	Edmilson Cunha Oliveira
	Iris Teixeira Gonçalves
	João Vieira Lorenzo
	Joel Linhares
	Jorge Eduardo G. Luzardo
	Jose Carlsem
	Leandro Pereira Furtado
	Nivaldo José da Silva
	Manoel Marques
	Maria Célia Semeão Pinheiro
	Nilton Ferreira
	Osvaldo de Souza
	Paulino de Jesus
	Alex Junior de Paulo
	João Batista Gonçalves
	Ricardo Prinzler
	Agnaldo Carlsem
	David P. Fraga
	Alex Gonzales Soares

CARGO: Motoristas

Candidato	Posição
	João Batista Pacheco de Souza
	Adilson Gonçalves Antonio
	Caio Ernesto de Souza Passos
	Gilmar Gonçalves
	Nivaldo Westrup
	Mario Pereira Pacheco
	João B. Gonçalves
	Adriano de Souza Nunes
	Michel B. Luiz
	João Carlos Batista
	Marcelo Antonio Rabequi
	Lucas Martins
	Hamilton R. da Silva
	Ricardo Alves dos Santos
	Ubiratã de O. Paula
	Daniel Camolesi Ibe
	Marcelo Neves
	Charles Eduardo de Souza
	Jorge Augusto Brasil

Garopaba, 17 de Julho de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
 Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM/SC em ____/07/2013

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato Contrato 26/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
 EXTRATO DE CONTRATO 26/2013

Processo de Licitação: 041/2013 - PMG.
 Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia
 Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa para a execução da obra de ampliação da escola JoSé Dequêch no Bairro Corticeira
 Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
 Contratada: Rocha e Machado Empreendimentos Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 4.365.450/0001-92 estabelecida na Rodovia BR 280, n.º 4517 fundos, Boa Vista, Canoinhas - SC
 Valor do Contrato: R\$ 154.661,12 (Cento e cinquenta e quatro mil e seiscentos e sessenta e um reais e doze centavos)
 Data da Assinatura: 18/07/2013 Vigência: 10/03/2014.

GUARAMIRIM (SC), 18/07/2013.
LAURO FRÖHLICH
 Prefeito Municipal

Extrato de Ata Nº39/2013 do Rp Nº55/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 39/2013
 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N.º 55/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, ELETROPORTÁTEIS, LAVATÓRIOS E MÓVEIS PARA AS UNIDADES ESCOLARES E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 Modalidade de Licitação: Pregão Presencial Registro de Preços n.º 55/2013.
 Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC
 Fornecedores:
 AWD COMÉRCIO DE ELETRO ELETRÔNICOS LTDA - ME
 CNPJ n.º. 17.059.712/0001-89
 Vencedor dos itens: 02-05-16
 Valor: R\$ 18.402,00 (dezoito mil quatrocentos e dois reais).
 BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA - ME
 CNPJ n.º. 09.053.748/0001-27
 Vencedor dos itens: 01-06-14-15
 Valor: R\$ 33.199,99 (trinta e três mil cento e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).
 COMERCIAL STORINNY LTDA - EPP
 CNPJ n.º. 73.977.480/0001-19
 Vencedor dos itens: 10
 Valor: R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais).
 DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI - EPP



CNPJ n.º. 09.008.570/0001-00
Vencedor dos itens: 04-09-11
Valor: R\$ 4.700,00 (quatro mil setecentos reais).
LOJA ELMAR LTDA - ME
CNPJ n.º. 80.736.150/0001-05
Vencedor dos itens: 03-07-08-12-17
Valor: R\$ 6.310,80 (seis mil trezentos e dez reais e oitenta centavos).
Vigência: Início: 18/07/2013 Término: 17/07/2014.

Guaramirim-SC, 19 de julho de 2013
LAURO FROHLICH
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 2.994/2013

Lei nº 2994 /2013
ABRE CRÉDITO ESPECIAL
NO VALOR DE R\$ 195.000,00 (Cento e noventa e cinco mil reais)

Nelson Guindani , PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;
LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.013:

0600 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

0601 DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

0601.123650018-1002 Obras do Ensino Infantil

44900000 0158 139 Investimentos R\$ 195.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular a seguinte conta do orçamento vigente, para abertura do crédito especial do artigo 1º desta lei

0600 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

0602 DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

0602.123610018-1001 Construção, Reformas e Ampliação de Escolas Municipais

44930000 0158 57 Investimentos R\$ 195.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste.SC, 18 de julho de 2013.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

Edital de Homologação Candidatos Conselho Tutelar EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PRELIMINARES DOS CANDIDATOS A MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE IBIAM(SC)

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Ibiam/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e a Lei Municipal nº 482/2011, bem como suas alterações, torna público as inscrições preliminares deferidas e indeferidas, conforme o Item 4.1 do Edital, de 19 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição n.º 1266, de 25 de junho de 2013:

Item 1 – DAS INSCRIÇÕES PRELIMINARES DEFERIDAS E INDEFERIDAS:

Inscrições preliminares Deferidas a membro do Conselho Tutelar:

Nome	Nº RG	Nº Inscrição
Ana Cleia Costa de Oliveira	5.467.643-6 SSP/SC	001/2013
Ivone Trevisol Craco	4.624.574 SSP/SC	002/2013
Simara Aparecida Trevisol Slongo	5.327.357 SSP/SC	003/2013

1.2. Inscrições preliminares Indeferidas a membro do Conselho Tutelar:

Não houve inscrições preliminares indeferidas.

Ibiam, 17 de julho de 2013.
CÁCIA APARECIDA GONZATTO ARALDI
Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente
Presidente

Ilhota

PREFEITURA

Portaria Nº 747-2013

PORTARIA N. 747/2013

Nomeia membros da Comissão Permanente de Licitação do Município de Ilhota - SC e equipe de apoio.

DANIEL CHRISTAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao disposto no art. 51, da Lei n. 8.666/93, resolve:

Art. 1. - Nomear membros da Comissão Permanente de Licitação do Município e equipe de apoio, que fica assim constituída:

MAYKE FRONZA - Presidente
ALEX MIRANDA - Membro
ALMIR ANIBAL DE SOUZA - Membro
ANA PAULA KEMPNER - equipe de apoio
MICHELE ALINE ROCHA SCHNAIDER - Membro
VALMOR BERTELLI JUNIOR - Membro
VANESSA CRISTINA PONTALDI - equipe de apoio

Art.2. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 12 de julho de 2013.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Portaria PMI/DGP Nº 457/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 457, de 18 de julho de 2013.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor JOÃO SOARES, Auxiliar de Serviços - 40h, inscrito no CPF sob o n.º 399.074.499-20, admitido em 16 de julho de 2002, contrato nº 1702, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2002 a 2007	01.08.2013 a 29.10.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de julho de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Publicação de Extrato de Dispensa Nº 14/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 80/2013
DISPENSA Nº 14/2013

Objeto: Contratação de uma empresa para recarga, retestes e colocação de extintores, placas suportes e peças nas escolas municipais e centros de educação infantil da rede municipal de ensino.
Empresa: Rogerio e Tiago comércio de extintores Ltda ME.
Valor Total: R\$ 7.850,00
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 22 de julho de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Suspensão de Pregão Presencial Nº 26/2013 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SAÚDE
COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através de seu Pregoeiro Oficial comunicam que fica SUSPENSA a abertura do Processo Licitatório 33/2013 - Pregão Presencial 26/2013 para revisão do edital.

Imbituba, 22 de julho de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Extrato: FUNREBOM 2013/04 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FUNREBOM 2013/04 A00
Contratada: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA
C.N.P.J: 04.660.943/0001-00

Objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA O EXPEDIENTE DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA.
Valor: R\$ 7.151,10 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 37/2013 Pregão nº30/2013

Imbituba, 12 de julho de 2013.
1º Tenente RAFAEL FORTUNATO CAMILO
Comandante da 2º companhia do 8º Batalhão de Bombeiros Militar de Imbituba
Contratante

Comercial Preço Bom Z&C
Representante Legal
Contratada

Edital SEAGP Nº 064/2013

EDITAL SEAGP Nº 064/2013
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011, 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 18 de Julho a 17 de Agosto de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua

aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado. Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 18 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 064/2013

Motorista

Israel Silveira da Silva

Editai SEAGP Nº 065/2013

EDITAL SEAGP Nº 065/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 002/2011, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 18 de Julho a 17 de Agosto de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com

classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 18 de Julho de 2013.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 065/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Psicóloga

Sabrina de Oliveira Pinho

Iomerê

PREFEITURA

Lei 738/2013

LEI Nº 738, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a utilização de plantas nativas da flora regional nos projetos de arborização dos próprios do Município.

O Prefeito do Município de Iomerê.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1. Na implementação de projetos de arborização dos próprios públicos do Município de Iomerê, serão utilizadas preferencialmente plantas nativas da flora regional.

Art. 2. Os hortos florestais administrados por órgãos vinculados à Prefeitura Municipal, produzirão, preferencialmente, mudas de plantas nativas da região, ou excepcionalmente, do Estado de Santa Catarina.

Art. 3. Objetivando estimular a pesquisa, o estudo e a difusão das plantas nativas regionais, o Município poderá:

I - desenvolver programas de educação ambiental focados na valorização de plantas nativas da região e do Estado de Santa Catarina;

II - estimular universidades e demais instituições de ensino a desenvolverem programas de ensino e pesquisa voltados à formação de recursos humanos com especialização em temas relacionados à biodiversidade regional e catarinense;

III - constituir parcerias objetivando a implantação de hortos florestais voltados à coleta de sementes e à produção de mudas de plantas nativas regionais e do Estado de Santa Catarina;

IV - estimular os pequenos agricultores do Município a preservarem as espécies nativas nas suas propriedades, bem como a coletarem as respectivas sementes e a produzirem mudas de uso próprio e/ou para a comercialização com outras propriedades agrícolas.

Art. 4. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 17 de julho de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei 739/2013

LEI Nº 739, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Altera o artigo 4º da Lei nº 672/2012, que cria o Conselho Municipal de Política sobre Drogas - COMAD de Iomerê e da outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê.

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1. O artigo 4º da Lei nº 672/12, que cria o Conselho Municipal de Política sobre Drogas - COMAD de Iomerê, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. O COMAD de Iomerê será integrado pelos seguintes membros nomeados pelo Prefeito Municipal, com 01(um) representante titular e 01(um) suplente dos seguintes órgãos:

- Escola de Educação Básica Frei Evaristo;
- Setor de Assistência Social do Município;
- Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;
- Secretaria de Saúde e Ação Social;
- Câmara de Vereadores;
- Polícia Civil;
- Polícia Militar;
- Lions Clube;
- Conselho Tutelar.

Art. 2. Os demais artigos permanecem inalterados.

Art. 3. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de recursos do orçamento vigente.

Art. 4. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 17 de julho de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Complementar 0035/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 0035 DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dá nova redação ao artigo 25, da Lei Complementar 032/2012, que dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo no município de Iomerê e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ:

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1. O artigo 25 da Lei Complementar nº 032/12, que dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo no Município de Iomerê, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25. Os recuos frontais e afastamentos laterais e de fundos mínimos de cada edificação, com relação ao alinhamento predial e às divisas laterais e de fundos, serão sempre tomadas perpendicularmente em relação às mesmas, a partir do ponto mais avançado da edificação, devendo ser respeitados, conforme Tabela II - De Uso e Ocupação do Solo - Anexo IV desta Lei.

Parágrafo Único. Para os casos de construções com paredes cegas, e paredes em divisas, tanto residenciais como comerciais, ou mistas, os recuos nas laterais e nos fundos, poderão ser livres".

Art. 2. As demais disposições permanecem inalteradas.

Art. 3. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 17 de julho de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2211/2013

PORTARIA Nº 2211 DE 17 DE JULHO DE 2013.

Autoriza funcionário a conduzir veículos da frota municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o funcionário HERCULES JACÓ PAGANINI a conduzir veículos do Município de Iomerê:

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 17 de julho de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2212/2013

PORTARIA Nº 2.212 DE 18 DE JULHO DE 2013

HOMOLOGA PREGÃO PRESENCIAL Nº 0020/2013

LUCIANO PAGANINI, Prefeito do Município de Iomerê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 43, VI, da Lei nº 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologada a licitação nº 0020/2013, modalidade pregão presencial, e por conseguinte, adjudica o objeto à seguinte empresa:

Empresa CHV Serviços de Terraplenagem Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 10.720.438/0001-06, pelo seguinte preço:

Lote 1

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
1	Contratação de horas de motoniveladora	139,00
2	Locação de rolo compactador	124,00

Totalizando R\$ 263.000,00 (duzentos e sessenta e três mil reais)

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 18 de julho de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 18 de julho de 2013

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Edital Chamamento Agricultura Familiar

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0002/2013

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, com sede administrativa a Rua João Rech, nº 500, Centro, em Iomerê, Estado de Santa Catarina, atendendo a Lei nº. 11.947/2009, Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009 e Instrução Normativa nº. 002/2009/GS/SEDUC/MT realiza Chamada Pública para Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura e do Empreendedor Familiar Rural para as escolas do município.

DO OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atendimento aos alunos matriculados nas escolas municipais que oferecem a Educação Infantil (Creche e Pré Escola) e Ensino Fundamental da Rede Pública do Município de Iomerê.

ESPECIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICAS DOS GÊNEROS ALIMENTARES	QTDE	UND
Banana do tipo caturra	Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira	900	Kg
Mamão	Características: casca fina, lisa, amarela, sem manchas e amassados, polpa macia. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira	400	Kg
Laranja Pêra Doce	Características: casca íntegra e de cor alaranjada, odor agradável e doce. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira	350	Kg

Maçã fuji	Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira	650	kg
Maracujá	Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira	30	Kg
Manga	Características: casca íntegra, sem manchas, batidas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira	100	Kg
Melão	Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Embalados em plástico de polietileno transparente ou caixas vazadas plásticas e não de madeira	350	Kg
Melancia	Características: casca íntegra, sem manchas e amassados. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira	250	Kg
Abacate	Características: verde, de boa qualidade e livre de batidas. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira	50	Kg
Abacaxi pérola	Características: boa qualidade e livre de defeitos. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira	90	Um
Batata inglesa	Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente	150	Kg
Abobrinha	Características: casca coriácea com paredes espessas e de cor verde. Embalados em plástico de polietileno transparente	30	Kg
Abóbora moranga	Características: firme, tenra, de boa qualidade, livre de batidas e manchas	40	Kg
Batata doce	Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente	60	Kg
Batata salsa	Características: boa qualidade e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente	35	Kg
Beterraba	Características: firme, tenra, razoavelmente macia, redondas de cor vermelho-vivo e com pele lisa. Embalados em plástico de polietileno transparente	70	Kg
Cenoura	Características: tenra, firme, sem manchas e batidas na casca. Embalados em plástico de polietileno transparente	70	Kg
Chuchu	Características: verde, tenro, firme, sem manchas na casca e no interior. Embalados em plástico de polietileno transparente	60	Kg
Mandioca descascada e congelada	Características: embalagens de 1 kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação, prazo de validade e informação nutricional. Deve estar totalmente congelada sem indícios de descongelamento e recongelamento	40	Kg

Pepino	Características: aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor verde. Embalados em plástico de polietileno transparente	20	Kg
Tomate	Características: bem formados, lisos, livre de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente mole. Embalados em plástico de polietileno transparente	160	Kg
Cebola	Características: de primeira qualidade, livre de defeitos, fresca e tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente	100	Kg
Rabanete	Características: aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor vermelha. Embalados em plástico de polietileno transparente	10	Kg
Repolho branco	Características: aparência fresca, tenro, firme, sem batidas e de tamanho médio. Embalados em plástico de polietileno transparente	90	Kg
Radiche	Característica folha comprida, larga, levemente aveludada, de sabor amargo suave	35	Maços
Tempero verde (salsinha e cebolinha)	Características: aparência fresca, boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente	80	Maços
Alho fresco	Características: Embalagens de até 100	4	Kg
Vagem	Características: aparência fresca, tenra, sem defeitos e de cor verde ou verde com contorno marrom. Embalados em plástico de polietileno transparente	10	Kg
Alface	Características: Boa qualidade, fresca, embalada em sacos plásticos de polietileno transparente ou em caixas plásticas	300	Un
Acelga	Características: Boa qualidade, fresca, embalada em sacos plásticos de polietileno transparente ou em caixas plásticas	50	Un
Agrião	verdura de folhas pequenas, verdes-escuras, sabor levemente picante	50	Maço
Brócolis	Características: boa qualidade. Embalados em plástico de polietileno transparente	50	Un
Chicória	Características: Boa qualidade, fresca, embalada em sacos plásticos de polietileno transparente ou em caixas plásticas	50	Un
Couve folha	Características: Boa qualidade, fresca, embalada em sacos plásticos de polietileno transparente ou em caixas plásticas	50	Maços
Couve-flor	Características: boa qualidade e livre de defeitos. Embalados em plástico de polietileno transparente	60	Un
Carne bovina – músculo	isenta de cartilagem e nervo, deve apresentar odor característico, cor variando de vermelho cereja a vermelho escuro, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal	50	Kg

Carne suína do tipo bisteca, fresca	deve apresentar odor e cor característicos, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal	20	Kg
Carne suína do tipo costelinha, fresca	deve apresentar odor e cor característicos, acondicionado em embalagem de 1kg, íntegra, adequada e resistente, com rotulagem especificando o peso, tipo de carne, data de fabricação, data de validade, e com registro de inspeção animal	15	Kg
Carne lombo fatiado	Embalagem de polietileno de 1 kg. Elaborado com matéria prima selecionada. Deve constar data de validade, fabricação e peso. Registro no SIF. Entregue e acondicionado em adequada temperatura	20	Kg
Feijão preto tipo 1	selecionado, da última safra, constando no mínimo 90% de grãos na cor característica, variedade correspondente de tamanho e formatos naturais, maduros, limpos e secos. Será permitido o limite de 2 de impurezas e materiais estranhos, obedecendo a Portaria 161 de 24/07/87 - M.A. Embalagem de 1 Kg, devendo estar intacta, bem vedada e constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto	80	Kg
Feijão carioca	Embalagem de até 1kg	20	Kg
Feijão vermelho	Embalagem de até 1kg	20	Kg
Milho para pipoca	Embalagem de até 1kg	5	Kg
Ovos frescos	Características: fresco, casca livre de rachaduras e sujidades. Embalagens contendo 1 dúzia cada, devendo estar intacta e constar prazo de validade	80	Dz
Suco de uva 100% natural	Tipo colonial, sem conservantes. Acondicionado em garrafa de vidro, contendo 500ml do produto. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação e prazo de validade	35	Litros
Suco integral natural (diversos sabores)	Embalagem de até 2 litros. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	100	Litros
Queijo muzzarella fatiado	de boa procedência e qualidade. Pacotes de até 1kg. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 15 dias da data de entrega do produto, informação nutricional, ingredientes e carimbo do Serviço de Inspeção Federal (SIF)	35	Kg

Queijo ralado do tipo parmesão	Não deverá apresentar resíduos de impurezas, bolor ou cheiro não característico. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar: data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade	4	Kg
Bolacha caseira de fubá	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	30	Kg
Bolacha caseira açucarada	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	15	Kg
Bolacha caseira de açúcar mascavo	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	15	Kg
Bolo caseiro de cenoura	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	20	Kg
Bolo caseiro de fubá	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	20	kg
Bolo caseiro de laranja	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	20	Kg
Grostoli	Embalagem de 500 g a 1 kg com unidades de 25g em média. Deverão estar polvilhados com açúcar e canela. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	50	Kg
Tortéi do tipo caseiro enrolado (recheio salgado)	Embalagem de 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	10	Kg
Tortéi do tipo caseiro pastelzinho (recheio salgado)	Embalagem de 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	10	Kg
Agnoline do tipo caseiro (recheio de frango)	Embalagem de 500g. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	50	Kg

Pão do tipo caseiro	Embalagem plástico estéril. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	100	Kg
Pão do tipo caseiro integral	Embalagem plástico estéril. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	100	Kg
Cuca caseira	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	50	kg
Lasanha caseira (sabores diferenciados)	Embalagem de 500 g a 1 kg. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	10	Kg
Macarrão caseiro congelado tipo espagete grosso	Embalagem de 500 g. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária. Não deve conter cobertura	45	Kg
Macarrão caseiro congelado tipo furado grosso	Embalagem de 500 g. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	45	Kg
Macarrão caseiro congelado tipo cabelo de anjo	Embalagem de 500 g. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	40	Kg
Doce caseiro de frutas (sabores diversos)	Embalagem de até 1 kg. Hermeticamente fechadas. Apresentando rótulo nutricional, datas de fabricação e validade e registro do técnico responsável. Produção em local inspecionado pela Vigilância Sanitária	50	kg
Mel natural de abelha	Embalagem de 500 g. Apresentando rótulo nutricional e registro no SIF/Ministério da Agricultura	10	kg

Observação: As entregas no CEMI (Ensino Fundamental) deverão ser realizadas no período vespertino, enquanto que, na Educação Infantil pode ser realizada nos dois períodos (matutino e vespertino), preferindo o período matutino, quando possível e ainda, no primeiro horário da manhã. A entrega deverá ser realizada, preferencialmente, nas segundas feiras.

2. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

2.1 - Grupos Informais de Agricultores Familiares deverão entregar:

cópia e original de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
cópia da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;
Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (ANEXO I) elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a Entidade Articuladora e assinado por

todos os Agricultores Familiares participantes;
Registro no SIF/Ministério da Agricultura (no caso do mel) e registro/inspeção da Vigilância Sanitária com o número de registro do técnico responsável (no caso do doce de frutas).

2.2 - Os Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações deverão entregar

prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas;
cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;
Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (ANEXO I);
Registro no SIF/Ministério da Agricultura (no caso do mel) e registro/inspeção da Vigilância Sanitária com o número de registro do técnico responsável (no caso do doce de frutas);
prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

3. CARACTERÍSTICAS DOS PRODUTOS

3.1. Condições gerais quanto à qualidade dos produtos

Os produtos deverão apresentar excelente qualidade, cuidadosamente selecionados e embalados apropriadamente. Os produtos descritos com exigência de rotulagem nutricional, bem como data de fabricação e validade, não serão aceitos de outra forma.

3.2 Período de Fornecimento

Durante os meses de julho a dezembro de 2013, conforme Pedido expedido pela Secretaria da Educação e de acordo com o planejamento da Nutricionista.

3.3 Previsão de Quantidade de Gêneros Alimentícios a serem Adquiridos

A quantidade de gêneros alimentícios a serem adquiridos é estimada com base nos cardápios elaborados pela Nutricionista, lotada na Secretaria da Educação.

3.4 Preço

O preço de compra dos gêneros alimentícios será determinado pelos proponentes, considerando a média de 03 mercados varejistas, prioritariamente locais. Caso ocorra mais do que uma oferta, será considerado vencedor a proposta do menor preço do município, região e estado, respectivamente e por ordem de prioridade.

4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1 A proposta e os documentos exigidos deverão ser apresentados no dia e horário designados para abertura da sessão, sendo que os envelopes que não forem apresentados pessoalmente ou por representante credenciado deverão ser protocolizados antes do término da fase de credenciamento, em envelopes separados, fechados e lacrados, contendo a identificação clara e visível da razão social do proponente, e com os seguintes dizeres externos:

ENVELOPE Nº 01
PROPOSTA
PROPONENTE:
CHAMADA PÚBLICA 0002/2013

ENVELOPE Nº 02
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:
CHAMADA PÚBLICA 0002/2013

4.2 A abertura e classificação será dia 05/08/2013 as 08h30m.

5. CONTRATAÇÃO

5.1 Uma vez declarado o vencedor, o Proponente Vendedor deverá assinar o Contrato de Compra e Venda de gêneros alimentícios.

5.2 O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural deve respeitar o valor máximo de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)/ano.

6. RESPONSABILIDADE DOS FORNECEDORES

6.1 Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis.

6.2 O fornecedor compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme o disposto no padrão de identidade e qualidade estabelecida na legislação vigente e as especificações técnicas elaboradas pela Coordenadoria de Alimentação Escolar e disponíveis no site da SEDUC (www.seduc.mt.gov.br);

6.3 O fornecedor compromete a fornecer os gêneros alimentícios nos preços e no período estabelecido nesta chamada pública, enquanto perdurar a vigência do contrato.

6.4 O fornecedor compromete a fornecer os gêneros alimentícios para as escolas conforme cronograma de entrega definido pela Secretaria de Educação;

6.5 Todas as despesas com a entrega e descarregamento correrão por conta do fornecedor;

6.6 Os gêneros alimentícios deverão ser cuidadosamente selecionados e embalados. Os responsáveis pela manipulação da alimentação escolar estão autorizados a não aceitar produtos que não cumpram estas exigências. Persistindo esta prática, o contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei no. 8.666/1993;

6.7 Os produtos de caráter semanal (frutas e verduras) devem ser pesados adequadamente para controle pelos manipuladores de alimentos. A entrega deverá ser realizada em caixas brancas de polietileno e não será aceito caixas de papelão ou madeira;

6.8 A não possibilidade de entrega de algum gênero alimentício, principalmente, por caráter de sazonalidade, deve ser comunicado com antecedência à Nutricionista e Secretaria de Educação, para replanejamento de cardápio e alteração de pedido.

7 - DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - A participação de qualquer proponente Vendedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos.

8 - FORO

8.1 - A presente Chamada Pública é regulado pelas leis brasileiras, sendo exclusivamente competente o Foro da Comarca de Videira para conhecer e julgar quaisquer questões dele decorrentes.

Iomerê, 18 de julho de 2013.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

PAULA PASQUAL

OAB/SC 16164

Ipumirim**PREFEITURA****Portaria Nº. 352/2013 de 18 de Julho de 2013.**
CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A MARISA RODRIGUES LISBOA, matrícula 1146-0, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 17/09/2011 a 16/09/2012 e gozo de 18/07/2013 a 16/08/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18/07/2013.

Ipumirim - SC, 18 de julho de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº.351/2013 de 18 de Julho de 2013.
AFASTA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOMEADO POR CONCURSO PUBLICO POR AUXILIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e da outras Providencias.

AFASTA POR AUXILIO DOENÇA.

ENEZIO LUIZ FACCIN, sob a Matrícula 854-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.133.576 e do CPF 625.679.869-20, no cargo Efetivo de Operador de Retro Escavadeira e Escavadeira Hidráulica, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: Secretaria Municipal de Saúde, afastamento por Auxilio doença, conforme atestado medico.

Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de Julho de 2013.

Ipumirim - SC, 18 de Julho de 2013.

VALDIR ZANELLA
Prefeito Municipal

Irineópolis**PREFEITURA****Extrato do Contrato Nº 026/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº 026/2013

Contratante - Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis
Contratada - Famma Comércio de Veículos Ltda - ME

Objeto - O presente contrato tem por objetivo a Aquisição de 03 veículos, para transporte de pacientes do município
Valor - R\$ 83.600,00 (oitenta e três mil e seiscentos reais).

Vigência - 18/07/2013 a 31/12/2013.

Base Legal - Processo Licitatório nº 11/2013 - Pregão Presencial nº 06/2013.

Lei nº 8.666/93 consolidada.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato de Homologação de Processo Nº 11/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2013

Expirado o prazo recursal, torna público a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epígrafe e a adjudicação da empresa: Famma Comércio de Veículos Ltda - ME.

Irineópolis, 18 de julho de 2013.

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

CÂMARA MUNICIPAL**Conceder Afastamento a Assessor**

Portaria Nº 13/2013

"CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLEUSA CLARICE DE LIMA, Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Conceder ao Servidor ALCIONE AGOSTINHO ADAMI, RG nº 10 -R 962861, inscrita no CPF sob o nº 418.724.109-44, Assessor Parlamentar desta Casa de Leis, afastamento para tratamento de saúde no período de 90 (noventa) dias, iniciando no dia 10(dez) de julho de 2013 à 10(dez) outubro de 2013.

Gabinete da Presidência, em 17 de Julho de 2013.

CLEUSA CLARICE DE LIMA

Presidente da Mesa

Ponto Facultativo
PORTARIA N.º12/2013

A Presidente da Câmara de Vereadores de Irineópolis - SC, no uso de suas atribuições legais, determina o que segue:

CONSIDERANDO que o dia 06 de agosto é considerado feriado municipal no qual se celebra o dia do padroeiro do município;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer Ponto Facultativo no dia 05 de agosto de 2013 (segunda-feira), no âmbito da Câmara Municipal de Irineópolis-SC.

Art. 2º - Ficam ressalvados do quanto disposto no art. 1º os serviços essenciais ao funcionamento desta Casa Legislativa, devendo os servidores lotados nas respectivas áreas, obedecerem ao escalonamento previamente estipulado pela Secretaria.

Art. 3º - Fica prorrogada para o dia 07 de agosto 2013 a Sessão Ordinária que seria realizada no dia 05 de agosto de 2013.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores, 17 de julho de 2013.

CLEUSA CLARICE DE LIMA

Presidente da Câmara

Itapiranga

PREFEITURA

Extratos de Contratos - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATOS CONTRATOS - SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Santé Gestão em Saúde Ltda ME.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 21/2013.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no Desenvolvimento de Protocolos de Atenção Básica: Criança, Adolescente, Adulto, Mulher e Idoso.

VALOR: R\$ 8.000,00

VIGÊNCIA: 30 de setembro de 2013.

Itapiranga - SC., 19 de junho de 2013.

LUIS CARLOS STEFFENON

Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Tucano Gestão Ambiental Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 22/2013.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração e implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de serviços da Saúde.

VALOR: R\$ 4.099,00

VIGÊNCIA: 30 de setembro de 2013.

Itapiranga - SC., 20 de junho de 2013.

LUIS CARLOS STEFFENON

Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Inovadora ME.

OBJETO: Migração do Sistema Desktop para Web e inclusão de módulos e prestação de serviços de locação e assessoria técnica de sistemas concedidos por parte da Contratada.

VALOR: R\$ 3.960,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 24 de junho de 2013.

LUIS CARLOS STEFFENON

Administrador do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Porto Seguro Cia de Seguros Gerais.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 26/2013.

OBJETO: Contratação de Seguros para Veículos a disposição do Fundo Municipal da Saúde.

VALOR: R\$ 2.750,00

VIGÊNCIA: 16 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 16 de julho de 2013.

LUIS CARLOS STEFFENON

Administrador do FMS

Extratos dos Contratos - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 089/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Shark Máquinas para Construção Ltda.

ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 104/2013

OBJETO: Aquisição de 01 Trator de Esteiras, novo, adquirido com recursos, conforme contrato de repasse nº 1003.330-87/2012/MDA/Caixa.

VALOR: R\$ 569.500,00

VIGÊNCIA: 20 de junho de 2014.

Itapiranga - SC., 20 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 090/2013

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 106/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Gaia Rodovias Ltda.

ORIGEM: Tomada de Preços p/ Obras e Serviços nº 76/2012

OBJETO: Execução do Passeio Público na ITG 070, com recursos, conforme contrato 0330536-48/2010 - Ministério das Cidades/Caixa, em razão da alteração do projeto em referência aos muros de contenção, que dificulta a conclusão no prazo, fica aditado o prazo para conclusão.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 28 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 091/2013

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 146/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Gaia Rodovias Ltda.

ORIGEM: Tomada de Preços p/ Obras e Serviços nº 134/2012

OBJETO: Execução de pavimentação asfáltica de ruas da cidade, com recursos conforme repasse nº 764567/2011-Ministério das Cidades/Caixa, tendo em vista a intensidade pluviométrica ocorrida no período, dificultando a conclusão dos serviços, fica aditado o prazo para conclusão.

VIGÊNCIA: 31 de agosto de 2013.

Itapiranga - SC., 28 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 092/2013

4º TERMO ADITIVO AO CONATRO Nº 73/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Tracheel Equipamentos Elétricos Ltda.

ORIGEM: Tomada de Preços p/ Obras e Serviços nº 22/2012

OBJETO: Execução da implantação da Iluminação Pública junto ao Passeio Público na ITG 070, com recursos, conforme contrato 0330536-48/2010 - Ministério das Cidades/Caixa, com justificativa do município, devido a construção de muros de contenção, fica aditado o prazo para conclusão.

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 28 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 093/2013

2º TERMO ADITIVO AO CONATRO Nº 68/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Tucano Gestão Ambiental Ltda.

ORIGEM: Convite p/ Obras e Serviços nº 29/2012

OBJETO: Execução da implantação das redes de água, por motivo de ajustes nas Estações de Tratamento de água bem como conserto de vazamentos nas redes de água, em função do assentamento de terra nas estradas municipais, atrasando desta forma a conclusão das obras pelas empresas contratadas, firma o presente aditivo de prazo, que tem por objeto, a contratação de empresa para fiscalização da execução de diversos sistemas de abastecimentos de água no município de Itapiranga, sistema de esgotamento sanitário e elaboração de projeto técnico de sistema de abastecimento de água.

VIGÊNCIA: 30 de agosto de 2013.

Itapiranga - SC., 28 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Extratos de Convenios - Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATOS CONVENIOS - PREFEITURA

EXTRATO CONVÊNIO Nº 013/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Cooper dos Estudantes do Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas.

OBJETO: Repasse financeiro para a Instituição para custear despesas relativas a mensalidade escolar de alunos do município, conforme autoriza Lei Municipal nº 2.838/2013.

VALOR: R\$ 348,00

VIGÊNCIA: 04 de setembro de 2013

Itapiranga(SC), 04 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO CONVÊNIO Nº 014/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Secretaria de Desenvolvimento Regional - SDR de Itapiranga

OBJETO: Repasse financeiro para a aquisição de Chassi de caminhão para o Corpo de Bombeiros Militar de Itapiranga, conforme autoriza lei municipal nº 2.842/2013.

VALOR: R\$ 125.000,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga(SC), 24 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO CONVÊNIO Nº 015/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

OBJETO: Repasse financeiro para a pagamento da mão de obra da construção da sede própria da APAE de Itapiranga.

VALOR: R\$ 70.000,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga(SC), 04 de julho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO CONVÊNIO Nº 016/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Casa Familiar Rural Esperança - Iporã do Oeste

OBJETO: Repasse financeiro para a Instituição para custear despesas relativas a mensalidade escolar de alunos do município, conforme autoriza Lei Municipal nº 2.838/2013.

VALOR: R\$ 8.120,00

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga(SC), 17 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Extratos das Atas de Registro de Preços - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

ATAS REGISTRO DE PREÇOS - SAÚDE

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2013.

PARTES: Município de Itapiranga e Odontoeste Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 24/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais e equipamentos destinados para os serviços de Fisioterapia no Centro Municipal da Saúde.

VALOR: R\$ 3.034,35

VIGÊNCIA: 04 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 04 de julho de 2013.

LUIS CARLOS STEFFENON

Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2013.

PARTES: Município de Itapiranga e Megha Equipamentos e Materiais Médicos Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 24/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais e equipamentos destinados para os serviços de Fisioterapia no Centro Municipal da Saúde.

VALOR: R\$ 15.096,15

VIGÊNCIA: 04 de julho de 2014.
Itapiranga - SC., 04 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e 1000Medic Distribuidora, Importadora, Exportadora de Medicamentos Ltda.
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 23/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados para as farmácias básicas do município.
VALOR: R\$ 11.080,00
VIGÊNCIA: 11 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 11 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e A. G. Kienen e Cia Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 23/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados para as farmácias básicas do município.
VALOR: R\$ 3.746,00
VIGÊNCIA: 11 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 11 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 23/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados para as farmácias básicas do município.
VALOR: R\$ 4.209,35
VIGÊNCIA: 11 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 11 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS - SAÚDE

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Adromeda Distribuidora de Medicamentos Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 23/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados para as farmácias básicas do município.
VALOR: R\$ 1.026,70
VIGÊNCIA: 11 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 11 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 23/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados para as farmácias básicas do município.
VALOR: R\$ 3.882,00
VIGÊNCIA: 11 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 11 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Cirúrgica JAW Comércio Mat. Médico Hosp. Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 23/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados para as farmácias básicas do município.
VALOR: R\$ 17.780,00
VIGÊNCIA: 11 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 11 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Comercial Cirúrgica RioClarense Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 23/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados para as farmácias básicas do município.
VALOR: R\$ 4.416,71
VIGÊNCIA: 11 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 11 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Dimerios Comércio de Materiais Cirúrgicos Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 23/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados para as farmácias básicas do município.
VALOR: R\$ 2.055,00
VIGÊNCIA: 11 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 11 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS - SAÚDE

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e DMC Distribuidora de Medicamentos e Correlatos Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 23/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados para as farmácias básicas do município.
VALOR: R\$ 21.574,19
VIGÊNCIA: 11 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 11 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Fórmulas Magistrais Farmácia de Manipulação Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 23/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados para as farmácias básicas do município.
VALOR: R\$ 13.300,00
VIGÊNCIA: 11 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 11 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Genésio A. Mendes e Cia Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 23/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados para as farmácias básicas do município.
VALOR: R\$ 162.274,20
VIGÊNCIA: 11 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 11 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 23/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados para as farmácias básicas do município.
VALOR: R\$ 2.669,60
VIGÊNCIA: 11 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 11 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e MGF Distribuidora de Medicamentos Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 23/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados para as farmácias básicas do município.
VALOR: R\$ 8.791,40
VIGÊNCIA: 11 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 11 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS - SAÚDE

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Mundifarma Distribuidora de Prod. Farmac. Hosp. Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 23/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de

medicamentos destinados para as farmácias básicas do município.
VALOR: R\$ 3.486,00
VIGÊNCIA: 11 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 11 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Prodiel Farmacêutica S/A
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 23/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados para as farmácias básicas do município.
VALOR: R\$ 5.400,00
VIGÊNCIA: 11 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 11 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e S&R Distribuidora Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 23/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados para as farmácias básicas do município.
VALOR: R\$ 7.443,10
VIGÊNCIA: 11 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 11 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 23/2013.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de medicamentos destinados para as farmácias básicas do município.
VALOR: R\$ 1.440,00
VIGÊNCIA: 11 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 11 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2013.
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO E PREÇOS Nº 67/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 38/2012.

OBJETO: Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, e de acordo com a cláusula terceira da Ata original, e ainda em conformidade com o item 14.5. do edital, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços, a partir desta data, fica ajustado o preço d o item de nº 183.
VALOR: R\$ 2.768,50
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013.

Itapiranga - SC., 11 de julho de 2013.
LUIS CARLOS STEFFENON
Administrador do FMS

Extratos das Atas de Registro de Preços - Prefeitura
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 196/2013.
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Cooper de Livre Associação do Município de Itapiranga.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 196/2012.

OBJETO: Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e de acordo com a cláusula 3ª da Ata original, e ainda em conformidade com o item 14.5. do edital, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços fica ajustado o item nº 25, Leite Integral Longa Vida
VALOR: R\$ 3.701,96
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga - SC., 19 de junho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 197/2013.
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Herta A. Vogt.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 196/2012.

OBJETO: Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e de acordo com a cláusula 3ª da Ata original, e ainda em conformidade com o item 14.5. do edital, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços fica ajustado os itens nº 44 e 49.
VALOR: R\$ 6.156,84
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga - SC., 19 de junho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Bio Saúde Laboratório Análises Ambientais Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 108/2013.

OBJETO: Contratação de laboratório especializado para análises de água em amostras coletadas nas estações de tratamento em atenção a Portaria do Ministério da Saúde.
VALOR: R\$ 14.986,60
VIGÊNCIA: 24 de junho de 2014

Itapiranga - SC., 24 de junho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 199/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Allabor Laboratório de Alimentos Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 108/2013.

OBJETO: Contratação de laboratório especializado para análises de água em amostras coletadas nas estações de tratamento em atenção a Portaria do Ministério da Saúde.
VALOR: R\$ 2.910,00
VIGÊNCIA: 24 de junho de 2014

Itapiranga - SC., 24 de junho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 200/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Novamil Empreendimentos Agropecuários Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 109/2013.

OBJETO: Aquisição de substrato e adubo para uso do Setor de Urbanismo, para produção de mudas de flores.
VALOR: R\$ 11.982,00
VIGÊNCIA: 24 de junho de 2014

Itapiranga - SC., 24 de junho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 201/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Ruscheinsky e Cia Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 109/2013.

OBJETO: Aquisição de meio fio e piso de concreto tipo Paver, para uso do Setor de Urbanismo em calçadas da cidade.
VALOR: R\$ 10.725,00
VIGÊNCIA: 24 de junho de 2014

Itapiranga - SC., 24 de junho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 202/2013.
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Herta A. Vogt.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 76/2012.

OBJETO: Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e de acordo com a cláusula 3ª da Ata original, e ainda em conformidade com o item 14.5. do edital, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços fica ajustado os itens nº 07 Erva Mate.
VALOR: R\$ 952,50
VIGÊNCIA: 19 de abril de 2014

Itapiranga - SC., 01 de julho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 203/2013.
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Herta A. Vogt.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 193/2012.

OBJETO: Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e de acordo com a cláusula 3ª da Ata original, e ainda em conformidade com o item 14.5. do edital, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços fica ajustado o item 09, Batatinha.
VALOR: R\$ 783,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga - SC., 01 de julho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 204/2013.
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2013
PARTES: Município de Itapiranga e Confeitaria Itapiranga Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 25/2013.

OBJETO: Com fundamento na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e de acordo com a cláusula 3ª da Ata original, e ainda em conformidade com o item 14.5. do edital, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial da Ata de Registro de Preços fica ajustado o item 06, Leite Desnatado.
VALOR: R\$ 1.302,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga - SC., 01 de julho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 205/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Chico Elétrica Ltda ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 112/2013.

OBJETO: Aquisição de Material destinado para manutenção da Iluminação Pública do Município.
VALOR: 26.649,00
VIGÊNCIA: 02 de julho de 2014

Itapiranga - SC., 02 de julho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 206/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Lysing Comércio Atacadista de Materiais Elétricos.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 112/2013.

OBJETO: Aquisição de Material destinado para manutenção da Iluminação Pública do Município.
VALOR: 29.681,50
VIGÊNCIA: 02 de julho de 2014

Itapiranga - SC., 02 de julho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 207/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Jaime Luiz Fontana ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 110/2013.

OBJETO: Aquisição de equipamentos de proteção individual, destinado para distribuição aos servidores da municipalidade, cf. autoria lei nº 1.340/1990.
VALOR: 19.400,80
VIGÊNCIA: 05 de julho de 2014

Itapiranga - SC., 05 de julho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 208/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Rogério Luis Delavy ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 111/2013.

OBJETO: Contratação de serviços de máquinas para atendimento aos programas autorizados por leis municipais, e outros serviços de interesse da municipalidade.
VALOR: 77.585,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga - SC., 05 de julho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Albater Terraplanagem Ltda ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 111/2013.

OBJETO: Contratação de serviços de máquinas para atendimento aos programas autorizados por leis municipais, e outros serviços de interesse da municipalidade.
VALOR: 62.920,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga - SC., 05 de julho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 210/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Oeste Máquinas Ltda ME.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 111/2013.

OBJETO: Contratação de serviços de máquinas para atendimento aos programas autorizados por leis municipais, e outros serviços de interesse da municipalidade.
VALOR: 31.040,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2013

Itapiranga - SC., 05 de julho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 211/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Macromaq Equipamentos Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 115/2013.

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de peças, destinados para manutenção das máquinas retroescavadeira JCB 4CX, JCB 3C e JCB 214E, de propriedade do município.
VALOR: 51.949,30
VIGÊNCIA: 08 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 08 de julho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2013.
PARTES: Município de Itapiranga e Maravimáquinas Comércio de Peças e Serviços Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 115/2013.

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de peças, destinados para manutenção das máquinas retroescavadeira JCB 4CX, JCB 3C e JCB 214E, de propriedade do município.
VALOR: 19.485,80
VIGÊNCIA: 08 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 08 de julho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS - PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 213/2013.

PARTES: Município de Itapiranga e WE Equipamentos - Com. de Peças e Serviços Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 115/2013.

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de peças, destinados para manutenção das máquinas retroescavadeira JCB 4CX, JCB 3C e JCB 214E, de propriedade do município.

VALOR: 17.646,08

VIGÊNCIA: 08 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 08 de julho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 214/2013.

PARTES: Município de Itapiranga e Comercial Ciotta Mat. Const. e Peças p/ Veículos Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 115/2013.

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de peças, destinados para manutenção das máquinas retroescavadeira JCB 4CX, JCB 3C e JCB 214E, de propriedade do município.

VALOR: 7.272,20

VIGÊNCIA: 08 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 08 de julho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 215/2013.

PARTES: Município de Itapiranga e Pré Moldados Maravilha Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 114/2013.

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de tubos de concreto, destinados para manutenção de diversas secretarias.

VALOR: 51.949,30

VIGÊNCIA: 09 de julho de 2014.

Itapiranga - SC., 09 de julho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Editais de Pregão Presencial Nº 40/2013 Registro de Preços Nº 24/2013 Processo Nº 75/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2013

REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2013

PROCESSO Nº 75/2013

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos

interessados, que até às 09h00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min, do dia 05/08/2013, na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960) nº 201, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de material de construção para manutenção e reforma dos campos Municipais, ginásio Municipal, construção de um muro na sede da Secretaria e centro esportivo conveniado com a Secretaria de esporte, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 17 de julho de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

JOSÉ MARIA CALDEIRA

SECRETÁRIO DE ESPORTES

Editais de Pregão Presencial Nº 37/2013 Processo Nº 72/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2013

PROCESSO Nº 72/2013

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço Global, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h:00 min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h:30min do dia 06 de agosto de 2013, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de containers 20' DRY (ferro), para ampliar o espaço de armazenamento da administração municipal, conforme especificações constantes no anexo V do edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h às 14h.

Itapoá, 18 de agosto de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Município de Itapoá/SC

Prefeito Municipal

Termo Aditivo de Prorrogação Nº 19/2013 ao Contrato Administrativo Nº 32/2012. (3º Aditivo).

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO Nº 19/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2012. (3º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Perpétuo Socorro nº 430, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, o Sr. VALDECIR DE SOUZA, inscrito no CNPJ/MF nº: 845.846.299-00 e portador do CI.RG Nº 3.136.633-3, e pelo Prefeito Municipal Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG

nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, de outro lado a Empresa ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA com sede á Rua Abelardo Manoel Peixer, nº 70, Bairro Barreiros na cidade de São José/SC, CEP 88.110-055 inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.008.659/0001-69 e Inscrição Estadual nº 255.464.754, representada neste ato por sócia, a Sra. ANDREIA CRISTINA GORGES SCHMITT, portadora do CNPF/MF nº 947.084.369-04 e do CI.RG nº 3.083.044-3 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo visando prorrogar a Contratação de empresa de engenharia elétrica, para executar os serviços no Sistema de Iluminação Pública sob a responsabilidade do Município de Itapoá, composto nesta data de 6.424 (seis mil quatrocentos e vinte quatro) pontos de iluminação pública, incluindo os serviços de manutenção rotineira e de emergência e atendimento de reclamações via Call Center e tratamento, reprocessamento e/ou destinação final de lâmpadas, conforme projeto básico e memorial descritivo, planilha orçamentária, parte integrante do edital, e em conformidade com o processo de licitação tipo TOMADA DE PREÇO Nº 01/2011 – PROCESSO Nº 30/2011, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar a vigência do contrato administrativo nº 32/2012 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 30/05/2013, podendo ser renovado nos termos do art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO

Altera cláusula quinta "Do Preço", acrescentando o valor de R\$ 413.992,65 (quatrocentos e treze mil novecentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos) para o período, conforme abaixo descrito:

Item	Descrição do objeto	Valor Unitário R\$	Valor total R\$ (12) meses
1	Contratação de empresa de engenharia elétrica, para executar os serviços no Sistema de Iluminação Pública sob a responsabilidade do Município de Itapoá, composto nesta data de 6.424 (seis mil quatrocentos e vinte quatro) pontos de iluminação pública, incluindo os serviços de manutenção rotineira e de emergência e atendimento de reclamações via Call Center e tratamento, reprocessamento e/ou destinação final de lâmpadas, conforme projeto básico e memorial descritivo, planilha orçamentária, parte integrante do edital.	34.499,39	413.992,65

1. MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO					
Item	Descrição	Und	Quant	Unit	Total
1	Base para rele fotoelétrico	pç	300	R\$ 16,52	R\$ 4.956,00
2	Bloco terminal polietileno fio 4mm	pç	500	R\$ 0,35	R\$ 175,00
3	Bocal de porcelana E-27	pç	50	R\$ 9,07	R\$ 453,50
4	Bocal de porcelana E-40	pç	30	R\$ 13,55	R\$ 406,50
5	Braço comum IP D25x1000mm	pç	40	R\$ 30,52	R\$ 1.220,80
6	Braço especial IP D48x3000mm	pç	5	R\$ 124,56	R\$ 622,80
7	Chave comando IP 1x50A c/rele	pç	2	R\$ 232,16	R\$ 464,32
8	Chave comando IP 2x30A c/rele	pç	2	R\$ 249,60	R\$ 499,20
9	Conector cunha tipo 2	pç	100	R\$ 5,35	R\$ 535,00
10	Conector cunha tipo 3	pç	500	R\$ 4,51	R\$ 2.255,00
11	Conector cunha tipo 4	pç	200	R\$ 3,35	R\$ 670,00
12	Conector cunha tipo 5	pç	50	R\$ 8,34	R\$ 417,00
13	Conector cunha tipo A	pç	100	R\$ 6,48	R\$ 648,00
14	Conector perfurante 16-70 x 1,5-6 mm	pç	300	R\$ 9,24	R\$ 2.772,00
15	Difusor em policarbonato p/lumin. E-40		50	R\$ 27,90	R\$ 1.395,00
16	Fio de cobre isolado 1,5mm2 750V	m	600	R\$ 0,60	R\$ 360,00
17	Fita isolante adesiva - rolo 20 m	rl	24	R\$ 9,57	R\$ 229,68
18	Lâmpada vapor mercúrio 80 W	pç	750	R\$ 17,78	R\$ 13.335,00
19	Lâmpada vapor sódio 70 W	pç	1500	R\$ 24,85	R\$ 37.275,00
20	Lâmpada vapor sódio 150 W	pç	100	R\$ 58,15	R\$ 5.815,00
21	Lâmpada vapor sódio 250 W	pç	80	R\$ 64,37	R\$ 5.149,60
22	Lâmpada vapor sódio 400 W	pç	20	R\$ 69,47	R\$ 1.389,40
23	Lâmpada vapor metálico 150 W	pç	10	R\$ 73,47	R\$ 734,70
24	Lâmpada vapor metálico 400 W	pç	10	R\$ 92,07	R\$ 920,70
25	Luminária fechada Al p/ lâmp 250-400 W	pç	20	R\$ 208,87	R\$ 4.177,40
26	Luminária fechada rosca E-27	pç	85	R\$ 118,09	R\$ 10.037,65

27	Parafuso cab quad D16 x 250 mm	pç	20	R\$ 6,13	R\$ 122,60
28	Porca quadrada D16 mm	pç	10	R\$ 1,15	R\$ 11,50
29	Reator p/lâmpada VM 80 W - 220 V	pç	180	R\$ 71,50	R\$ 12.870,00
30	Reator p/lâmpada VS 70 W - 220 V	pç	280	R\$ 83,82	R\$ 23.469,60
31	Reator p/lâmpada VS 150 W - 220 V	pç	50	R\$ 108,29	R\$ 5.414,50
32	Reator p/lâmpada VS 250 W - 220 V	pç	30	R\$ 130,47	R\$ 3.914,10
33	Reator p/lâmpada VS 400 W - 220 V	pç	10	R\$ 149,70	R\$ 1.497,00
34	Reator p/lâmpada Vapor metálico 400 W - 220 V – uso interno	pç	10	R\$ 149,21	R\$ 1.492,10
35	Relê fotoelétrico 5A 220V	pç	2.000	R\$ 34,77	R\$ 69.540,00
	TOTAL DOS MATERIAIS			R\$215.245,65	
2.	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO	mês	12	R\$ 16.290,00	R\$ 195.480,00
3.	DESTINAÇÃO FINAL DAS LÂMPADAS	pç	1.650	R\$ 1,98	R\$ 3.267,00
4.	TOTAL GERAL			R\$ 413.992,65	

5. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

5. 1. PERÍODO DE CONTRATO EM MESES

DESCRIÇÃO	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
MATERIAIS PARAMANUTENÇÃO	R\$ 17.937,14	R\$ 17.937,14	R\$ 17.937,14	R\$ 17.937,14	R\$ 17.937,14	R\$ 17.937,14
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO	R\$ 16.290,00	R\$ 16.290,00	R\$ 16.290,00	R\$ 16.290,00	R\$ 16.290,00	R\$ 16.290,00
DESTINAÇÃO FINAL DAS LÂMPADAS	R\$ 272,25	R\$ 272,25	R\$ 272,25	R\$ 272,25	R\$ 272,25	R\$ 272,25
TOTAL	R\$ 34.499,39	R\$ 34.499,39	R\$ 34.499,39	R\$ 34.499,39	R\$ 34.499,39	R\$ 34.499,39

DESCRIÇÃO	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS
MATERIAIS PARAMANUTENÇÃO	R\$ 17.937,14	R\$ 17.937,14	R\$ 17.937,14	R\$ 17.937,13	R\$ 17.937,13	R\$ 17.937,13

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
DESTINAÇÃO FINAL DAS LÂMPADAS	R\$ 272,25	R\$ 272,25	R\$ 272,25	R\$ 272,25	R\$ 272,25	R\$ 272,25
TOTAL	R\$ 34.499,39	R\$ 34.499,39	R\$ 34.499,39	R\$ 34.499,38	R\$ 34.499,38	R\$ 34.499,38

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 32/2012, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 32/2012, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 27 de maio de 2013.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA ANDREIA CRISTINA GORGES SCHMITT
CONTRANTE VADECIR DE SOUZA SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	

Testemunhas:

NOME :

NOME:

CNPJ/MF:

CNPJ/MF:

Joaçaba

PREFEITURA

Disponibilização Ata/Aviso de Sessão - TP 8/2013/PMJ - PL 44/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

PUBLICAÇÃO DE ATA/AVISO DE SESSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 44/2013/PMJ - TP 8/2013/PMJ

Referente ao Processo Licitatório 44/2013/PMJ - TP 8/2013/PMJ, cujo objeto é a "contratação de agência de propaganda para a prestação dos serviços de estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução, e a intermediação e supervisão da execução externa, bem como a distribuição de publicidade institucional de cunho informativo aos veículos e demais meios de comunicação com o objetivo de promover e difundir os atos da Administração ao público em geral, dentro dos parâmetros definidos no §1º do art. 37 da Constituição Federal e de conformidade com o determinado pelo art. 2º, § 1º, incisos I, II e III, da Lei 12.232/2010", o Município de Joaçaba torna pública a ata de análise e julgamento da proposta técnica da Subcomissão Técnica nomeada através do Decreto 4.318/2013, de 09/06/2013, realizada em 17/07/2013, às 14 horas.

O município torna público ainda que fica marcada para 23/07/2013



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

(terça-feira), às 16 horas, na sala do setor de compras da Prefeitura, a sessão para proclamação do resultado do julgamento geral da Proposta Técnica e para o cotejo entre as vias identificadas e não identificadas da proposta técnica - primeira e segunda parte. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 17 de julho de 2013

Ata de reunião de sub-comissão técnica Tomada de Preço 08/2013, que visa a contratação de agência de publicidade para o município de Joaçaba;

Iniciada a reunião com a presença do presidente da sub-comissão, senhor Paulo Afonso R. da Silva, jornalista, gerente de comunicação social da Prefeitura, Alessandra Zílio, publicitária e Silvia S. Simi dos Santos, Publicitária, coordenadora do curso de publicidade e propaganda da Unoesc com a presença do senhor Tomaz Morganti, pontualmente às 14 horas na sala do senhor vice-prefeito Marcos Weiss.

Na primeira parte da conferência da entrega das propostas, contou-se que na primeira parte, a proposta intitulada "c" apresenta no final do seu escopo a logo marca da empresa, o que está em desacordo com o edital. Já na segunda parte, no mesmo processo de avaliação constatou-se que as propostas "D" e "E" também apresentavam identificação da empresa. Sendo específico a proposta "D" no topo da primeira página e no cabeçalho apresenta a logomarca SP e o endereçamento. Na proposta "E" na folha 4, em uma das peças publicitárias apresentadas, consta em seu interior a assinatura, www.dosspropaganda.com.br também e desconformidade com o edital. Assim sendo, foram analisadas duas propostas iniciais da primeira parte, intituladas "A" e "B" e na segunda apenas a proposta "F",

Na sequência, iniciou-se a avaliação da primeira parte da Proposta Técnica, PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA da seguinte forma;

No quesito Raciocínio Básico, a sub comissão entendeu que nenhuma das duas propostas avaliada atendeu com exatidão a proposta do edital, porém a proposta intitulada "B" foi mais específica e menos generalista e apresentou características mais detalhadas, sendo atribuída as seguintes notas;

- a. Das características da Prefeitura de Joaçaba e de suas atividades que sejam significativas para a comunicação publicitária:
Proposta "A" - 02 Pontos;
Proposta "B" - 03 Pontos
- b. Da natureza, extensão e qualidades das relações da Administração do Executivo Municipal, com os segmentos sociais que constituem seu público referencial -
Proposta "A" - 02 Pontos;
Proposta "B" - 03 Pontos

- c. Do papel do Poder Executivo Municipal no atual contexto social, político e econômico -
Proposta "A" - 03 Pontos;
Proposta "B" - 03 Pontos;

Na avaliação da Estratégia de Comunicação Publicitária, a sub comissão avaliou que das duas propostas analisadas, quando se fala em conceito, a proposta "B" em termos gerais atendeu de forma mais criativa e argumentativa a proposta do briefing, sendo atribuída as seguintes notas;

- a. A adequação do conceito proposto especificamente à campanha,

assim como à Prefeitura de Joaçaba, sua natureza, suas especificidades e problemas - 07 pontos;

Proposta "A" - 4 Pontos;

Proposta "B" - 6 Pontos;

- b. A capacidade evidenciada de riqueza de desdobramentos positivos desse conceito para a comunicação do Executivo Municipal com os munícipes - 06 pontos.

Proposta "A" - 4 Pontos;

Proposta "B" - 5 Pontos;

- c. A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa de sua proposição - 07 pontos.

Proposta "A" - 04 Pontos;

Proposta "B" - 06 Pontos;

Na avaliação da Idéia Criativa:

- a. Sua adequação aos objetivos estratégicos e de comunicação da Prefeitura de Joaçaba - 05 pontos;

Proposta "A" - 02 Pontos;

Proposta "B" - 04 Pontos;

- b. A originalidade da combinação dos elementos que a constituem - 05 pontos;

Proposta "A" - 01 Pontos;

Proposta "B" - 01 Pontos;

- c. A simplicidade da forma sob a qual se apresenta - 05 pontos;

Proposta "A" - 03 Pontos;

Proposta "B" - 03 Pontos;

- d. Sua pertinência à atividade da Prefeitura de Joaçaba e à inserção desta na sociedade - 05 pontos;

Proposta "A" - 02 Pontos;

Proposta "B" - 03 Pontos;

- e. Os desdobramentos comunicativos que enseja, conforme demonstrarem os exemplos de peças apresentadas - 05 pontos.

Proposta "A" - 03 Pontos;

Proposta "B" - 02 Pontos;

Na avaliação da Estratégia de Mídia e Não Mídia a subcomissão deixa claro, que nenhuma de duas propostas atende em sua totalidade a proposta do item de avaliação. Sendo mais específico, dos itens a serem avaliados, não foram levadas em conta, questões básicas como conhecimento e análise do meios, plano simulado entre outros.,

- a. O conhecimento e análise dos meios de comunicação e hábitos dos diversos segmentos de público prioritários - 05 pontos;

Proposta "A" - 01 Pontos;

Proposta "B" - 01 Pontos;

- b. A capacidade analítica determinada pela análise desses hábitos - 05 pontos;

Proposta "A" - 01 Pontos;

Proposta "B" - 01 Pontos;

- c. A consistência do plano simulado de distribuição de verba publicitária, contemplados os itens antecedentes - 05 pontos;

Proposta "A" - 01 Pontos;

Proposta "B" - 00 Pontos; NÃO CONSTA

- d. A economicidade na aplicação da verba de mídia, evidenciada no plano de distribuição de peças, segundo critérios técnicos de mídia - 05 pontos

Proposta "A" - 01 Pontos;

Proposta "B" - 01 Pontos;

Na avaliação do Repertório a subcomissão técnica atribuiu nota 3;

Na avaliação dos Relatos de solução de problemas de comunicação (Cases Histories) nota 3.

Na avaliação da Capacidade de Atendimento nota 5, é preciso constar que não aparece de forma clara a capacidade de atendimento na proposta, com ausência de números de profissionais e equipamento técnico.

Segue abaixo o resumo final das notas;

Proposta "A"

Raciocínio Básico 07

Estratégia de Comunicação Publicitária 12

Idéia Criativa 11

Estratégia de Mídia e Não Mídia 04

Total: 34

Proposta "B"

Raciocínio Básico 09

Estratégia de Comunicação Publicitária 16

Idéia Criativa 13

Estratégia de Mídia e Não Mídia 03

Total: 34

Proposta "F"

Repertório 03

Relatos de solução de problemas de Comunicação (cases histories) 03

Capacidade de Atendimento 05

Total: 11

Sem mais para o momento a sub-comissão concluiu os trabalhos.

Paulo Afonso R. Silva

Jornalista

Sílvia S., Simi dos Santos

Publicitária

Alessandra Zilio

Publicitária

SIMAE

Portaria JHL 121/2013

PORTARIA SIMAE JHL - Nº 121/2013 DE 19.07.2013

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º Designar, o servidor Edson Rodrigo Besbati, Mecânico de Manutenção, P-4, N-1, Ref. A, para responder pela Função de Gerente do Setor de Manutenção Eletromecânica, no período de 22 de Julho de 2013 à 10 de Agosto de 2013, por motivo de Férias do titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º Suspender a designação do servidor como condutor de viatura conforme

Portaria JHL 108/2013 de 01/07/2013 para o período em que estiver respondendo pela função de Gerência.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de Julho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 19 de Julho de 2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Portaria JHL 122/2013

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 122/2013 DE 19.07.2013

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Art. 1º- Designar Reginaldo da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no P-2, N-1 Ref.E-1, sob nº da CNH 02405974571, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo Fiat Doblo Placa MCI 9064 do Setor de Manutenção de Eletromecânica, no período de 22 de Julho à 10 de Agosto de 2013, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de Julho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 19 de Julho de 2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Ata de Registro de Preços JHL 0001/2013 - Asfalto

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0001/2013

Aos vinte e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e treze (21/01/2013), no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, o Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº 0067/2012, na Ata de julgamento de preços, homologada em 17/01/2013, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Asfalto Quente e Emulsão para utilização no preenchimento de valas onde o SIMAE realiza reparos, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0067/2012.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Item 01 - CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - ASFALTO (CBUQ), Quantidade - 200 (duzentas), Unidade de medida - toneladas.

1º. Colocado - Empresa SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA, no valor de R\$ 190,00;

Item 02 - EMULSÃO ASFALTO RR - 1C, Quantidade - 1.200 (Hum

mil e duzentos), Unidade de medida - litros.

1º. Colocado - Empresa SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA, no valor de R\$ 1,80.

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de Asfalto Quente e Frio e Granilha, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 0067/2012 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 O Asfalto quente deverá ser retirado na usina conforme a necessidade do SIMAE, que procederá a solicitação do objeto nas quantidades que julgar necessárias, através de Autorização de Retirada.

4.2 O asfalto a frio e a granilha deverão ser entregues, conforme a necessidade do SIMAE, que procederá Solicitação de Entrega, na Rua Francisco Sartori em Herval do Oeste, próximo a Lagoa de Tratamento de Esgoto.

4.3 No ato da entrega dos materiais a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.4 Fica aqui estabelecido que os materiais serão recebidos:

- a) provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade do material com a especificação;
 - b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do material com a especificação e a consequente aceitação.
- 4.4.1 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento

após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.

4.5. O Material que for recusado (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.6. Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na LEI.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será:

5.1.1. Em até 05 (cinco) dias após entrega, de acordo com o material entregue, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação. Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br.

5.1.2 - realizado através SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, até o 5º (quinto) dia subsequente a entrega do material, devidamente atestado por servidor competente, contados da data de entrega e aceite da Nota Fiscal.

5.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.4 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Administração, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2061 2062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01.

ELEMENTO: 3390.30.51.00

6. RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos,

independentemente de qualquer procedimento judicial, assegura-da a prévia defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

- 1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
- 2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
- 3- Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), 21 de janeiro de 2.013.

ANA PAULA PEREIRA

Pregoeiro

Equipe de Apoio

PATRÍCIA CALLEGARI WARKEN

LIGIA ADRIANE DAROLD DA SILVA

VOLNEI JORVANI FABRÍCIO

SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA

Lages

PREFEITURA

PP 62-2013 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 62-2013 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Computadores

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 19/08/2013 às 09:00

Valor Estimado: 393.063,48

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site: www.lages.sc.gov.br sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 18 de julho de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

Lebon Régis

PREFEITURA

Portaria Nº 446/2013

PORTARIA Nº 446 DE 18 DE JULHO DE 2013

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR A PEDIDO, CARLOS IVAN ZANOTTO JUNIOR, do cargo de Encarregado do Departamento de Patrimônio, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 18/07/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de julho de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 18 de julho de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 447/2013

PORTARIA Nº 447 DE 18 DE JULHO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária SONIA MAIBERG DE MARAFIGO, Agente de Saúde, lotada no Fundo Municipal de Saúde, FÉRIAS, ref. ao período aquisitivo 08/07/2012 à 07/07/2013, a partir de 01/07/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de julho de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 18 de julho de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 448/2013

PORTARIA Nº 448 DE 18 DE JULHO DE 2013

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ZENILDES CEZAR DE SOUZA, para exercer o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 18/07/2013, ficando sua vaga vinculada a licença de Lucimari / aparecida Krepel Melo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de julho de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 18 de julho de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 449/2013

PORTARIA Nº 449 DE 18 DE JULHO DE 2013

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária LUCIMARI APARECIDA KREPEL MELO, Servente de Serviços Internos, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, LICENÇA MATERNIDADE, no período de 18 de julho a 13 de janeiro de 2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de julho de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 18 de julho de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 450/2013

PORTARIA Nº 450 DE 18 DE JULHO DE 2013

CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário DARCI DEBIAZZI, Secretario de Obras com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, AUXILIO DOENÇA, a partir de 18/07/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de julho de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 18 de julho de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 450/2013

PORTARIA Nº 450 DE 18 DE JULHO DE 2013
CONCEDE AUXILIO DOENÇA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário DARCI DEBIAZZI, Secretario de Obras com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, AUXILIO DOENÇA, a partir de 18/07/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de julho de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 18 de julho de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 451/2013

PORTARIA Nº 451 DE 18 DE JULHO DE 2013
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário ADELAR DE SOUZA, Operador de Maquinas Pesadas, lotado na Secretaria de Serviços Municipais, FUNÇÃO GRATIFICADA no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 18 de julho de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 18 de julho de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Leoberto Leal**PREFEITURA****Processo Licitatório Nº 054/2013 Pregão Presencial Nº 044/2013 - PMLL**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2013

Tipo: Menor Preço por Lote, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de material elétrico com entrega parcelada e prestação de serviços de mão de obra para a manutenção da Iluminação Pública do Município de Leoberto Leal, de acordo com as especificações do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 044/2013. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove horas), do dia 02 de agosto de 2013. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 18/07/2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Mafra**PREFEITURA****Errata Lei Nº 3934**

ERRATA LEI Nº.3934

Edição nº 1282, de 17 de julho de 2013.

O Artigo 2º "caput" da Lei Municipal nº 3934 - onde escrito: O Município de Mafra repassará à Associação Luizinho Futsal - ALF, conforme aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) em seis parcelas sendo, as cinco primeiras no valor de R\$ 5.333,34 (cinco mil trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos) e a última no valor de R\$ 5.333,30 (cinco mil trezentos e trinta e três reais e trinta centavos), com repasse da primeira parcela em 15 de julho de 2013 e as demais no dia 15 dos meses subsequentes, lê-se: O Município de Mafra repassará à Associação Luizinho Futsal - ALF, conforme aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente - CMDCA, R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) em seis parcelas sendo, as cinco primeiras no valor de R\$ 5.333,34 (cinco mil trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos) e a última no valor de R\$ 5.333,30 (cinco mil trezentos e trinta e três reais e trinta centavos), com repasse da primeira parcela até o dia 15 (quinze) de julho de 2013 e as demais no dia 15 (quinze) dos meses subsequentes.

Mafra (SC), 18 de julho de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal de Mafra

Maracajá

PREFEITURA

Resultado Final da Licitação 32/2013 PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado de Licitação
Processo Licitatório nº 32/2013 - Pregão Presencial

O Município de Maracajá torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 32/2013 - Pregão Presencial, referente contratação de empresa especializada na locação e fornecimento de mão-de-obra para montagem, manutenção e desmontagem de estruturas para shows, apresentações culturais, exposições, locação de banheiros químicos, instalações de palcos, sonorização e iluminação profissional, para a realização da "24ª FESTA DO COLONO", que se realizará no município de Maracajá/SC, entre os dias 25 a 28 de julho de 2013, que resultou na CLASSIFICAÇÃO e HABILITAÇÃO das empresas: Item 01 - EDILANIO TSCHOSECK BORBA ME, com o valor de R\$ 3.920,00; Itens 02 e 03 - MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MÓVEIS LTDA EPP, com o valor total de R\$ 3.560,00; Itens 04 e 05 - VERA LUCIA ESPINDOLA MOREIRA EPP, com o valor total de R\$ 13.428,00; Itens 06 a 08 - CARDIAL STANDS LTDA EPP, com o valor total de R\$ 37.430,80; Itens 09 a 11 - SOMVERIO SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA ME, com o valor total de R\$ 20.320,00. Valor total Adjudicado: R\$ 78.658,80.

Maracajá, 18 de julho de 2013.
DIOMAR DE SOUZA MACHADO JUNIOR
Pregoeiro

Maravilha

PREFEITURA

Decreto

Decreto n.º 014 de 21 de Fevereiro de 2013
Abre Crédito Adicional Especial e dá outras providências.
A Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 3.644/2012 de 03/12/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$: 1.775.100,00 (Um milhão, setecentos e setenta e cinco mil e cem reais) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

04.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
04.03 - Departamento da Cultura
13 - Cultura
13.391 - Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
13.391.0009 - Apoio e Desenvolvimento da Cultura
13.391.0009.1.031 - CONSTRUÇÃO DA CASA DA CULTURA
Destinação de Recursos: 0.1.24 - Transferências de Convênios - Outros
4.0.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00 - Investimentos
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$: 690.000,00

06.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

06.01 - Departamento de Urbanismo
15 - Urbanismo
15.451 - Infra-Estrutura Urbana
15.451.0011 - Serviços Urbanos
15.451.0011.1.007 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E CONSTRUÇÃO DE ROTATÓRIAS
Destinação de Recursos: 0.1.24 - Transf. de Convênios - Outros
4.0.00.00 - Despesas de Capital
4.4.00.00 - Investimentos
4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$: 1.085.100,00

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de Convênios Nºs 758690/2011 e 0371875-10/2011 celebrados com o Governo Federal, tendo como objeto: Construção de Centro de Eventos e Pavimentação Asfáltica na Rua Serafim Bertaso, cfe. Detalhamento de Código da Natureza da Receita a seguir:

2000.00.00 - Receitas de Capital
2400.00.00 - Transferência de Capital
2420.00.00 - Transferências Intergovernamentais
2421.00.00 - Transferências da União
2421.99.00 - Outras Transferências da União
Destinação de Recursos: 0.1.24 - Transferências de Convênios - Outros R\$: 1.775.100,00

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARAVILHA - SC, 21 de Fevereiro, de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Lei Nº 1553/2013

LEI Nº 1553/2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO COMPOSTO DE CENTRAL E CÂMERAS DE VIDEO NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA/SC."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal:

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu Sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a firmar convênio com Estado de Santa Catarina para a instalação e manutenção de um sistema de monitoramento urbano composto de câmeras de vídeo no município de Morro da Fumaça/SC.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º A prestação de contas dos valores recebidos dar-se-á na forma da Legislação vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revoga-
das as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 19 de Julho de 2013.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário Interino de Adm., Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal
na data supra.

Registro de Preços Nº 065/2013

MUNICIPIO DE MORRO FUMAÇA- SC. PREGÃO PRESENCIAL PARA
REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2013. OBJETO: CONTRATAÇÃO
DE EMPRESA PARA O TRANSPORTE DE PESSOAS DOS PROJETOS
INSTITUCIONAIS DESENVOLVIDOS PELO MUNICIPIO DE MORRO
DA FUMAÇA, CONFORME ANEXOS DO EDITAL - DATA 01/08/2013
- 09:00 horas. LOCAL: Setor de Licitação da Secretaria de Adminis-
tração e Planejamento, Rua Vinte de Maio, 100, Centro.

Morro da Fumaça - SC.
MICHEL ANTONIO MACCARI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS.

Navegantes

PREFEITURA

Convoca IX Conferência Municipal de Assistência Social

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 898 DE 18 DE JULHO DE 2013
CONVOCA A IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SO-
CIAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são
conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III,

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar e propor diretrizes para
a implementação da Política de Assistência Social no Município,
DECRETA:

Art. 1 º Fica convocada a IX Conferência Municipal de Assistência
Social, a ser realizada no dia 5 de agosto de 2013, tendo como
tema central: "Gestão e Financiamento para a Efetivação do SUAS".

Art. 2 º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto cor-
rerão por conta de recurso vinculado.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Adminis-
tração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nomeações e Exonerações Em Função de Confiança

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 871 DE 12 DE JULHO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais
e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:
Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança
de Diretora de Escola CEI EJA (DESC-4) a senhora IDILZAMAR
FRANCISCO PACHECO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação
com efeito retroativo a 1º/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 12 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Adminis-
tração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 873 DE 16 DE JULHO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais
e de acordo com a lei complementar 062 de 1º/4/2009,

DECRETA:
Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de
confiança de Gestora Pública Municipal II a senhora MARLETE DU-
ARTE BETTONI.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação
com efeito retroativo a 1º/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 874 DE 16 DE JULHO DE 2013
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal II o senhor ALTINO GOIS NEICIAK.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 15/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 875 DE 16 DE JULHO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gestor Público Municipal I o senhor ALTINO GOIS NEICIAK.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N º 876 DE 16 DE JULHO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 062 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Executivo de Projetos Estratégicos III o senhor HERCÍLIO ANDRÉ DA SILVA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 15/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 877 DE 16 DE JULHO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gerente de Controle das Operações de Importação e Exportação a senhorita SAMARA CLAUDINO ERBS.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 15/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 878 DE 16 DE JULHO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Chefe de Seção a senhorita SAMARA CLAUDINO ERBS.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 879 DE 16 DE JULHO DE 2013
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente de Serviços Públicos da Subprefeitura de São Domingos o senhor SEBASTIÃO DONIZET DE SOUZA.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 15/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 880 DE 16 DE JULHO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Chefe de Seção o senhor SEBASTIÃO DONIZET DE SOUZA.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N.º 881 DE 16 DE JULHO DE 2013
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1.º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gerente de IPTU a senhora MIROSLAVA MARIN.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 15/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 882 DE 16 DE JULHO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 175 de 30/4/2013,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Chefe de Seção a senhora MIROSLAVA MARIN.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 883 DE 16 DE JULHO DE 2013
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Agente Público Municipal II o senhor VIVALDO MOREIRA DA SILVA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 15/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 884 DE 16 DE JULHO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Agente Público Municipal I o senhor VIVALDO MOREIRA DA SILVA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 885 DE 16 DE JULHO DE 2013
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal I o senhor VAGNER MARIN TEIXEIRA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 15/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 886 DE 16 DE JULHO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Gerente de Operações, Expansão e Comércio da SESAN o senhor VAGNER MARIN TEIXEIRA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 887 DE 16 DE JULHO DE 2013
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Assessor Técnico III o senhor JOSÉ LOTTI.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 15/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 888 DE 16 DE JULHO DE 2013
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Diretor de Operações o senhor JOSÉ LOTTI.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 889 DE 16 DE JULHO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-3) a senhora PAULA ALMEIDA CALDERON.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 15/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 890 DE 16 DE JULHO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-8) a senhora PAULA ALMEIDA CALDERON.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 891 DE 16 DE JULHO DE 2013
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gestor Público Municipal I o senhor MARCO AURÉLIO ANDRESEN ALBANO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 10/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 894 DE 18 DE JULHO DE 2013
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente de Logística da Educação o senhor AGENOR LUIZ BERNART SALOMON.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 19/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 895 DE 18 DE JULHO DE 2013
EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Gerente de Oficina o senhor JOSÉ VILMAR CARDOSO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 896 DE 18 DE JULHO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, A PEDIDO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal I a senhora VÂNIA KRUEGER ALVES, A PEDIDO.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 897 DE 18 DE JULHO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gestora Pública Municipal I a senhora VÂNIA KRUEGER ALVES.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 22/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Concessão de Licença Para Tratamento de Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2519 DE 3 DE JUNHO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor LUÍS AUGUSTO FAUSTINO DESSUNTI , ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem ESF do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, no período de 20/4/2013 a 26/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 20/4/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 3 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2520 DE 3 DE JUNHO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora LÍDIA ALEXANDRINO TEIXEIRA , ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde ESF do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, no período de 11/4/2013 a 25/5/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 11/4/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 3 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N.º 2533 DE 5 DE JUNHO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora MARIA ALICE LEAL MACHADO , ocupante do cargo de Instrutora de Crochê e Bordado ACT do quadro de servidores efetivos da Municipalidade, no período de 22/10/2010 a 4/6/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 22/10/2010.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 5 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 5 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N.º 2572 DE 11 DE JUNHO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor DOMINGOS VALENTIN INÁCIO , ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 2/10/2012 a 8/6/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 2/10/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N.º 2695 DE 24 DE JUNHO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor LUIZ VIEIRA , ocupante do cargo de Vigia do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 10/5/2013 a 15/6/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 10/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N.º 2696 DE 24 DE JUNHO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora ROBERTA PRISCILLA DOS ANJOS RAMALHO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Enfermeira do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 17/3/2013 a 22/6/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 17/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2777 DE 2 DE JULHO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor JOÃO FLORÊNCIO ROSA, ocupante do cargo de Assessor Técnico III do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 10/3/2013 a 25/6/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 10/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 2 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2778 DE 2 DE JULHO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor JOSÉ MANOEL FRANCISCO, ocupante do cargo de Pedreiro do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 19/12/2012 a 25/6/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 19/12/2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 2 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2779 DE 2 DE JULHO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor MARCELO JUBRAN MACHADO DA MOTTA, ocupante do cargo de Motorista Socorrista do SAMU do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 28/2/2013 a 23/6/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 28/2/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 2 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2780 DE 2 DE JULHO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor RICARDO ZOMER OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Fiscal de Tributos do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 1º/3/2013 a 27/6/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 2 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2803 DE 4 DE JULHO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor JOSÉ MARIA OURIQUES, ocupante do cargo de Chefe de Seção do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 4/4/2013 a 3/6/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 4/4/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 4 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2856 DE 11 DE JULHO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora HELOISE HELENA KEHL, ocupante do cargo de Agente Comunitária

de Saúde ESF do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 25/4/2013 a 29/6/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 25/4/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 11 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 11 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2877 DE 16 DE JULHO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,
RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora EVA DE FÁTIMA CHAGAS WALDMANN, ocupante do cargo de Assessora Técnica III do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 5/5/2013 a 30/6/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 5/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2897 DE 18 DE JULHO DE 2013
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor JOSÉ WAGNER MAFRA, ocupante do cargo de Motorista do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 29/3/2013 a 1º/7/2013.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 29/3/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Contratação e Exoneração de Acts

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 2771 DE 1 º DE JULHO DE 2013

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 004/2012 o senhor APOLLO MARQUES DE AMORIM para exercer a função de Vigia ACT no período de 28/6/2013 a 31/12/2013.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 28/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 1 º DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1 º de julho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 2772 DE 1 º DE JULHO DE 2013

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 004/2012 o senhor OSNI FLORÊNCIO DA ROSA para exercer a função de Vigia ACT no período de 1º/7/2013 a 31/12/2013.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 1 º DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1 º de julho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N º 2873 DE 16 DE JULHO DE 2013

CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I CONTRATAR pelo Processo Seletivo 004/2012 o senhor JOÃO ALDAIR DE SOUZA para exercer a função de Vigia ACT no período de 12/7/2013 a 31/12/2013.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação .

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 16 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de julho de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Progressão Funcional

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2387 DE 14 DE MAIO DE 2013

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER PATRÍCIA DOS SANTOS CORRÊA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Auxiliar de Enfermagem, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2388 DE 14 DE MAIO DE 2013

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER MARIA NELI SILVA DA LUZ no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Auxiliar de Enfermagem, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2389 DE 14 DE MAIO DE 2013

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER MARINICE COELHO DA SILVA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Auxiliar de Enfermagem, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2390 DE 14 DE MAIO DE 2013

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER ANA PEKOCZ no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Auxiliar de Enfermagem, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de

dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2391 DE 14 DE MAIO DE 2013

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER IVONE CHAGAS DE LIMA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "J".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2392 DE 14 DE MAIO DE 2013

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais

e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER CLEA ROSEMAR BORBA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Auxiliar de Enfermagem, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2395 DE 14 DE MAIO DE 2013

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I PROMOVER FERNANDA DE SOUZA TOMÉ DA SILVA no quadro geral de servidores por capacitação no cargo de Nutricionista, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/5/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE MAIO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de maio de 2013.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2626 DE 14 DE JUNHO DE 2013
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER SEVERIANO AUGUSTO DE TOLEDO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Supervisor de Obras e Serviços , posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2627 DE 14 DE JUNHO DE 2013
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER ATANAGILDO ADOLFO AMÉRICO FILHO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Técnico em Computação , posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2628 DE 14 DE JUNHO DE 2013
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER MANOEL FIRMINO BENTO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Técnico em Computação , posicionando para a referência "L".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2629 DE 14 DE JUNHO DE 2013
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER LUIZ ARINO DE SOUZA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais , posicionando para a referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2630 DE 14 DE JUNHO DE 2013
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:
I PROMOVER ROGÉRIO BITTENCOURT no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Motorista, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2650 DE 17 DE JUNHO DE 2013
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER VALDEMIR RODRIGUES DA SILVA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "I".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 17 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2651 DE 17 DE JUNHO DE 2013
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER REINALDO MENDES MAFRA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Operador de Máquina, posicionando para a referência "M".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 17 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2652 DE 17 DE JUNHO DE 2013
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER MARCOS VINÍCIO FAGUNDES no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "M".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 17 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2697 DE 24 DE JUNHO DE 2013
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER JANICE FREYGANG no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2700 DE 24 DE JUNHO DE 2013
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER ANTÔNIO HENRIQUE MENDES no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Chefe de Serviços Administrativos, posicionando para a referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2701 DE 24 DE JUNHO DE 2013
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER ANTÔNIO CESAR COELHO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Motorista, posicionando para a referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2702 DE 24 DE JUNHO DE 2013
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:
I PROMOVER MAIEIVI RAMOS no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Guarda Municipal, posicionando para a referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 24 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de junho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2804 DE 4 DE JULHO DE 2013
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER JOSÉ VALDIR DE JESUS no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 4 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2805 DE 4 DE JULHO DE 2013
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER SIDNEY RUY KOCH no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 4 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2806 DE 4 DE JULHO DE 2013
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER ROMALINO ROSA MENDES no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 4 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2807 DE 4 DE JULHO DE 2013
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER VALDECIR RODRIGUES DA SILVA no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 4 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2808 DE 4 DE JULHO DE 2013
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER MARY CLEIDE TAMBOSI no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Assistente Social, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 4 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N º 2809 DE 4 DE JULHO DE 2013
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER OSMAR JOSÉ LUCIANO no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 4 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
PORTARIA N° 2891 DE 18 DE JULHO DE 2013
DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 011 de 04/12/2003 e com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I PROMOVER CLAUDNEY TELLES no quadro geral de servidores por tempo de serviço no cargo de Agente de Serviços Gerais, posicionando para a referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 1º/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 18 DE JULHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de julho de 2013.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Aviso de Licitação Pregão Presencial N° 111/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL N° 111/2013 PMN
Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A LOCAÇÃO DE PALCO, SOM, ILUMINAÇÃO E TENDAS 30X40 (TIPO PAVILHÃO) PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS (COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO NO MÊS

DE AGOSTO E REVEILLON) DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 01/08/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 01/08/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 19 de julho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Extrato Contrato N° 105/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato N°.: 105/2013.
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : PAPAS DA LINGUA - GRUPO MUSICAL LTDA.
Valor : 31.900,00 (trinta e um mil e novecentos reais)
Vigência : Início: 01/07/2013 Término: 23/08/2013
Licitação : Inexigibilidade de Licitação N°.: 93/2013
Recursos : Dotação: 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : CONTRATAÇÃO DO GRUPO MUSICAL "PAPAS DA LINGUA" PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2013, EM COMEMORAÇÃO AOS 51º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, CONFORME PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 93/2013.

Navegantes, 01 de Julho de 2013.

Extrato de Contrato N° 104/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato N°.: 104/2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
Contratada : COMPASSO EVENTOS LTDA ME.
Valor : 9.000,00 (nove mil reais)
Vigência : Início: 05/07/2013 Término: 31/08/2013
Licitação : Inexigibilidade de Licitação N°.: 109/2013
Recursos : 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00.00.00.

Objeto : CONTRATAÇÃO DO ARTISTA MUSICAL "IVONIR MACHADO" PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2013, EM COMEMORAÇÃO AO 51º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, conforme Inexigibilidade de Licitação nº. 109/2013.

Navegantes, 05 de Julho de 2013.

Extrato Termo Contrato N° 110/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato N°.: 110/2013
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAVEGANTES.
Contratada : PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA.
Valor : 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais).
Vigência : Início: 08/07/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 26/2013
Recursos : Dotação: 2.093.4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE 01 (UM) APARELHO DE RAIOS-X (DEVIDAMENTE INSTALADO) PARA UTILIZAÇÃO DA

POLICLÍNICA DE MACHADOS, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL FMS 26/2013, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA.

Navegantes, 08 de Julho de 2013.

Extrato Termo de Apostilamento 001/2013 PMN

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: TERMO DE APOSTILAMENTO 001/2013.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : BELGA EMPREITEIRA LTDA.

Vigência : Início: 17/07/2013 Término: 07/08/2013

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 71/2012

Objeto : PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 90/2012, CONCORRÊNCIA Nº71/2012, REFERENTE AO REAJUSTE DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS EM CONCRETO E DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS OSVALDO JOSÉ REISER, ZÓZIMO ANDRADE, ANTONIO INÁCIO, OLINDO JOSÉ BERNARDES, SENADOR CARLOS G. DE OLIVEIRA, CURT S.V.HERTWING, PREFEITO FRANCISCO DE ALMEIDA, ENG. PAULO WERNER, JOSÉ MENESCAL DO MONTE, EGÍDIO NARCISO, JUVENTINO LINHARES, JOSÉ EUGENIO MULLER, BERNARDINO ANTONIO NARCISO, ALFREDO JOSÉ REBELLO E PREFEITO JOSÉ JUVENAL MAFRA, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA BELGA EMPREITEIRA LTDA.

Navegantes, 17 de Julho de 2013.

Ata de Julgamento Apresentação Layout T.P 94/2013 PMN

ATA DE JULGAMENTO DA APRESENTAÇÃO DO LAYOUT REFERENTE TOMADA DE PREÇOS Nº 94/2013

Aos 19 (dezenove) dias de fevereiro de 2013, às 16:00 horas, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação e o suporte técnico do sistema, com intuito de analisar e julgar as amostras do layout previstas no Edital da Tomada de Preços número 94/2013, cujo objeto é a TOMADA DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC, enviados por e-mail pela empresa OBJETIVAS CONCURSOS LTDA - CNPJ: 00.849.426/0001-14 em 18/07/2013.

PRELIMINARMENTE

A Comissão Permanente de Licitação, recebeu as amostras dos layouts conforme previsto no Edital, verificou que as mesmas foram protocolizadas, decidindo, portanto, recebê-las, passando a analisá-las, conforme fundamenta o instrumento convocatório.

DA ANÁLISE DAS AMOSTRAS DOS LAYOUTS:

Em síntese, manifesta-se a Comissão Permanente de Licitação e o suporte técnico do sistema, pelas inconsistências das amostras dos layouts apresentados, uma vez que a empresa não cumpriu a determinação do edital 4.6 que trata DA APRESENTAÇÃO LAYOUT - TESTE em conformidade com o edital

4.6.1 Em conformidade com a exigência do item 2.8.5 letra A do edital, onde a licitante deverá fornecer ao município, em forma de mídia eletrônica a lista de todos os aprovados e reprovados em formato compatível ao Sistema Betha Rh (Layout Anexo);

4.6.2 Fica a licitante vencedora obrigatoriamente intimada a

apresentar, em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, após o término da sessão, arquivo teste, em formato compatível ao Sistema Betha Rh, contendo no mínimo 05(cinco) cargos e 50(cinquenta) nomes (podendo ser Fictícios), para a devida validação do arquivo, pelo técnico residente da fornecedora do Software Betha.

Portanto se extrai dos fatos supracitados que a amostra dos layouts foi apresentada de forma tardia uma vez que a sessão ocorreu em 10/07/2013 e as amostras foram enviadas por e-mail em 18/07/2013 portanto não foi apresentada no prazo previsto não atendeu as determinações presente no instrumento convocatório.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, a Comissão Permanente de Licitação decidiu:

- 1) A desclassificação da empresa OBJETIVAS CONCURSOS LTDA, pela inobservância das determinações do edital;
- 2) A convocação do classificado na posição inferior para assumir a responsabilidade de apresentar as amostras, tudo conforme previsão editalícia.

É a decisão.

Navegantes, 19 de julho de 2013.
HUMBERTO GALVEZ JUNIOR
Presidente da Comissão de Licitação

Membros da Comissão de Licitação:
LÚCIA HELENA DE SOUZA

MARIA BENEDITA CORRÊA

FERNANDA HASSMANN CONSTÂNCIO

PATRÍCIA APARECIDA GUALBERTO

FABIO FERREIRA
Técnico De Suporte
Betha Sistemas

Extrato Homologação de Licitação 97/2013

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 97/2013

PROCESSO Nº 97/2013 HOMOLOGAÇÃO: 17/07/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

OBJETO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DO ARTISTA MUSICAL "RODRIGO VALENTIM", PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 24 DE AGOSTO DE 2013, EM COMEMORAÇÃO AOS 51º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.
CONTRATADO: MARCELO HERMENEGILDO
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 17 de julho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA.
Prefeito do Município.

Extrato Homologação de Licitação Nº 108/2013

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 108/2013

PROCESSO Nº 108/2013 HOMOLOGAÇÃO: 17/07/2013

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

OBJETO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DA DUPLA MUSICAL "DANY E RAFA", PARA A REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 22 DE AGOSTO DE 2013, EM COMEMORAÇÃO AOS 51º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

CONTRATADO: DANY E RAFA PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.500,00 (QUATORZE MIL QUINHENTOS REAIS).

FUNDAMENTO: ART. 25, INCISO II DA LEI DE LICITAÇÕES.

NAVEGANTES, 17 DE JULHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Homologação Dispensa de Licitação Nº 03/2013 Fuman

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO.

DISPENSA DE LICITAÇÃO FUMAN Nº 03/2013

PROCESSO FUMAN Nº 03/2013.

HOMOLOGAÇÃO: 12/07/2013

CONTRATANTE: FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEGANTES.

OBJETO: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE SUPORTES PARA VASOS DE AÇO GALVANIZADOS (PINTADOS DE BRANCO EPOX COM DUAS BANDEJAS, BARRAS DE FERRO DE 1, 1/4 X 1/8 E 148 PARAFUSOS SEXTAVADOS) PARA URBANIZAÇÃO DA AVENIDA JOÃO SACAEM, NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

CONTRATADO: EL GALLO SERRALHERIA LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Navegantes, 12 de julho de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

NAVEGANTESPREV

Portaria Nº 032 de 22 de Julho de 2013 "Concede Aposentadoria Voluntario por Tempo de Contribuição"

PORTARIA Nº 032 DE 22 DE JULHO DE 2013

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 6, incisos I, II, III e IV da EC nº 41/2003, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a lei complementar municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Conceder o benefício de Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição a servidora MARIA DA GLÓRIA DE SOUZA BITTENCOURT, portador da cédula de identidade nº 1.208.637, inscrito

no CPF sob o nº 453.758.369-04, efetiva no cargo de Professora, lotado na Secretaria de Educação, com proventos INTEGRAIS, contidos na planilha de cálculo de proventos, conforme processo administrativo nº 2013.04.00025, a partir desta data até posterior deliberação.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 22 DE JULHO DE 2013.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

ARILSON LUIZ MORAES

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 22 de julho de 2013.

ARILSON LUIZ MORAES

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Portaria Nº 033 de 22 de Julho de 2013 "Concede Aposentadoria por Idade"

PORTARIA Nº 033 DE 22 DE JULHO DE 2013

DETERMINA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 40, §1º II da Constituição Federal (Redação da EC nº 20/1998), que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Municipal nº 99/2011, que instituiu o Regime,

RESOLVE:

I Determinar a concessão do benefício da aposentadoria compulsória, nos termos do art. 40, §1º, inciso II da Constituição Federal (Redação da Emenda Constitucional nº 20/98) e do art. 35 da Lei Complementar Municipal nº 099/2011, ao servidor AGENOR LUIZ BERNART SALOMON, detentora da matrícula funcional nº 395001, inscrito no CPF sob o nº 216.489.999-72, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista do Quadro de Pessoal da Prefeitura de Navegantes.

II Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria compulsória, em caráter proporcional, observada a metodologia de cálculo disposta nos § 3º e 17 da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 41/2003) e na Lei Federal nº 10.887/2004, que serão pagos mensalmente pelo NAVEGANTESPREV.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, 22 DE JULHO DE 2013.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Arilson Luiz Moraes

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Esta Portaria foi registrada e publicada no Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes nesta data.

Navegantes, 22 de julho de 2013.

ARILSON LUIZ MORAES

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Nova Trento

PREFEITURA

Lei Nº 2.496/2013

Lei nº 2.496 / 2013

Altera Dispositivo do Art. 2º da Lei nº 2.489, de 29 de maio de 2013, que Dispõe sobre o repasse de recursos à Associação Neotrentina dos Estudantes de Cursos Superiores - ANECS, e dá outras providências.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI,, Prefeito de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O Art. 2º da Lei nº 2.489, de 29 de maio de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º ”

Parágrafo Único - Será efetuado repasse adicional de 23% (vinte e três) por cento, à Associação Neotrentina dos Estudantes de Cursos Superiores - ANECS, nos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2013.

Art. 2º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de julho de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei em livro próprio e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

PEDRO PIVA NETO

Secretário M. Administração e Finanças

Orleans

PREFEITURA

Extrato de Pregão Presencial

SAMAE DE ORLEANS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.15/2013

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.15/2013 cujo objeto é LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA, PARA ABASTECIMENTO DE RESERVATÓRIO POR EVENTUAL DESABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NO MUNICÍPIO ORLEANS - SC., conforme descrição no Anexo I. A entrega de documentação e propostas até 13hr 45min do dia 05 de agosto de 2013. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto

ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 e por e-mail: fatima@samaeorleans.sc.gov.br ou pelo site www.samaeorleans.sc.gov.br

ANTONIO I.WILLEMANN

Palhoça

PREFEITURA

Portaria Nº 1467/2013

PORTARIA Nº 1467/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor DÉBORA MAY, ocu-pante da categoria funcional de Assistente Administrativo, removida para a Superintendência de Contabilidade da Secretaria de Finanças, do Quadro de Pessoal da Administração Indireta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 1468/2013

PORTARIA Nº 1468/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor JOÃO LEHMKUHL, ocupante da categoria funcional de Agente de Serviços Operacionais, removido para a Escola Maria Luiza dos Santos da Secretaria de Educação e Cultura, do Quadro de Pessoal da Administração Indireta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 1469/2013

PORTARIA Nº 1469/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor JOÃO BATISTA DA SILVA, ocupante da categoria funcional de Vigia, removida para a Unidade Básica de Saúde do Médio Aripuá da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, do Quadro de Pessoal da Administração Indireta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 1470/2013

PORTARIA Nº 1470/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO o servidor ERNI BERGMANN, ocupante da categoria funcional de Vigia, removida para a Unidade Básica de Saúde do Cam-birela da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, do Quadro de Pessoal da Administração Indireta Desta Prefeitura de acordo com o Artigo 90 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1452/2013.

PORTARIA Nº. 1452/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA SAFIRA DA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Geração da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/03/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1453/2013.

PORTARIA Nº. 1453/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARTA APARECIDA AMARAL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (qua-renta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Reinaldo Weingartner da Se-cretaria de Educação e Cul-tura da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 09/04/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1454/2013.

PORTARIA Nº. 1454/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO TATIANA GONZAGA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Mara Luiza Vieira Liberato da Secre-taria de Educação e Cultura da Ad-ministração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 26/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1455/2013.
PORTARIA Nº. 1455/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CARLA CRISTINA RODRIGUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Reunida Três Barras da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 11/03/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1456/2013.
PORTARIA Nº. 1456/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL – para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
300146	Adenir Atanilio Wagner	Assistente Administrativo	ANM -I- F	ANM -II- F	02/01/2013
200002	Adriana Martins Reckziegel	Fiscal de Obras	ANMF-I-F	ANMF –II-F	29/04/2013
300004	Adriana Truppel	Agente Administrativo Auxiliar	ANF -A-I- I	ANF -A- II	22/04/2013
500443	Dioni Liberrato	Operador de Máquinas	ANF -C-I-C	ANF -C-II-C	15/04/2013
300019	Eliete Avani da Silva Lisboa	Assistente Administrativo	ANM -I- G	ANM -II- G	29/04/2013
600002	Elisabete da Silva	Assistente Administrativo	ANM -I- G	ANM -II- G	29/04/2013
300223	João Renato Andrade	Agente de Serviços Operacionais	ANM -I- F	ANM -II-F	29/04/2013

300035	Joselino Agostinho Farias	Assistente Administrativo	ANM -I-F	ANM -II-F	25/04/2013
800919	Leonice Bussolo de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	ANM -B-I-C	ANM -B-II-C	29/04/2013
300222	Maria Julia Scotti	Assistente Administrativo	ANM -I-C	ANM -II-C	11/04/2013
800081	Maurina Moura Alves	Agente de Serviços Operacionais	ANF -B-I- E	ANF -B-II-E	23/04/2013
500400	Patricia Schmitz	Agente de Serviços Operacionais	ANF -B-I-D	ANF -B-II-D	02/05/2013
500284	Pedro Manoel de Souza	Agente de Serviços Operacionais	ANF -B-I-D	ANF -B-II-D	26/04/2013
800008	Rosana da Silveira Wagner	Agente Administrativo I	ANM -I-F	ANM -II-F	15/04/2013
300146	Rosilene da Silva Kuhnen	Assistente Administrativo	ANM -I-F	ANM -II-F	02/01/2013
800884	Solange da Rosa	Auxiliar de Serviços Gerais	ANF -I-C	ANF -II-C	29/04/2013
300153	Wanderleia de Fatima Rossi	Assistente Administrativo	ANM -I-E	ANM -II-E	15/04/2013
800122	Zenilda Alaíde da Silveira	Auxiliar de Serviços Gerais	ANF -B-I-G	ANF-B-II-G	03/05/2013

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1457/2013.
PORTARIA Nº. 1457/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, JOAO PAULO OSMAR DA SILVA, titular do cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/05/2013.

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1458/2013.

PORTARIA Nº. 1458/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ROZANA LUIZ, matrícula nº. 800007, titular do cargo de Agente Administrativo I, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/04/1998 a 04/04/2003, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 06/05/2013 à 06/06/2013.

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1459/2013.

PORTARIA Nº. 1459/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VANESSA DA ROSA MARTINS, matrícula nº. 400104, titular do cargo de Cirurgiã Dentista, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 12/06/2005 a 12/05/2010, por 02 (dois) meses, a com efeitos a contar de 03/07/2013 à 03/09/2013.

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1460/2013.

PORTARIA Nº. 1460/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
100437	Daiane Edena Geib	Pós Graduação	15%	22/04/2013

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1461/2013.

PORTARIA Nº. 1461/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401101	Michel Maycon de Souza Silveira	Pós Graduação	15%	19/04/2013

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1462/2013.

PORTARIA Nº. 1462/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para a servidora VANESSA DA ROSA MARTINS, matrícula nº. 400104, titular do cargo de Cirurgiã Dentista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 06 (seis) meses, com efeitos a contar de 01/09/2013.



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1463/2013.

PORTARIA Nº. 1463/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
401115	Juliana Martins Fermino	Mestrado	20%	12/04/2013

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1465/2013.

PORTARIA Nº. 1465/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO CAROLINE COSTA DA ROSA, para ocupar o cargo da categoria funcional de Psicóloga, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade Básica de Saúde Central da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edi-tal nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 29/04/2013.

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1466/2013.

PORTARIA Nº. 1466/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade a funcionária conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação a partir de 01 de maio de 2013.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR
800870	Jani Tadea Andrade Wiggers	1.000,00

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1471/2013.

PORTARIA Nº. 1471/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para a servidora KARINE ARRUDA FLORES, matrícula nº. 400317, titular do cargo de Odontólogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 01 (um) ano, 08 (oito) meses e 23 (vinte e três) dias, com efeitos a contar de 06/05/2013.

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1472/2013.

PORTARIA Nº. 1472/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JAQUELINE SEVERINO AMARAL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria

de Saúde e Medicina Preven-tiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/05/2013 a 20/05/2014.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1474/2013.
PORTARIA Nº. 1474/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para IVONE IZABEL GONÇALVES, matrícula nº. 800837, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 24/09/2002 a 24/09/2007, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 19/06/2013 à 19/09/2013.

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1475/2013.
PORTARIA Nº. 1475/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TATIANI DO NASCIMENTO, matrícula nº. 800873, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2003 a 21/03/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 07/05/2013 à 07/06/2013.

Palhoça, SC, em 16 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1476/2013.
PORTARIA Nº. 1476/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VALQUIRIA DORVALINA DA SILVA PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Pro-cesso Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Inês Marta da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 30/04/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1477/2013.
PORTARIA Nº. 1477/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TEREZA DE ABREU DEMETRIO, matrícula nº. 800159, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 03/03/2002 a 03/03/2007, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 03/05/2013 à 03/06/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1478/2013.
PORTARIA Nº. 1478/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SUSI NILZA GOULART, matrícula nº. 800378, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 12/06/1995 a 12/06/2000, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 29/04/2013 à 29/05/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1479/2013.
PORTARIA Nº. 1479/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA DA LAPA LIMA SCHEIDT, matrícula nº. 800062, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 02/05/1994 a 02/05/1999, por 01 (um) mês e referente ao quinquênio de 02/05/1999 a 02/05/2004, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 06/05/2013 à 06/09/2012.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1480/2013.
PORTARIA Nº. 1480/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SARA DE AVILA ROSA, matrícula nº. 190065, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 01/06/2000 a 01/06/2005, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 08/05/2013 à 08/06/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1481/2013.
PORTARIA Nº. 1481/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO de acordo com o Artigo 110, da Lei nº. 097 de 15 de dezembro de 2010, MAURICIO SCHMITT, titular do cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a con-tar de 02/05/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1482/2013.
PORTARIA Nº. 1482/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO ANGELITA DA SILVA MARCOS, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 07/05/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1483/2013.
PORTARIA Nº. 1483/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO LIS ANIE COMIN, titular do cargo de Cirurgiã Dentista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 10/05/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1484/2013.
PORTARIA Nº. 1484/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO CLAUDINEI FERREIRA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/05/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1485/2013.
PORTARIA Nº. 1485/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR FERNANDA KAMMERS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Programa Sócio Educativo - Atividades de Apoio Sócio-Educativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/04/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1486/2013.
PORTARIA Nº. 1486/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR JOSIAS JOÃO DA SILVA, de conformidade com a Lei

nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) Programa Sócio Educativo - Atividades de Apoio Sócio-Educativo, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/04/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1487/2013.
PORTARIA Nº. 1487/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR JULIANA CARLA FREDDI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Projeto Esportes, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/04/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1488/2013.
PORTARIA Nº. 1488/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR MARCOS TULIO NUNES ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Projeto Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/03/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1489/2013.
PORTARIA Nº. 1489/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR NILTON RODRIGUES JUNIOR, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1490/2013.
PORTARIA Nº. 1490/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR DANIELA DE ALMEIDA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Música, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/03/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1491/2013.
PORTARIA Nº. 1491/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CARLA CRISTINA SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Especial, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 16/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1492/2013.
PORTARIA Nº. 1492/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA MADALENA BECHTOLD, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, Projeto 5º. Ano, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/03/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1493/2013.
PORTARIA Nº. 1493/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDREA MARISEL SANTOS DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries iniciais, no (a) Escola Básica Reinaldo Wein-gartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/03/2013 a 02/05/2013, face ao impedimento da titular Maria Madalena Bechtold, que se encontra em Projetos.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1494/2013.
PORTARIA Nº. 1494/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA FOLSTER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/03/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Galheigo Jacques, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1495/2013.
PORTARIA Nº. 1495/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR NADIR WILSON FIPKE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/04/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Sandra A. Nogueira, que se encontra exercendo suas funções junto ao Carangueijão.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1496/2013.
PORTARIA Nº. 1496/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR EDUARDO DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 28/03/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Nadia H. A. Angelo, que se encontra exercendo suas funções junto a Coord. UE.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1497/2013.

PORTARIA Nº. 1497/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR EVELYN FERREIRA TELLES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maricota, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 12/03/2013 a 12/06/2013, face ao impedimento da titular Jaqueline R. D. Martins, que se encontra em Licença Premio.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1498/2013.

PORTARIA Nº. 1498/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR DAIANY TEREZINHA BACH, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maricota, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/03/2013 a 18/10/2013, face ao impedimento da titular Luciana Ondina de Souza, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1499/2013.

PORTARIA Nº. 1499/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR GABRIELA TEREZINHA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Maricota, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/04/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Rosiane A. da Silveira, que se encontra como responsável pelo CEI vovó Maria.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1500/2013.

PORTARIA Nº. 1500/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ADRIELE DE SOUZA TABORDA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Vovó Dolores, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/04/2013 a 14/06/2013, face ao impedimento da titular Jucilda Santos, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1501/2013.

PORTARIA Nº. 1501/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA CLAUDIA DA LUZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Snnopy, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/03/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Isolde H. M. Carvalho, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1502/2013.

PORTARIA Nº. 1502/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JULIANA ADRIANA DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Geração, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 17/04/2013 a 01/05/2013, face ao impedimento da titular Myrian M da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1503/2013.

PORTARIA Nº. 1503/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JESSICA VALDETE DA SILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Nova Geração, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/04/2013 a 18/06/2013, face ao impedimento da titular Myrian M da Silva, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1504/2013.

PORTARIA Nº. 1504/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR GEISICLEIA DE ASSIS VIEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Realizar, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 26/04/2013 a 13/06/2013, face ao impedimento da titular Elaine P. S. da Rosa, que se encontra exercendo em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1505/2013.

PORTARIA Nº. 1505/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ILIANA SILVEIRA CALDAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Escola Básica Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/04/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Rosimere N. W. Silva, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1506/2013.

PORTARIA Nº. 1506/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ATAISI RAFAEL DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Escola Básica Antonieta Silveira de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/04/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Edirlan-da Maria da Rosa, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1507/2013.

PORTARIA Nº. 1507/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ANDREA NEJARE DOS SANTOS PEREIRA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 09/05/2013.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1508/2013.

PORTARIA Nº. 1508/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR GEISE DE CASTRO INACIO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Escola Básica Adriana Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/04/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Iane de Farias, que se encontra exercendo suas funções junto ao NAEP.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1509/2013.

PORTARIA Nº. 1509/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR GRAZIELE FLORES BRUCH, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Escola Básica Adriana Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/03/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Analucia Vieira, que se encontra exercendo suas funções junto a Delegacia da Mulher.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1510/2013.
PORTARIA Nº. 1510/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR GUSTAVO LUIZ OLIVEIRA GUIMARÃES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Música, no (a) Escola Básica Adriana Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 03/04/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1511/2013.
PORTARIA Nº. 1511/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JHULIANE JACIRA DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Especial, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/04/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1512/2013.
PORTARIA Nº. 1512/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSANA DAS NEVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Especial, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 11/04/2013 a 09/05/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1513/2013.
PORTARIA Nº. 1513/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ASTI MULLER ANDRADE, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) Escola Básica Nossa Senhora de Fátima, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 10/04/2013 a 10/05/2013, no período de 10/04/2013 a 10/05/2013, face ao impedimento da titular Maria do Carmo R. Rosa, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1514/2013.

PORTARIA Nº. 1514/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR EMANUELA DIAS FRANCISCO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) GE Maria Luzia de Souza, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/04/2013 a 15/07/2013, face ao impedimento da titular Silvana Darci de Souza, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1515/2013.

PORTARIA Nº. 1515/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR VANDERLEI TEIXEIRA PATROCINIO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física e Artes, no (a) GE Maria Luzia de Souza, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/04/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1516/2013.

PORTARIA Nº. 1516/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MÁRCIA REGINA DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 21/02/2013 a 21/10/2013, face ao impedimento da titular Rosimeri da Silva Mateus, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1517/2013.

PORTARIA Nº. 1517/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR DANIELA APARECIDA DE OLIVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI José Miguel Ferreira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 05/04/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Roberta Silvano, que se encontra em Coord.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1518/2013.
PORTARIA Nº. 1518/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ERZIANA DE SOUZA MARCOLINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) Escola Reunida Albardão, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/04/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1519/2013.
PORTARIA Nº. 1519/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR HELUISE MARION DE ABREU DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Nível III, no (a) Faculdade Municipal de Palhoça, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/04/2013 a 31/07/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 02 de maio de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Papanduva

PREFEITURA

Lei Nº 1983, de 19 de Julho de 2013, Que Autoriza o Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, a Transferir Recursos do Fundo Municipal da Infância

Lei nº 1983, de 19 de julho de 2013.

Autoriza o Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, a transferir recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, e dá outras providências.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faz saber a todos os Habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica o Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, autorizado a transferir recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA para a Associação de Pais e Professores da Escola de Educação Básica Alinor Vieira Côrte, inscrita no CNPJ sob o nº 83.612.598/0001-05, em conta corrente específica, para execução do Projeto "Escola e Comunidade, juntos pela Educação", aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Papanduva/SC.

Art. 2º. Em decorrência do artigo anterior, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento vigente, no valor de R\$ 102.795,57 (cento e dois mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e sete centavos) no seguinte elemento de despesa:

02 - PODER EXECUTIVO

10 - Secretaria do Desenvolvimento Comunitário

Projeto Atividade - 2.037 - Fundo da Infância e Adolescência - FIA
3.3.50.00.00.00 - Transf. a inst. privada sem fins lucrativos

R\$ 102.795,57

TOTAL R\$ 102.795,57

Parágrafo único. Por ocasião na liquidação do valor constante neste artigo, deverão ser considerados os acréscimos resultantes da apuração da respectiva aplicação dos saldos bancários desta conta.

Art. 3º. Os recursos destinados à abertura do crédito especial de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2012, utilizando-se recursos de transferências relativos à doação efetuada pela Empresa Souza Cruz S. A., inscrita no CNPJ sob o nº 33.009.911/0001-39.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, em 19 de julho de 2013.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Secretário da Administração

Lei Nº 1984, de 19 de Julho de 2013, Autoriza o Poder Exec Fimar Conv. com o Estado de SC - Câmeras de Segurança

Lei nº 1984, de 19 de julho de 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO COMPOSTO DE CENTRAL E CÂMERAS DE VIDEO NO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA/SC.

O Prefeito do Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a firmar convênio com Estado de Santa Catarina para a instalação e manutenção de um sistema de monitoramento urbano composto de câmeras de vídeo no município de Papanduva/SC.

Art. 2º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º. A prestação de contas dos valores recebidos dar-se-á na forma da Legislação vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, em 19 de julho de 2013.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Secretário da Administração

Contrato Nº 079/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 079/2013, Referente à Dispensa de Licitação nº 092/2013. Objeto: Aquisição de peças genuínas e serviços, para retificação do motor da Escavadeira Hidráulica JCB. Contratado: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA, totalizando o montante de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais). Vigência: O presente instrumento terá vigência a partir de 29 de maio de 2013 até 30 de junho de 2013.

Papanduva/SC, 29 de maio de 2013

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 087/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 087/2013, Referente ao Convite 102/2013. Objeto: Prestação de serviços por empresa especializada em engenharia e construção civil, visando a elaboração de projetos básicos e executivos contendo plantas, memoriais descritivos, orçamentos detalhados, emissão das anotações de responsabilidade técnica (onde a empresa deverá arcar com os custos das ARTs dos projetos e das

fiscalizações), elaboração de documentação para emissão de permissão ambiental para obras (instrução normativa - 34 da Fatma), bem como o acompanhamento e fiscalização de obras executadas pelo município de Papanduva, que estejam em andamento durante a vigência do contrato. Contratado: CONSTRUTORA SAN REMO ME, totalizando o montante de R\$ 39.710,00 (trinta e nove mil e setecentos e dez reais), sendo R\$ 7.220,00 (sete mil e duzentos e vinte reais) mensais. Vigência: O presente instrumento terá vigência a partir de 15 de julho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Papanduva/SC, 15 de julho de 2013

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

Lei Nº 888/2013

LEI Nº 888 DE 15 DE JULHO DE 2013.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2013, no valor de R\$ 593.250,00 (Quinhentos e noventa e três mil e duzentos e cinquenta reais), nas dotações orçamentárias abaixo discriminada:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade 2.031 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA

3.1.90.00.00.00.00.00 0696(10) Aplicações Diretas R\$ 576.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00 0696(16) Aplicações Diretas R\$ 17.250,00

TOTAL 593.250,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade 1.029 Aquis. Área. Constr. Ampli e Ref. Unidades

4.4.90.00.00.00.00.00 0696 Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Proj./Atividade 2.030 Manutenção do PSF/PACS

3.1.90.00.00.00.00.00 0696(08) Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

Proj./Atividade 2.032 Manutenção dos Programas Especiais de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00 0696(19) Aplicações Diretas R\$ 5.600,00

Órgão: 09 SECRETARIA DE AGRICULTURA

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

Proj./Atividade 2.043 Manutenção da Secretaria de Agricultura

3.1.90.00.00.00.00.00 0100(89) Aplicações Diretas R\$ 13.650,00

Órgão: 11 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV ECONÔMICO

Unidade: 01 DEPARTAMENTO ECONOMICO

Proj./Atividade 1.041 Incentivo aos Programas de Desenvolvimento Econômico

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(104) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Proj./Atividade 2.046 Manutenção do Depto de desenvolvimento Econômico

3.1.90.00.00.00.00.00 0100(105) Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00 0100(106) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(107) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 12 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS

Proj./Atividade 1.038 Ampliação do Sistema de Trat. Abastecimento de Água

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(119) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Proj./Atividade 1.039 Estação de Tratamento de Esgotos

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(122) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Proj./Atividade 1.053 Constr. Pontes, Pontilhões, Passarelas e Obras de Artes

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(136) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Proj./Atividade 1.054 Ampliação e Reforma da Garagem Municipal

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(137) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Proj./Atividade 1.055 Constr. Capela Mortuária e Ampliação do Cemitério

4.4.90.00.00.00.00.00 0100(116) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Proj./Atividade 2.049 Manutenção E Ampliação DA Iluminação Pública

3.3.90.00.00.00.00.00 0100(114) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Órgão: 13 ENCARGOS GERAIS

Unidade: 01 ENCARGOS GERAIS

Proj./Atividade 0.055 Manutenção dos Encargos Especiais

4.6.90.00.00.00.00.00 0100(145) Aplicações Diretas R\$ 220.000,00

TOTAL R\$ 593.250,00

Parágrafo Único: Os recursos anulados dos Proj./Atividade 2.043 Manutenção da Secretaria de Agricultura, 1.041 Incentivo aos Programas de Desenvolvimento Econômico, 2.046 Manutenção do Depto de Desenvolvimento Econômico, 1.038 Ampliação do Sistema de Trat. Abastecimento de Água, 1.039 Estação de Tratamento de Esgotos, 1.053 Constr. Pontes, Pontilhões, Passarelas e Obras de Artes, 1.054 Ampliação e Reforma da Garagem Municipal, 1.055 Constr. Capela Mortuária e Ampliação do Cemitério, 2.049 Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública, 0.0555 Manutenção dos Encargos Especiais serão transferidos para o Fundo Municipal de Saúde na forma da Lei Federal 4.320/64, mediante transferência financeira.

Art. 3º - Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal Nº 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal Nº. 832/2012 de 12 de julho de 2012, e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2013 - Lei Nº 860/2012 de 14 de dezembro de 2012, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações da presente LEI.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 15 de julho de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 15 de julho de 2013.

GABRIELA GOMES FERRAS
Secretaria M. de Administração e Finanças

Lei Nº 889/2013

LEI Nº 889 DE 15 DE JULHO DE 2013.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz Saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2013, no valor de R\$ 672.850,00 (seiscentos e setenta e dois mil, oitocentos e cinquenta reais), nas dotações orçamentárias abaixo discriminada:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito
Unidade: 01 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO
Proj./Atividade 2.003 Manutenção do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e Assessorias
3.1.90.00.00.00.00.00 0100(05) Aplicações Diretas .R\$ 41.050,00

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade: 01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Proj./Atividade 2.007 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
3.1.90.00.00.00.00.00 0100(10) Aplicações Diretas R\$ 77.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 0100(13) Aplicações Diretas R\$ 64.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 02 ENSINO REGULAR
Proj./Atividade 1.009 Ampl. Constr. Reforma Rede Física Ensino Básico
4.4.90.00.00.00.00.00 0058(18) Aplicações Diretas .R\$ 100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00 0695(20) Aplicações Diretas R\$ 190.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Proj./Atividade 2.034 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.1.90.00.00.00.00.00 0100(80) Aplicações Diretas R\$ 93.800,00
3.3.90.00.00.00.00.00 0100(82) Aplicações Diretas R\$ 9.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Órgão: 09 SECRETARIA DE AGRICULTURA
Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Proj./Atividade 2.043 Manutenção da Secretaria de Agricultura
3.3.50.00.00.00.00.00 0100(90) Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucro
R\$ 30.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 0100(91) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Órgão: 11 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. ECONOMICO
Unidade: 01 DEPARTAMENTO ECONOMICO
Proj./Atividade 2.047 Manutenção do Depto de meio Ambiente
3.1.90.00.00.00.00.00 0100(99) Aplicações Diretas R\$ 44.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 0100(91) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

Órgão: 14 FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Unidade: 01 FIA

Proj./Atividade 2.035 Manutenção do FIA

3.1.90.00.00.00.00.00 0100(146) Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

TOTAL R\$ 672.850,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito
Unidade: 01 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO
Proj./Atividade 1.004 Aquisição de Veículo e Equipamentos
4.4.90.00.00.00.00.00 0100(01) Aplicações Diretas ..R\$ 6.000,00

Proj./Atividade 1.005 Construção da Sede Administrativa
4.4.90.00.00.00.00.00 0100(04) Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

Órgão: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade: 01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Proj./Atividade 1.006 Aquisição de Veículo e Equipamentos
4.4.90.00.00.00.00.00 0100(08) Aplicações Diretas .R\$ 50.000,00

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 02 ENSINO REGULAR
Proj./Atividade 1.018 Aquis. Área, Constr. Ampliação de Creches
4.4.90.00.00.00.00.00 0695(51) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Proj./Atividade 2.010 Manutenção do Ensino Básico
3.1.90.00.00.00.00.00 0695(31) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00 0058(33) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Órgão: 05 SECRETARIA DE ESPORTE
Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE ESPORTES
Proj./Atividade 1.022 Aquisição de Veículos e Equipamentos
4.4.90.00.00.00.00.00 0100(58) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Proj./Atividade 2.020 Manutenção da Secretaria de Esportes
3.1.90.00.00.00.00.00 0100(59) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 0100(60) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão: 06 SECRETARIA DE CULTURA
Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE CULTURA
Proj./Atividade 1.026 Construção do Centro de Eventos
4.4.90.00.00.00.00.00 100(64) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Proj./Atividade 2.025 Manutenção do Departamento de Cultura
3.1.90.00.00.00.00.00 0100(65) Aplicações Diretas .R\$ 1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 0100(66) Aplicações Diretas R\$ 18.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00 100(67) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA DE TURISMO
Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE TURISMO
Proj./Atividade 1.023 Constr. Equip. Suporte Turismo e Segurança ao Turista
4.4.90.00.00.00.00.00 100(73) Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

Proj./Atividade 2.024 Manutenção do Departamento de Turismo
3.1.90.00.00.00.00.00 0100(74) Aplicações Diretas .R\$ 9.500,00
3.3.50.00.00.00.00.00 0100(75) Aplicações Diretas .R\$ 1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00 0100(76) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00 0100(77) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Órgão: 08 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
Unidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO



Proj./Atividade 2.036 Manutenção do Fundo Municipal de Habitação
3.3.90.00.00.00.00.00 0100(85) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA DE AGRICULTURA
Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
Proj./Atividade 1.042 Aquisição de Máquinas Equip. Agrícolas e Utilitários
4.4.90.00.00.00.00.00 0100(88) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Proj./Atividade 2.043 Manutenção da Secretaria de Agricultura
3.1.90.00.00.00.00.00 0100(89) Aplicações Diretas R\$ 1.350,00

Órgão: 12 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS
Proj./Atividade 2.050 Manutenção da Infraestrutura Oper. De Serv. Públicos
3.3.90.00.00.00.00.00 0100(139) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Órgão: 13 ENCARGOS GERAIS
Unidade: 01 ENCARGOS GERAIS
Proj./Atividade 0.055 Manutenção dos Encargos Especiais
3.3.90.00.00.00.00.00 0100(144) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 672.850,00

Art. 3º - Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal Nº 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal Nº. 832/2012 de 12 de julho de 2012, e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2013 - Lei Nº 860/2012 de 14 de dezembro de 2012, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações da presente LEI.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres 15 de julho de 2013
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 15 de julho de 2013.

GABRIELA GOMES FERRAS
Secretária M. de Administração e Finanças

Lei Nº 890/2013

LEI Nº 890 DE 15 DE JUNHO DE 2013.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz Saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, do exercício de 2013, no valor de R\$ 36.500,00 (Trinta e seis mil e quinhentos reais), na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 12 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS
Proj./Atividade 1.052 Pavim. E Drenagem Pluvial de Ruas e

Avenidas
4.4..90.00.00.00.00.00 0100(133) Aplicações Diretas R\$ 36.500,00

TOTAL R\$ 36.500,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior correrão por conta da anulação das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 08 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
Unidade: 02 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
Proj./Atividade 1.033 Aquisição de Veículos e Equipamentos
4.4.90.00.00.00.00.00 0100(78) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Órgão: 12 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS
Proj./Atividade 2.048 Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras
3.3.90.00.00.00.00.00 0100(111) Aplicações Diretas R\$ 26.500,00

TOTAL R\$ 36.500,00

Art. 3º - Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal Nº 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal Nº. 832/2012 de 12 de julho de 2012, e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2013 - Lei Nº 860/2012 de 14 de dezembro de 2012, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações da presente LEI.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres em 15 de Julho de 2013.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 15 de Julho de 2013.

GABRIELA GOMES FERRAS
Secretária M. de Administração e Finanças

Lei Nº 891/2013

LEI Nº 891 DE 15 DE JULHO DE 2013.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES A FIRMAR CONVENIO COM À ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JUAREZ GODINHO SCHEFFER, Prefeito Municipal do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz Saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o município de Passo de Torres autorizado a firmar convênio com Associação de Agricultores de Passo de Torres, inscrito no CNPJ sob o nº 02.168.412/0001-60, em 6 (seis) parcelas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), totalizando a importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados a manutenção daquela associação.

Parágrafo único - O repasse das verbas especificadas neste artigo será concedido parceladamente, de acordo com o cronograma apresentado em Plano de Trabalho à municipal e terá como termo inicial na data de assinatura do convênio e termo final 31/12/2013.

Art. 2º - A entidade beneficiada com os recursos financeiros, previstos nesta Lei, sujeitar-se-á a prestação de contas de suas corretas aplicações, diretamente ao Município de Passo de Torres.

§ 1º- A entidade beneficiada nesta Lei deverá aplicar o respectivo

recurso segundo a finalidade indicada no Plano de Trabalho ao referido convênio.

Art. 3º - Todas as despesas decorrentes da execução desta lei correrão a cargo de dotação orçamentária própria.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 15 de julho de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 15 de julho de 2013.

GABRIELA GOMES FERRAS

Secretária M. de Administração e Finanças

Decreto Nº 143/2013

DECRETO N.º 143 DE 11 DE JULHO DE 2013.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PROVENIENTE DE RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 53 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o artigo 7º, inciso I, da Lei Municipal Nº 860/2012, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do provável excesso de arrecadação proveniente de recursos do Salário Educação, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), conforme abaixo especificado:

Órgão 04 Secretaria de Educação e Cultura

Projeto 1.009 Ampliação, Construção e Reforma da Rede Física do Ensino Básico

Modalidade: 4.4.90.00.0058 (18) - Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
TOTAL R\$ 90.000,00

Parágrafo Único: Os recursos de que trata o artigo 1º serão creditados na Conta Corrente N.º 11.823-0, do Banco do Brasil, Agência 778-1.

Art. 2º - As liquidações das despesas por conta do crédito estabelecido no artigo 1º deste Decreto ficam condicionadas e limitadas à arrecadação efetiva dos recursos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres 11 de julho de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de julho de 2013.

GABRIELA GOMES FERRAS

Secretária M. de Administração e Finanças

Portaria Nº 056/2013

PORTARIA Nº 056, DE 15 DE JULHO DE 2013.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, MARIA DE LOURDES HONORATO DE FREITAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Maria de Lourdes de Freitas, referente ao período aquisitivo de 02/11/1998 à 02/11/2003.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 (noventa) dias consecutivos por período, iniciando em 15/07/2013 e com término em 12 /10/2013.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art.4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 15 de julho de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 15 de julho de 2013.

GABRIELA GOMES FERRAS

Secretária M. de Administração e Finanças.

Extrato de Termo de Convênio Nº 005/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Extrato do Convênio nº 005/2013/PMPT

Concedente: PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE PASSO DE TORRES

Valor R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Vigência: Início 15.07.2013 Término: 31.12.2013

Dotação: 09 - SECRETARIA DE AGRICULTURA

2043 - Manutenção da Secretaria de Agricultura

3.3.50.00.00.00.00.0100 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos - Transferência R\$ 30.000,00.

Objeto: Manutenção das atividades da Associação de Agricultores de Passo de Torres.

Passo de Torres, 15 de Julho de 2013.

JUAREZ GODINHO SCHEFFER

Passos Maia

PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$17.930,83 (dezesete mil novecentos e trinta reais e oitenta e três centavos).

Destinação: SALÁRIO EDUCAÇÃO

Data liberação: 18/07/2013



Passos Maia - SC, 18 de julho de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Portaria 290/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 290/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Robson Luis Bitencourt Libérato, brasileiro, portador do CPF nº 942.174.679-15, matrícula nº 69, ocupante do Cargo de Motorista, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/07/2013 até 23/07/2013, encaminhando à perícia no 16º dia, conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes-SC, em 12 de Julho de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

GILDO ARCELINO DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração

Homologação Processo Seletivo 007/2013

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

HOMOLOGA A RELAÇÃO DOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO EMERGENCIAL Nº 007/2013.

O Município de Paulo Lopes torna Público que o Prefeito Municipal de Paulo Lopes, EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, HOMOLOGOU a relação dos inscritos no processo seletivo nº 007/2013, que visa à contratação temporária emergencial para os cargos de Médico ESF, Agente Comunitária de Saúde e Auxiliar de Consultório Dentário. A lista completa dos inscritos encontra-se à disposição na Secretaria de Saúde e no site www.paulolopes.sc.gov.br. Maiores informações pelo telefone (48) 3253-0211.

Paulo Lopes, 22 de julho de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Lei Nº 1.690, de 18 de Julho de 2013

LEI Nº 1.690, DE 18 DE JULHO DE 2013

AUTORIZA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS, ATRAVÉS DE DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL À EMPRESA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar Municipal nº 136, de 02 de fevereiro de 2007, e Processo Administrativo de Expediente nº 015/2013: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado, na forma da Lei Complementar Municipal nº 136, de 02 de fevereiro de 2007, a doar, com encargos, à empresa "JUMUPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA", Pessoa Jurídica de Direito Privado, Firma Individual, inscrita no CNPJ/MF sob nº 18.294.350/0001-73, com sede na Rua Reinaldo Antonio Bressan, s/n, Município de Pinheiro Preto, uma área de terra medindo 15.690 m² (quinze mil seiscentos e noventa metros quadrados), avaliada em R\$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais), de domínio do Município, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, matrícula nº 7.264.

Art. 2º O imóvel doado deverá ser utilizado pela empresa doadora, para abrigar as instalações de indústria no ramo de papel.

Art. 3º Além da doação do terreno de que trata o artigo 1º, fica o Município autorizado a conceder à empresa doadora os seguintes incentivos econômicos:

I - execução, sem custo, de serviços de terraplenagem, observado o limite total de incentivos para os fins do disposto no parágrafo único do art. 2º da Lei Complementar Municipal n. 136/2007;

II - abertura ou reparos de via de acesso;

Art. 4º A empresa doadora, em razão da doação do terreno, fica obrigada a cumprir os seguintes encargos:

I - executar as obras de terraplenagem no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da outorga da escritura pública de doação;

II - viabilizar o início da construção, execução das obras de implantação e instalações das máquinas e equipamentos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da outorga da escritura pública de doação;

III - concluir as obras e entrar em operação no prazo de 60 (sessenta) dias do término do prazo de que trata o inciso II;

IV - gerar no mínimo 06 (seis) empregos diretos no primeiro ano de operação e 12 (doze) no segundo ano;

V - manter faturamento médio mensal mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no primeiro ano, R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) no segundo ano, e R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a partir do terceiro ano da entrada em operação.

Art. 5º O imóvel doado reverterá ao domínio do Município nos

seguintes casos:

I - deixar de cumprir com os propósitos manifestados na solicitação dos benefícios, Processo Administrativo Municipal nº 0015/2013, e os contidos nesta lei;

II - prática de sonegação fiscal, fraude ou agressão ambiental;

III - cessação das atividades ou desvio de finalidade;

IV - entrar em processo de falência;

V - extinção ou dissolução da sociedade;

VI - paralisação ou alteração da atividade;

VII - transferir, sem autorização, abandonar ou desativar a unidade.

Parágrafo único. No caso de reversão do imóvel doado ao domínio do Município, as construções e benfeitorias passarão para o domínio público, sem direito a indenização.

Art. 6º Por ocasião da outorga da escritura pública de doação, a empresa donatária deverá apresentar prova de regularidade fiscal para com as fazendas federal, estadual e municipal, e prova de regularidade com a seguridade social e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 7º A empresa donatária poderá dar em garantia a instituições Financeiras ou Bancárias, o terreno recebido em doação, para fins de empréstimo destinado à implantação de Projetos de incremento das atividades e custeio da produção.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca, em grau superior, em favor do doador, como determina o § 5º do art. 17 da Lei nº 8.666/1993.

Art. 8º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 18 de julho de 2013
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.691, de 18 de Julho de 2013.

LEI Nº 1.691, DE 18 DE JULHO DE 2013.

ALTERA A LEI N. 1.679, DE 21 DE MAIO DE 2013, QUE PARCELA DÉBITOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O art. 1º, e §§ 2º e 3º, inciso II, e art. 4º, da Lei nº 1.679, de 21 de maio de 2013, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1o Poderão ser pagos ou parcelados, em até 30 (trinta) meses, nas condições desta Lei, os débitos municipais inscritos ou não em dívida ativa até 10 de julho de 2013, de natureza tributária e não tributária.

§ 2o Para os fins do disposto no caput deste artigo, poderão ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 10 de julho de 2013, de pessoas físicas ou jurídicas, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não em dívida ativa, consideradas isoladamente, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 3o

II - parcelados em até 30 (trinta) prestações mensais, com redução de 80 % (oitenta por cento) das multas de mora e de ofício e juros de mora.

Art. 4o A opção pelo pagamento à vista ou pelo parcelamento de débitos de que trata esta Lei deverá ser efetivada até 14 de novembro de 2013.

Art. 2º Os contribuintes que já aderiram ao parcelamento poderão repactuar o débito na forma do novo prazo estipulado por esta lei, desde que preenchidos os demais requisitos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 18 de julho de 2013.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Lei Nº 1.692, de 18 de Julho de 2013.

LEI Nº 1.692, DE 18 DE JULHO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A, e dá outras providências.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI.
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC CIDADES propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento para a compra de veículos utilitários, caminhões, máquinas e equipamentos.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do programa BADESC CIDADES, até o montante de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), com taxa de juros zero.

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto (SC),
de 18 de julho de 2013.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 223, de 11 de Julho de 2013.

PORTARIA Nº 223, DE 11 DE JULHO DE 2013.

NOMEIA ENORI FRIEBEL PARA CARGO EM CARATER TEMPORÁRIO DE MOTORISTA, CONFORME ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade da contratação de Motorista;

Considerando o resultado do Processo Seletivo nº 009/2012

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ENORI FRIEBEL, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n. 799.943.009-97, para o cargo de "MOTORISTA" em caráter temporário, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Transportes e Obras, com remuneração prevista em lei, a partir de 11 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 11 de Julho de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 208, de 24 de Junho de 2013

PORTARIA Nº 208, DE 24 DE JUNHO DE 2013

INSTITUI COMISSÃO PARA ANÁLISE DE INCENTIVOS FISCAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 136/2007;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída comissão para análise de concessão de incentivos econômicos e estímulos fiscais de que trata a Lei Complementar nº 136/2007, nomeando para compô-la, os seguintes membros:

I - Simone Rabuske, contadora do município de Pinheiro Preto

II - Valdemar Bogoni, Secretário de Transportes e Obras;

III - Eder Farina, Secretário de Administração;

IV - Nelson Mariani, Presidente da ACIAPP;

V - Edison Luiz Cardoso de Aguiar, Vereador;

VI - Mauro Ney Osmarin, Vereador.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a portaria nº 165, de 04 de julho de 2011

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 24 de junho de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 224, de 11 de Julho de 2013.

PORTARIA Nº 224, DE 11 DE JULHO DE 2013.

NOMEIA WALDOMIRO OZORIO PARA CARGO EM CARATER TEMPORÁRIO DE OPERÁRIO BRAÇAL, CONFORME ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a necessidade da contratação de Operário Braçal;

Considerando o resultado do Processo Seletivo nº 009/2012

RESOLVE:

Art. 1º Nomear WALDOMIRO OZORIO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n. 134.880.319-34, para o cargo de "OPERÁRIO BRAÇAL" em caráter temporário, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria de Transportes e Obras, com remuneração prevista em lei, a partir de 11 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 11 de Julho de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 225, de 16 de Julho de 2013.

PORTARIA Nº 225, DE 16 DE JULHO DE 2013.

NOMEIA AGENTE PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 187, de 21 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ADINÉIA FERREIRA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob n. 178.640.488-54, para o cargo de provimento em comissão de "COORDENADOR DE SERVIÇO SOCIAL", nível DAS-01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Bem estar Social, com remuneração prevista em lei, a partir do dia 16 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 16 de Julho de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 221 de 10 de Julho de 2013.

PORTARIA Nº. 221 DE 10 DE JULHO DE 2013.

EXONERA ENORI FRIEBEL DO CARGO EM CARATER TEMPORARIO DE MOTORISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Considerando o término do Contrato de trabalho

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR ENORI FRIEBEL, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 799.943.009-97, Residente em Pinheiro Preto-SC, do cargo em caráter temporário de Motorista, a partir do dia 11 de julho de 2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 10 de julho de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Portaria Nº. 222 de 10 de Julho de 2013.

PORTARIA Nº. 222 DE 10 DE JULHO DE 2013.

EXONERA WALDOMIRO OZORIO DO CARGO EM CARATER TEMPORARIO DE OPERÁRIO BRAÇAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Considerando o término do Contrato de trabalho

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR WALDOMIRO OZORIO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 134.880.319-34, Residente em Pinheiro Preto-SC, do cargo em caráter temporário de Operário Braçal, a partir do dia 11 de julho de 2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 10 de julho de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Edital de Licitação Nº 027/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 027/2013

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 05 de agosto de 2013, licitação modalidade Pregão Presencial nº 0027/2013, visando A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 05/08/2013, até às 09:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,

18 DE JULHO DE 2013

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N. 186/2013.

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 186/2013.

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA ALUNOS DO CENTRO EDUCACIONAL PE. TRUDO PLESSERS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA - ME. , autorizado através do Processo nº 163/2013, Dispensa de Licitação nº. 128/2013.

Valor de R\$ 1.978,00 (um mil novecentos e setenta e oito reais).

Pinheiro Preto - SC, 28 de Maio de 2013.

Contrato de Fornecimento N. 190/2013

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 190/2013

Termo de Contrato de IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PORTAL DA

TRANSPARÊNCIA , celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CPL Assessoria e Desenvolvimento, autorizado através do Processo nº 167/2013, Dispensa de Licitação nº. 132/2013.

Valor global de R\$ 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais)

Pinheiro Preto, 28 de Maio de 2013.

Contrato de Fornecimento N. 191/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 191/2013.

Termo de Contrato Aquisição de um TONNER PARA IMPRESSORA/COPIADORA MULTIFUNCIONAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa DIGIMAX MULTIMARCAS COM MAQ E SUPRIMENTOS LTDA, autorizado através do Processo nº 168/2013, Dispensa de Licitação nº. 133/2013.

Valor de R\$ 1.130,00 (um mil cento e trinta reais).

Pinheiro Preto - SC, 03 de Junho de 2013.

Contrato de Fornecimento N. 200/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 200/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DA SAÚDE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME, autorizado através do Processo nº 173/2013, Dispensa de Licitação nº. 138/2013.

Valor de R\$ 437,65 (quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos)

Pinheiro Preto, 05 de Junho de 2013.

Contrato de Fornecimento Nº 198/2013.

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 198/2013.

Termo de Contrato de CONCERTO NOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CHAPEAÇÃO E PINTURA CHICO-ME, autorizado através do Processo nº 171/2013, Dispensa de Licitação nº. 136/2013.

Valor de R\$ 3.049,63 (três mil quarenta e nove reais e sessenta e três centavos)

Pinheiro Preto - SC, 05 de Junho de 2013.

Convite Audiência Pública

Convite Audiência Pública

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através do Prefeito Municipal Sr. EUZEBIO CALISTO VIECELI, convida toda população de Pinheiro Preto para participarem da Audiência Pública que objetiva a Análise, Discussão e Aprovação do Projeto de Lei do PPA (Plano Plurianual) para o quadriênio 2014/2017, da LDO e LOA 2014 , em cumprimento ao o disposto no art. 165, § 1º e 2º, da Constituição Federal, do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Federal nº 4.320/64.

Local: Gabinete do Prefeito Municipal - sito na Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111.

Data: 24 de Julho de 2013

Horário: 14 horas

Atenciosamente

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Complementar Municipal Nº 044/2013

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 044, DE 19 DE JULHO DE 2013.

INSTITUI SUBSÍDIO FINANCEIRO PARA O TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído subsídio financeiro no valor global de R\$ 78.858,00 (setenta e oito mil oitocentos e cinquenta e oito reais) pelo período de um ano para o transporte coletivo de Porto Belo, a fim de suportar o déficit com a linha de transporte coletivo dos Bairros Sertão do Valongo e Sertão de Santa Luzia, ante o reduzido número de passageiros ao ano.

Art. 2º O subsídio de que trata o caput do artigo 1º, será dividido em doze parcelas que serão custeadas da seguinte forma:

I - Meses de janeiro, julho e dezembro no valor mensal de R\$ 9.412,80 (nove mil quatrocentos e doze reais e oitenta centavos);
II - Meses de fevereiro, março, abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro e novembro no valor mensal de R\$ 5.624,40 (cinco mil seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos).

Parágrafo único. Para a empresa concessionária, fazer jus ao subsídio previsto no artigo 1º da Lei Complementar, a mesma deverá disponibilizar no mínimo 03 horários por dia, compreendendo Sertão do Valongo X Centro e 03 horários por dia compreendendo Centro X Sertão do Valongo de Segunda à Sexta-feira, sendo que os três horários sejam distribuídos entre os períodos matutino e vespertino.

Art. 3º Para receber o subsídio a empresa de transporte coletivo de Porto Belo deverá comprovar a existência do déficit através de balancetes publicados nos veículos de comunicação.

Art. 4º O subsídio previsto nesta Lei Complementar não será repassado para as tarifas.

Art. 5º Todo e qualquer benefício, inclusive tributário, que vier a ser concedido ao serviço de transporte coletivo urbano, por qualquer dos Poderes da Federação, será automaticamente aplicado, proporcionalmente, na redução do custo do subsídio instituído por esta Lei Complementar.

Parágrafo único. Havendo deflação em qualquer dos meses que se seguirem à aplicação deste subsídio, aplicar-se-á, igualmente, o previsto no caput deste artigo.

Art. 6º O subsídio mensal será repassado até o dia dez do mês subsequente.

Parágrafo único. A concessionária prestará contas do recebimento e distribuição dos valores à Secretaria Municipal de Administração até o dia trinta do mês que a Prefeitura repassar a verba, sob pena do bloqueio automático do repasse das subseqüentes.

Art. 7º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 041/2012.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de julho de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PrEfeito DE PORTO BELO

Lei Municipal Nº 2.061/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.061, DE 17 DE JULHO DE 2013.

REGULAMENTA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º A concessão dos Benefícios Eventuais é um direito garantido na Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Art. 22, Parágrafos 1º e 2º.

Art. 2º O Benefício Eventual é uma modalidade de previsão de proteção social básica, de caráter suplementar e temporário, que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos.

Art. 3º O Benefício Eventual destina-se às famílias e pessoas com renda per capita inferior a ½ (meio) salário mínimo e com impossibilidades de arcarem por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais que provoquem riscos e fragilize a manutenção da unidade familiar, a sobrevivência de seus membros ou a manutenção da pessoa.

§ 1º A comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual será assegurada por profissional técnico que integre uma das equipes de referência da Proteção Social, sendo vedada qualquer comprovação que ofenda a dignidade do cidadão.

§ 2º Deve ser assegurado o acompanhamento da família ou da pessoa conforme o estabelecido no SUAS, em serviço constante da Tipificação Nacional de Serviços Sócioassistenciais e indicada outras provisões que auxiliem as famílias no enfrentamento das situações de vulnerabilidade.

Art. 4º O Benefício Eventual tem a finalidade de auxiliar no enfrentamento, com presteza, de situações de força maior e ou caso fortuito e se aplica às situações de vulnerabilidade temporária pertinentes à Política de Assistência Social.

Art. 5º São considerados Benefícios Eventuais:

I - Auxílio à Documentação Civil;

II - Auxílio-alimentação;

III - Auxílio-transporte;

IV - Auxílio-funeral;

V - Auxílio-natalidade;

Art. 6º O Benefício Eventual, na forma de auxílio à Documentação Civil, constitui-se em uma prestação temporária, para a obtenção de documentos que exijam o pagamento de taxa de emissão, depois de verificada a inexistência de gratuidade para esse fim e/ou documentos necessários para a obtenção do Documento Civil, tais como fotografia, certidões de qualquer natureza, entre outros.

Art. 7º O Benefício Eventual, na forma de Auxílio-alimentação, serve para garantir alimentação para a pessoa ou família que necessite desse benefício, conforme critério estabelecido no artigo 3º desta Lei.

Art. 8º O Auxílio-transporte consistirá no fornecimento de passagens intermunicipais e interestaduais para pessoas em situação de rua que pretendem regressar a sua cidade de origem ou cidade com familiares.

Parágrafo Único. Incluem-se, após justificativa técnica fundamentada, as famílias ou pessoas residentes no município que desejam retornar a sua cidade de origem ou cidade com referências familiares ou com vistas atender outras situações imprescindíveis à superação das adversidades enfrentadas.

Art. 9º O Benefício Eventual, na forma de Auxílio-funeral, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, à família que não disponha de recursos financeiros para custear as despesas de falecimento de um de seus componentes, compreendendo, neste caso, o fornecimento de uma urna mortuária.

Art. 10. O Auxílio-natalidade compreenderá o enxoval do recém nascido, à família que se enquadre nos critérios estabelecidos no artigo 3º desta Lei.

Art. 11. Os Benefícios Eventuais serão concedidos mediante parecer técnico do profissional responsável pelo acompanhamento, justificando a concessão e apontando as providências para a superação das contingências sociais que provocaram riscos e fragilizou a manutenção da unidade familiar, a sobrevivência de seus membros ou a manutenção da pessoa.

Art. 12. O Benefício Eventual poderá ser restituído através de reembolso financeiro, mediante parecer técnico específico do profissional competente da Secretaria de Assistência Social que ateste, inclusive, a situação de urgência ou emergência que orientou o beneficiado.

§ 1º - Por emergência entende-se a situação crítica, iminente, com ocorrência de perigo, incidente, imprevisto que cause dano ou prejuízo imediato;

§ 2º - Por urgência entende-se por situações que possuem um caráter menos imediatista, porém que possa causar dano ou prejuízo pela demora.

Art. 13. Compete à Secretaria de Assistência Social do Município: I - A coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos Benefícios Eventuais, bem como seu financiamento;

II - Manter atualizado os dados sobre os benefícios concedidos, incluindo-se, obrigatoriamente, nome do beneficiado, benefício concedido, valor, quantidade e período de concessão; e

III - Apresentar diagnóstico da demanda, revisão do tipo de benefício e revisão dos valores e quantidades.

Art. 14. O Conselho Municipal de Assistência Social compete:

I - Acompanhar e avaliar a concessão dos benefícios eventuais;

II - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para este fim; e

III - Apreçar os estudos de demanda, revisão dos tipos de benefícios eventuais concedidos, revisão de valores e reformular sua regulamentação com base nos dados e/ou propostas da Secretaria de Assistência Social ou em razão de regulamentação federal ou estadual.

Art. 15. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 16. Esta lei deverá ser regulamentada por ato do Conselho Municipal de Assistência Social

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de julho de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.062/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.062, DE 17 DE JULHO DE 2013.

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 843, DE 23 DE FEVEREIRO DE 1995.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de

Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Altera o art. 1º da Lei Municipal nº 843, de 23 de fevereiro de 1995, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica denominada Escola Municipal Catarina Benedita Guerreiro, a escola localizada na Rua Rubens Alves, nº 890, Bairro Perequê, neste Município."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de julho de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.063/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.063, DE 17 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÕES, PREVISTO NO INCISO XXXIII DO ART. 5º, NO INCISO II DO § 3º DO ART. 37 E NO § 2º DO ART. 216 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA LEI FEDERAL Nº 12.527 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, CRIA O SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da CF se dará, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal de Porto Belo, segundo o disposto nesta Lei e na Lei Federal nº 12.527/2011.

Art. 2º Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão, SIC, no Município de Porto Belo, garantindo o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

§ 1º O SIC funcionará junto a Secretaria de Comunicação, localizado na sede administrativa do Município de Porto Belo, e será constituído por servidor público municipal.

§ 2º A Controladoria Interna Municipal compete orientar e fiscalizar a prestação do SIC, bem como, divulgar ao cidadão os procedimentos para acesso às informações.

Art. 3º O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, terá o objetivo de:

I - Atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;

II - Informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e

III - Receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Parágrafo Único. Compete ao SIC:

I - O recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;

II - O registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido; e

III - O encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação ao SIC, quando couber.

Art. 4º Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no sítio na Internet e no SIC.

§ 2º O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao SIC.

§ 3º É facultado ao SIC o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 6º.

§ 4º Na hipótese do § 3º, será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do

pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 5º O pedido de acesso à informação deverá conter:

I - Nome do requerente;

II - Número de documento de identificação válido;

III - Especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e

IV - Endereço físico e eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 6º Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - Genéricos;

II - Desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - Que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do SIC.

Parágrafo Único. Na hipótese do inciso III do caput, o SIC deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 7º São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Art. 8º Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º Caso não seja possível o acesso imediato, o SIC deverá, no prazo de até vinte dias:

I - Enviar a informação ao endereço informado;

II - Comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;

III - Comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;

IV - Indicar, caso tenha conhecimento, o responsável pela informação ou que a detenha; ou

V - Indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do § 1º.

§ 3º Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o SIC deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 9. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de 20 (vinte) dias.

Art. 10. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o SIC deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo Único. Na hipótese do caput o SIC desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 11. A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

§ 1º Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o SIC observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente Guia de Recolhimento Municipal - GRM ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 2º A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente.

§ 3º Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos

termos da Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 12. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I - Razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - Possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade hierarquicamente superior ao SIC que o apreciará.

Parágrafo Único. O SIC disponibilizará formulário padrão para apresentação de recurso.

Art. 13. A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelo Município, serão divulgadas, independente de requerimento, no portal da transparência, devendo atender o disposto na Lei Federal de acesso a informações ao cidadão.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I - Registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - Registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - Registros das despesas;

IV - Informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V - Dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e

VI - Respostas as perguntas mais frequentes da sociedade.

Art. 14. No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior ao SIC, que deverá apreciá-lo no prazo de 05 (cinco) dias, contado da sua apresentação.

§ 1º Verificada a procedência das razões do recurso, a autoridade hierarquicamente superior ao SIC, determinará ao mesmo que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 2º Negado o acesso à informação pela autoridade hierarquicamente superior ao SIC, poderá o requerente interpor recurso no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência da decisão, à autoridade máxima do Município, que deverá apreciá-lo no prazo de 05 (cinco) dias, contado da sua apresentação.

Art. 15. A autoridade máxima do município será representada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 16. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade do agente público:

I - Recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - Utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontre sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - Agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - Divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;

V - Impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - Ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - Destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do

devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas, para fins do disposto no Estatuto dos Servidores Público Municipais, infrações administrativas.

§ 2º Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa.

Art. 17. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Rescisão do vínculo com o poder público;

IV - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do Município, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 18. O fornecimento de cópias de que trata esta lei, dependerá do pagamento de taxa de fotocópia, a qual fica instituída na razão de 1/10 (um décimo) de UFM-PB para cada cópia, isentando-se os requerimentos que reflipam na reprodução de até dez cópias.

Art. 19. Esta lei será regulamentada no que couber por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor 45 dias após sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de julho de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.064/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.064, DE 17 DE JULHO DE 2013.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL N.º 1.718 DE 16/07/2009 QUE TRATA DO PLANO PLURIANUAL PARA O QUADRIÊNIO 2010 - 2013, ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL N.º 2.009, DE 02/12/2012, QUE TRATA DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2013 E AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir as ações de governo abaixo elencadas, na estrutura orçamentária do Plano Plurianual para os exercícios de 2010 a 2013 - Lei nº 1.718, de 16/07/2009 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2013 - Lei nº 2.009 de 02/12/2012:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros

Função: 06 - Segurança

Subfunção: 182 - Defesa Civil

Programa: 0004 - Segurança Pública

Projeto: 1.030 - Construção do Quartel Marina da Corporação do Bombeiro Militar

Meta Prevista para o Exercício de 2013 - R\$ 331.000,00

Órgão: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente
Unidade: 01 - Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Função: 06 - Segurança

Subfunção: 181 - Policiamento

Programa: 0004 - Segurança Pública

Projeto: 1.031 - Instalação de Sistema de Monitoramento

Meta Prevista para o Exercício de 2013 - R\$ 108.322,50

Art. 2º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional especial até a importância de R\$ 439.322,50 (Quatrocentos e trinta e nove mil, trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) destinados a criar as dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 14 - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros

Função: 06 - Segurança

Subfunção: 182 - Defesa Civil

Programa: 0004 - Segurança Pública

Projeto: 1.030 - Construção do Quartel Marina da Corporação do Bombeiro Militar

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00

Valor: R\$ 131.000,00 - Superávit Recursos Ordinários -0.3.000

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00

Valor: R\$ 200.000,00 - Recursos Transf. de Conv. do Estado - 0.1.024

Órgão: 06 - Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente
Unidade: 01 - Secretaria de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

Função: 06 - Segurança

Subfunção: 182 - Defesa Civil

Programa: 0004 - Segurança Pública

Projeto: 1.031 - Instalação de Sistema de Monitoramento

Modalidade de Aplicação: 4.4.30.00

Valor: R\$ 108.322,50 - Recursos Ordinários 0.1.000

Art. 3º Os créditos autorizados no artigo anterior serão cobertos com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no encerramento do exercício anterior na importância R\$ 131.000,00, de recursos provenientes de formalização de convênio com o Governo Estadual na importância de R\$ 200.000,00 e de anulação da dotação abaixo citada na importância de R\$ 108.322,50:

Órgão: 05 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 01 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 - Infra Estrutura Urbana

Programa: 0021 - Obras e Serviços Públicos

Projeto: 1.003 - Construção de Obras de Arte

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 - (39)

Valor: R\$ 108.322,50 - Recursos: 0.1.000 - Recursos Ordinários

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, 17 de julho de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.065/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.065, DE 17 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE PORTO BELO, E O SERVIÇO DE

APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC OBJETIVANDO PROMOVER O PROJETO "AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DO TURISMO DE PORTO BELO".

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA - SEBRAE/SC, sociedade civil sem fins lucrativos, transformado em serviço social autônomo pelo Decreto nº 99.570, de 09 de outubro de 1990, inscrito no CNPJ sob o nº 82.515.859/0001-06, com sede na Avenida Rio Branco, 611, em Florianópolis, SC.

Art. 2º O Convênio objeto do art. 1º objetiva a cooperação de esforços para a implementação do Projeto "AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DO TURISMO DE PORTO BELO", visando melhorar a qualidade da atividade turística no Município de Porto Belo, qualificando os empreendimentos e empreendedores da cadeia produtiva do turismo, de acordo com as ações previstas, e assim distribuídas: Módulo I: Consultoria Técnica e Tecnológica; Módulo II: Capacitação Gerencial; Módulo III: Eventos Setoriais; Módulo IV: Divulgação; Módulo V: Comercialização de produtos locais; e Módulo VI: Identidade visual do Centro Histórico.

Art. 3º O repasse dos recursos financeiros serão de acordo com o Convênio assinado pela entidade conveniada, e será depositado em conta específica em nome da instituição, no valor total de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais).

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido unilateralmente pelo Município, caso não seja efetuada a prestação de contas dentro de 30 (trinta) dias contados do pagamento de cada parcela.

Art. 5º A prestação de contas será de acordo com a legislação vigente.

Art. 6º As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária municipal:

Órgão: 21 - Fundação Municipal de Turismo

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Turismo

Funcional: 23.695.0026.2.076 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferência a instituições privadas sem fins lucrativos

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de julho de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.066/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.066, DE 17 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA PUBLICAÇÃO DOS NOMES COMPLETOS, CIDADE DE ORIGEM, LINHA, HORÁRIO DE EMBARQUE E DESTINO DOS PASSAGEIROS COM DIREITO A GRATUIDADE OU ISENTOS EM 50% DO VALOR DA PASSAGEM TRANSPORTE COLETIVO. Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Torna-se obrigatório a publicação dos nomes completos, cidades de origem, linhas, horários de embarque e destinos dos passageiros beneficiados com a gratuidade ou isentos em 50% (cinquenta por cento) do valor da passagem em transportes coletivos municipais, intermunicipais e interestaduais, sendo, neste caso, o embarque e desembarque realizados dentro do Município.

Art. 2º A gratuidade e isenção em até 50% do valor das passagens dos transportes coletivos intermunicipais e interestaduais terão amparo nas Leis Federais nº 8.899, de 29 de junho de 1994 e nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003.

Art. 3º A aplicação deverá ser nas formas on-line ou através de mural, localizado em local de fácil visibilidade nos guichês e escritórios das empresas.

Art. 4º A lista será disponibilizada nas rodoviárias cujos ônibus farão paradas no trajeto das viagens.

Art. 5º O descumprimento do previsto na presente Lei, sujeitará as empresas de transporte coletivo:

I - Ao pagamento de multa no valor de 500 (quinhentos) UFM-PB; e

II - Na reincidência, suspensão temporária das vendas de passagens.

Art. 6º A pena de multa será aplicada mediante procedimento administrativo instaurado pelo órgão de proteção ao consumidor - PROCON.

Parágrafo Único. Os valores apurados serão revertidos a Secretaria de Assistência Social.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de julho de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.067/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.067, DE 17 DE JULHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2014/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que submete a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017 em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos e montantes dos recursos a serem aplicados em despesa de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos Anexos desta Lei.

Art. 2º As planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas nos Anexos desta Lei, serão estruturadas em programas, objetivos, justificativas, diretrizes, ações, produtos, unidades de medida, meta física e financeira e fontes de recurso.

§ 1º As Planilhas que demonstram a previsão das receitas para o quadriênio 2014/2017, serão representadas no Anexo II desta Lei;

§ 2º Para fins desta lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

III - Justificativas, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e mensuração dos problemas e necessidades;

IV - Diretrizes, conjunto de critérios de ação de decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

V - Ações, o conjunto de operações das quais resultam produtos (bens ou serviços), com vistas à execução de um programa;

VI - Produtos, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar;

VIII - Fontes de Recursos, fontes de recursos utilizadas para

financiar as Ações pretendidas em cada Programa.

Art. 3º A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas, serão propostas pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de Lei específica.

Art. 4º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias do Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa as modificações consequentes.

Parágrafo Único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na lei orçamentária anual.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art. 6º As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de julho de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.068/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.068, DE 19 DE JULHO DE 2013.

ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 784, DE 24 DE ABRIL DE 1994.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Altera o art. 1º da Lei Municipal nº 784, de 24 de abril de 1994, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominado Núcleo de Desenvolvimento Infantil Antonio Manoel dos Santos, o Núcleo localizado na Rua Domingos João dos Santos, nº 101, Bairro Araçá, neste Município.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de julho de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.069/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.069, DE 19 DE JULHO DE 2013.

ESTABELECE REGRA PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS ROYALTIES DECORRENTES DA EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUÍDOS SOB O REGIME DE CONCESSÃO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro - Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º As receitas municipais relativas aos royalties decorrentes da exploração do petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos sob o regime de concessão serão destinadas exclusivamente à educação básica, na forma do regulamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de julho de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 253/2013

DECRETO Nº 253, de 19 de julho de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.020, de 27 de junho de 2012 (LDO) e 4.054, de 21 de novembro de 2012 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 182.000,00 (Cento e oitenta e dois mil reais):

ÓRGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0205 - SECR. MUN. DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
ATIVIDADE 2008 - Manutenção Secretaria de Finanças e Contabilidade
MODALIDADE 3390 - 100 - Aplicações Diretas 18 182.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 182.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na Fonte 100 - Recursos Ordinários da receita de permissões do presente exercício.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 19 de julho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Resolução Nº 002/2013 - Educação

Resolução nº 002, de 02 de julho de 2013.

Define normas para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Escolar das Unidades Educacionais integrantes do Sistema Municipal de Ensino de Porto União.

O Conselho Municipal de Porto União, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) e a Lei Municipal 3.509/08.

RESOLVE:

Art. 1º As Unidades Educacionais integrantes do Sistema Municipal de Ensino têm a incumbência de elaborar seus Projetos Político-Pedagógicos e Regimentos Escolares.

Art. 2º O Projeto Político-Pedagógico define os objetivos assumidos

por toda a comunidade escolar, fortalece a gestão democrática escolar e deve:

I - Ser um instrumento teórico-metodológico de planejamento e avaliação de caráter contínuo, que expressa a autonomia e a identidade da Unidade Educacional.

II - Estar em consonância com a legislação e normas vigentes.

III - Ser fruto da participação de todos os segmentos da comunidade escolar na sua elaboração, implementação e avaliação, visando aprimorar a qualidade de ensino e consolidar a função social da educação escolar.

§ 1º Cabe ao Diretor da Unidade Educacional, juntamente com a equipe pedagógica, quando houver, e Conselho Escolar coordenar a elaboração e acompanhar a implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico.

§ 2º Cabe à Secretaria Municipal da Educação elaborar instrução normativa para roteiro de elaboração do Projeto Político-Pedagógico, garantida a autonomia da comunidade escolar na elaboração do seu conteúdo.

Art. 3º O Regimento Escolar é o documento que norteia e regula a estrutura e funcionamento escolar, define a organização administrativa, didática, pedagógica, disciplinar e estabelece direitos e deveres de todos os envolvidos no processo escolar.

§1º Caberá ao Diretor da Unidade Educacional, equipe pedagógica (quando houver) e Conselho Escolar promover a participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do Regimento Escolar.

§ 2º O Regimento Escolar deverá estar fundamentado no Projeto Político-Pedagógico e na legislação educacional vigente.

§ 3º As Unidades Educacionais deverão elaborar o Regimento Escolar a partir de documento referência elaborado por Comissão formada pela Equipe da Secretaria Municipal da Educação e representantes das Unidades Educacionais e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 4º As Unidades Educacionais deverão encaminhar o Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar ao Conselho Municipal de Educação para aprovação.

Art. 5º O Projeto Político-Pedagógico das Unidades Educacionais deve ser revisto bianualmente em virtude da periodicidade das ações e a tomada de decisão coletiva.

Parágrafo Único. As Unidades Educacionais do Sistema Municipal de Ensino deverão reestruturar o seu Projeto Político-Pedagógico com base nas definições do Plano Municipal de Educação, em um prazo máximo de seis meses, a contar da data da publicação da Lei de criação do Plano.

Art. 6º O Regimento Escolar deve ter vigência mínima de três anos.

Parágrafo Único. Caso haja necessidade de modificação no Regimento Escolar durante o período de vigência, a alteração deverá ser proposta mediante Adendo Regimental a ser encaminhada pela Unidade Educacional ao Conselho Municipal de Educação para aprovação.

Art. 7º Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 8º Ficam revogados os artigos 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, da Resolução nº 005, de 13 de outubro de 2009 e demais disposições contrárias.

Art. 9º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto União, 02 de julho de 2013.

Aprovado por unanimidade em sessão plenária realizada no dia 02 de julho de 2013. Registre-se e publique-se.

ADRIANA MARY CORRÊA STACECHEN

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Termo de Revogação do Pregão Presencial 047/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 068/2013

Pregão Presencial 047/2013

Termo de Revogação

Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da Lei 8666/1993.

Porto União SC, 19 de Julho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal



**O Poder Legislativo
Municipal Acessível ao Cidadão**

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

RGF Anexos 1 a 7 1º Semestre 2013
 RGF ANEXOS 1 A 7 1º SEMESTRE 2013

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC - PODER EXECUTIVO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JULHO/2012 A JUNHO/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	26.151.131,89	0,00
Pessoal Ativo	25.873.727,40	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	265.431,92	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	11.972,57	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.017,48	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	1.017,48	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	26.150.114,41	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	26.150.114,41	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	51.264.833,61	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	51,01	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	27.683.010,15	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	26.298.859,64	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	24.914.709,13	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

PORTO UNIAO, 19/07/2013

 ANIZIO DE SOUZA
 PREFEITO MUNICIPAL

 RICARDO DRAGONI
 SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILID

 SOFIA SYDOL
 CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

 DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
 ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	570.659,37	433.676,37	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	570.659,37	433.676,37	0,00
Interna	570.659,37	433.676,37	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	399.559,26	1.949.496,12	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.504.295,01	3.382.342,99	0,00
Demais Haveres Financeiros	2.529,00	3.664,47	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.107.264,75	1.436.511,34	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	171.100,11	-1.515.819,75	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	50.443.297,83	51.264.833,61	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,13%	0,85%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,34%	-2,96%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	60.531.957,40	61.517.800,33	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	54.478.761,66	55.366.020,30	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	570.659,37	433.676,37	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	570.659,37	433.676,37	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	202.967,37	137.288,22	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	178.820,53	203.397,31	0,00

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

PORTO UNIAO, 19/07/2013

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILID

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

FONTE:

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2013

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	50.443.297,83	51.264.833,61	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	11.097.525,52	11.278.263,39	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	9.987.772,97	10.150.437,05	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

PORTO UNIAO, 19/07/2013

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILID

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	51.264.833,61	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	8.202.373,38	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	7.382.136,04	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.588.538,35	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

PORTO UNIAO, 19/07/2013

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABIL

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933



MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Assistência Farmacêutica Básica(EST)	29.310,62	19.943,19	9.367,43
Co-financiamento da Atenção Básica	3.596,65	0,00	3.596,65
Convenios com Órgãos Estaduais	8.316,00	0,00	8.316,00
Convenios com União	698.619,03	18.417,17	680.201,86
CRAS - PAIF - CENTRO DE REF. DE ASSISTENCIA SOCIAL	18.452,02	0,00	18.452,02
FNAS - APAE/APADAF	4.465,45	0,00	4.465,45
FNAS - BOLSA FAMILIA	15.667,49	3.208,44	12.459,05
FNAS-CREAS	44.420,43	20.127,54	24.292,89
FNDE- TRANSP.ESCOLAR	2.274,05	307,00	1.967,05
FNDE-PNAE	91.859,41	0,00	91.859,41
FNDE-Salário Educação	48.565,55	3.414,42	45.151,13
FUNDEB 40%	0,00	66.374,50	(66.374,50)
FUNDEB 60%	732.143,23	261.751,79	470.391,44
MAC (média e alta complexidade)	38.186,93	8.705,89	29.481,04
MDE-25% Impostos e Transf.de Impostos	248.538,11	150.844,36	97.693,75
MED SOCIO ED-PROT. SOC. ESP. MÉDIA COMPLEXIDADE	268,99	140,00	128,99
Outras transferências da União	71.137,57	0,00	71.137,57
Outras transferências do Estado	27.189,14	0,00	27.189,14
PISO BÁSICO VARIÁVEL II	24.107,49	34,50	24.072,99
PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - PRO JOVEM	9.939,25	2.100,00	7.839,25
Recursos de Conv.C/Estado	99.216,05	293.119,88	(193.903,83)
Recursos Transporte Escolar do Estado	24.808,94	0,00	24.808,94
RECURSOS CONV.SSP SC	76.840,49	1.181,78	75.658,71
Recursos COSIP	248.476,39	500,78	247.975,61
Recursos de Convenios C/União	533.538,46	342.799,65	190.738,81
Retenções em Carater Consignatário	0,00	76.305,71	(76.305,71)
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	173.564,44	0,00	173.564,44
Taxas de Vigilância Sanitária	9.587,18	0,00	9.587,18
Transferência Assistência Farmácia Básica(UNIÃO)	64.204,77	3.684,63	60.520,14
Transferência do PAB	129.750,79	68.280,31	61.470,48
Transferência Vigilância em Saúde(ECD)	15.173,14	0,00	15.173,14
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	3.492.218,06	1.341.241,54	2.150.976,52
FNS - CAPS	230,03	0,00	230,03
Recursos de Alienação de Bens	1.187,77	0,00	1.187,77
RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	5.271,88	(5.271,88)
Recursos Ordinários	7.870.923,11	1.106.872,23	6.764.050,88
Transf. recursos 15% impostos	198.570,72	452.758,77	(254.188,05)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	8.070.911,63	1.564.902,88	6.506.008,75
TOTAL (III) = (I + II)	11.563.129,69	2.906.144,42	8.656.985,27
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	32.987.721,49	32.927,05	32.954.794,44

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PORTO UNIAO, 19/07/2013

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILID

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Assistência Farmacêutica Básica(EST)	0,00	0,00	19.943,19	44.266,18	9.367,43	0,00
Co-financiamento da Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	155,70	3.596,65	0,00
Convenios com União	0,00	18.417,17	0,00	0,00	680.201,86	0,00
FNAS - APAE/APADAF	0,00	0,00	0,00	11.072,76	4.465,45	0,00
FNAS - BOLSA FAMILIA	600,00	2.608,44	0,00	668,10	12.459,05	0,00
FNAS-CREAS	0,02	19.555,52	572,00	8.204,45	24.292,89	0,00
FNDE- TRANSP.ESCOLAR	0,00	307,00	0,00	9.800,00	1.967,05	0,00
FNDE-PNAE	0,00	0,00	0,00	88.703,36	91.859,41	0,00
FNDE-Salário Educação	0,00	1.757,76	223,90	0,00	45.151,13	0,00
FUNDEB 40%	0,00	66.345,94	0,00	0,00	(66.374,50)	0,00
FUNDEB 60%	0,00	261.751,79	0,00	0,00	470.391,44	0,00
MAC (média e alta complexidade)	0,00	8.705,89	0,00	59.540,50	29.481,04	0,00
MDE-25% Impostos e Transf.de Impostos	0,00	146.783,61	0,00	175.431,75	97.693,75	0,00
MED SOCIO ED-PROT. SOC. ESP. MÉDIA CO	0,00	0,00	140,00	254,50	128,99	0,00
Outras transferências da União	0,00	0,00	0,00	2.516,00	71.137,57	0,00
Outras transferências do Estado	0,00	0,00	0,00	400,00	27.189,14	0,00
PISO BÁSICO VARIÁVEL II	34,50	0,00	0,00	0,00	24.072,99	0,00
Programa Agentes Comunitários de Saúde	0,00	0,00	0,00	3.189,93	0,00	0,00
PROTEÇÃO SOCIAL BASICA - PRO JOVEM	0,00	0,00	2.100,00	0,00	7.839,25	0,00
Recursos de Conv.C/Estado	0,00	293.119,88	0,00	8.425,14	(193.903,83)	0,00
Recursos Transporte Escolar do Estado	0,00	0,00	0,00	24.700,00	24.808,94	0,00
RECURSOS CONV.SSP SC	140,00	1.041,78	0,00	1.893,73	75.658,71	0,00
Recursos COSIP	0,00	500,78	0,00	0,00	247.975,61	0,00
Recursos de Convenios c/União	252.466,56	90.333,09	0,00	34.278,83	190.738,81	0,00
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgê	0,00	0,00	0,00	8.442,81	173.564,44	0,00
Taxas de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	314,73	9.587,18	0,00
Transferência Assistência Farmácia Básica(UN	685,60	0,00	2.999,03	65.296,44	60.520,14	0,00
Transferência do PAB	29,00	16.693,04	2.200,00	117.998,58	61.470,48	0,00
Transferência Vigilância em Saúde(ECD)	0,00	0,00	0,00	6.143,71	15.173,14	0,00
Transferências PSF	0,00	0,00	0,00	6.072,07	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Vigilância sanitária	0,00	0,00	0,00	1.067,41	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	253.955,68	927.921,69	28.178,12	678.836,68	2.200.514,21	0,00
Recursos Ordinários	219.278,08	721.810,93	28.042,50	198.032,42	6.758.779,00	0,00
Transf. recursos 15% impostos	0,00	104.896,87	69,30	225.397,37	(254.188,05)	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	219.278,08	826.707,80	28.111,80	423.429,79	6.504.590,95	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	473.233,76	1.754.629,49	56.289,92	1.102.266,47	8.705.105,16	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PORTO UNIAO, 19/07/2013

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2013

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	26.150.114,41	51,01
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	27.683.010,15	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	26.298.859,64	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-8.972.640,12	-17,50
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	61.517.800,33	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.278.263,39	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	8.202.373,38	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.588.538,35	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	1.107.336,47	8.705.105,16

FONTE:

PORTO UNIAO, 19/07/2013

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

RREO Anexo 1 a 13 1º Semestre 2013
RREO ANEXO 1 A 13 1º SEMESTRE 2013

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	60.300.000,00	60.300.000,00	9.347.013,67	15,50	28.475.593,07	47,22	31.824.406,93
RECEITAS CORRENTES	55.383.000,00	55.383.000,00	8.628.625,99	15,58	27.114.247,98	48,96	28.268.752,02
RECEITA TRIBUTARIA	7.465.000,00	7.465.000,00	1.258.506,41	16,86	4.634.209,73	62,08	2.830.790,27
IMPOSTOS	5.300.000,00	5.300.000,00	760.988,07	14,36	3.462.389,30	65,33	1.837.610,70
TAXAS	2.120.000,00	2.120.000,00	497.518,34	23,47	1.171.820,43	55,27	948.179,57
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.050.000,00	3.050.000,00	623.902,18	20,46	2.077.051,38	68,10	972.948,62
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.500.000,00	2.500.000,00	472.446,01	18,90	1.662.078,58	66,48	837.921,42
CONTRIB P/ CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLIC	550.000,00	550.000,00	151.456,17	27,54	414.972,80	75,45	135.027,20
RECEITA PATRIMONIAL	4.982.000,00	4.982.000,00	261.058,33	5,24	1.850.416,54	37,14	3.131.583,46
RECEITAS IMOBILIARIAS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	4.952.000,00	4.952.000,00	261.058,33	5,27	1.130.416,54	22,83	3.821.583,46
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	720.000,00	0,00	-720.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37.563.000,00	37.563.000,00	6.220.524,88	16,56	17.805.413,26	47,40	19.757.586,74
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	36.878.000,00	36.878.000,00	6.093.981,08	16,52	17.386.369,46	47,15	19.491.630,54
Transf. de Conv.	685.000,00	685.000,00	126.543,80	18,47	419.043,80	61,17	265.956,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.323.000,00	2.323.000,00	264.634,19	11,39	747.157,07	32,16	1.575.842,93
Multas e Juros de Mora	640.000,00	640.000,00	97.039,62	15,16	236.730,46	36,99	403.269,54
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	80.000,00	80.000,00	13.342,61	16,68	98.737,92	123,42	-18.737,92
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	900.000,00	900.000,00	106.811,11	11,87	222.889,81	24,77	677.110,19
RECEITAS DIVERSAS	703.000,00	703.000,00	47.440,85	6,75	188.798,88	26,86	514.201,12
RECEITAS DE CAPITAL	4.917.000,00	4.917.000,00	718.387,68	14,61	1.361.345,09	27,69	3.555.654,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	225.000,00	225.000,00	25.047,68	11,13	91.284,04	40,57	133.715,96
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	16.141,00	26,90	43.859,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	165.000,00	165.000,00	25.047,68	15,18	75.143,04	45,54	89.856,96
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.692.000,00	3.692.000,00	693.340,00	18,78	1.270.061,05	34,40	2.421.938,95
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.642.000,00	3.642.000,00	693.340,00	19,04	1.270.061,05	34,87	2.371.938,95
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.000.000,00	2.000.000,00	386.412,36	19,32	1.408.206,35	70,41	591.793,65
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.000.000,00	2.000.000,00	386.412,36	19,32	1.408.206,35	70,41	591.793,65
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.000.000,00	2.000.000,00	386.412,36	19,32	1.408.206,35	70,41	591.793,65
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.000.000,00	2.000.000,00	386.412,36	19,32	1.408.206,35	70,41	591.793,65

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.000.000,00	2.000.000,00	386.412,36	19,32	1.408.206,35	70,41	591.793,65
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	62.300.000,00	62.300.000,00	9.733.426,03	15,62	29.883.799,42	47,97	32.416.200,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	62.300.000,00	62.300.000,00	9.733.426,03	15,62	29.883.799,42	47,97	32.416.200,58
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	62.300.000,00	62.300.000,00	9.733.426,03	15,62	29.883.799,42	47,97	32.416.200,58
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	529.560,11	—	—	453.576,95	—	—
Superávit Financeiro	—	529.560,11	—	—	453.576,95	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	59.165.000,00	2.731.088,11	61.896.088,11	8.999.707,31	23.375.016,81	8.830.521,94	22.221.667,29	35,90	39.674.420,82
DESPESAS CORRENTES	44.381.350,00	773.726,73	45.155.076,73	7.745.219,85	20.428.419,93	7.486.843,84	19.362.752,05	42,88	25.792.324,68
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.921.000,00	-60.000,00	26.861.000,00	4.679.448,01	12.926.475,57	4.486.395,36	12.717.588,11	47,35	14.143.411,89
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	350.000,00	0,00	350.000,00	7.321,99	27.422,78	7.321,99	27.422,78	7,84	322.577,22
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.110.350,00	833.726,73	17.944.076,73	3.058.449,85	7.474.521,58	2.993.126,49	6.617.741,16	36,88	11.326.335,57
DESPESAS DE CAPITAL	13.053.650,00	1.957.361,38	15.011.011,38	1.254.487,46	2.946.596,88	1.343.678,10	2.858.915,24	19,05	12.152.096,14
INVESTIMENTOS	12.103.650,00	1.957.361,38	14.061.011,38	1.183.778,78	2.686.833,84	1.272.969,42	2.599.152,20	18,48	11.461.859,18
INVERSOES FINANCEIRAS	350.000,00	0,00	350.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00	8,57	320.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.000,00	0,00	600.000,00	70.708,68	229.763,04	70.708,68	229.763,04	38,29	370.236,96

Continuação 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	59.165.000,00	2.731.088,11	61.896.088,11	8.999.707,31	23.375.016,81	8.830.521,94	22.221.667,29	35,90	39.674.420,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.730.000,00	0,00	1.730.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.730.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	3.135.000,00	-260.000,00	2.875.000,00	426.926,53	1.413.240,72	380.585,86	1.366.824,05	47,54	1.508.175,95
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.135.000,00	-260.000,00	2.875.000,00	426.926,53	1.413.240,72	380.585,86	1.366.824,05	47,54	1.508.175,95
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	62.300.000,00	2.471.088,11	64.771.088,11	9.426.633,84	24.788.257,53	9.211.107,80	23.588.491,34	36,42	41.182.596,77
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	62.300.000,00	2.471.088,11	64.771.088,11	9.426.633,84	24.788.257,53	9.211.107,80	23.588.491,34	36,42	41.182.596,77
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	6.295.308,08	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	62.300.000,00	2.471.088,11	64.771.088,11	9.426.633,84	24.788.257,53	9.211.107,80	29.883.799,42	36,42	41.182.596,77

Nota: O Déficit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 143.749,39

FONTE:

PORTO UNIAO, 19/07/2013

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	59.165.000,00	61.896.088,11	8.999.707,31	23.375.016,81	8.830.521,94	22.221.667,29	94,21	35,90	39.674.420,82
Legislativa	2.120.000,00	2.120.000,00	228.712,39	778.189,93	147.628,44	696.082,93	2,95	32,83	1.423.917,07
Ação Legislativa	2.120.000,00	2.120.000,00	228.712,39	778.189,93	147.628,44	696.082,93	2,95	32,83	1.423.917,07
Administração	4.822.000,00	4.822.000,00	556.986,21	1.585.497,13	547.062,46	1.551.570,30	6,58	32,18	3.270.429,70
Planejamento e Orçamento	300.000,00	300.000,00	50.451,15	124.922,81	44.807,15	119.072,81	0,50	39,69	180.927,19
Administração Geral	3.872.000,00	3.872.000,00	404.437,28	1.174.610,10	398.100,36	1.147.360,10	4,86	29,63	2.724.639,90
Administração Financeira	650.000,00	650.000,00	102.097,78	285.964,22	104.154,95	285.137,39	1,21	43,87	364.862,61
Defesa Nacional	9.000,00	9.000,00	190,80	3.522,07	190,80	3.522,07	0,01	39,13	5.477,93
Defesa Terrestre	9.000,00	9.000,00	190,80	3.522,07	190,80	3.522,07	0,01	39,13	5.477,93
Segurança Pública	495.000,00	505.000,00	40.579,18	107.294,73	42.145,79	96.880,37	0,41	19,18	408.119,63
Policiamento	70.000,00	70.000,00	9.202,60	21.307,22	7.678,73	19.448,61	0,08	27,78	50.551,39
Defesa Civil	425.000,00	435.000,00	31.376,58	85.987,51	34.467,06	77.431,76	0,33	17,80	357.568,24
Assistência Social	1.737.000,00	1.983.619,93	416.428,75	886.794,17	397.007,61	844.962,63	3,58	42,60	1.138.657,30
Assistência à Criança e ao Adolescente	175.000,00	175.000,00	30.457,29	79.345,73	30.380,71	79.269,15	0,34	45,30	95.730,85
Assistência Comunitária	1.562.000,00	1.808.619,93	385.971,46	807.448,44	366.626,90	765.693,48	3,25	42,34	1.042.926,45
Previdência Social	7.365.000,00	7.365.000,00	329.359,97	918.378,20	326.676,97	913.308,20	3,87	12,40	6.451.691,80
Previdência do Regime Estatutário	7.365.000,00	7.365.000,00	329.359,97	918.378,20	326.676,97	913.308,20	3,87	12,40	6.451.691,80
Saúde	12.286.000,00	12.685.583,77	2.249.624,65	6.183.055,16	2.121.834,96	5.640.055,06	23,91	44,46	7.045.528,71
Atenção Básica	8.468.000,00	8.855.442,69	1.717.649,87	4.744.585,44	1.548.941,36	4.353.327,79	18,46	49,16	4.502.114,90
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.542.000,00	3.542.000,00	501.688,04	1.339.449,58	532.570,02	1.195.782,98	5,07	33,76	2.346.217,02
Vigilância Sanitária	153.000,00	153.000,00	17.451,73	46.942,42	18.309,82	45.410,28	0,19	29,68	107.589,72
Vigilância Epidemiológica	123.000,00	135.141,08	12.835,01	52.077,72	22.013,76	45.534,01	0,19	33,69	89.607,07
Educação	10.370.000,00	11.049.884,41	2.446.867,30	5.950.368,89	2.408.973,04	5.649.943,51	23,95	51,13	5.399.940,90
Ensino Fundamental	7.163.000,00	7.400.000,00	1.421.366,41	3.602.407,56	1.358.762,66	3.337.097,55	14,15	45,10	4.062.902,45
Educação Infantil	3.007.000,00	3.449.884,41	1.005.867,51	2.314.246,22	1.031.304,10	2.279.857,95	9,67	66,09	1.170.026,46
Educação de Jovens e Adultos	200.000,00	200.000,00	19.633,38	33.715,11	18.906,28	32.988,01	0,14	16,49	167.011,99
Cultura	297.000,00	297.000,00	21.058,85	42.681,19	23.219,57	40.848,56	0,17	13,75	256.151,44
Difusão Cultural	297.000,00	297.000,00	21.058,85	42.681,19	23.219,57	40.848,56	0,17	13,75	256.151,44
Urbanismo	5.725.000,00	6.835.000,00	872.094,10	1.964.916,90	933.026,47	1.897.472,21	8,04	27,76	4.937.527,79
Infra-Estrutura Urbana	3.443.000,00	4.553.000,00	557.407,32	949.167,16	571.213,83	886.729,21	3,76	19,48	3.666.270,79
Serviços Urbanos	2.082.000,00	2.082.000,00	309.815,02	1.010.340,73	359.045,29	1.007.915,65	4,27	48,41	1.074.084,35

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	59.165.000,00	61.896.088,11	8.999.707,31	23.375.016,81	8.830.521,94	22.221.667,29	94,21	35,90	39.674.420,82
Urbanismo	5.725.000,00	6.835.000,00	872.094,10	1.964.916,90	933.026,47	1.897.472,21	8,04	27,76	4.937.527,79
Lazer	200.000,00	200.000,00	4.871,76	5.409,01	2.767,35	2.827,35	0,01	1,41	197.172,65
Habitação	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Habitação Urbana	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Saneamento	722.000,00	722.000,00	18.819,26	269.327,97	18.819,26	269.327,97	1,14	37,30	452.672,03
Saneamento Básico Urbano	722.000,00	722.000,00	18.819,26	269.327,97	18.819,26	269.327,97	1,14	37,30	452.672,03
Gestão Ambiental	141.000,00	141.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
Recursos Hídricos	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.000,00
Agricultura	1.310.000,00	1.310.000,00	123.856,30	636.951,89	125.236,19	627.445,96	2,66	47,90	682.554,04
Promoção da Produção Vegetal	1.250.000,00	1.250.000,00	123.856,30	636.951,89	125.236,19	627.445,96	2,66	50,20	622.554,04
Abastecimento	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Indústria	358.000,00	358.000,00	8.194,57	24.285,07	8.159,57	24.250,07	0,10	6,77	333.749,93
Promoção Industrial	248.000,00	248.000,00	8.194,57	24.285,07	8.159,57	24.250,07	0,10	9,78	223.749,93
Produção Industrial	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
Comércio e Serviços	530.000,00	530.000,00	56.206,84	139.224,34	57.259,54	137.037,04	0,58	25,86	392.962,96
Promoção Comercial	380.000,00	380.000,00	56.206,84	139.224,34	57.259,54	137.037,04	0,58	36,06	242.962,96
Turismo	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00
Comunicações	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Telecomunicações	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Energia	160.000,00	160.000,00	0,00	4.280,00	0,00	4.280,00	0,02	2,68	155.720,00
Energia Elétrica	160.000,00	160.000,00	0,00	4.280,00	0,00	4.280,00	0,02	2,68	155.720,00
Transporte	5.599.000,00	5.859.000,00	1.002.636,50	2.103.963,85	1.061.494,84	2.066.053,56	8,76	35,26	3.792.946,44
Transporte Rodoviário	5.533.000,00	5.793.000,00	1.002.636,50	2.103.963,85	1.061.494,84	2.066.053,56	8,76	35,66	3.726.946,44
Transporte Hidroviário	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.000,00
Desporto e Lazer	1.050.000,00	1.050.000,00	125.760,91	299.986,03	111.019,40	284.255,70	1,21	27,07	765.744,30
Desporto Comunitário	1.050.000,00	1.050.000,00	125.760,91	299.986,03	111.019,40	284.255,70	1,21	27,07	765.744,30
Encargos Especiais	3.063.000,00	3.088.000,00	502.330,73	1.476.299,29	500.767,03	1.474.371,15	6,25	47,75	1.613.628,85
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	320.000,00	320.000,00	93.447,65	176.023,80	93.447,65	176.023,80	0,75	55,01	143.976,20
Refinanciamento da Dívida Interna	950.000,00	950.000,00	78.030,67	257.185,82	78.030,67	257.185,82	1,09	27,07	692.814,18

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	59.165.000,00	61.896.088,11	8.999.707,31	23.375.016,81	8.830.521,94	22.221.667,29	94,21	35,90	39.674.420,82
Encargos Especiais	3.063.000,00	3.088.000,00	502.330,73	1.476.299,29	500.767,03	1.474.371,15	6,25	47,75	1.613.628,85
Outros Encargos Especiais	1.793.000,00	1.818.000,00	330.852,41	1.043.089,67	329.288,71	1.041.161,53	4,41	57,27	776.838,47
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.135.000,00	2.875.000,00	426.926,53	1.413.240,72	380.585,86	1.366.824,05	5,79	47,54	1.508.175,95
Legislativa	58.000,00	58.000,00	2.332,64	12.427,43	2.332,64	12.427,43	0,05	21,43	45.572,57
Ação Legislativa	58.000,00	58.000,00	2.332,64	12.427,43	2.332,64	12.427,43	0,05	21,43	45.572,57
Previdência Social	100.000,00	100.000,00	961,49	4.104,89	961,49	4.104,89	0,02	4,10	95.895,11
Previdência do Regime Estatutário	100.000,00	100.000,00	961,49	4.104,89	961,49	4.104,89	0,02	4,10	95.895,11
Saúde	662.000,00	662.000,00	144.776,19	336.965,79	98.435,52	290.549,12	1,23	43,89	371.450,88
Atenção Básica	592.000,00	592.000,00	144.545,41	335.431,87	98.128,74	289.015,20	1,23	48,82	302.984,80
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	60.000,00	60.000,00	230,78	1.533,92	306,78	1.533,92	0,01	2,56	58.466,08
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Educação	1.815.000,00	1.555.000,00	173.436,66	652.278,12	173.436,66	652.278,12	2,77	41,95	902.721,88
Ensino Fundamental	1.205.000,00	995.000,00	105.055,52	400.652,54	105.055,52	400.652,54	1,70	40,27	594.347,46
Educação Infantil	600.000,00	550.000,00	68.381,14	251.625,58	68.381,14	251.625,58	1,07	45,75	298.374,42
Educação de Jovens e Adultos	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Encargos Especiais	500.000,00	500.000,00	105.419,55	407.464,49	105.419,55	407.464,49	1,73	81,49	92.535,51
Outros Encargos Especiais	500.000,00	500.000,00	105.419,55	407.464,49	105.419,55	407.464,49	1,73	81,49	92.535,51
TOTAL (III) = (I + II)	62.300.000,00	64.771.088,11	9.426.633,84	24.788.257,53	9.211.107,80	23.588.491,34	100,00	36,42	41.182.596,77

FONTE:

PORTO UNIAO, 19/07/2013

ANIZIO DE SOUZA	RICARDO DRAGONI	SOFIA SYDOL
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIO DE FINANÇAS E C	CONTADORA - CRC/SC 14640/O-4

DINARTE RIBEIRO GUEDES NET
ANALISTA CONTR INTERNO CRA

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MESES)	
RECEITAS CORRENTES (I)	4.446.268,56	4.170.284,93	3.850.900,85	4.687.504,95	4.379.198,84	6.071.638,13	3.965.485,20	4.458.652,34	5.864.360,62	5.788.858,10	4.732.063,99	4.762.708,74	57.177.925,25	61.141.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	488.341,12	518.011,94	423.587,01	482.888,23	457.582,60	576.969,01	369.382,54	310.580,39	2.160.112,19	535.628,20	559.030,18	699.476,23	7.581.589,64	7.465.000,00
I.P.T.U.	139.011,91	132.622,42	115.412,77	118.904,86	142.459,96	89.250,19	15.941,41	12.767,97	1.789.550,26	167.164,08	155.979,69	148.998,47	3.028.063,99	3.000.000,00
I.R.R.F	45.143,43	23.878,74	18.569,91	18.452,81	29.491,68	216.642,51	26,47	26.966,20	47.801,48	34.639,74	36.447,78	43.817,90	541.878,65	600.000,00
I.S.S.	100.019,16	126.102,47	104.514,92	151.170,21	107.726,33	128.972,11	97.251,96	86.698,43	150.930,19	101.683,23	127.775,02	118.081,62	1.400.925,65	1.100.000,00
I.T.B.I.	54.476,47	77.352,47	50.361,83	63.892,84	50.993,68	38.194,36	51.467,25	40.812,74	35.700,75	41.999,07	68.801,98	61.085,61	635.139,05	600.000,00
Outras Receitas Tributárias	149.690,15	158.055,84	134.727,58	130.467,51	126.910,95	103.909,84	204.695,45	143.335,05	136.129,51	190.142,08	170.025,71	327.492,63	1.975.582,30	2.165.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	261.745,32	192.260,12	164.704,62	437.994,57	206.314,10	278.740,38	85.557,96	382.983,47	559.223,35	425.384,42	239.799,08	384.103,10	3.618.810,49	3.050.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	876.580,44	573.154,61	347.700,81	670.149,65	243.529,49	448.215,88	254.092,17	103.133,41	133.230,59	1.098.902,04	98.944,48	162.113,85	5.009.747,42	4.982.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.670.086,13	2.761.078,10	2.813.727,45	2.850.515,69	3.272.744,57	4.340.816,86	3.126.690,22	3.562.539,84	2.903.633,37	3.583.759,22	3.706.012,29	3.380.659,33	38.972.263,07	43.321.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	848.140,06	935.904,73	818.902,91	869.302,39	1.175.004,98	1.910.107,45	1.224.548,67	1.647.499,27	948.837,24	1.018.080,96	1.462.843,96	1.220.439,83	14.079.612,45	17.000.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	537.137,20	537.665,81	623.985,20	587.882,94	624.370,23	639.556,65	626.530,89	569.151,23	537.320,61	647.889,77	643.858,14	603.091,36	7.178.440,03	9.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	198.610,60	204.562,14	176.815,37	185.224,70	111.054,98	74.939,40	131.152,07	143.380,13	194.913,70	216.893,16	209.328,98	189.938,12	2.036.813,35	2.500.000,00
Cota-Parte do ITR.	66,30	109,80	5.146,95	20.676,80	1.031,94	288,03	93,27	189,96	93,12	69,85	1.029,25	131,03	28.926,30	30.000,00
Outras Transferências Correntes	548.561,11	524.594,50	566.108,19	598.842,65	732.594,85	782.218,96	387.932,82	469.113,79	577.224,93	938.369,89	588.156,80	582.928,84	7.296.647,33	6.831.000,00
Transferências da LC 61/1989	8.799,65	9.726,37	9.836,32	9.506,93	9.624,64	11.051,46	11.209,15	8.606,72	7.597,89	6.966,83	9.368,28	9.757,30	112.051,54	200.000,00
Transferências da LC 87/1996	2.962,12	2.962,12	0,00	5.924,24	2.962,12	2.962,12	0,00	0,00	0,00	11.788,69	2.947,17	2.947,17	35.455,75	60.000,00
Transferências do FUNDEB	525.809,09	545.552,63	612.932,51	573.155,04	616.100,83	919.692,79	745.223,35	724.598,74	637.645,88	743.700,07	788.479,71	771.425,68	8.204.316,32	7.700.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	149.515,55	125.780,16	101.180,96	245.956,81	199.028,08	426.896,00	129.762,31	99.415,23	108.161,12	145.184,22	128.277,96	136.356,23	1.995.514,63	2.323.000,00
DEDUÇÕES (II)	418.106,48	404.898,28	377.731,07	513.614,79	447.679,63	514.516,68	425.955,31	649.907,86	567.613,52	508.954,79	545.130,79	538.982,44	5.913.091,64	6.958.000,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	98.955,88	66.712,33	50.793,94	177.911,42	62.869,84	103.133,78	27.248,72	174.642,57	230.188,76	128.617,16	79.244,77	133.721,72	1.334.040,89	1.200.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	319.150,60	338.185,95	326.937,13	335.703,37	384.809,79	411.382,90	398.706,59	475.265,29	337.424,76	380.337,63	465.886,02	405.260,72	4.579.050,75	5.758.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	4.028.162,08	3.765.386,65	3.473.169,78	4.173.890,16	3.931.519,21	5.557.121,45	3.539.529,89	3.808.744,48	5.296.747,10	5.279.903,31	4.186.933,20	4.223.726,30	51.264.833,61	54.183.000,00

FONTE:

PORTO UNIAO, 19/07/2013

ANIZIO DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI

SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILID/

SOFIA SYDOL

CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO

ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.200.000,00	1.200.000,00	773.663,70	773.663,70	583.398,62
RECEITAS CORRENTES	1.200.000,00	1.200.000,00	773.663,70	773.663,70	583.398,62
Receita de Contribuições dos Segurados	1.200.000,00	1.200.000,00	773.663,70	773.663,70	583.398,62
Pessoal Civil	1.200.000,00	1.200.000,00	773.663,70	773.663,70	583.398,62
Ativo	1.200.000,00	1.200.000,00	773.663,70	773.663,70	583.398,62
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.054.291,81
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	1.054.291,81
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	1.054.291,81
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	1.200.000,00	1.200.000,00	773.663,70	773.663,70	1.637.690,43
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	5.865.000,00	5.865.000,00	913.308,20	913.308,20	0,00
ADMINISTRAÇÃO	1.165.000,00	1.165.000,00	4.378,50	4.378,50	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	1.165.000,00	1.165.000,00	4.378,50	4.378,50	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.700.000,00	4.700.000,00	908.929,70	908.929,70	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	4.700.000,00	4.700.000,00	908.929,70	908.929,70	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	4.700.000,00	4.700.000,00	908.929,70	908.929,70	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	100.000,00	100.000,00	4.104,89	4.104,89	0,00
ADMINISTRAÇÃO	100.000,00	100.000,00	4.104,89	4.104,89	0,00
Despesas Correntes	100.000,00	100.000,00	4.104,89	4.104,89	0,00

Continua 2/3

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	5.965.000,00	5.965.000,00	917.413,09	917.413,09	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	-4.765.000,00	-4.765.000,00	-143.749,39	-143.749,39	1.637.690,43
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			1.500.000,00		

BENS E DIREITOS DO RPPS	MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2013	2012
Bancos Conta Movimento	33.464.600,71	32.987.721,49	28.997.467,39

FONTE:

PORTO UNIAO, 19/07/2013

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILID

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Dez 2012 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.108.604,04	1.108.604,04	861.353,02
DEDUÇÕES (II)	6.223.641,22	6.223.641,22	9.406.316,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.643.792,36	7.643.792,36	11.633.714,80
Demais Haveres Financeiros	9.894,58	9.894,58	29.933,13
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.430.045,72	1.430.045,72	2.257.331,44
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-5.115.037,18	-5.115.037,18	-8.544.963,47
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-5.115.037,18	-5.115.037,18	-8.544.963,47

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Jun 2013 (C - A)
VALOR	-3.429.926,29	-3.429.926,29

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Dez 2012 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	21.130.279,35	21.130.279,35	21.130.279,35
Passivo Atuarial	21.130.279,35	21.130.279,35	21.130.279,35
DEDUÇÕES (VIII)	32.467.082,43	32.467.082,43	32.986.438,40
Disponibilidade de Caixa Bruta	32.467.082,43	32.467.082,43	32.987.721,49
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	1.283,09
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-11.336.803,08	-11.336.803,08	-11.856.159,05
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-11.336.803,08	-11.336.803,08	-11.856.159,05

FONTE:

PORTO UNIAO, 19/07/2013

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2013	Até o Semestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	52.431.000,00	27.392.037,79	27.392.037,79	23.723.086,09
Receita Tributária	7.465.000,00	4.634.209,73	4.634.209,73	4.174.195,13
I.P.T.U.	3.000.000,00	2.290.401,88	2.290.401,88	2.031.977,54
I.S.S.	1.100.000,00	682.420,45	682.420,45	636.194,94
I.T.B.I.	600.000,00	299.867,40	299.867,40	221.872,42
I.R.R.F.	600.000,00	189.699,57	189.699,57	246.868,38
Outras Receitas Tributárias	2.165.000,00	1.171.820,43	1.171.820,43	1.037.281,85
Receita de Contribuição	5.050.000,00	3.485.257,73	3.485.257,73	2.571.901,34
Receitas Previdenciárias	1.200.000,00	773.663,70	773.663,70	1.637.690,43
Outras Contribuições	3.850.000,00	2.711.594,03	2.711.594,03	934.210,91
Receita Patrimonial Líquida	30.000,00	720.000,00	720.000,00	11.584,75
Receita Patrimonial	4.982.000,00	1.850.416,54	1.850.416,54	3.568.377,57
(-) Aplicações Financeiras	4.952.000,00	1.130.416,54	1.130.416,54	3.556.792,82
Transferências Correntes	37.563.000,00	17.805.413,26	17.805.413,26	16.314.097,70
F.P.M.	13.600.000,00	6.017.800,09	6.017.800,09	5.712.341,44
I.C.M.S.	7.200.000,00	2.900.774,10	2.900.774,10	2.684.087,06
Convênios	685.000,00	419.043,80	419.043,80	832.473,84
Outras Transferências Correntes	16.078.000,00	8.467.795,27	8.467.795,27	7.085.195,36
Demais Receitas Correntes	2.323.000,00	747.157,07	747.157,07	651.307,17
Dívida Ativa	900.000,00	222.889,81	222.889,81	241.394,76
Diversas Receitas Correntes	1.423.000,00	524.267,26	524.267,26	409.912,41
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.917.000,00	1.361.345,09	1.361.345,09	2.359.790,17
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	225.000,00	91.284,04	91.284,04	58.969,05
Transferências de Capital	3.692.000,00	1.270.061,05	1.270.061,05	2.300.821,12
Convênios	3.642.000,00	1.270.061,05	1.270.061,05	2.300.821,12
Outras Transferências de Capital	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	3.692.000,00	1.270.061,05	1.270.061,05	2.300.821,12
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	56.123.000,00	28.662.098,84	28.662.098,84	26.023.907,21
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2013	Até o Semestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	48.020.076,73	20.729.576,10	20.729.576,10	19.256.712,50
Pessoal e Encargos Sociais	29.726.000,00	14.084.412,16	14.084.412,16	12.284.415,77
Juros e Encargos da Dívida (IX)	350.000,00	27.422,78	27.422,78	82.803,58
Outras Despesas Correntes	17.944.076,73	6.617.741,16	6.617.741,16	6.889.493,15
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	47.670.076,73	20.702.153,32	20.702.153,32	19.173.908,92
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	15.011.011,38	2.858.915,24	2.858.915,24	4.365.030,53
Investimentos	14.061.011,38	2.599.152,20	2.599.152,20	4.039.599,11
Inversões Financeiras	350.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	350.000,00	30.000,00	30.000,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	600.000,00	229.763,04	229.763,04	325.431,42
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	14.411.011,38	2.629.152,20	2.629.152,20	4.039.599,11
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.730.000,00	-	-	-

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2013	Até o Semestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.730.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	63.811.088,11	23.331.305,52	23.331.305,52	23.213.508,03
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-7.688.088,11	5.330.793,32	5.330.793,32	2.810.399,18
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	453.576,95	0,00
Superávit Financeiro	-	-	453.576,95	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

PORTO UNIAO, 19/07/2013

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	221.561,85	1.067.054,28	815.382,39	-	473.233,74	54.030,54	311.174,32	295.966,12	295.966,10	12.948,82	56.289,94
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	221.532,85	885.731,90	635.936,01	0,00	471.328,74	28.819,02	131.956,51	123.677,31	123.677,31	9.333,20	27.765,02
PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO	104.730,50	885.731,90	635.936,01	0,00	354.526,39	1.054,00	131.956,51	123.677,31	123.677,31	9.333,20	-0,00
PREFEITURA MUNICIPAL	116.802,35	0,00	0,00	0,00	116.802,35	27.765,02	0,00	0,00	0,00	0,00	27.765,02
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PORTO UNIAO	0,00	910,40	0,00	0,00	910,40	0,00	63.887,52	60.541,10	60.541,08	436,94	2.909,50
Fundo Municipal de Assistencia Social	0,00	910,40	0,00	0,00	910,40	0,00	63.887,52	60.541,10	60.541,08	436,94	2.909,50
FUNDO DE SAUDE DE PORTO UNIAO	29,00	39.131,95	38.446,35	0,00	714,60	25.211,52	0,00	0,00	0,00	0,00	25.211,52
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	38.181,95	37.496,35	0,00	685,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	29,00	0,00	0,00	0,00	29,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	950,00	950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.211,52	0,00	0,00	0,00	0,00	25.211,52
FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO PORTO UNIAO	0,00	141.000,03	141.000,03	0,00	0,00	0,00	15.095,42	14.492,84	14.492,84	198,68	403,90
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	141.000,03	141.000,03	0,00	0,00	0,00	15.095,42	14.492,84	14.492,84	198,68	403,90
FUNDO REEQ. DO CORPO DE BOMBEIRO DE PORT	0,00	280,00	0,00	0,00	280,00	0,00	100.234,87	97.254,87	97.254,87	2.980,00	0,00
Fundo de Reeq. Corpo de Bombeiros	0,00	280,00	0,00	0,00	280,00	0,00	100.234,87	97.254,87	97.254,87	2.980,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	141.429,59	141.429,59	-	-	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
FUNDO DE SAUDE DE PORTO UNIAO	0,00	82.829,81	82.829,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	82.829,81	82.829,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO PORTO UNIAO	0,00	58.599,78	58.599,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	58.599,78	58.599,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	221.561,85	1.208.483,87	956.811,98	0,00	473.233,74	54.030,54	311.174,32	295.966,12	295.966,10	12.948,82	56.289,94

FONTE:

PORTO UNIAO, 19/07/2013

ANIZIO DE SOUZA	RICARDO DRAGONI	SOFIA SYDOL
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIO DE FINANÇAS E COM	CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/S

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	6.200.000,00	6.200.000,00	901.141,43	3.755.590,41	60,57
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.690.000,00	3.690.000,00	403.583,80	2.520.474,96	68,31
1.1.1- IPTU	3.000.000,00	3.000.000,00	304.978,16	2.290.401,88	76,35
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	100.000,00	100.000,00	6.179,69	12.223,12	12,22
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	440.000,00	440.000,00	62.253,30	143.668,29	32,65
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	150.000,00	150.000,00	30.172,65	74.181,67	49,45
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	600.000,00	600.000,00	129.887,59	299.867,40	49,98
1.2.1- ITBI	600.000,00	600.000,00	129.887,59	299.867,40	49,98
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.310.000,00	1.310.000,00	287.404,36	745.548,48	56,91
1.3.1- ISS	1.100.000,00	1.100.000,00	245.856,64	682.420,45	62,04
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	60.000,00	60.000,00	32.054,03	45.800,96	76,33
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	150.000,00	150.000,00	9.493,69	17.327,07	11,55
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	600.000,00	600.000,00	80.265,68	189.699,57	31,62
1.4.1- IRRF	600.000,00	600.000,00	80.265,68	189.699,57	31,62
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	28.790.000,00	28.790.000,00	4.355.680,59	12.308.493,77	42,75
2.1- Cota-Parte FPM	17.000.000,00	17.000.000,00	2.683.283,79	7.522.249,93	44,25
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	17.000.000,00	17.000.000,00	2.683.283,79	7.522.249,93	44,25
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.000.000,00	9.000.000,00	1.246.949,50	3.627.842,00	40,31
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	60.000,00	60.000,00	5.894,34	17.683,03	29,47
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	200.000,00	200.000,00	19.125,58	53.506,17	26,75
2.5- Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	1.160,28	1.606,48	5,35
2.6- Cota-Parte IPVA	2.500.000,00	2.500.000,00	399.267,10	1.085.606,16	43,42
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	34.990.000,00	34.990.000,00	5.256.822,02	16.064.084,18	45,91
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	12.000,00	156.781,48	468.476,84	3.903,97
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	134.022,57	434.610,82	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	22.533,39	32.717,02	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	12.000,00	12.000,00	225,52	1.149,00	9,58
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	5.000,00	4.323,77	6.494,79	129,90
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	5.000,00	5.000,00	4.323,77	6.494,79	129,90
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	469.000,00	469.000,00	154.144,96	320.253,83	68,28
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	486.000,00	486.000,00	315.250,21	795.225,46	163,63

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.758.000,00	5.758.000,00	871.146,74	2.462.881,01	42,77
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.400.000,00	3.400.000,00	536.656,71	1.504.449,84	44,25
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.800.000,00	1.800.000,00	249.389,74	727.067,90	40,39
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	12.000,00	12.000,00	1.178,86	3.536,59	29,47
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	40.000,00	40.000,00	3.825,12	10.701,25	26,75
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.000,00	6.000,00	232,03	321,23	5,35
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	500.000,00	500.000,00	79.864,28	216.804,20	43,36
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	7.709.000,00	7.709.000,00	1.564.055,38	4.422.218,03	57,36
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.700.000,00	7.700.000,00	1.559.905,39	4.411.073,43	57,29
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	9.000,00	9.000,00	4.149,99	11.144,60	123,83
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.942.000,00	1.942.000,00	688.758,65	1.948.192,42	100,32
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	7.700.000,00	6.800.000,00	1.228.360,43	3.334.324,87	49,03
13.1- Com Educação Infantil	2.790.000,00	2.390.000,00	624.168,16	1.507.378,01	63,07
13.2- Com Ensino Fundamental	4.910.000,00	4.410.000,00	604.192,27	1.826.946,86	41,43
14- OUTRAS DESPESAS	9.000,00	1.159.000,00	325.307,20	888.356,50	76,65
14.1- Com Educação Infantil	0,00	450.000,00	144.084,17	331.374,14	73,64
14.2- Com Ensino Fundamental	9.000,00	709.000,00	181.223,03	556.982,36	78,56
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.709.000,00	7.959.000,00	1.553.667,63	4.222.681,37	53,06
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					75,40
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	8.747.500,00	8.747.500,00	1.314.205,50	4.016.021,05	45,91
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.402.000,00	3.452.000,00	888.122,37	2.098.429,03	60,79
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.790.000,00	2.840.000,00	768.252,33	1.838.752,15	64,74
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	612.000,00	612.000,00	119.870,04	259.676,88	42,43
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.344.000,00	7.334.000,00	1.281.734,85	3.314.845,78	45,20
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.919.000,00	5.119.000,00	785.415,30	2.383.929,22	46,57
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.425.000,00	2.215.000,00	496.319,55	930.916,56	42,03
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	10.746.000,00	10.786.000,00	2.169.857,22	5.413.274,81	50,19
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.948.192,42
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					11.144,60
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.959.337,02
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					3.453.937,79
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					21,5

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	610.000,00	785.000,00	155.594,18	381.685,22	48,62
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	941.000,00	1.145.884,41	262.038,72	538.951,26	47,03
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.551.000,00	1.930.884,41	417.632,90	920.636,48	47,68
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	12.297.000,00	12.716.884,41	2.587.490,12	6.333.911,29	49,81
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.411.073,43	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	11.144,60	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	4.422.218,03	0,00

PORTO UNIAO, 19/07/2013

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILID

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.000.000,00	0,00		1.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	15.011.011,38	2.858.915,24	0,00	12.152.096,14
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	15.011.011,38	2.858.915,24	0,00	12.152.096,14
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-14.011.011,38	-2.858.915,24		-11.152.096,14

FONTE:

PORTO UNIAO, 19/07/2013

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	225.000,00	91.284,04	133.715,96
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	165.000,00	75.143,04	89.856,96
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	60.000,00	16.141,00	43.859,00
TOTAL	225.000,00	91.284,04	133.715,96

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Semestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	65.000,00	15.000,00	0,00	50.000,00
Investimentos	65.000,00	15.000,00	0,00	50.000,00
TOTAL	65.000,00	15.000,00	0,00	50.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	76.284,04	76.284,04

FONTE:

PORTO UNIAO, 19/07/2013

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	6.450.000,00	6.450.000,00	3.824.824,95	59,30
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.000.000,00	3.000.000,00	2.290.401,88	76,35
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	600.000,00	600.000,00	299.867,40	49,98
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.100.000,00	1.100.000,00	682.420,45	62,04
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	600.000,00	600.000,00	189.699,57	31,62
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	150.000,00	150.000,00	31.666,53	21,11
Dívida Ativa dos Impostos	600.000,00	600.000,00	222.889,81	37,15
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	400.000,00	400.000,00	107.879,31	26,97
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	28.790.000,00	28.790.000,00	12.308.493,77	42,75
Cota-Parte FPM	17.000.000,00	17.000.000,00	7.522.249,93	44,25
Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	1.606,48	5,35
Cota-Parte IPVA	2.500.000,00	2.500.000,00	1.085.606,16	43,42
Cota-Parte ICMS	9.000.000,00	9.000.000,00	3.627.842,00	40,31
Cota-Parte IPI-Exportação	200.000,00	200.000,00	53.506,17	26,75
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	60.000,00	60.000,00	17.683,03	29,47
Desoneração ICMS (LC 87/96)	60.000,00	60.000,00	17.683,03	29,47
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	35.240.000,00	35.240.000,00	16.133.318,72	45,78

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (f)	% (f/e)*100	Até o Semestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	10.760.000,00	10.913.432,68	5.851.444,88	53,62	5.302.361,00	48,59
Pessoal e Encargos Sociais	7.429.000,00	7.429.000,00	4.309.317,88	58,01	4.136.120,75	55,68
Outras Despesas Correntes	3.331.000,00	3.484.432,68	1.542.127,00	44,26	1.166.240,25	33,47
DESPESAS DE CAPITAL	268.000,00	514.151,09	53.837,11	10,47	53.587,11	10,42
Investimentos	268.000,00	514.151,09	53.837,11	10,47	53.587,11	10,42

Continua 1/4

Município de PORTO UNIAO - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (f)	% (f/e)*100	Até o Semestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	268.000,00	514.151,09	53.837,11	10,47	53.587,11	10,42
Investimentos	268.000,00	514.151,09	53.837,11	10,47	53.587,11	10,42
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	11.028.000,00	11.427.583,77	5.905.281,99	51,68	5.355.948,11	46,87
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Semestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.967.000,00	4.566.583,77	2.152.658,35	36,45	1.828.977,69	34,15
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.826.000,00	4.425.583,77	2.106.783,34	35,68	1.783.567,41	33,30
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	141.000,00	141.000,00	45.875,01	0,78	45.410,28	0,85
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	3.967.000,00	4.566.583,77	2.152.658,35	36,45	1.828.977,69	34,15
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	7.061.000,00	6.861.000,00	3.752.623,64	15,22	3.526.970,42	12,72
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						23,26
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						1.332.612,13

Continua 2/4

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Semestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Semestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	9.060.000,00	9.447.442,69	5.080.017,31	86,02	4.642.342,99	86,68
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.682.000,00	1.682.000,00	726.244,54	12,30	622.660,83	11,63
Vigilância Sanitária	153.000,00	153.000,00	46.942,42	0,79	45.410,28	0,85
Vigilância Epidemiológica	133.000,00	145.141,08	52.077,72	0,88	45.534,01	0,85
TOTAL	11.028.000,00	11.427.583,77	5.905.281,99	100,00	5.355.948,11	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 4/4

PORTO UNIAO, 19/07/2013

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

Município de PORTO UNIAO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Semestre	Até o Semestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

PORTO UNIAO, 19/07/2013

ANIZIO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO DRAGONI
SECRETÁRIO DE FINANÇAS E CONTABILIT

SOFIA SYDOL
CONTADORA - CRC/SC 14640/O-8

DINARTE RIBEIRO GUEDES NETO
ANALISTA CONTR INTERNO CRA/SC 18933

PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Rio do Sul

PREFEITURA

Resultado Final Processo Seletivo N. 003/2013

RESULTADO FINAL

PROCESSO SELETIVO Nº 003/2013

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – SC, neste ato representado pelo Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, Prefeito Municipal, Sr. Givanildo Silva, Secretário Municipal de Administração, Regina Garcia Ferreira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207/2010 e Lei 3.796, de 26 de junho de 2002 e suas alterações posteriores, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO O RESULTADO FINAL do PROCESSO SELETIVO, homologado por meio do Decreto n. 3496, de 15 de julho de 2013, destinado ao recrutamento de pessoal a ser contratado por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria Municipal de Educação,

MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

CANDIDATO	NOTA PROVA	ENTREVISTA	TÍTULOS	CLASSIFICAÇÃO
IVALCI SERVERIO	8,4	N.C	0,0	1º
KARINA LEONILDA NIEMEYER MOSER	6,7	N.C	0,0	2
MARLI RIBEIRO MENEZES GHETTI	6,3	N.C	0,0	3º

Rio do Sul, 12 de julho de 2013.

GIVANILDO SILVA	REGINA GARCIA FERREIRA
Secretário Municipal de Administração	Secretária Municipal de Educação

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

Decreto Municipal Nº 0049/2013

DECRETO Nº. 49/2013, DE 15 DE JULHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1.485/2013 de 17/06/2013;

Decreta:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

efetuar abertura de crédito especial no orçamento da Prefeitura Municipal, na seguinte classificação orçamentária:

Classificação	Denominação/Valor
02	Chefia do Executivo
02.06	Secretaria de Agricultura
02.06.20606.2001.4039	Manutenção da Secretaria de Agricultura
3.1.93.00.00	Transferências a Consórcios Públicos R\$ 2.000,00
3.3.93.00.00	Transferências a Consórcios Públicos R\$ 18.000,00
4.4.93.00.00	Transferências a Consórcios Públicos R\$ 1.000,00
TOTAL	R\$21.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito especial aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos do SUPERÁVIT FINANCEIRO, apurado no balanço geral do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 15 de julho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA
PREFEITO MUNICIPAL

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Municipal Nº 0050/2013

DECRETO Nº 050/2013, DE 18 DE JULHO DE 2013.

Homologa resultado de classificação do Processo Seletivo para Contratação de Servidores em Caráter Temporário - Agentes Comunitários de Saúde.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital Processo Seletivo n.º 005/2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado de classificação do Processo Seletivo para contratação de profissionais para atuar como Agentes Comunitários de Saúde, conforme segue:

Inscrição	Nome Candidato	Nota Final	Classificação
002	Marinês Alves dos Santos	8,00	1º
004	Luciléia Locatelli Zanella	7,50	2º
007	Ediana Castanheiro	7,50	3º
016	Ana Paula Gaio	7,00	4º
011	Diego Aguiar a Silva	7,00	5º
014	Gisele Alves dos Santos	7,00	6º
008	Claudia Imaculada Santian	6,00	7º
015	Debora Benincá	6,00	8º
012	Grazieli Cristina Soares	6,00	9º
005	Gabriela dos Santos	5,50	10º
009	Jaqueline Alves dos Santos	5,50	11º
013	Josiele Aparecida Schaitle	5,50	12º
006	Neiva Ribeiro	4,00	13º
003	Kelly Pasin	4,00	14º
001	Jéssica Nezi		Ausente
010	Lucimara Carneiro		Ausente

Art. 2º Fica assegurado o prazo legal, para qualquer recurso referente a esta homologação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso, em 18 de julho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado em Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA

Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. Dp00295/2013

PORTARIA Nº. DP-0295/2013

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 881/97 de 20/08/1997.

RESOLVE:

Artigo 1º. Admitir a Srª. CAMILA DONADEL, para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, na função de Atendente de Creche, 40 horas semanais, nos termos do teste seletivo nº 003/2013, até 20/12/2013.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 15 de Julho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0296/2013

PORTARIA Nº. DP0296/2013

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 881/97 de 20/08/1997.

RESOLVE:

Artigo 1º. Admitir a Srª. LÉIA REGINA BEHREND, para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, na função de Atendente de Creche, 40 horas semanais, nos termos do teste seletivo nº 003/2013, até 20/12/2013.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 15 de Julho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0297/2013

PORTARIA Nº. DP-0297/2013

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 881/97 de 20/08/1997.

RESOLVE:

Artigo 1º. Admitir a Srª. CARLA LOCATELLI, para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, na função de Atendente de Creche, 40 horas semanais, nos termos do teste seletivo nº 003/2013, até 20/12/2013.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 15 de Julho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0298/2013

PORTARIA Nº. DP-0298/2013

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei 881/97 de 20/08/1997.

RESOLVE:

Artigo 1º. Admitir a Srª. BARBARA VITALI, para prestar serviços em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Educação, na função de Atendente de Creche, 40 horas semanais, nos termos do teste seletivo nº 003/2013, até 20/12/2013.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 15 de Julho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0299/2013

PORTARIA Nº. DP0299/2013

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES, no período de 15 de Julho 2013 à 14 de Julho de 2015, conforme Art. 82 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor (a) LOURDES ANSILIERO TESTA, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Auxiliar Odontológico, criado pela Lei Municipal, nº 0490/90 de 29 de Março de 1.990.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario

Salto Veloso-SC, em 15 de Julho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0300/2013

PORTARIA Nº. DP0300/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE,

Artigo 1º. Fica exonerada a pedido, a partir desta data, a Srª. DILVANE GONÇALVES RIBAS, do cargo de Auxiliar de Limpeza, da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 16 de Julho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0301/2013

PORTARIA Nº. DP0301/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 120 dias de Licença Gestante, no período compreendido de 17 de Julho de 2013 a 13 de Novembro de 2013, a funcionária pública SIBELE TASCA, de acordo com atestado médico parte integrante desta portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 17 de Julho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0302/2013

PORTARIA Nº. DP0302/2013

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. GENTIL SARTOREL, pelo período de 90 dias a contar de 17/07/13, conforme atestado médico parte integrante da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, em 17 de Julho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp0303/2013

PORTARIA Nº. DP0303/2013

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 06 de Maio de 2013 a 03 de Agosto de 2013, conforme Artigo 83, do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Salto Veloso, a servidor (a) IVETE INES BOZZA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo

de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Professora.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 06 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 06 de Maio de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp304/2013

PORTARIA Nº. DP304/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 20 dias de Férias, no período compreendido de 22 de Julho de 2013 a 10 de Agosto de 2013, totalizando 20 dias de férias a Servidora EDNA VERGINIA GODINHO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/04/2011 a 01/04/2013, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 19 de Julho de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Edital de Cientificação dos Resultados PP 29/2013

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO DOS RESULTADOS

APROVADOS PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO, EM PROCESSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI Nº 10.520 DE 17 DE JULHO DE 2002, APLICANDO-SE SUBSIDIARIAMENTE AS NORMAS DA LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Modalidade : Pregão Presencial

Número : 00029/2013

Data Início Processo: 08/07/2013

Abertura Propostas...: 18/07/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM NÍVEL SUPERIOR OU TÉCNICO NAS CIDADES DE JOAÇABA, AGUA DOCE E ARROIO TRINTA,

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Legislação em vigor, torna público, a todos os interessados e aos participantes do processo de Licitação supra identificado, que a Comissão de Licitação decidiu como melhor proposta a apresentada pela(s) firma(s) abaixo citada(s). Ficam cientes todos os interessados do prazo legal para eventual interposição de recursos, que entenderem cabíveis a decisão adotada com relação a presente licitação.

Licitantes Vencedores:

- Sorvetto Com. E Transp. LTDA, com um valor total de R\$ 66.542,50 (Sessenta e seis mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos);

SALTO VELOSO, 18 de julho de 2013.

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 044, de 25 de Junho de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Decreto nº 044, de 25 de junho de 2013.

Transpõe dotações do orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) de Santa Rosa do Sul e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 4º, da Lei nº 904, de 11 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária),

DECRETA:

Art. 1º Fica transposto o valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), entre as seguintes dotações orçamentárias:

I - SUPLEMENTA:

01.01 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

6.001 - Manutenção dos Serviços do SAMAE

06 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

II - ANULA:

01.01 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

6.001 - Manutenção dos Serviços do SAMAE

05 - 3.3.90.00.00.00.00.0080 - Aplicações Diretas R\$ 21.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 25 de junho de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

WILFRIED HEMMER

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 047, de 12 de Julho de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

Decreto nº 047, de 12 de julho de 2013.

Nomeia membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal nº 330 de 03/12/96, DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, como segue:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

a) Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social, MARIA CONCEIÇÃO DA ROSA EMERIM, Titular MARCILENE TEIXEIRA FERNANDES, Suplente;

b) Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Turismo, MARA REJANE DA SILVA ROCHO, Titular, ROSA MARIA FERREIRA GARCIA, Suplente;

c) Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, OSMAR DOS SANTOS DA SILVA, Titular, JOACYR OLIVEIRA DOS SANTOS, Suplente;

d) Secretaria da Administração e Finanças, WILFRIED HEMMER, Titular, AROLDO SANTANA DE JESUS JUNIOR, Suplente;

e) Núcleo Avançado de Ensino Supletivo - NAES, LEONETE BROVEDAM BORDIGNOM, Titular, MARIVETE DA ROSA SOUZA, Suplente.

II - REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:

a) Pastoral da Saúde de Santa Rosa do Sul: MARIA DOLORES LOPES, Titular, NELSA ADELICIA DA SILVA, Suplente;

b) Pastoral da Criança de Santa Rosa do Sul, NEIVA DERLANE DOS SANTOS, Titular, Suplente, CELANIR TEIXEIRA DE SOUZA, Suplente;

c) Sindicato dos Trabalhadores Rurais: CLEUZA DA SILVA MONTEIRO, Titular, JOSÉ GILMAR ZACARON, Suplente;

d) Clube de Mães União de Santa Rosa do Sul: TEREZINHA PAULO GUADANHIM, Titular, Suplente;

e) Câmara de Dirigentes Lojistas - GIUVAGO DE SOUZA, Titular, ANDRÉIA BITENCOURT VALENTIM, Suplente.

Art. 2º O mandato dos membros a que se refere o "caput" do artigo anterior expirará em 12 de junho de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 12 de julho de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

WILFRIED HEMMER

Secretário da Administração e Finanças

São Bento do Sul

PREFEITURA

Decreto Nº 0237/2013

DECRETO Nº 0237, DE 17 DE JULHO DE 2013.

ALTERA O DECRETO Nº 1258/12 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - COMDE

FERNANDO TURECK, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 700/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. O Decreto nº 1258, de 17 de outubro de 2012, passa a ter a seguinte redação:

()

"III - Representantes da Secretaria Municipal de Educação: Geovana Franck Rodrigues Vicente - Titular e Sueli dos Santos Lima - Suplente"

()

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de julho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0238/2013

DECRETO Nº 0238, DE 18 DE JULHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO

VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$109.000,00 (cento e nove mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração
(77) 4.4.90.52.00.00.00.0100 - Equip. e Material Permanente
R\$ 30.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.034 - Rádio Patrulha
(217) 3.3.90.30.00.00.00.0100 - Material de Consumo R\$ 34.000,00
(219) 3.3.90.39.00.00.00.0100 - Outros Serviços de Terceiros
PJ R\$ 20.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de saúde

Atividade: 2.101 - Estratégias da Saúde da Família
(38) 3.3.90.30.00.00.00.0264 - Material de Consumo R\$ 15.000,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de saúde

Atividade: 2.202 - Operação e Manutenção do SAMU
(63) 3.1.90.16.00.00.00.0002 - Outras Despesas Variáveis PC
R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 - Administração Geral

Atividade: 2.008 - Manutenção da Secretaria de Administração
(67) 3.1.91.13.00.00.00.0100 - Obrigações Patronais Inst.
Prev. R\$ 30.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.034 - Rádio Patrulha
(218) 3.3.90.36.00.00.00.0100 - Outros serviços de Terceiros
PF R\$ 2.000,00
(220) 4.4.90.52.00.00.00.0100 - Equip. e Material Permanente
R\$ 52.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de saúde

Atividade: 2.101 - Estratégias da Saúde da Família
(40) 3.3.90.39.00.00.00.0264 - Outros Serviços de Terceiros PJ
R\$ 15.000,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de saúde

Atividade: 2.202 - Operação e Manutenção do SAMU
(61) 3.1.90.11.00.00.00.0002 - Vencimentos e Vantagens Fixas

R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de julho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0239/2013

DECRETO Nº 0239, DE 19 DE JULHO DE 2013

ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 0023, DE 08 DE JANEIRO DE 2013, QUE DESIGNA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS, PARA O EXERCÍCIO DE 2013, DE ACORDO COM O QUE DISPÕE O ARTIGO 51 DA LEI Nº 8.666/93

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para constituir a Comissão de Licitação os seguintes membros:

“Marcelo Herzer - Presidente

Lucilene Zélia dos Santos Haidar Barbosa - Suplente

Roberta Linzmeyer - Secretária

Jocemari Telma Teixeira - Suplente

Rafhael Zemann Caetano - Membro

Camila de Oliveira Pauli - Suplente”

(..)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de julho de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto Nº 0240/2013

DECRETO Nº 0240, DE 19 DE JULHO DE 2013

Regulamentação REFIS-2013 Município de São Bento do Sul

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA

Art. 1º. Para ingressar no Programa de Recuperação Fiscal de São Bento do Sul 2013, denominado “REFIS-2013”, instituído pela Lei 3211, de 17 de julho de 2013, publicada no DOM de 19/07/2013, o contribuinte deverá formalizar sua opção, até o dia 18 de agosto 2013, mediante formulário próprio, protocolado na Secretaria Municipal de Finanças, acompanhado de declaração do valor dos débitos, sendo que a primeira parcela ou parcela única deverá ser quitada no ato da formalização do pedido.

§ 1º A declaração de opção será assinada pelo contribuinte ou pelo seu representante legal, preenchida conforme o anexo deste Decreto, podendo o contribuinte se fazer representar por procurador mediante procuração com expressos poderes para tanto, com firma reconhecida em cartório.

§ 2º O cálculo da primeira parcela caberá à Prefeitura e a respectiva quitação fica sob condição resolutória da posterior homologação a que se refere o artigo 2º deste Decreto.

§ 3º A inclusão no REFIS-2013, embora efetivada com o protocolo

da declaração de opção, fica condicionada à apresentação pelo contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias, nos processos judiciais, de pedido de desistência, com expresse reconhecimento do débito nos autos.

§ 4º Quanto aos processos administrativos, a opção pelo REFIS-2013 implica na automática desistência das impugnações ou recursos em andamento.

§ 5º Na hipótese de o débito incluído no REFIS-2013 estar em cobrança judicial, o contribuinte terá até 30 (trinta) dias para protocolar a declaração de opção, juntando cópia da declaração nos autos da execução fiscal, requerendo a extinção dos embargos, ficando a execução fiscal suspensa até o cumprimento do parcelamento.

§ 6º Em se tratando do ISS, o contribuinte, apresentará no ato da opção, a relação de débitos constituídos e registrados em sua escrituração fiscal, através da confissão espontânea conforme Termo de Adesão em anexo.

§ 7º O contribuinte deverá apresentar requerimento instruído com cópia dos seguintes documentos conforme o caso:

I - Contrato social e última alteração, em caso de contribuinte pessoa jurídica;

II - Cópia do RG. do contribuinte, em caso de contribuinte pessoa física, ou do seu representante legal, em caso de contribuinte pessoa jurídica;

III - Cópia do CPF do contribuinte, em caso de contribuinte pessoa física, ou do seu representante legal, em caso de contribuinte pessoa jurídica.

IV - Procuração com poderes especiais e firma reconhecida em cartório, quando o contribuinte se fizer representar por procurador.

V - Cópia da declaração simplificada de IRPJ para as ME e EPP e Associações e DIPJ para as demais.

Art. 2º. O despacho autorizando a inclusão no REFIS-2013 será da competência do Diretor do Departamento de Receita ou do Secretário das Finanças, que terão o prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do pedido, findo o qual, não havendo manifestação contrária, considerar-se-á tacitamente autorizado.

Art. 3º. Os pagamentos das parcelas do REFIS-2013 serão efetuados através do Documento de Arrecadação Municipal - DAM ou boleto bancário emitido pela Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 4º. A opção pelo REFIS-2013 sujeita o contribuinte à plena e irrevogável aceitação das condições estabelecidas na Lei 3211, de 17 de julho de 2013, constituindo confissão irrevogável e irrevogável da totalidade dos débitos consolidados incluídos no REFIS-2013 e expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte;

Art. 5º. A exclusão do contribuinte do REFIS-2013, em qualquer hipóteses previstas na Lei 3211, de 17 de julho de 2013, implicará a imediata exigibilidade da totalidade do débito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos previstos na legislação municipal aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, tornando sem efeito todos os benefícios concedidos através da Lei 3211, de 17 de julho de 2013.

§ 1º Constatado o motivo de exclusão do Programa, a Secretaria Municipal de Finanças notificará previamente o optante, assegurando-lhe o direito de conhecer antecipadamente os fatos que lhe são imputados, para oferecimento de defesa e produção de

provas, no prazo de trinta dias, dirigida ao Diretor do Departamento de Receita, a quem caberá decidir, fundamentadamente, se se trata ou não de caso de exclusão.

§ 2º Da decisão que excluir o optante do REFIS-2013, caberá recurso com efeito suspensivo no prazo de trinta dias a contar da notificação da decisão ao Secretário Municipal de Finanças.

Art. 6º. Na hipótese do Município verificar qualquer erro a menor na confissão dos débitos, deverá efetuar o lançamento suplementar do tributo, sendo este o objeto de notificação e execução conforme legislação pertinente, não se aplicando os benefícios do REFIS-2013.

Art. 7º. As parcelas do Programa serão representadas em Unidade Fiscal Municipal – UFM, e sofrerão alteração do seu valor monetário sempre que houver variação do seu valor nominal.

Art. 8º. Fica o Secretário Municipal de Finanças de São Bento do Sul autorizado a estabelecer, mediante resolução, condições e normas de procedimento complementares tendentes a implementar a plena executividade do Programa REFIS-2013.

Art. 9º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de julho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

ANEXO – MODELO DE TERMO DE ADESÃO AO REFIS-2013

TERMO DE ADESÃO AO REFIS-2013

Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. FERNANDO TURECK.

requerente			
rg. no.		cnjp/cpf	
endereço residencial			
complemento		bairro	
cidade	estado	cep	telefone residencial
identificação do representante legal da empresa			
endereço comercial			
complemento		bairro	
cidade	estado	cep	telefone comercial
e-mail			

Vem a presença de Vossa Excelência, requerer a adesão ao programa de recuperação fiscal nos termos da Lei 3211, de 17 de julho de 2013, do(s) débito(s) abaixo declarados e confessados.

DECLARAÇÃO E CONFISSÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS CONSTITUÍDOS

Declaro dever ao Município de São Bento do Sul os tributos abaixo relacionados:

TRIBU-TO	No do proc	No da CDA	VALOR	CORRE-ÇÃO	MULTA	JUROS	TOTAL

DECLARAÇÃO E CONFISSÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NÃO CONSTITUÍDOS

Declaro dever ao Município de São Bento do Sul os tributos abaixo relacionados:

TRIBU-TO	MÊS/ANO	VECTO	VALOR	CORRE-ÇÃO	MULTA	JUROS	TOTAL

PARCELAMENTO

O débito referido será pago em _____ parcelas mensais e sucessivas de _____ UFM, de acordo com o art. 1º, § 1º inc. _____, da Lei 3211, de 17 de julho de 2013.

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO:

Declaro aceitar expressa e integralmente todas as normas e condições contidas na Lei 3211, de 17 de julho de 2013, para ingresso e permanência no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS do Município de São Bento do Sul.

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA:

Declaro desistir expressamente de todas as impugnações, defesas e recursos administrativos ou judiciais relativos aos débitos incluídos no REFIS, reconhecendo e confessando as respectivas dívidas, e, ainda, do prazo de 30 dias, contados a partir do pagamento da 1ª parcela, para comprovação da desistência da ação judicial, e, ainda, que a exclusão do REFIS acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do saldo do débito confessado e não pago.

Declaro, ainda, ter conhecimento que a exclusão deste programa impossibilita nova participação em REFIS ou qualquer outra modalidade de parcelamento ou benefício fiscal..

S.B.S., em _____

assinatura do requerente

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADESAO AO REFIS

- I - Contrato social e última alteração;
- II - Cópia do RG. do requerente.
- III - Cópia do CPF do requerente.
- IV - Procuração com poderes especiais.
- V - Cópia da declaração simplificada de IRPJ para as ME e EPP e Associações e DIPJ para as demais.
- VI - Anexo preenchido com os documentos exigidos

Portaria Nº 2727/2013

PORTARIA Nº 2727, DE 17 DE JULHO DE 2013
CONCEDE APOSENTADORIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 19 de julho de 2013, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição ao segurado LEOMIR ALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, Grupo Ocupacional III, Nível I, Classe F, matrícula nº 142, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 4562/2013, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de julho de 2013.

São Bento do Sul, 17 de julho de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria Nº 2728/2013

PORTARIA Nº 2728, DE 17 DE JULHO DE 2013
Autoriza Assinar

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, usando da competência que lhe é conferida por LEI,
RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a servidora pública municipal, CARLA BRIGITTE RADOLL, Coordenadora de Setor de Projetos, na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a assinar os documentos a seguir:

- Alvará de Construção;
- Aprovação de Projetos Arquitetônicos;
- Aprovação de Desmembramentos;
- Aprovação de Loteamentos;
- Alvará de Loteamento;
- Certidão de Conformidade Ambiental;
- Certidão de Uso do Solo;
- Licenças para Movimentação de Terra;
- Licenças Diversas do Departamento de Urbanismo;
- Certidões Diversas do Departamento de Urbanismo;
- Habite-se;
- Certidão de Averbação;
- Certidão de Moradia Econômica;
- Certidão de Demolição;
- Certidão de Conclusão de Obra; e
- Certidão de Casa Antiga.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de julho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal



Portaria Nº 2729/2013

PORTARIA Nº 2729, DE 17 DE JULHO DE 2013

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor LANDIVO DRECHSLER - Operador de Máquina, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos abaixo relacionados:

Courier, placas MDS 2627

Courier, placas MDS 2657

Pegeout, placas MIO 9267

Fiesta, placas MAT 1752

Gol, placas LXM 7364

Pick-up Corsa, placas MAU 5782

Uno, placas MIK 3335

Toyota, placas LZT 0941

Ranger, placas MBX 9437

F4000, placas LZT 2091

Kombi, placas MEB 5460

Kombi, placas MEB 8252

Pampa Ford, placas LXB 3357

Caminhão Agrale, placas LZY 6085

Caminhão VW 11130, placas MDN 7530

Caminhão Basculante, placas MBG 5478

Caminhão Basculante, placas LZZ 7445

Caminhão Basculante, placas MBA 5476

Caminhão Basculante, placas LZW 1032

Caminhão Basculante, placas MAV 8219

Caminhão Tanque, placas MDS 8830

Caminhão Tanque, placas LZS 5154

Caminhão Matra, placas LZT 0594

Caminhão 13130, placas ALO 2751

Caminhão Munck, placas MBK 0041

Caminhão Basculante, placas MDP 9837

Caminhão Basculante, placas MDP 9867

Caminhão Basculante, placas MDS 3827

Caminhão Basculante, placas MDX 4548

Caminhão Comboio, placas MDY 9548

Caminhão Tanque, placas MDY 9578

Kia Bongo Frontier, placas MIN 0873

Kia Bongo Frontier, placas MKD 0329

Caminhão Tanque Worker, placas MMD 2429

Caminhão Basculante Ford Cargo, placas MMB 9769

Caminhão Basculante Ford Cargo, placas MMB 9749

Caminhão Basculante Ford Cargo, placas MMB 3819

Caminhão Basculante Ford Cargo, placas MMB 3799

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de julho de 2013

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

1ª Retificação do Edital de Chamada Pública Nº 128/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 128/2013

1.0 A tabela constante do item 4.1 do Edital de Chamada Pública n. 128/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Item	Unid	Descrição	Valor Unitário
01	Página / fração	Publicidade institucional da Administração Pública Municipal de São Bento do Sul/SC, em jornal com circulação local, com tiragem e/ou número de assinantes entre 0 e 2000, de acordo com as solicitações do Município.	R\$ 410,00 (1/4 de página colorida)
			R\$ 820,00 (1/2 página colorida)
			R\$ 1.640,00 (1 página colorida)
02	Página / fração	Publicidade institucional da Administração Pública Municipal de São Bento do Sul/SC, em jornal com circulação local, com tiragem e/ou número de assinantes entre 2001 e 4.000, de acordo com as solicitações do Município.	R\$ 580,00 (1/4 de página colorida)
			R\$ 1.160,00 (1/2 página colorida)
			R\$ 2.320,00 (1 página colorida)
03	Página / fração	Publicidade institucional da Administração Pública Municipal de São Bento do Sul/SC, em jornal com circulação local, com tiragem e/ou números de assinantes acima de 4.000, de acordo com as solicitações do Município.	R\$ 800,00 (1/4 de página colorida)
			R\$ 1.600,00 (1/2 página colorida)
			R\$ 3.200,00 (1 página colorida)
04	Anúncio	Publicidade institucional da Administração Pública Municipal de São Bento do Sul/SC, por meio de permissionária de serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM) – spot gravado.	R\$ 9,00 – 15"
			R\$ 13,00 – 30"
			R\$ 27,00 – 60"
05	Anúncio	Publicidade institucional da Administração Pública Municipal de São Bento do Sul/SC, por meio de permissionária de serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada (FM) – spot ao vivo.	R\$ 12,00 – 15"
			R\$ 18,00 – 30"
			R\$ 37,00 – 60"
06	Anúncio	Publicidade institucional da Administração Pública Municipal de São Bento do Sul/SC, por meio de permissionária de serviços de radiodifusão sonora em amplitude modulada (AM) – spot gravado.	R\$ 7,00 – 15"
			R\$ 12,00 – 30"
			R\$ 22,00 – 60"
07	Anúncio	Publicidade institucional da Administração Pública Municipal de São Bento do Sul/SC, por meio de permissionária de serviços de radiodifusão sonora em amplitude modulada (AM) – spot ao vivo.	R\$ 9,50 – 15"
			R\$ 14,50 – 30"
			R\$ 24,50 – 60"

2.0 O item 5.2 do Edital de Chamada Pública n. 128/2013, passa a vigorar acrescido da alínea "i", com a seguinte redação:

"i) Cópia autenticada das notas fiscais dos últimos 06 (seis) meses emitidas pela gráfica que realiza a impressão dos periódicos, com indicação expressa do número de impressões, quando tratar-se da hipótese de comprovação de tiragem mínima de que trata o

item 4.1;

j) Cópia autenticada do balancete contábil do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, assinado pelo Contabilista responsável e pelo sócio-proprietário, indicando o número de assinantes do jornal ou relatório emitido pela CELESC, para comprovação de assinaturas pagas na conta de energia elétrica, quando tratar-se da hipótese de comprovação de número mínimo de assinantes de que trata o item 4.1.

As demais disposições do Edital de Chamada Pública n. 128/2013 continuam em pleno vigor, surtindo todos os seus efeitos legais e jurídicos.

São Bento do Sul/SC, 19 de julho de 2013.

MARCOS GERTLER

Secretário Municipal de Administração

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº 240/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 240/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 098/2013, à servidora DELMA KOHLER CHAVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/07/2013 em virtude de licença maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/07/2013.

São Bento do Sul, 18/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 241/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 241/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 16/07/2013 a 22/07/2013, a servidora STEFANI ZULMIRA HINKE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 01/07/2013 a 15/07/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/07/2013.

São Bento do Sul, 17/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 242/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 242/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 18/07/2013 a 14/11/2013, concedido a servidora RUTH KLEINSCHMIDT DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 185/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18/07/2013.

São Bento do Sul, 17/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 243/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 243/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 12/07/2013 a 12/09/2013, ao servidor FERNANDO GROSSL PICKLER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/06/2013 a 11/07/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/07/2013.

São Bento do Sul, 17/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 244/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 244/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no

período de 30/07/2013 a 05/08/2013, ao servidor MARIANO TS-CHOEKE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Administração, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 15/07/2013 a 29/07/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/07/2013.

São Bento do Sul, 17/07/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 245/2013 PORTARIA IPRESBS Nº. 245/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 13/07/2013 a 15/09/2013, concedido a servidora APARECIDA MARIA DE BRITO COSTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 067/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/07/2013.

São Bento do Sul, 17/07/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 246/2013 PORTARIA IPRESBS Nº. 246/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 11/07/2013 a 24/07/2013, concedido a servidora GRAZIELA FRANCISCA MARTINS STUEBER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 162/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/07/2013.

São Bento do Sul, 18/07/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 247/2013 PORTARIA IPRESBS Nº 247/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 24/07/2013 a 30/08/2013, a servidora TEREZA SCHULTZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 09/07/2013 a 23/07/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24/07/2013.

São Bento do Sul, 18/07/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 248/2013 PORTARIA IPRESBS Nº 248/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 26/07/2013 a 09/08/2013, a servidora ANA MARIA VEIGA DE MOURA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 11/07/2013 a 25/07/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/07/2013.

São Bento do Sul, 18/07/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 249/2013 PORTARIA IPRESBS Nº 249/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 17/07/2013 a 02/08/2013, a servidora JANETE TEREZINHA RAMBO FELIZ, ocupante do cargo de provimento efetivo

de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 02/07/2013 a 16/07/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/07/2013.

São Bento do Sul, 18/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 250/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 250/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 16/07/2013 a 02/08/2013, a servidora EMANUELLE GASSNER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 01/07/2013 a 15/07/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/07/2013.

São Bento do Sul, 18/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 251/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 251/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 17/07/2013 a 13/09/2013, concedido a servidora CLARICE FOLETTO SOARES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 157/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/07/2013.

São Bento do Sul, 19/07/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Lei Nº 1720 de 18 de Julho de 2013.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Município - LDO 2014, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, nos termos da legislação federal e Lei Orgânica Municipal, Faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam estabelecidas, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2014, as diretrizes gerais de que tratam esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - das metas fiscais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII - das disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Em consonância com o art. 165 § 2º da Constituição Federal, as Metas e Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício de 2014, não constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS de que trata o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - Projeto; um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - Operação especial, as despesas que não contribuem para a

manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma a regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento na forma das Portarias e Manuais de Procedimentos da Receita expedidos pela STN.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O Orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da destinação dos recursos, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº. 42/1999 Interministerial nº. 163/2001 e demais portarias expedidas pela STN, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº. 08/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº. 08/85);

V - Programa de Trabalho (adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF nº. 08/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF nº. 08/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da II da Portaria SOF nº. 08/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF nº. 08/85);

X - Demonstrativo da Evolução da Receita, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar 101/2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por

categoria Econômica conforme disposto no Art. 22 da Lei 4.320/64; XII - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social (Art. 165, § 5º da CF.);

XIII - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (Art. 5º, I da LRF).

§ 1º Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender as Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portarias Interministeriais e Portarias da STN e outras legislações pertinentes.

§ 2º Os Quadros Demonstrativos da Despesa fixarão a mesma ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº. 163/2001, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

§ 3º As fontes de recursos, identificadas na despesa do orçamento fiscal e da seguridade social, deverão estar correlacionadas com as receitas orçamentárias que ingressarem no orçamento do Município.

§ 4º Entende-se por Recursos do Tesouro para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles geridos de forma centralizada pelo Tesouro do Município, que detém a responsabilidade e controle sobre as disponibilidades financeiras.

§ 5º Entende-se por Recursos de Outras Fontes para efeito de controle orçamentário, financeiro e contábil, aqueles arrecadados de forma descentralizada, originários do esforço próprio das Unidades Orçamentárias da Administração Indireta, seja por fornecimento de bens, prestação de serviços, exploração econômica do patrimônio próprio ou oriundos de transferências voluntárias de outros entes.

Art. 8º O orçamento do Município compreenderá a programação dos Poderes Legislativo, Executivo e dos Fundos Municipais, abaixo descritos:

-Fundo Municipal de Saúde;

-Fundo Municipal de Assistência Social;

-Fundo para a Infância e Adolescência;

-Fundo Agropecuário Municipal;

-Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social

Parágrafo Único - a Câmara Municipal de Vereadores, a Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde na forma de entidades, e os demais fundos na forma de unidade orçamentária compreendidas na entidade Prefeitura Municipal.

Art. 9º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados até 2012, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa em Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa, dos exercícios de 2010 a 2012 e fixada para 2013;

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2010 a 2012;

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Destinados a Ações Públicas de Saúde;

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/12/2012.

Art. 10 A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "00" - Ordinários do orçamento fiscal e será de até 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS

ORÇAMENTOS

Art. 11 O Orçamento Fiscal do Município e as suas execuções, obedecerão entre outros o princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos.

Art. 12 Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento de cada uma das Unidades, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas Relacionadas a seus Objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas. Parágrafo Único Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal serem delegados a servidor municipal.

Art. 13 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior.

Art. 14 Se a receita estimada, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 15 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, observado a destinação de recursos, nas seguintes despesas abaixo:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometido;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - Eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

V - Eliminação de despesas com horas extras;

VI - Redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício anterior, observada a vinculação da destinação de recursos.

§ 2º Para fins de apuração do resultado do cumprimento das metas bimestrais, será considerada ainda a receita efetivamente arrecadada e a despesa liquidada até o período e não somente a meta de arrecadação nos termos do desdobramento aprovado no início do exercício.

Art. 16 A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº. 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 17 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles previstos nos anexos desta lei.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos forem insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não comprometidos.

Art. 18 O Orçamento poderá contemplar recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 2% da Receita Corrente Líquida prevista para o mesmo exercício.

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 30 de novembro, poderão, excepcionalmente, ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 19 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 20 O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa.

Art. 21 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária, com dotações vinculadas à destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº. 101/2000.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa, identificarão com codificação adequada cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

Art. 22 A renúncia de receita estimada para o exercício não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 23 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica.

§ 1º As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade do município.

§ 2º Não se aplica o disposto deste artigo, as contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas em que o Município for associado.

Art. 24 Para habilitar-se ao recebimento de contribuições, auxílios financeiros ou subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular, por autoridades locais, e comprovantes de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 25 Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que não acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício de 2014, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do art. 24 da Lei nº. 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 26 Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 27 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 28 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2014 a preços correntes.

Art. 29 O Poder Executivo Municipal fica autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operação Especial e em cada Fonte de Recurso, através de ato do Prefeito Municipal, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal;

V - abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da despesa do exercício de 2014, através de ato do Prefeito Municipal, utilizando como fontes de recursos o superávit financeiro apurado em balanço de acordo com o art. 7º da Lei 4.320/64;

VI - abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da despesa do exercício de 2014, através de ato do Prefeito Municipal, utilizando como fonte o excesso de arrecadação, de acordo com o art. 7º da Lei 4.320/64.

Art. 30 Durante a execução orçamentária de 2014 o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, na forma de crédito especial.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento na forma estabelecida na Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 32 A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em Lei específica.

Art. 33 Ultrapassado o limite de endividamento, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas nesta lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL

Art. 34 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar n. 101/2000.

Parágrafo Único Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2014 ou em créditos adicionais.

Art. 35 A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido aos limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 36 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 37 O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar n. 101/2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 38 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal,

desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 40 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar n. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 41 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 31/12/2012.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2013, o Excesso ou provável Excesso de Arrecadação, a Anulação de Saldos de Dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2014.

Art. 46 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 47 Excepcionalmente nesta Lei de Diretrizes Orçamentária, que terá vigência para o exercício de 2014, por incompatibilidade entre os prazos estabelecidos no art. 35, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, que estabeleceu o envio do projeto

da LDO ao Poder Legislativo anterior ao envio do projeto do PPA, não permitindo a efetiva compatibilidade entre as peças, os anexos previstos nesta lei, serão extraídos após a aprovação do PPA 2014/2017, e anexados a LDO de 2014.

Art. 48 Revogam-se as disposições em contrário.

São Domingos/SC, em 18 de julho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Aditivo Prefe N. 054/2013 de 13/06/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: Junho/2013

TERMO ADITIVO: PREFE N. 054/2013 de 13/06/2013- 4º Termo Aditivo ao Contrato n. 058/2012 de 31 de maio de 2012.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/06/2013

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE nº 029/2012, Modalidade Tomada de Preços n. 004/2012

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADA: TERRAMAX CONTRUÇÕES E OBRAS LTDA

CPF/CNPJ: 04.406.660/0001-28

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 04/11/2013

Aditivo Prefe N. 058 de 14/06/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JUNHO/2013

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE N. 058 DE 14/06/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14/06/2013

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 020/2011 Modalidade: Tomada de Preços n. 004/2011

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da Cláusula Quinta - Da vigência do contrato para construção de um muro de um Mini Centro de Convenções na Praça Germano Griss.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: Winck Engenharia e Construções Ltda

CPF/CNPJ: 09.544.243/0001-65

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 04/11/2013

Aditivo Prefe N.056 de 13/06/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JUNHO/2013

TERMO ADITIVO: PREFE N.056 de 13/06/2013 - Quarto Termo Aditivo ao Contrato n. 046 de 16 de abril de 2012.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/06/2013

LICITAÇÃO: Processo Licitatório n. 021/2012, Modalidade Tomada de Preços n. 001/2012.

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.

CNPJ/MF: 04.406.660/0001-28.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 04/11/2013

Aditivo Prefe Nº 067/2013, de 12/07/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO:

MÊS/ANO: JULHO/2013.

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE Nº 067/2013, de 12/07/2013 (1º Aditivo ao Contrato PREFE nº 0096/2012, de 31/12/2012).

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 262.502,78 R\$ 6.730,84= R\$ 269.233,62

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/07/2013

DESCRIÇÃO: O presente instrumento tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do Contrato de Repasse nº 1.002.042-62/2012, de 31/12/2012, realizado segundo os termos do Programa Planejamento Urbano do Ministério das Cidades - MCid (Pavimentação Polidétrica em trechos das Ruas Chile e Vereador Ladislau Zarembski).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATANTE: União Federal/MCid/Caixa Econômica Federal.

CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04.

CONTRATADO: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

CPF/CNPJ: 83.809.894/0001-08.

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 31/12/2014

Aditivo Prefe Nº 068/2013, de 15/07/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO:

MÊS/ANO: JULHO/2013.

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE Nº 068/2013, de 15/07/2013 (1º Aditivo ao Contrato PREFE nº 0093/2012, de 31/12/2012).

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 487.500,00 R\$ 49.500,00= R\$ 537.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/07/2013

DESCRIÇÃO: O presente instrumento tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do Contrato de Repasse nº 1.001.730-51/2012, de 31/12/2012, realizado segundo os termos do Programa Prodesa do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA (Aquisição de 02 Caminhões equipados com Caçamba Basculante - 01 Trucado e 01 Trucado e Traçado).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATANTE: União Federal/MAPA/Caixa Econômica Federal.

CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04.

CONTRATADO: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

CPF/CNPJ: 83.809.894/0001-08.

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 31/12/2013

Aditivo Prefe Nº 069/2013, de 15/07/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO:

MÊS/ANO: JULHO/2013.

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE Nº 069/2013, de 15/07/2013 (1º Aditivo ao Contrato PREFE nº 0092/2012, de 31/12/2012).

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 465.075,00 R\$ 11.925,00= R\$ 477.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/07/2013

DESCRIÇÃO: O presente instrumento tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do Contrato de Repasse nº 1.003.202-70/2012, de 31/12/2012, realizado segundo os termos do Programa Prodesa do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA (Aquisição de 01 Retroescavadeira e 03 Tratores Agrícolas).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATANTE: União Federal/MAPA/Caixa Econômica Federal.

CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04.

CONTRATADO: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

CPF/CNPJ: 83.809.894/0001-08.

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 31/12/2013

Termo Aditivo Prefe N. 055/2013 de 13 de Junho de 2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JUNHO/2013

QUARTO TERMO ADITIVO: PREFE n. 055/2013 de 13 de junho de 2013

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração do prazo de vigência constante na CLÁUSULA SEXTA do contrato original.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784- B

CONTRATADO: PROJETARC ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 105.376.271/0001-60

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 05/11/2013

Termo Aditivo Prefe Nº 070/2013, de 16/07/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO:

MÊS/ANO: JULHO/2013.

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE Nº 070/2013, de 16/07/2013 (1º Aditivo ao Contrato PREFE nº 0086/2012, de 19/10/2012).

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 580.000,00 R\$ 19.000,00= R\$ 599.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 16/07/2013

DESCRIÇÃO: O presente instrumento tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do Contrato de Repasse nº 0.389.716-65/2012, de 19/10/2012, realizado segundo os termos do Programa Pronat do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (Aquisição de 01 Motoniveladora).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATANTE: União Federal/MDA/Caixa Econômica Federal.

CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04.

CONTRATADO: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

CPF/CNPJ: 83.809.894/0001-08.

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 31/12/2013

Termo Aditivo Prefe Nº 071/2013, de 17/07/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO:

MÊS/ANO: JULHO/2013.

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE Nº 071/2013, de 17/07/2013 (1º Aditivo ao Contrato PREFE nº 0095/2012, de 31/12/2012).

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 493.100,00 R\$ 38.258,13= R\$ 531.358,13

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 17/07/2013

DESCRIÇÃO: O presente instrumento tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do Contrato de Repasse nº 1.002.983-10/2012, de 31/12/2012, realizado segundo os termos do Programa Planejamento Urbano do Ministério das Cidades - MCid (Pavimentação Asfáltica em trechos das Ruas Santos Dumont, Major Azambuja e Coronel Passos Maia).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATANTE: União Federal/MCid/Caixa Econômica Federal.

CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04.

CONTRATADO: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

CPF/CNPJ: 83.809.894/0001-08.

DATA VENCIMENTO DO TERMO ADITIVO: 31/12/2014

São João do Sul**PREFEITURA****Lei Nº 1.673 de 19 de Julho de 2013**

LEI Nº 1.673 DE 19 DE JULHO DE 2013

REVOGA A LEI Nº 1589 DE 18 DE MAIO DE 2011, QUE INSTITUI A LOGOMARCA COMEMORATIVA DOS 50 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada a Lei Municipal nº 1.589 de 18 de maio de 2011 que institui a Logomarca Comemorativa dos 50 anos de Emancipação Político-Administrativa do Município de São João do Sul.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 19 de julho de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos dezanove dias do mês de julho do ano de dois mil e treze

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 1.674 de 19 de Julho de 2013

LEI Nº 1.674 DE 19 DE JULHO DE 2013

Autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sul, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a seguinte classificação:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0107.2019 - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

3.3.90.00.00.00.00.00.1085 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro serão anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0107.1003 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE FÍSICA DE SAÚDE

4.4.90.00.00.00.00.00.1085 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

10.301.0107.1004 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA SAÚDE

4.4.90.00.00.00.00.00.1085 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

10.301.0107.2018 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.00.1085 - Aplicações Diretas R\$ 29.900,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
19 de julho de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de julho do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº 1.676 de 19 de Julho de 2013

LEI Nº 1.676 DE 19 DE JULHO DE 2013

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a ceder para o Estado de Santa Catarina, inscrito sob CNPJ n.º 82.951.229/0001-76, por intermédio da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.509.770/0001-88, pelo prazo de 20 (vinte) anos, o direito de uso de dois terrenos urbanos, sendo o primeiro com área de 390,00m² (trezentos e noventa metros quadrados) constituído do Lote n.º 10 (dez), da quadra n.º 44 (quarenta e quatro), matrícula n.º 48.206 e o segundo com área de 390,00m² (trezentos e noventa metros quadrados), constituído do Lote n.º 11 (onze), da quadra n.º 44 (quarenta e quatro), matrícula n.º 48.207.

Art. 2º - A cessão de que trata o Art. 1º é feita a título gratuito e para a exclusiva finalidade da construção do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, no Município.

Art. 3º - O imóvel objeto da cessão de uso deverá ser utilizado exclusivamente de acordo com a finalidade prevista no Art. 2º devendo a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação dar-lhe a destinação devida e responsabilizar-se por mantê-lo em bom estado de conservação, inclusive com realização de obras de manutenção preventiva e corretiva.

Art. 4º - Fica estipulada a possibilidade da renovação mediante Termo Aditivo.

Art. 5º - Constitui parte integrante desta Lei, na forma de Anexo, cópia das certidões das matrículas n.º 48.206 e 48.207 do CRI de Sombrio - SC, do projeto Arquitetônico da SST - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação e Minuta do Termo de Cessão de Bem Imóvel.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 19 de julho de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de julho do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei Nº. 1.675 de 19 de Julho de 2013

LEI Nº. 1.675 DE 19 DE JULHO DE 2013

Autoriza a aquisição de um imóvel rural, por desapropriação amigável, visando à construção da Estação de Tratamento de Esgoto do Município de São João do Sul, e dá outras providências.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o art. 12, XXXVI e o art. 16, XII da Lei Orgânica do Município de São João do Sul, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir um imóvel rural por desapropriação amigável, de propriedade de Flávio Rosa da Silva e Terezinha Scandolara da Silva, situado no lugar Sertão do Piritú, distrito de Vila Conceição, no Município de São João do Sul/SC, com a área ideal de 10.000,00m² (dez mil metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: "Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P01, de coordenadas N 6.765.201,978 m. e E 616.996,555 m.; situado no limite da Rua SJS 422 com Pedro Marinho de Quadros, matrícula R.1-41.625, deste segue com azimute de 198°16'13" e distância de 6,35 m., confrontando neste trecho com Rua SJS 422, até o vértice P02, de coordenadas N 6.765.195,951 m. e E 616.994,566 m.; deste, segue com azimute de 326°17'15" e distância de 42,94 m., confrontando Flávio Rosa da Silva, matrícula R.4-2.139, até o vértice P03, de coordenadas N 6.765.231,674 m. e E 616.970,730 m.; deste, segue com azimute de 287°11'11" e distância de 89,32 m., confrontando neste trecho com Flávio Rosa da Silva, matrícula R.4-2.139, até o vértice P04, de coordenadas N 6.765.258,068 m. e E 616.885,395 m.; deste, segue com azimute de 197°11'11" e distância de 65,00 m., confrontando neste trecho com Flávio Rosa da Silva, matrícula R.4-2.139, até o vértice P05, de coordenadas N 6.765.195,970 m. e E 616.866,189 m.; deste, segue com azimute de 287°11'11" e distância de 133,50 m., confrontando neste trecho com Flávio Rosa da Silva, matrícula R.4-2.139, até o vértice P06, de coordenadas N 6.765.235,415 m. e E 616.738,654 m.; deste, segue com azimute de 17°11'11" e distância de 70,00 m., confrontando neste trecho com Flávio Rosa da Silva, matrícula R.4-2.139, até o vértice P07, de coordenadas N 6.765.302,290 m. e E 616.759,338 m.; deste, segue com azimute de 107°11'11" e distância de 224,59 m., confrontando neste trecho com Pedro Marinho de Quadros, matrícula R.1-41.625, até o vértice P08, de coordenadas N 6.765.235,926 m. e E 616.973,904 m.; deste, segue com azimute de 146°17'15" e distância de 40,81 m., confrontando neste trecho com Pedro Marinho de Quadros, matrícula R.1-41.625, até o vértice P01, de coordenadas N 6.765.201,978 m. e E 616.996,555 m, ponto inicial da descrição deste perímetro."

Art. 2º - Como pagamento do referido imóvel, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), será considerada a avaliação da comissão de avaliação nomeada pelo Decreto nº 075 de 18 de junho de 2013.

§ 1º - A quantia da transação corresponde ao valor de mercado do imóvel, conforme comprova o Laudo de Avaliação que faz parte integrante dessa Lei, de acordo com o disposto no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º - O imóvel a ser adquirido destina-se à construção da Estação de Tratamento de Esgoto do Município de São João do Sul.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 19 de julho de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos dezenove dias do mês de julho do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 077 de 26 de Junho de 2013

DECRETO Nº. 077 DE 26 DE JUNHO DE 2013

"Transpõe dotações do orçamento vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 2.600,20 (dois mil, seiscentos reais e vinte centavos) para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.361.0116.2027 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

4.4.90.00.00.00.00.00.3117 - Aplicações Diretas R\$ 2.600,20

TOTAL R\$ 2.600,20

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro, será anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.361.0116.2027 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

3.3.90.00.00.00.00.00.3117 - Aplicações Diretas R\$ 2.600,20

TOTAL R\$ 2.600,20

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,

26 de junho de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº. 078 de 26 de Junho de 2013

DECRETO Nº. 078 DE 26 DE JUNHO DE 2013

"Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal e dá outras providências".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1643 de 04 de dezembro de 2012 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 655,79 (seiscentos e cinquenta e cinco reais e setenta e nove centavos), para cobertura de dotação do orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme segue:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

01 - SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

12.361.0116.2027 - MANUTENÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

4.4.90.00.00.00.00.00.0117 - Aplicações Diretas R\$ 655,79

TOTAL R\$ 655,79

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recursos vinculados do FNDE/PEJA - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Programa Apoio Sistema de Ensino para Atendimento ao EJA - Educação de Jovens e Adultos, verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
26 de junho de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER

Secretária Municipal de Administração e Finanças

São José**PREFEITURA****Portaria Nº 08 de 16 de Julho de 2013/D.M.**

PORTARIA Nº 08 DE 16 DE JULHO DE 2013/D.M.

REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE INTERNO E DISCIPLINAR O USO DE VEÍCULOS LOTADOS NA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.

O Superintendente da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ- FMADS, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art 13, IV, da Lei Municipal nº 3.048 de 28 de agosto de 1997, faz saber e tornar público pela presente, que:

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 29.426/2009 que regulamenta as regras para utilização dos veículos da frota oficial da Prefeitura Municipal de São José/SC;

CONSIDERANDO a necessidade de fiscalizar, controlar os gastos públicos e dar a efetiva celeridade nas ações estratégicas de fiscalização de cunho ambiental no âmbito do município;

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar procedimentos de controle interno e disciplinar o uso de veículos da Fundação Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMADS/SJ, RESOLVE:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Esta Portaria disciplina o uso e o controle de veículos oficiais no âmbito da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMADS/SJ.

I - O uso de veículos oficiais só será permitido a quem tenha obrigação constante de representação oficial pela natureza do cargo ou função, também em razão do cargo ou função, da sede do serviço respectivo, para fiscalizar, inspecionar, diligenciar, executar ou dirigir atividades, que exijam o máximo de aproveitamento de tempo.

II - Os servidores/condutores dos veículos deverão ser nomeados pela Superintendência através de ato administrativos internos da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMADS/SJ.

Art. 2º. Para a finalidade estabelecida nesta Portaria considera-se veículo oficial os automóveis destinados ao atendimento das atividades próprias da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMADS/SJ.

Art. 3º. Os veículos oficiais são classificados em:

I - de representação;

II - de serviço.

§ 1º - Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por veículo de representação aquele destinado ao atendimento normal à Superintendência e a pessoas justificadamente autorizadas, inclusive

para comparecimento a solenidades, congressos, conferências, recepções oficiais, atos cívicos e outros eventos similares.

§ 2º - Entende-se por veículo de serviço, todos os demais veículos caracterizados ou não, destinados ao transporte de servidores da FMADS no desempenho de suas atividades externas próprias Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMADS/SJ, mediante requisição.

DOS CONDUTORES

Art. 4º. Os servidores/condutores autorizados a utilizar os veículos lotados na Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMADS/SJ, deverão ter um período de habilitação mínima de 03 (três) anos.

Art. 5º. Cabe aos servidores/condutores dos veículos oficiais adotar, ao iniciar as atividades, os seguintes procedimentos:

I - verificar o todas regularidades do veículo como (nível de óleo do motor e o período previsto para trocá-lo, nível de água do sistema, vistoriar o veículo, identificando riscos, amassados e avarias em geral, observar o prazo para revisão mecânica);

II - preencher as informações constantes da "Relatório de Uso de Veículos", independentemente do tempo de uso, conforme formulário próprio.

Parágrafo Único - O servidor/conductor, ao verificar qualquer anormalidade no veículo, deverá comunicá-la imediatamente à Diretoria Administrativa e Financeira, ou em caso de ausência diretamente a Superintendência da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMADS/SJ.

Art. 6º. Fica expressamente proibida a utilização dos veículos oficiais de serviço para:

I - transporte coletivo ou individual de servidor, da residência para o serviço ou vice-versa, excetuada a hipótese de viagem a serviço, devidamente comprovada e autorizada.

II - atender interesses alheios ao serviço;

III - excursões, passeios ou trabalhos estranhos ao serviço público;

IV - transporte de pessoas estranhas ao serviço público, salvo no caso de interesse público comprovado;

V - transitar aos sábados, domingos e feriados, salvo para desempenho de atividade ou encargo inerente ao serviço.

Art. 7º. O servidor/conductor de veículo oficial é responsável pelas infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro e em seu Regulamento, decorrentes de atos praticados na direção do veículo. Parágrafo Único - O(s) usuário(s) devere(m) proceder de forma a permitir que o condutor observe as disposições do Código de Trânsito Brasileiro, a fim de serem evitadas infrações decorrentes de inobservância de legislação vigente.

DO GUARDA DOS VEÍCULOS

Art. 8º. Ao término da circulação diária, inclusive nos finais de semana, os veículos oficiais serão recolhidos à garagem oficial da Prefeitura Municipal de São José, onde possam estar protegidos de danos, furtos e roubos.

Parágrafo Único. Em casos excepcionais, devidamente justificados e documentados, a Superintendência poderá autorizar que os veículos sejam guardados em garagens ou estacionamentos particulares, pagos ou não, sob a responsabilidade de seus condutores.

DAS MULTAS

Art. 9º. As multas impostas aos veículos oficiais da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMADS/SJ, serão de responsabilidade:

I. Do condutor, quando este estiver sozinho no veículos, ou, quando acompanhado, a transgressão se der por sua iniciativa;

II. Do(s) usuário(s), quando a transgressão se der por sua ordem;

III. Da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMADS/SJ, quando a transgressão se der por

motivos independentes da vontade do condutor e dos usuário(s).

§1º. É obrigatória a indicação do condutor quanto do recebimento de multas e a recusa ou demora em fazê-lo gerando reincidência será objeto de procedimento de apuração de responsabilidade.

PROCEDIMENTOS EM CASO DE ACIDENTES

Art. 10º. Nos casos de acidente deverá o condutor providenciar a presença policial, diligenciando nosentido de serem elaborados o Boletim de Ocorrência e o Laudo Técnico Pericial, quando for o caso, verificando eventuais falhas na lavratura deste e solicitar a sua correção.

Art. 11º. No caso de acidente envolvendo outros veículos ou pedestres, o condutor do veículo, ou na impossibilidade deste, seu(s) usuário(s), deverão providenciar junto aos envolvidos, inclusive testemunhas, sua identificação com nome, endereço completo, telefone, placa de veículo, caso algum deles se recuse a aguardar a autoridade policial ou o deslocamento até ao Posto Policial para lavratura do termo.

Art. 12 º. Adotadas as providências dos artigos 10 e 11, deverão remover o veículo acidentado para as depedencias da Prefeitura Municipal de São José ou oficina mecânica conveniada, obedecendo as normas legais, inclusive se for o caso acionando o seguro.

Art. 13º. O Diretor Administrativo Financeira será comunicado do acidente através de Comunicação Interna - CI, acompanhado de Boletim de Ocorrência e o Laudo Técnico Pericial quando for necessário.

Parágrafo Único. Quando houver necessidade de instauração de sindicância, será anexados ao processo, o Boletim de Ocorrência e o Laudo Técnico Pericial, se houver, cópia da Carteira Nacional de Habilitação e ficha funcional com cópia do prontuario da CNH quando for necessário, e documento com o valor despendido para a realização do reparo do veículo ou franquia, participação de qualquer espécie relativas ao seguro.

Art. 14º. Os processo de apuração de responsabilidade do condutor ou de quem esteja autorizado a conduzir o veículos da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMADS/SJ, tramitarão de forma interna.

DAS SOLICITAÇÃO DE VEÍCULOS

Art. 15º. A solicitação de uso de veículo oficial deverá ser feita à Diretoria Administrativa e Financeira, com antecedência mínima de 1(um) dia, por meio de Requerimento próprio ou Comunicação Interna.

§1º Os seguintes campos do Requerimentos ou Comunicação Interna deverão ser preenchidos pelo solicitante:

I - órgão estrutural;

II - nome do usuário;

III - matrícula;

IV - serviço a executar;

V - data;

VI - hora;

VII - local;

VIII - requisitante;

IX - assinatura e carimbo.

§2º Em todas as solicitações, o passageiro deverá contatar a Diretoria Administrativa e Financeira com a antecedência mínima de 30 minutos, via telefone, para confirmar a efetiva utilização do veículo.

§3º Não havendo a utilização do veículo em até 20 minutos, o atendimento será cancelado e o veículo poderá ser utilizado para atendimento de outros pedidos.

§4º A Diretoria Administrativa e Financeira, ao verificar compatibilidade de horário, destino, tempo de permanência e disponibilidade de vagas, deverá alocar veículos de serviço de forma compartilhada para atendimento de setores distintos.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16º. Os proprietários ou usuários de veículos particulares que vierem a prestar serviços com os mesmos, devidamente autorizados, poderão ser reembolsados das despesas de transporte, conforme ato administrativo da Superintendência.

Art. 17º. Os casos omissos serão resolvidos pela Superintendência da Fundação Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FMADS/SJ.

Esta Portaria Administrativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário que sejam com ela conflitantes.

Publique-se e Cumpra-se.

EDUARDO BASTOS MOREIRA LIMA
Superintendente da FMADS/ SJ
Dec. nº 696/2013

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.693, de 19 de Julho de 2013.

DECRETO Nº 4.693, DE 19 DE JULHO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar - anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013, e inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar, por anulação de dotações, adicionando-se o valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.2.034 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 85
Aplicação Direta R\$ 39.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece no inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

09.00 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.2.034 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 83
Aplicação Direta R\$ 39.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de julho de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Extrato do Convênio Nº 014, de 18 de Julho de 2013.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 014, DE 18 DE JULHO DE 2013.

Origem: Art. 55, inciso XXIX da Lei Orgânica do Município, nos termos do Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011, e de

acordo com a Lei Municipal nº 2.078, de 29 de abril de 2013.

Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DE PRESIDENTE JUSCELINO, CNPJ/MF nº 04.142.272/0001-87.

Objeto: O REPASSE DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL, COM FINS DE MANTER AS ATIVIDADES DA CONVÊNIA DA.

Valor: R\$ 7.740,00 (sete mil, setecentos e quarenta reais), em parcela única, a ser paga na data de 26 de julho de 2013.

Data da assinatura: 18/07/2013.

Vigência: de 18/07/2013 a 31/12/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal - pelo Conveniente e Gilberto Zanettin - pela Conveniada.

Schroeder

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 50/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 50/2013-PMS

PROCESSO Nº. 124/2013-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de óleo diesel S500 e S10 para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 05 de agosto de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 05 de agosto de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 22 de julho de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 51/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000
- SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 51/2013-PMS

PROCESSO Nº. 125/2013-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em pintura de sinalização horizontal (faixas de pedestres, lombadas, legendas 'PARE' e eixos, bordos e ciclo-vias) conforme memorial descritivo da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 06 de agosto de 2013 às 08h45min.
Abertura do Processo: 06 de agosto de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 22 de julho de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 139/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 139/2013 - PMS
Processo Licitatório nº. 126/2013-PMS
Dispensa de Licitação nº. 54/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: FIGUEIRA TOLDOS E TENDAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.111.559/0001-75, estabelecida na Rua Antonio Kochella, nº 143, Ilha da Figueira, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.258-470.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada em conserto de toldo na entrada da delegacia de Polícia Civil de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
------	-----------------	---------	--------------------	-----------------

01	Conserto do toldo na entrada da Delegacia de Polícia Civil de Schroeder	01	Unidade	300,00	300,00
TOTAL R\$					300,00

Valor do contrato: R\$300,00 (trezentos reais)

Data da Assinatura: 18/07/2013 – Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- **ADESÃO AO PGT** – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- **REGIN** – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- **SIMPLES NACIONAL** – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- **ITBI** – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Dispensa Nº 36/2013-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 36/2013 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 57/2013
Data: 19/07/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: CENC - CENTRO EXCELÊNCIA NUTRIÇÃO CLÍNICA LTDA
Endereço: RUA BLUMENAU, 178 - SALA 201
Cidade: Joinville - SC
CNPJ: 09.148.034/0001-00

Código: 7402

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de suplementos alimentares doados pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, conforme a Lei Municipal nº 1699/2008 do Município de Schroeder:SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	40,00	Módulo de glutamina em pó (100%), destinado a pacientes com estresse metabólico, distúrbios gastrintestinais, oncologia, imunodeprimidos e transplantados. Não deve conter glúten. Sabor: natural. Embalagem com 250 a 400g.	LATA	91,79	3.671,60
2	60,00	ALBUMINA EM PÓ, PARA USO ENTERAL. Sabor: natural.Embalagem: pacote com 500g.	UN	23,05	1.383,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Devido à sucessivas licitações desertas desses itens torn-ase necessária a compra por dispensa, pois há pacientes em tratamento permanente com estes suplementos. Licitações desertas: Pregão nº 01/2013 e nº08/2013.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 19 de Julho de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 36/2013 - DL**

Processo Nr.: 57/2013
Data: 19/07/2013

Folha: 2/2

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Valor da Despesa: 5.054,60 (cinco mil e cinquenta e quatro reais e sessenta centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Dispensa Nº 54/2013-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 54/2013 - DL
	Processo Nr.: 126/2013 Data: 19/07/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: FIGUEIRA TOLDOS E TENDAS LTDA - EPP Endereço: R ANTONIO KOHELLA, 143 Cidade: Jaraguá do Sul - SC CNPJ: 06.111.559/0001-75	Código: 10737 Inscrição Estadual: 254.718.965
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em conserto de toldo na entrada da delegacia de Polícia Civil de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Conserto do toldo na entrada da Delegacia de Policia Civil de Schroeder	UN	300,00	300,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Conforme solicitação anexa, do Agente de Policia Sr. Luiz Carlos Leite Soares Junior, este conserto é muito importante, pois serve de abrigo as pessoas que aguardam o atendimento.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 19 de Julho de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 54/2013 - DL**

Processo Nr.: 126/2013
Data: 19/07/2013

Folha: 2/2

10/07/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 10 de Julho de 2013

Valor da Despesa: 300,00 (trezentos reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Termo Aditivo Nº. A10/2013 - FMS

TERMO ADITIVO Nº. A10/2013 – FMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 42/2012-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: OLOS TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.260.354/0001-28, estabelecida na Rua Tufie Mahfud, nº 210, salas 301, 303 e 304, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89251-080, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Alfredo Roeder Junior, inscrito no CPF sob o nº 516.083.089-87 e Carteira de Identidade nº. 1.041.162-3-SSP-SC.

Considerando o Contrato nº. 42/2012-FMS, celebrado em 20 de julho de 2012, decorrente Processo de Licitação nº. 19/2012-FMS, Tomada de Preço nº. 03/2012-FMS, para contratação de empresa especializada em serviço de processamento de dados para a secretaria municipal de saúde e assistência social, incluindo a administração do banco de dados, assessoramento ao usuário na utilização de telas de entrada e saída de dados, consultoria e treinamento para uso da ferramenta, sem limites de quantidade de estações de trabalho, conforme ANEXO VIII – TERMO REFERÊNCIA, do instrumento convocatório, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando o pedido feito pela Secretaria de Saúde e Assistência Social a qual solicita o aditamento de reajuste conforme a previsão do contrato na cláusula 14ª, considerando a aplicação do INPC(6.9716%), passando assim de R\$2.220,00(dois mil e duzentos reais) mensais, para R\$2.353,37 (dois mil trezentos e cinquenta e três reais e trinta e sete centavos) mensais.

Considerando o pedido feito pela Secretaria de Saúde e Assistência Social para aditar o prazo de vigência do contrato até 31 de dezembro de 2013.

Considerando o disposto no art. 65, §8º. e art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal, para aditivo de reajuste e prorrogação do prazo de vigência do contrato a fim de possibilitar a regular execução do objeto contratado.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a partir deste a Cláusula Primeira “Cláusula Primeira - do objeto do contrato, e descrição” no item 01 considerando a aplicação do INPC(6,9716%), passando assim de R\$2.220,00(dois mil e duzentos reais) mensais, para R\$2.353,37 (dois mil trezentos e cinquenta e três reais e trinta e sete centavos) mensais, totalizando o valor para 05 (cinco) meses em R\$ 11.766,85 (onze mil setecentos e sessenta e seis reais e oitenta e cinco centavos), sendo:

ITEM	QTDE	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR R\$ UNITARIO REAJUSTADO	VALOR R\$ TOTAL ADITIVADO
------	------	------	-----------	-------------------------------	---------------------------

01	05	Mês	SERVIÇO MENSAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS E GERENCIAMENTO DO BANCO DE DADOS, CONFORME CONDIÇÕES DEFINIDAS NO PROJETO BÁSICO (ANEXO I) E COM AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS FUNCIONAIS DO ANEXO II. SERVIÇO DE ASSESSORAMENTO E CONSULTORIA AO USUÁRIO NA UTILIZAÇÃO DE TELAS DE ENTRADA E SAÍDA DE DADOS E CONFORME DEFINIDO NO PROJETO BÁSICO (ANEXO I), INCLUINDO TREINAMENTO EM GRUPO PARA AS ÁREAS DEFINIDAS, ONDE SERÁ NECESSÁRIO UM MÊS, PARA ESTE TREINAMENTO.	2.353,37	11.766,85
----	----	-----	---	----------	-----------

Cláusula 2ª – Fica a partir deste alterada a Cláusula Décima Quarta “Cláusula Décima Quarta – Da Vigência” no item 14.1 do contrato nº 42/2012-FMS, prorrogando-se o a vigência do contrato até dia 31 de dezembro de 2013.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 42/2012-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionalizado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 18 de julho de 2013.

CONTRATADA:

OLOS TECNOLOGIA LTDA
ALFREDO ROEDER JUNIOR

CPF nº 516.083.089-87

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____
Nome: ORLANDO TECILLA
CPF nº. 311.753.079-34

2ª _____
Nome: Daniela Samulescki
CPF nº. 053.350.739-18

Convênio Pmsc Nº065/2013

CONVÊNIO PMSC Nº065/2013

CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

MILITAR, VISANDO A COOPERAÇÃO FINANCEIRA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A SUBUNIDADE DA POLÍCIA MILITAR COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SCHROEDER

Pelo presente Termo de Convênio que entre si celebram Município de Schroeder pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.491/0001-09, com sede na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, bairro Centro, nesta cidade de Schroeder - SC, neste ato representado pelo Sr. Osvaldo Jurck, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 310.472.469-53 e Cédula de Identidade nº 597.443-7, residente e domiciliado na Rua Palmiro Roberto Gneipel, Nº 46, Centro, Schroeder - SC, doravante denominado Conveniente, e o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, situada à Rua Visconde de Ouro Preto nº 549, inscrita no CNPJ sob nº 83.931.550/0001-51, representada pelo seu Comandante Geral, Coronel PM Nazareno Marcineiro, inscrito no CPF sob nº 376.568.999-87 e Cédula de Identidade nº 539.319 - SC, residente e domiciliado na cidade de Florianópolis - SC, doravante denominada Conveniada, com fundamento na Lei Municipal nº 1.931, de 23 de abril de 2013, Lei 4.769 de 12 de abril de 2013, no inciso IV, do Art. 7º da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007 e no Decreto nº 307, no Decreto nº 1.158, de 18 de março de 2008 e na Portaria nº 2400/GERE/DIGA/GAB/SSP, de 17 de dezembro de 2010 firmam o presente Termo de Convênio de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo de Convênio tem como objeto o repasse de auxílio financeiro de R\$9.056,00 (nove mil e cinquenta e seis reais) à Conveniada, para aquisição de armamento, 02 (duas) CARABINAS TAURUS CAL.30 CARBINE MOD CT30 COM 04 (quatro) CARREGADORES, para uso restrito da Polícia Militar de Schroeder, conforme previsto na Lei Municipal nº 1.931/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo do presente Termo de Convênio é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

Para auxiliar nos custos necessários para a realização do objeto do presente convênio, de que trata a cláusula primeira, o Conveniente repassará a Conveniada, o valor de R\$9.056,00 (nove mil e cinquenta e seis reais), que será depositado no Fundo de Melhorias da Polícia Militar, através de depósito identificado, na conta bancária nº 940400-7, Agência nº 3582-3, do Banco Brasil,

denominada "Fundo de Melhorias da PM", CNPJ nº 13.925.994/0001-01, para atender o objeto do presente Convênio.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio correrão por conta do crédito suplementar especial com fulcro na lei nº 730; 1934/2013.

06- SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
06.01 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO
06.01.181.0009.2.034 - CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR
4.4.30.42.00.00 - AUXÍLIOS

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

a) - Disponibilizar o valor estipulado, nos termos da cláusula terceira deste convênio;

b) - Realizar, à conta de suas dotações orçamentárias, o repasse financeiro de que trata o presente convênio, mediante a apresentação de prestação de contas conforme resolução do TC/SC 16/94, e Lei Municipal nº 1.931/2013.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

a) - Prestar contas através do encaminhamento ao CONVENIENTE de cópia das notas fiscais de aquisição, em até 180 (cento e oitenta) dias da quantia paga e recibo de depósito dos valores que eventualmente sobra, na forma do convênio;

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RENÚNCIA E RESCISÃO

A rescisão do presente convênio poderá ser:

- a) - Determinada por ato unilateral de uma das partes, em face do não cumprimento das cláusulas pela outra, devendo ser feito por escrito;
- b) - Amigável, por acordo entre as partes, a qualquer tempo;
- c) - Ocorrendo a superveniência de normas legais ou eventos que o tornem material ou formalmente inviável.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

- a) - A não apresentação de cópia das notas fiscais, por parte da CONVENIADA, implicará na devolução do valor mencionado na cláusula terceira deste convênio;
- b) - O não depósito dos valores e nas condições estipuladas na cláusula terceira torna sem efeito este convênio.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Florianópolis - Estado de Santa Catarina, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e conveniados, as partes assinam o presente Termo de Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor e forma na presença de 04 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Florianópolis, 22 de maio de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

NAZARENO MARCINEIRO
Cel PM Comandante Geral da Polícia Militar

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: FERNANDO RODRIGO DA ROSA
OAB/SC 35.462

Assinatura: _____
Nome Legível: JOSÉ ANTONIO LOURENÇO
CPF: 789.436.559-91

Termo de Convênio Nº006/2013, Que Celebram o Município de Schroeder e o Clube Caça e Tiro Bracinho

TERMO DE CONVÊNIO Nº006/2013, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E O CLUBE CAÇA E TIRO BRACINHO

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.491/0001-09, com sede governamental na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, neste ato representado pelo Senhor OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal,

de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, CLUBE CAÇA E TIRO BRACINHO. pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob no 79.377.545/0001-71, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº7503, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor ELI KROGEL, portador da Carteira de Identidade no 907.840-1 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº.459.214.829-00, residente na Alberto Krause Nº 400, Bairro Bracinho, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, de ora em diante denominado simplesmente de CLUBE CAÇA E TIRO BRACINHO, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal no 1.949/2013, de 09 de Julho de 2013, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio consiste em repasse financeiro para pagamento de despesas com Música na realização da Kolostenfest.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio o MUNICÍPIO repassará a CLUBE CAÇA E TIRO BRACINHO, O VALOR DE R\$3.500,00 em cota única.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução da presente LEI correrão a conta da dotação Orçamentária 05.03.2.027.3.3.50.41.00 - Contribuição, proveniente da Secretaria da Educação, Cultura e Lazer - Setor de Cultura, devidamente inscritos na Lei Orçamentária Anual do exercício corrente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- Efetuar o repasse financeiro;
- Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DO CLUBE CAÇA E TIRO BRACINHO.

O CLUBE CAÇA E TIRO BRACINHO obriga-se a:

- Responsabilizar-se pela correta execução do Convênio e aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins;
- Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, eximindo-se o MUNICÍPIO de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;
- Manter, em instituição financeira local, conta bancária específica, vinculada a este convênio;
- Afixar, em local visível ao público, placa de identificação da parceria existente entre o Poder Público Municipal e O CLUBE CAÇA E TIRO BRACINHO;
- Não realizar despesas com data anterior a do repasse financeiro do concedente para a entidade;
- Não realizar despesas bancárias com taxas de multas, juros e correção monetária, exceto as relativas à CPMF e manutenção de conta ativa;
- Os documentos comprobatórios das despesas devem ser originais, conforme o Art. 46, Parágrafo único, da Resolução no TC-16/94.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Segunda deste Convênio será elaborada de acordo com a legislação vigente.

O CLUBE CAÇA E TIRO BRACINHO, deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de até 60 (Sessenta) dias, após a liberação dos recursos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros, independentemente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e o CLUBE CAÇA E TIRO BRACINHO poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

O não cumprimento da qualquer das cláusulas pactuadas ensejará a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio dar-se-á até dezembro de 2013, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio, na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 10 de Julho de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELI KROGEL
Presidente CCTB

Testemunhas:

1. Nome: FERNANDO RODRIGO ROSA
OAB: SC 35.462

2. Nome: JOSÉ ANTONIO LOURENÇO
CPF: 789.436.559-91

Termo de Convênio Nº007/2013, Que Celebram o Município de Schroeder e À Associação Empresarial de Schroeder - Acias.

TERMO DE CONVÊNIO Nº007/2013, QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SCHROEDER E À ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SCHROEDER - ACIAS.

O MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob no 83.102.491/0001-09, com sede governamental na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, neste ato representado pelo Senhor OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO e, de outro lado, ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SCHROEDER - ACIAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob

no 00.835.401/0001-61, estabelecida na Rua Blumenau, nº 242, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor IVANDEL HAMBUS, Portador da carteira de identidade nº 3.210.890, e inscrito no CPF sob o nº.908.044.149-04, residente Rua 134, Nº 66, Bairro Centro, Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, de ora em diante denominado simplesmente de ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SCHROEDER - ACIAS, celebram o presente Convênio, autorizado pela Lei Municipal no 1.947/2013, de 09 de Julho de 2013, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Autoriza a conceder Contribuição À ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SCHROEDER - ACIAS, para realização da campanha COMPRA FELIZ - 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para a execução do presente Convênio o MUNICÍPIO repassará à ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SCHROEDER - ACIAS, O VALOR DE ATÉ R\$ 14.500,00 (Quatorze mil e quinhentos reais) em cota única.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução da presente LEI correrão a conta da dotação Orçamentária 07.01.2.040.3.3.50.41.00 - Contribuição, proveniente da Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, devidamente inscritos na Lei Orçamentária Anual do exercício corrente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

- Efetuar o repasse financeiro;
- Os recursos serão repassados até o dia 1º de Outubro de 2013.
- Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução do presente Convênio;
- Examinar e aprovar os relatórios de execução, assim como a prestação de contas dos recursos repassados.

CLÁUSULA QUINTA- DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SCHROEDER - ACIAS.

A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SCHROEDER - ACIAS obriga-se a:

- Responsabilizar-se pela correta execução do Convênio e aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins;
- Os recursos repassados deverão ser utilizados especificamente no desenvolvimento das ações da campanha COMPRA FELIZ - 2013, a ser desenvolvida pela entidade beneficiada com o repasse.
- Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, eximindo-se o MUNICÍPIO de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;
- Manter, em instituição financeira local, conta bancária específica, vinculada a este convênio;
- Afixar, em local visível ao público, placa de identificação da parceria existente entre o Poder Público Municipal e a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SCHROEDER - ACIAS.
- Não realizar despesas com data anterior a do repasse financeiro do concedente para a entidade;
- Não realizar despesas bancárias com taxas de multas, juros e correção monetária, exceto as relativas à CPMF e manutenção de conta ativa;
- Os documentos comprobatórios das despesas devem ser

originais, conforme o Art. 46, Parágrafo único, da Resolução no TC-16/94.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Segunda deste Convênio será elaborada de acordo com a legislação vigente.

A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SCHROEDER - ACIAS, deverá encaminhar ao MUNICÍPIO a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo máximo de até 60 (Sessenta) dias, após a liberação dos recursos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem em descumprimento de quaisquer cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasses de recursos financeiros, independentemente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SCHROEDER - ACIAS poderão propor, a qualquer tempo, a rescisão do presente Convênio, por livre iniciativa de cada parte, mediante anuência formal, com 30 (trinta) dias de antecedência.

O não cumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas ensejará a sua rescisão.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A vigência do Convênio dar-se-á até dezembro de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Convênio, renunciando expressamente a outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordados, firmam o presente Convênio, na presença de duas testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Schroeder, 15 de Julho de 2013.

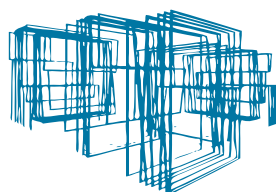
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

IVANDEL HAMBUS
Presidente ACIAS

Testemunhas:

1. Nome: FERNANDO RODRIGO ROSA
OAB: SC 35.462

2. Nome: JOSÉ ANTONIO LOURENÇO
CPF: 789.436.559-91



Programa de
Gestão de Obras



Siderópolis

PREFEITURA

Contrato FMS Nº 61/2013

Contrato FMS nº61/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
15/07/2013	Processo de Licitação nº27/2013 - Pregão Presencial nº. 17/2013, homologado em 15/07/2013.	Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde	UNITÁ VEÍCULOS LTDA (CRICIUMA)	Aquisição de veículo Fiat – Uno, 1.0, 8v, 0km, ano/Modelo: 2013/2013, para a Vigilância Epidemiológica do Município	R\$ 28.900,00	vigera até o adimplimento da obrigação

Contrato Nº 56/2013

Extrato do Contrato nº56/2013

Data	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
27/06/13	Município de Siderópolis	HNCA Computadores e Sistemas LTDA	<p>Instalação de um Software de monitoramento dos acessos a Internet ("Serviço") da CONTRATANTE sendo o mesmo de propriedade da CONTRATADA; Acesso remoto aos servidores da CONTRATANTE para monitoramento e prevenção dos Serviços em operação;</p> <p>Verificação e acompanhamento dos Servidores relativos à:</p> <ul style="list-style-type: none"> • LOG´s (Histórico de informações geradas pelos Servidores) • Uso e consumo de CPU, Memória, Dispositivos de Rede e HD´s nos Servidores; <p>Suporte e manutenção remota aos Serviços ativos relacionados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ISM (Internet Server Manager) ; • Modulo I – Internet/Firewall • Módulo Controle de Banda; • Módulo Web 	R\$ 2.779,00	31/12/13

Contrato Nº 58/2013

Extrato do Contrato nº58/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
08/07/13	Processo Licitatório nº47/2013 – Pregão Presencial nº47/2013	Município de Siderópolis	PARANA EQUIPAMENTOS S.A	Aquisição de uma escavadeira hidráulica 0 km, conforme especificações mínimas do Termo de Referência e Proposta de Preço da licitante vencedora do processo Licitatório nº47/2013 – Pregão Presencial nº47/2013, com recursos provenientes do CONTRATO DE REPASSE N. 771336/2012/ MAPA/CAIXA e contrapartida financeira do Município de Siderópolis	R\$ 486.000,00	Até o adimplimento da obrigação.

Contrato Nº 59/2013

Extrato do Contrato nº59/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
------	-------------	-------------	------------	--------	--------------	----------

11/07/13	Processo de Licitação nº52/2013 - Modalidade: Convite nº52/2013.	Município de Siderópolis	KESTERING E ZEFE-RINO METALURGICA LTDA EPP	Fabricação de plataforma para adaptação em caminhão, para transporte de máquinas pesadas, através de empresa especializada em serviços metalúrgicos, de acordo com o projeto básico e termo de homologação do processo de licitação nº52/2013.	R\$ 13.000,00 (treze mil reais).	Até o adimplemento da obrigação.
----------	--	--------------------------	--	--	----------------------------------	----------------------------------

Contrato Nº 60/2013

Extrato do Contrato nº60/2013

Data	Adjudicação	Contratante	Contratado	Objeto	Valor Global	Vigência
15/07/2013	Processo Licitatório nº nº48/2013 – Carta Convite nº49/2013.	Município de Siderópolis	CRISTIANE DE OLIVEIRA FREITAS	Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de Assessoria de imprensa, até o limite de 1.320 horas, de conformidade com o termo de referência do Edital do processo de licitação nº48/2013 – Carta Convite nº49/2013.	R\$ 15.180,00 (quinze mil cento e oitenta reais).	Até 31/12/2013.

Timbó

SAMAE

Portaria N. SAMAE- 072, de 03 de Julho de 2013

PORTARIA N. SAMAE- 072, DE 03 DE JULHO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó – SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3083, de 15/03/2013;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
JAIRO BONATTO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	02/07/1988	075.010.889-42	44 horas	15/07/2013 a 31/12/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.



MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de Julho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Portaria Nº SAMAE - 071 de 03 de Julho de 2013

PORTARIA Nº SAMAE - 071 DE 03 DE JULHO DE 2013

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Vanessa Lucia Bahr Lauriola

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001 e com fundamento nos artigos 90 e 91 da Lei Complementar n. 01, de 22 de outubro de 1993, regulamentados pela Lei Complementar n. 411, de 26 de dezembro de 2011; RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família a servidora Vanessa Lucia Bahr Lauriola, ocupante do cargo de Agente de Serviços Administrativos, por quatro (04) dias, a contar de 24/06/2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH 81/2013.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 03 de Julho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 64/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 54/2013

Interessado: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

Aos 08 dias do mês de julho do ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME, CNPJ nº. 14.034.833/0001-88, com sede e foro na Cidade de MAFRA, cito a Rua ELZIRA BLEY MAIA, nº 70, Bairro CENTRO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	30	UNID	13,0000	390,00	BOLA DE BORRACHA Nº12; PESO 450G; CIRCUNF. 56-58 CM; BICO REMOVIVEL E LUBRIFICADO.

002	30	UNID	12,5000	375,00	BOLA DE BORRACHA Nº 08; PESO 220G; CIRCUNF. 38-40 CM; BICO REMOVIVEL.
003	30	UNID	79,0000	2.370,00	BOLA DE FUTSAL MAX 500
004	30	UNID	21,0000	630,00	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO STORM CAMPO
005	60	UNID	97,0000	5.820,00	BOLA DE VOLEI 6.0
006	30	UNID	15,5000	465,00	BOLAS DE BASQUETE SHOOT BABY
007	30	UNID	29,0000	870,00	BOLA DE HANDEBOL (13 A 16) ANOS PESO 325 A 375G, CIRCUNFERENCIA 54 A 58CM.
008	30	UNID	27,5000	825,00	BOLAS DE HANDEBOL (8 A 12) PESO 290 A 330G, CIRCUNFERENCIA 50 A 52CM
009	30	UNID	19,5000	585,00	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO Nº3 (INFANTIL); COSTURADA; CAMARA BUTIL; BICO REMOVIVEL E SUBSTITUIVEL
010	60	UNID	4,0000	240,00	CORDA PARA PULAR INDIVIDUAL; CONFECCIONADA EM NYLON TRANÇADO; TAMANHO DE 2,00MTS; CABO DE MADEIRA.
011	60	UNID	20,5000	1.230,00	CORDA PARA PULAR NYLON 10 METROS
012	20	UNID	23,0000	460,00	CONES DEMARCATÓRIOS 73CM
013	20	UNID	9,0000	180,00	CONE PEQUENO EM PVC
014	40	UNID	7,0000	280,00	COLETE TREINO (10 VERDE/10 VERMELHO/10 AZUL/10 AMARELO) CONFECCIONADO EM POLIESTER 100% COM ELASTICO REFORÇADO
015	20	UNID	39,0000	780,00	REDE DE VOLEIBOL OFICIAL COM 4 FAIXAS; FIO 3MM EM NYLON TRANÇADO.

016	20	UNID	23,0000	460,00	COLCHONETE EM ESPUMA GROSSA; REFORÇADO E RECOBERTO EM COURO SINTÉTICO.
017	20	UNID	11,0000	220,00	APITO 40 PEARL.
019	150	UNID	2,5000	375,00	BAMBOLE EM PVC DE ALTA DURABILIDADE.
Total GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME				16.555,00	Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 54/2013 – Procedimento Administrativo nº. 64/2013 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 08 de julho de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO ME CNPJ nº. 14.034.833/0001-88
---------------------------------------	--

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS 2 JACY DE FATIMA ABUDA

Ata de Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 65/2013.

EDITAL DE PREGÃO Nº. 55/2013.

INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Aos 16 dias do mês de julho do ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa FARMACIA E DROGARIA DE TRÊS BARRAS LTDA - ME, CNPJ nº. 83.156.281/0001-01, com sede e foro na Cidade de TRÊS BARRAS, cito a Avenida RIGESA, nº. 1717, Bairro CENTRO, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente ao item abaixo discriminado, com seu respectivo preço unitário.

FARMACIA E DROGARIA TRÊS BARRAS LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição

001	1	UNID	23%	23%	CONTRATAÇÃO DE DROGARIA/FARMÁCIA, LOCALIZADO(A) NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS PARA O FORNECIMENTO PARCELADE DE MEDICAMENTOS CONSTANTES DA REVISTA ABCFARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TRÊS BARRAS, PELO PERÍODO DE 01 ANO.
Total FARMACIA E DROGARIA TRÊS BARRAS LTDA				23%	Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o percentual registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo edital de pregão nº. 65/2013 – procedimento administrativo nº. 55/2013, e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Não será permitido o reajuste do preço registrado.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 16 de julho de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	FARMACIA E DROGARIA DE TRÊS BARRAS LTDA - ME CNPJ nº. 83.156.281/0001-01
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS 2 JACY DE FATIMA ABUDA

Ata de Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 66/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2013

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

* SECRETARIA DE AGRICULTURA;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Aos 15 dias do mês de julho do ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO, CNPJ nº. 83.193.433/0001-38, com sede e foro na Cidade de CANOINHAS, cito a Rua DONA FRANCISCA, nº 585, Bairro ALTO DAS PALMEIRAS; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
002	500	PACO	10,0000	5.000,00	ACÚCAR REFINADO (PCT DE 5 KG)



014	20	CAIX	92,6000	1.852,00	COPO PLASTICO DES-CARTAVEL 180 ML (CX. C/ 2.500 UN)
015	20	CAIX	90,6000	1.812,00	COPO PLASTICO DES-CARTAVEL - 50ml (CX. COM 5.000 UN)
Total EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO					8.664,00 Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 56/2013 – Procedimento Administrativo nº. 66/2013 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 15 de julho de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	EUGENIO STEIDEL - SUPERMERCADO CNPJ nº. 83.193.433/0001-38
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS 2 JACY DE FATIMA ABUDA

Ata de Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 66/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2013

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

* SECRETARIA DE AGRICULTURA;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 15 dias do mês de julho do ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA, CNPJ nº. 03.409.551/0001-00, com sede e foro na Cidade de TRÊS BARRAS - SC, cito a Avenida ABRAO MUSSI, nº 2600, Bairro SÃO CRISTOVÃO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	1.500	PACO	7,9400	11.910,00	CAFE (PACOTE 500 GR)
010	20	UNID	132,8500	2.657,00	GARRAFA TERMICA SERVE JATO, CORPO EM ACO INOX, CAPACIDADE MINIMA 1,8 LITROS.

018	500	CAIX	10,0000	5.000,00	AGUA MINERAL (COPO) CAIXA COM 24 COPOS COM 200 ML
Total FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA					19.567,00 Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 56/2013 – Procedimento Administrativo nº. 66/2013 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 15 de julho de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	FUTURAMA SUPERMERCADO LTDA CNPJ nº. 03.409.551/0001-00
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS

2 JACY DE FATIMA ABUDA

Ata de Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 66/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2013

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

* SECRETARIA DE AGRICULTURA;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 15 dias do mês de julho do ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa JULIAN ODA-CHOWOSKI E FILHOS LTDA, CNPJ nº. 02.672.502/0001-94, com sede e foro na Cidade de CANOINHAS - SC, cito a Rua GUSTAVO BRANDES, nº 484, Bairro JARDIM ESPERANÇA; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
003	500	CAIX	2,3800	1.190,00	FILTRO PARA CAFÉ 103 - cx COM 40 UNIDADES
004	800	CAIX	3,6800	2.944,00	CHA MATE TOSTADO NATURAL (PESO 40 G, CONTENDO 25 SAQUINHOS CADA CAIXA)

008	500	PACO	4,0900	2.045,00	BISCOITO SALGADO AGUA E SAL, GORDURA TRANS 0% (PACOTE DE 370 G)
009	20	UNID	18,1500	363,00	FORMA RETANGULAR ALUMINIO 30X40
011	20	UNID	21,8000	436,00	SUORTE PARA GALÃO DE AGUA (20 LITROS)
012	50	UNID	5,8900	294,50	PRATO FUNDO
Total JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA				7.272,50	Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 56/2013 – Procedimento Administrativo nº. 66/2013 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 15 de julho de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	JULIAN ODACHOWOSKI E FILHOS LTDA CNPJ nº. 02.672.502/0001-94
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS 2 JACY DE FATIMA ABUDA

Ata de Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 66/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 56/2013

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

* SECRETARIA DE AGRICULTURA;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 15 dias do mês de julho do ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa TRES BARRAS GAS E AGUA LTDA ME, CNPJ nº. 02.586.729/0001-17, com sede e foro na Cidade de TRÊS BARRAS - SC, cito a Rua VEREADOR RICARDO DE OLIVEIRA, nº 437, Bairro VILA NOVA; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

TRES BARRAS GAS E AGUA LTDA ME					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição

016	600	UNID	8,5000	5.100,00	AGUA MINERAL GARRAFAO COM 20 LITROS
017	500	FARD	8,0000	4.000,00	AGUA MINERAL SEM GAS - FRS DE 500ML (FARDO COM 12 FRASCOS)
Total TRES BARRAS GAS E AGUA LTDA ME				9.100,00	Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 56/2013 – Procedimento Administrativo nº. 66/2013 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irrevogáveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 15 de julho de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	TRES BARRAS GAS E AGUA LTDA ME CNPJ nº. 02.586.729/0001-17
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS

2 JACY DE FATIMA ABUDA

Ata de Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 67/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2013

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 15 dias do mês de julho do ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa ATACADO OURO VERDE LTDA, CNPJ nº 03.003.331/0001-73 com sede e foro na Cidade de CANOINHAS, cito a Rua ROBERTO EHLKE, nº 120, Bairro CENTRO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

ATACADO OURO VERDE LTDA.					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
007	10	UNID	85,0000	850,00	ALFABETO MOVEL - LETRAS EM MADEIRA
010	10	QUIL	19,0000	190,00	MASSA PARA BISCUIT
021	60	UNID	0,8000	48,00	CANETA DESTACA TEXTO AMARELA
024	370	UNID	0,5500	203,50	CADERNOS DE LINHA (PEQUENO)
025	600	UNID	0,0400	24,00	OLHOS MOVEIS Nº 07.

032	300	MACO	0,5500	165,00	PISTILO VARIAS CORES
033	400	UNID	0,2300	92,00	RÉGUA PLÁSTICA 30CM
034	50	FRAS	7,8000	390,00	COLA CASCOREZ ROTULO AZUL 1000 ML, OU SIMILAR
035	5	GALA	290,0000	1.450,00	GALOES DE COLA CA-CSCOREZ DE 20 LITROS CADA (PARA BISCUIT)
040	70	UNID	0,4700	32,90	ARGOLAS TAMANHO GRANDE
046	30	UNID	0,6000	18,00	BOLA DE ISOPOR NO TAMANHO 10MM
048	160	UNID	0,4000	64,00	BOLA DE ISOPOR NO TAMANHO 30MM
052	36	PARE	3,3900	122,04	AGULHA PARA TRICO NOS TAMANHOS 05,06,08,10,12,14.
056	20	UNID	0,4000	8,00	AGULHAS PARA MAQUINA DE COSTURA
068	40	PACO	1,4000	56,00	BOTAO DE CARINHA
072	235	UNID	1,8000	423,00	DUREX LARGO TRANSPARENTE
077	170	UNID	1,5000	255,00	LAPIS DE COR
078	170	UNID	0,7000	119,00	GIZ DE CERA
079	50	UNID	1,0000	50,00	LAPIS 4B
080	5	UNID	1,0000	5,00	LAPIS 6B
081	16	CAIX	2,8000	44,80	ALFINETE DE BOLI-NHA, CAIXA COM 50 UNIDADES, DIVERSAS CORES
087	30	UNID	2,0000	60,00	PINCEL REDONDO
091	4	ROLO	47,5000	190,00	TNT VERMELHO
092	4	ROLO	45,0000	180,00	TNT BRANCO
093	4	ROLO	60,0000	240,00	TNT COR AZUL CLARO
094	4	ROLO	44,0000	176,00	TNT PINK
095	4	ROLO	44,5000	178,00	TNT COR VERDE
097	4	ROLO	44,5000	178,00	TNT COR PRETO
098	4	ROLO	44,5000	178,00	TNT AMARELO
102	28	CAIX	5,2000	145,60	COLA COLORIDA COM GLITER (CX. C/ 6 UNIDADES) COM 20 GR CADA TUBINHO.
107	20	UNID	12,7000	254,00	JOGOS EDUCATIVOS (LEGO)
111	290	UNID	0,8000	232,00	PASTA COM ELASTICO
112	230	UNID	0,8000	184,00	PASTA GRAMPO
113	1.600	UNID	0,0400	64,00	ENVELOPES PARA DOCUMENTOS (PEQUENO) OFICIO.

114	1.500	UNID	0,1200	180,00	ENVELOPE OURO PARA DOCUMENTOS (MEDIO)
115	600	UNID	0,1400	84,00	ENVELOPE OURO PARA DOCUMENTOS (GRANDE)
117	21	CAIX	8,9000	186,90	CLIPS No.4 (CAIXA 500 UNIDADES)
118	150	UNID	5,7000	855,00	FIO CRU PARA CRO-CHE Nº06
119	10	UNID	5,8000	58,00	FIO CRU PARA CRO-CHE Nº 04
120	15	UNID	5,5000	82,50	FIO BARBANTE COLORIDO.
122	150	UNID	1,1900	178,50	FIO PARA BORDAR PONTO RUSSO VARIAS CORES.
124	20	UNID	4,9000	98,00	BASTIDOR
127	50	UNID	9,0000	450,00	NOVELO DE LA C/100 GRAMAS FELPUDA
131	4	ROLO	19,5000	78,00	PAPEL KRAFT (BRANCO) BOBINA PEQUENA
141	25	UNID	21,4000	535,00	VERNIZ FOSCO
143	12	PECA	3,9000	46,80	PASSA FITA LISO
144	12	PECA	11,7000	140,40	BORDADO INGLES
148	100	UNID	0,1200	12,00	AGULHAS DE MAO MÉDIA
152	40	UNID	0,6000	24,00	AGULHAS LOMBUDA (PEQUENA)
153	40	UNID	0,6000	24,00	AGULHAS LOMBUDAS (MÉDIA)
156	5	UNID	3,5000	17,50	CONES PARA OVERLOQUE NA COR BRANCO
157	52	UNID	2,9000	150,80	CONES DE FIO PARA COSTURA NA COR BRANCA
160	30	KIT	4,0000	120,00	ESTOJO DE TINTA FACIAL
166	5	UNID	3,2000	16,00	COLA UNIVERSAL
170	125	METR	0,2800	35,00	FITA DE CETIM GROSSA - CORES DIVERSAS
173	130	PACO	1,1000	143,00	PALITO TIPO PARA PICOLE (PCT COM 100 UNIDADES)
178	50	TUBO	1,9300	96,50	TINTA ACRILEX AUTO RELEVO 3D VARIAS CORES
188	2.000	METR	2,0800	4.160,00	PANO DE PRATO PARA PINTURA
189	6	UNID	4,8000	28,80	AGENDA TELEFONICA GRANDE
191	12	UNID	3,9000	46,80	AGENDA PARA ATENDIMENTO
192	40	UNID	1,5000	60,00	COLA PARA ISOPOR
193	54	UNID	9,0000	486,00	LIVRO ATA COM 100 FOLHAS
195	25	UNID	2,0000	50,00	PRANCHETA
198	74	CAIX	3,4000	251,60	PAPEL LEMBRETE (PARA MESA)

199	62	UNID	0,6400	39,68	COLA EM BASTAO (TUBO 10 GR.)
200	65	CAIX	11,5000	747,50	PAPEL VERGE NAS DIVERSAS CORES
Total ATACADO OURO VERDE LTDA.					16.352,12 Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 57/2013 – Procedimento Administrativo nº. 67/2013 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 15 de julho de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	ATACADO OURO VERDE LTDA CNPJ nº 03.003.331/0001-73
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS 2 JACY DE FATIMA ABUDA

Ata de Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 67/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2013

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 15 dias do mês de julho do ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa RIMON SELEME & CIA LTDA, CNPJ nº 83.188.615/0001-10 com sede e foro na Cidade de CANOINHAS, cito a Rua GETULIO VARGAS, nº 695, Bairro CENTRO; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

RIMON SELEME & CIA LTDA					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
002	15	CAIX	17,8000	267,00	CANETA PRETA (CX COM 50 UNIDADES)
011	20	METR	29,0000	580,00	EMBORRACHADO
012	10	METR	0,3500	3,50	RENDA BRANCA
013	20	METR	7,2000	144,00	TERGAL VERA0
014	20	METR	7,2000	144,00	TERGAL VERA0 BRANCO

020	150	METR	2,2000	330,00	FRAUDAS EM TECI- DOS BRANCO PARA PINTURA.
023	5	UNID	2,7000	13,50	CORRETIVO CANETA
043	20	UNID	1,2000	24,00	CANETA PARA ESCRE- VER EM CDs NA COR PRETA
044	10	UNID	1,2000	12,00	CANETA PARA ESCRE- VER EM CDs NA COR VERMELHA
045	10	UNID	1,2000	12,00	CANETA PARA ESCRE- VER EM CDs NA COR AZUL.
047	60	UNID	0,0800	4,80	BOLAS DE ISOPOR TAMANHO No 20
049	140	UNID	0,2000	28,00	BOLA DE ISOPOR GRANDE Nº50
057	25	METR	6,5000	162,50	TECIDOS ESTAMPADOS COM FLORES (MIU- DAS)
058	25	METR	6,5000	162,50	TECIDOS ESTAMPADOS COM FLORES GRAU- DAS.
059	30	METR	5,6000	168,00	CETIM VERMELHO
060	30	METR	5,6000	168,00	CETIM COR BRANCO
061	30	METR	5,6000	168,00	CETIM COR AMARELO
089	65	UNID	2,8000	182,00	TESOURA GRANDE COM PONTA.
101	8	CAIX	12,0000	96,00	BORRACHAS
123	50	UNID	1,3000	65,00	PASSADORES DE FIO PARA PONTO RUSSO.
126	160	UNID	0,9800	156,80	MEADAS DE FIO (DI- VERSAS CORES)
134	6	PECA	3,2000	19,20	ELASTICO
136	3	PECA	25,0000	75,00	VIES
147	35	METR	6,5000	227,50	TECIDO DE NATAL
158	40	PACO	8,3000	332,00	ESPUMA EM FLOCOS, SACO COM 1 QUILO
194	100	UNID	5,9000	590,00	LIVROS DIVERSOS
Total RIMON SELEME & CIA LTDA					4.135,30 Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 57/2013 – Procedimento Administrativo nº. 67/2013 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.



Três Barras - SC, 15 de julho de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	RIMON SELEME & CIA LTDA CNPJ nº 83.188.615/0001-10
---------------------------------------	---

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS

2 JACY DE FATIMA ABUDA

Ata de Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 67/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2013

Interessado: * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;

* FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;

* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 15 dias do mês de julho do ano de 2013, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito na Avenida Santa Catarina, 616 – Centro – Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa FABIO DOS SANTOS, CNPJ nº 07.214.825/0001-58 com sede e foro na Cidade de TRÊS BARRAS, cito a Avenida RIGESA, nº 1834, Bairro KM 02; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

FABIO DOS SANTOS					
Item	Qtde	Unid	P. Unitário	Preço Total	Descrição
001	12	CAIX	18,9000	226,80	CANETA AZUL (CX. C/50 UNIDADES)
003	160	UNID	3,4000	544,00	E.V.A GRAFIATO (CORES DIVERSAS)
004	160	UNID	1,1000	176,00	E.V.A VARIAS CORES
005	100	UNID	2,8000	280,00	E.V.A ESTAMPADO (CORES DIVERSAS E ESTAMPAS DIVERSAS)
006	20	UNID	6,0000	120,00	SPRAY DOURADO, PRATA, VERMELHO, VERDE, BRANCO, AMARELO, PRETO, AZUL
008	25	CAIX	14,2000	355,00	LAPIS PRETO CAIXA COM 100 UNIDADES.
009	40	UNID	1,8500	74,00	ACRIPUF
015	20	FRAS	1,4500	29,00	COLA PERMANENTE
016	60	METR	19,5000	1.170,00	TECIDOS DE PASCOA
017	50	UNID	0,7500	37,50	CORRETIVO LIQUIDO
018	20	UNID	1,0000	20,00	CANETA GEL PRETA E CANETA GEL VERMELHA
019	4.700	UNID	0,7500	3.525,00	PASTA SUSPensa
022	11	UNID	4,2000	46,20	LIVRO PONTO
026	800	UNID	0,0500	40,00	OLHOS MOVEIS Nº 12
027	600	UNID	0,0800	48,00	OLHOS MOVEIS Nº 15
036	29	UNID	6,2000	179,80	GRAMPEADOR
037	27	UNID	0,5000	13,50	GRAMPO P/GRAMPEADOR 26/6 (CX. COM 1.000 UNIDADES)

039	90	UNID	2,4000	216,00	FITA ADESIVA CREPE MARRON PARA PAREDE.
041	70	UNID	2,5500	178,50	FITA FLORAL
042	156	UNID	0,1000	15,60	APONTADOR DE LAPIS
050	40	UNID	0,4200	16,80	BOLA DE ISOPOR - APROX. 75MM
051	25	UNID	0,4500	11,25	LIXA
053	60	PACO	0,5000	30,00	MIÇANGAS - VARIAS CORES, VARIOS MODELOS, VARIOS TAMANHOS. (EM FORMATO DE FLORES; CORAÇÃO, PINGOS, BOLAS COM EXTRAS, DADO, CANUTILHOS)
054	8	ROLO	2,9000	23,20	LINHA DE NYLON Nº30
055	50	UNID	0,3500	17,50	AGULHAS PARA MAQUINA Nº 11
062	25	UNID	2,9500	73,75	COLA PARA NAO DESFIAR TECIDO (PARA ACABAMENTO)
063	20	UNID	0,0700	1,40	PAPEL SEDA NAS CORES BRANCO, AZUL, AMARELO, LARANJA, PRETO E VERDE.
064	75	UNID	0,8000	60,00	CABECAS DE PALHACOS
065	75	UNID	0,7500	56,25	CABECA DE BONECA (PEQUENA)
066	75	UNID	0,7500	56,25	CABECA DE BONECA (PEQUENA)
067	75	UNID	1,0000	75,00	CABEÇA DE BONECA (GRANDE)
069	62	DUZI	1,9000	117,80	GRAMPO PARA ROUPA - duzia
070	45	UNID	0,9000	40,50	RETROZ DE FIO (CORES DIVERSAS)
071	5	UNID	0,6500	3,25	ESTOJO DE AGULHAS PARA COSTURA
073	300	PACO	0,6500	195,00	ARAME GALVANIZADO COLORIDO PARA ARTESANATO EM MEIA DE SEDA.
074	8	RESM	14,2000	113,60	PAPEL A4 AMARELO
075	8	RESM	14,2000	113,60	PAPEL A4 ROSA
076	8	RESM	14,2000	113,60	PAPEL A4 AZUL
082	125	PACO	1,1500	143,75	MEIAS DE SEDA COLORIDA
083	55	ROLO	0,6500	35,75	ARAME COLORIDO PARA ARTESANATO, NAS CORES PRATA, VERMELHO, DOURADO, VERDE, AZUL, AMARELO, LILAZ.
084	110	CAIX	1,2500	137,50	ARQUIVO MORTO
085	30	UNID	1,3000	39,00	PINCEL CHATO DE CADA Nº 04,06,08,10,12,14,16.
086	30	UNID	2,7000	81,00	PINCEL CHATO Nº18
088	120	UNID	3,3000	396,00	TESOURA PEQUENA C/ PONTA
090	44	UNID	13,1000	576,40	PISTOLA PARA COLA QUENTE (TAMANHO GRANDE)
096	4	ROLO	44,5000	178,00	TNT - cor lilás claro

099	150	UNID	1,5000	225,00	CADERNO DE DESENHO GRANDE
					CADERNO UNIVERSITÁRIO
100	90	UNID	6,2000	558,00	10 MATÉRIAS CAPA DURA EM ESPIRAL
103	150	UNID	0,3500	52,50	CARTOLINA DUPLA FACE (DIVERSAS CORES)
104	150	UNID	0,2500	37,50	CARTOLINA (DIVERSAS CORES)
105	200	UNID	0,4700	94,00	CARTOPLEX CORES VARIADAS
106	20	UNID	11,9000	238,00	JOGOS EDUCATIVOS (BINGO)
108	20	UNID	1,9000	38,00	JOGOS EDUCATIVOS (DOMINO)
109	20	UNID	1,9000	38,00	JOGOS EDUCATIVOS (QUEBRA CABEÇA)
110	100	JOGO	1,2000	120,00	MASSINHA DE MODELAR CX. COM 6
116	21	CAIX	1,1900	24,99	CLIPS No 2.0 (COM 100 UNIDADES CADA)
121	30	UNID	9,5000	285,00	NOVELO DE FIO BARROCO.
125	10	UNID	10,5000	105,00	FIO 4 MM
128	820	NOVE	6,2000	5.084,00	NOVELOS DE FIO 1000 METROS CORES VARIADAS
129	90	METR	19,3000	1.737,00	TECIDO XADREZ P/ BORDAR
130	4	CAIX	7,0000	28,00	PINCEIS ATOMICO
132	6	ROLO	35,0000	210,00	ROLO DE PAPEL CRAFT (GRANDE)
133	5	QUIL	19,0000	95,00	MASSA CORRIDA
139	1	LATA	39,0000	39,00	VERNIZ TRANSPARENTE 3,24 LITROS.
140	25	UNID	4,3000	107,50	VERNIZ GERAL (VIDRO 100 ML)
					NOVELOS DE LA NAS CORES: VERMELHO, BRANCO, AZUL, AMARELO, VERDE E PRETO
142	175	UNID	1,2500	218,75	tecido de diversas estampas de
145	40	METR	15,9000	636,00	20 cm para Patch Work
146	50	PACO	15,8000	790,00	FIBRA SILICONIZADA
149	80	UNID	1,6000	128,00	AGULHA DE CROCHE Nº 3,0,6
150	30	UNID	1,5000	45,00	AGULHAS PARA CROCHE (FINA)
151	30	PARE	3,3500	100,50	AGULHA PARA TRICO Nº 4,5
154	40	UNID	6,0000	240,00	AGULHA PARA PONTO RUSSO
155	5	UNID	1,0000	5,00	CADERNO ESPIRAL PEQUENO (APROX. 96 FOLHAS)
159	70	METR	7,7000	539,00	FELTRO
161	21	UNID	15,3000	321,30	TOALHA DE BANHO P/PINTAR
162	50	UNID	1,5000	75,00	TOALHA LAVABO PARA BORDAR
163	505	UNID	1,4500	732,25	TOALHA DE MAO
164	20	METR	2,9000	58,00	MANTA ACRILICA

165	100	UNID	0,9000	90,00	IMAS PARA GELADEIRA
167	3	CAIX	1,0300	3,09	COLA PARA TECIDO
168	450	UNID	0,2000	90,00	ARGOLA DE METAL PARA CHAVEIRO
169	125	METR	0,1000	12,50	FITA CETIM
171	50	METR	8,5000	425,00	FELTRO COM CORES VARIADAS
172	100	PACO	2,0000	200,00	PALITO PARA ESPETINHO
					FIO DE NYLON DE TASTEX (PARA FAZER BIJUTERIAS COM MIÇANGAS)
174	150	METR	0,6000	90,00	
175	6	UNID	2,8000	16,80	TESOURA DE PICOTAR
176	1.500	UNID	1,4800	2.220,00	TINTA PARA TECIDO ACRILEX - CORES VARIADAS
177	225	METR	2,9000	652,50	FIBRA
180	20	UNID	0,3300	6,60	PAPEL CAMURCA (DIVERSAS CORES)
181	20	UNID	0,1200	2,40	PAPEL ESPELHO DIVERSAS CORES
182	50	UNID	2,5500	127,50	PLACA DE ISOPOR 20MM
183	75	PACO	2,9000	217,50	BALOEES
184	25	UNID	5,2000	130,00	BALOEES DE ANIVERSARIO (GRANDE)
185	40	UNID	2,2500	90,00	TINTA GUACHE - CORES VARIADAS
186	20	MACO	0,3500	7,00	PAPEL CREPOM (CORES DIVERSAS)
187	120	UNID	2,5000	300,00	FITA FLORAL
190	10	UNID	3,5500	35,50	PERFURADOR DE PAPEL
196	6	UNID	3,5000	21,00	PAPEL PARA FAX
197	11	UNID	4,9000	53,90	CALCULADORA SIMPLES TAMANHO MEDIO COM PILHAS
Total FABIO DOS SANTOS				27.797,63	Julgamento: MEN. PREÇO

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafado.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 57/2013 – Procedimento Administrativo nº. 67/2013 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis. Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 15 de julho de 2013.

ELOI JOSE QUEGE Prefeito Municipal	FABIO DOS SANTOS CNPJ nº 07.214.825/0001-58
---------------------------------------	--

Testemunhas:

1 NILTON AVANIR HURMUS

2 JACY DE FATIMA ABUDA

Tunápolis

PREFEITURA

Portaria Nº. 3.401/2013

PORTARIA Nº. 3.401/2013

Em 17 de Julho de 2013

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 13/2006, artigo 73;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder abono pecuniário da "LICENÇA PRÊMIO", a servidora DIRCE JUNGES, Portaria de Nomeação nº. 2.049/2008, com o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Período de aquisição: 02.06.08 à 01.06.13

Fruição: o abono pecuniário de 1/3 do período, sobre o total da Licença, equivalente à 20 dias, sendo os demais 40 dias fruídos a posteriori..

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 17 de Julho de 2.013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº. 3.402/2.013

PORTARIA Nº. 3.402/2.013

Em 18 de Julho DE 2.013

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010, alterada pela Lei Complementar 38/2013;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, DÉBORA EIDT, no cargo de DIRETORA ADJUNTA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL, cargo este de provimento em Comissão, nível DAI 1, A-01, lotado na Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social, neste Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 26 de Julho de 2.013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 18 de Julho de 2.013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº. 3.403/2.013

PORTARIA Nº. 3.403/2.013

Em 18 de Julho de 2.013

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010 e alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, ELAINE MELZ, do cargo de DIRETORA ADJUNTA DE DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, cargo este de provimento em Comissão, nível DAI 1, A-01, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, neste Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 31 de Julho de 2.013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 18 de Julho de 2.013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº. 3.404/2.013

PORTARIA Nº. 3.404/2.013

Em 18 de Julho de 2.013

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010, alterada pela Lei Complementar 30/2011;

RESOLVE:

Art. 1º. TRANSFERIR, DAYANE BIEGER, do cargo de DIRETORA ADJUNTA DE DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, para o cargo de DIRETORA ADJUNTA DE DEPARTAMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, cargo este de provimento em Comissão, nível DAI 1, A-01, lotado na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, neste Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 01 de Agosto de 2.013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 18 de Julho de 2.013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Processo de Licitação Nº 23/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 23/2013

Edital de Pregão Presencial nº 13/2013

Registro de Preço 01/2013

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na

forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, por Registro de Preço que tem por objeto a aquisição de Medicamentos, destinados à manutenção da farmácia, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde.
Entrega das propostas até às 9h do dia 05/08/2013.
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 18 de julho de 2013.
BRUNO JOSÉ HEBERLE
Gestor do Fundo

Turvo

PREFEITURA

Decreto 34/2013

DECRETO No 034/13, de 15 de Julho de 2013.
DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO LUIZ.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado o Conselho Municipal Escolar da Escola Municipal São Luiz, conforme segue:

I - Diretora do Estabelecimento de Ensino - MARIA APARECIDA BRINA

II - Representante da Equipe Administrativa - CLÉA DE SOUZA FIGUERO

III - Representante dos Professores dos Alunos da Educação Infantil - ROSANGELA SERAFIM MENEGARO

IV - Representante dos Pais de Alunos de 1º a 5º ano - ARCÂNGELA DE AGUIAR FABRIS

V - Representante dos Professores de Alunos da 1º a 5º ano - SO-NIR MAFFIOLETTI BORDIGNON

VI - Representante dos Pais de Alunos da Educação Infantil - ROSANE BARDINI

VII - Representante do Clube de Mães - CLEIMAR SCHIAVINI NUNES ROCHA

VIII - Representante da Equipe Auxiliar - VANDERLEI PEREIRA DE ALMEIDA

IX - Representante do Pastoral da Criança - ELZA SCHIAVINI

X - Representante da CAEP - MARIA EVA MARTINHO DA ROSA

Art. 2º - O Conselho será presidido pela Diretora do Estabelecimento de Ensino.

Art. 3º - A duração do mandato deste Conselho será pelo prazo

de 02 (dois) anos, permitida a recondução pelo menos uma vez.

Art. 4º - O exercício da Função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 15 de julho de 2013.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

ROBERTO CARLOS PATEL
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Videira

PREFEITURA

Lei Complementar 0134/13

LEI COMPLEMENTAR Nº 134/13, DE 17 DE JULHO DE 2013
Altera disposições contidas na Lei Complementar Municipal nº 052/2007, que Estabelece o Plano de Carreira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - INPREVID, Reestrutura seu Quadro de Pessoal, revoga disposições das Leis Complementares nº 023/2002, 041/2006 e 046/2007 e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar Municipal nº 052/2007, passa a vigorar com a seguinte redação, aplicando-se seus efeitos a partir de 14/12/2012:

"Art. 1º O Regime Funcional adotado pelo INPREVID é o estatutário e seus servidores estão sujeitos aos deveres e direitos estabelecidos no Novo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Videira, excluídos os servidores do magistério municipal - Lei Complementar nº 129/12 e suas posteriores alterações, desde que não conflitantes com esta Lei Complementar." (NR)

Art. 2º O art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 052/2007, passa a vigorar com a seguinte redação, aplicando-se seus efeitos a partir de 21/12/2012:

"Art. 14 Os servidores que ocuparem cargos no INPREVID farão jus ao vencimento fixado no Anexo III desta Lei e a todas as vantagens pecuniárias (Adicionais e Gratificações) prevista no Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais - Lei Complementar nº 118/2011, ressalvadas as disposições expressas contidas nesta Lei Complementar." (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos as datas fixadas nos artigos 1º e 2º desta Lei, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de julho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Complementar Nº 0135/13

LEI COMPLEMENTAR Nº 0135/13, DE 17 DE JULHO DE 2013

Institui o COMUPAVI - Conselho Municipal de Proteção aos Animais de Videira e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC,

Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Proteção aos Animais de Videira - COMUPAVI, órgão autônomo de caráter permanente, consultivo, deliberativo e fiscalizador, com o objetivo de desenvolver medidas de proteção aos animais, quer sejam eles de grande ou pequeno porte, domésticos, domesticados e não domésticos, nativos ou exóticos.

Art. 2º O COMUPAVI será constituído por 11 (onze) membros e seus respectivos suplentes, com o mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução, sendo indicados pela Instituição de origem, a saber:

I - 1 (um) representante indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

II - 1 (um) representante indicado pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social;

III - 1 (um) representante indicado pela Secretaria Municipal de Assessoria Jurídica;

IV - 1 (um) representante do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Santa Catarina, que desenvolva suas atividades no Município;

V - 1 (um) representante indicado pela Vigilância Epidemiológica do Município;

VI - 1 (um) representante da Polícia Militar Ambiental, que desenvolva suas atividades no Município;

VII - 1 (um) representante das Agropecuárias localizadas e em pleno funcionamento no Município;

VIII - 1 (um) representante das Clínicas Veterinárias e/ou Pet Shops localizadas e em pleno funcionamento no Município;

IX - 2 (dois) representantes de entidades associativas que tenham por objeto a proteção dos animais;

X - 1 (um) representante de criadores de animais, devidamente licenciado e que atue no Município;

Parágrafo único - Podem ainda ser convidadas a participar, sem direito a voto deliberativo, pessoas ou entidades cuja presença e colaboração sejam consideradas necessárias para a execução das metas do conselho.

Art. 3º Compete ao Conselho Municipal de Proteção aos Animais de Videira - COMUPAVI:

I - desenvolver um cronograma anual de atividades a serem

realizadas, visando a proteção dos animais, dentre elas, obrigatoriamente, a campanha anual de vacinação e esterilização;

II - promover programa de educação continuada de conscientização da população a respeito da propriedade responsável de animais domésticos, podendo, para tanto, contar com parcerias de entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais, universidades, empresas públicas e/ou privadas, nacionais ou internacionais e entidades de classe ligadas aos médicos veterinários;

III - elaborar anualmente um relatório das atividades desenvolvidas.

IV - desenvolver outras atividades pertinentes à defesa e proteção dos animais;

Art. 4º As funções de membro do conselho não serão remuneradas, sendo consideradas como serviço público relevante.

Art. 5º No prazo máximo de 60 (sessenta) dias após sua instalação, o Conselho de Proteção aos Animais elaborará o seu regimento interno, que deverá ser homologado por decreto.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de julho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei Complementar nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.952/13

LEI Nº 2.952/13, DE 17 DE JULHO DE 2013

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 621.923,94 (seiscientos e vinte e um mil, novecentos e vinte e três reais e noventa e quatro centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ - 2063 - Atenção Básica
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 - Aplicações Diretas
400.000,00

15 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ - 2.080 - Manutenção da Saúde no Município
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 - Aplicações Diretas
221.923,94

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 621.923,94

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2012.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário

Videira, 17 de julho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Lei N° 2.953/13

LEI N.º 2.953/13, DE 17 DE JULHO DE 2013

Autoriza o Poder Executivo a proceder autorização de uso de bens, móvel e imóvel, pertencente ao Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,
Faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores de
Videira aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder autorização de uso gratuito de 12 (doze) suportes para quadros e do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, de propriedade do Município a fim de ser utilizado pela Escola CDI Videira, inscrita no CNPJ nº 05.802.055/0001-39, nos termos da minuta anexa.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de julho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração
MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BEM PÚBLICO
AUTORIZADO PELA LEI Nº 2.953/13

Pelo presente termo, de um lado, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, 188, inscrito no CNPJ sob n.º 83.039.842/0001-84, representado, neste ato, por seu Prefeito Municipal; e do outro lado, a Escola CDI - VIDEIRA, entidade civil privada, com sede no Município de Videira, SC, inscrita no CNPJ nº 05.802.055/0001-39, acordam e ajustam, nos termos da Lei Municipal nº 2.953/13, a autorização de uso que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a autorização do uso de 12 (doze) suportes para quadros e das dependências do Centro de Eventos Vitória - CEVI, localizado na Rua XV de Novembro, nº 115, no Bairro Centro, com a finalidade de realização do evento “Exposição Fotografia” do requerente, a ocorrer entre os dias 10 a 17 de setembro do corrente ano.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE USO

I. A área objeto da presente autorização de uso somente poderá ser utilizada para a finalidade prevista na Cláusula Primeira.

II. O evento previsto na Cláusula Primeira deverá realizar-se, intransferivelmente, entre os dias 10 a 17 de setembro de 2013.

III. Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
 - b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
 - c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
 - d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
 - e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
 - f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
 - g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
 - h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.
- IV. A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória quando da devolução do mesmo.
- V. A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casuallidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

A presente autorização de uso vigorará somente entre os dias 10 a 17 de setembro de 2013, e deverá ser rigorosamente respeitada, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Videira/SC, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta autorização, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Videira, SC, de de 2013.

LOURENÇO BECKER	ESCOLA CDI VIDEIRA
Prefeito Municipal Interino	Representante

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____
RG: _____ RG: _____

Lei N° 2.954/13

LEI Nº 2.954/13, DE 17 DE JULHO DE 2013

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação

01 - Departamento de Educação
2.029 - Manutenção da Secretaria de Educação
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 50.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação
01 - Departamento de Educação
2.029 - Manutenção da Secretaria de Educação
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 50.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 50.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de julho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Lei Nº 2.955/13

LEI N.º 2.955/13, DE 17 DE JULHO DE 2013

Autoriza doação, com encargo, de imóvel que especifica ao Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a doar, com encargo, ao Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o seguinte bem imóvel do Município:

“Uma área de terras com 5.153,65 m2 (cinco mil, cento e cinquenta e três metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), situado no trecho ferroviário (507) compreendendo parte do pátio da estação de Videira, no Bairro Centro, nesta cidade, 1º subdistrito deste Município e Comarca de Videira, de propriedade do Município de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 18.758, com as seguintes confrontações: a Frente, confronta-se com a Rua Antonio Marcon; da Lateral Esquerda, de quem da frente olha aos fundos, com propriedade da Empresa Madeilar e com propriedade da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA; da Lateral Direita, com a Rua Nicolau Cavon; e aos Fundos, confronta-se com a com propriedade de José Ivori de Marco.”

Art. 2º A doação a que se refere o art. 1º destina-se à implantação da nova sede do Corpo de Bombeiros Militar de Videira, obrigando-se o donatário com o encargo de fazer as edificações necessárias, dentro do prazo de 2 (dois) anos, sob pena de reversão do objeto doado, obrigando-se ainda a manter o referido estabelecimento, conforme minuta do contrato de doação com encargos anexo.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria do orçamento municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 17 de julho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

ANEXO ÚNICO

MINUTA DO CONTRATO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS
Lei nº 2.955/13

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES:

DOADORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.039.842/0001-84, estabelecida à Avenida Manoel Roque, nº 188, bairro Alvorada, no Município de Videira-SC, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Interino, Sr. Lourenço Becker, brasileiro, casado, CPF nº 310.685.459-68, residente e domiciliado na Rua Antônio Marcon, nº 300, Bairro Farroupilha, Videira-SC.

DONATÁRIA: ESTADO DE SANTA CATARINA, através da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO, doravante denominada - SSP, situada à Avenida Mauro Ramos, nº 1264, Centro, Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 82.951.294/0001-00, neste ato representada pelo seu Secretário Exmo Sr. César Augusto Grubba, com interveniência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, doravante denominado - CBMSC, situado a Avenida Rubens de Arruda Ramos nº 595, Centro, Florianópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 06.096.391/0001-76, neste ato representado pelo seu Comandante Geral, Coronel BM Marcos de Oliveira.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Doação Condicionada com Cláusula de Retorno, que se regerá pelas cláusulas e condições descritas no presente.

OBJETO DO CONTRATO

Cláusula 1ª. O presente contrato tem como OBJETO, a doação do bem imóvel de propriedade da DOADORA, por legítima aquisição, livre de qualquer ônus, ressaltando que o mesmo bem não apresenta quaisquer problemas extrínsecos ou intrínsecos, nem mesmo, gravames que possam inutilizá-lo, se encontrando, portanto, desembaraçado de ônus que possam prejudicar a presente Doação, possuindo as seguintes descrições: Uma área de terras com 5.153,65 m2 (cinco mil, cento e cinquenta e três metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), situado no trecho ferroviário (507) compreendendo parte do pátio da estação de Videira, no Bairro Centro, nesta cidade, 1º subdistrito deste Município e Comarca de Videira, de propriedade do Município de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 18.758, com as seguintes confrontações: a Frente, confronta-se com a Rua Antonio Marcon; da Lateral Esquerda, de quem da frente olha aos fundos, com propriedade da Empresa Madeilar e com propriedade da Rede Ferroviária Federal S/A - RFFSA; da Lateral Direita, com a Rua Nicolau Cavon; e aos Fundos, confronta-se com a com propriedade de José Ivori de Marco.

CONDIÇÃO DE RETORNO

Cláusula 2ª. O bem está sendo doado, espontaneamente, sem coação, sem influencia de quem quer que seja e ainda, sem qualquer vício de consentimento, a título gratuito, com a condição de que seja destinado exclusivamente para o atendimento social objeto do estatuto, qual seja: a construção do Quartel da 3ª Companhia de Bombeiros Militar de Videira (SC), devendo retornar ao seu atual proprietário caso a obra citada não seja iniciada no prazo de até 02 (dois) anos, a contar da assinatura deste contrato.

Cláusula 3ª. Havendo modificação da finalidade da DONATÁRIA, fica expresso que o bem objeto da doação voltará ao patrimônio da DOADORA, sendo que esta cláusula de reversão ou retorno terá como prazo de duração 10 (dez) anos.

Cláusula 4ª. O bem objeto da doação sairá da parte disponível do patrimônio da DOADORA, por sua livre vontade, a qual transfere desde já à DONATÁRIA, que expressamente aceita, toda posse, ação, uso, fruição, domínio e todos os direitos existentes que, sobre o imóvel exerciam.

CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 5ª. O presente contrato passa a vigorar entre as partes a partir da sua assinatura e será convertido em escritura pública para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Cláusula 6ª. As despesas relativas ao presente instrumento e transformação em escritura pública serão suportadas pela DONATÁRIA.

DO FORO

Cláusula 7ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de Videira (SC), renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas que tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Videira (SC), de de 20 .
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
LOURENÇO BECKER
DOADORA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
DONATÁRIA

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF: _____

NOME: _____
CPF: _____

Decreto Nº 10.500/13

DECRETO Nº 10.500/13, DE 16 DE JULHO DE 2013.

Exonera, a pedido, Empregado Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 11126/2013,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, MARIA SALETE FERREIRA, a partir de 15 de julho de 2013, do emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde, no Bairro Vila Verde, admitida pela Portaria nº 1.655/08.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de julho de 2013.

Videira, 16 de julho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.502/13

DECRETO Nº 10.502/13, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.952/13, de 17 de julho de 2013,
DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 621.923,94 (seiscientos e vinte e um mil, novecentos e vinte e três reais e noventa e quatro centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ - 2063 - Atenção Básica
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 - Aplicações Diretas
400.000,00

15 - Fundo Municipal de Saúde
01 - Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ - 2.080 - Manutenção da Saúde no Município
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 - Aplicações Diretas
221.923,94

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 621.923,94

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário

Videira, 17 de julho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Decreto Nº 10.503/13

DECRETO Nº 10.503/13, DE 17 DE JULHO DE 2013

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Videira, com a seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação

01 - Departamento de Educação

2.029 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 50.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria Municipal de Educação

01 - Departamento de Educação

2.029 - Manutenção da Secretaria de Educação

4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 Aplicações Diretas 50.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de julho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0435/13

PORTARIA Nº 0435/13

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00004/09-1, nos assentos funcionais do servidor DÉCIO RISSI, detentor da matrícula funcional nº 229, e do cargo de provimento efetivo de Operador Trator Pneus, Máquina de Varrição e Capina Mecânica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 10.982/13,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação, nos assentamentos funcionais do servidor DÉCIO RISSI, detentor da matrícula nº 229 e do cargo de provimento efetivo de Operador Trator de Pneus, Máquina de Varrição e Capina Mecânica, da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00004/09-1, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de julho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0436/13

PORTARIA Nº 0436/13

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo IPREV sob o nº 667/2013, nos assentos funcionais da servidora JOANETE TERCILA PERIN, detentora da matrícula funcional nº 5065, do cargo de provimento efetivo de Professor, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta dos Processos Administrativos nº 11.076/2013,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, JOANETE TERCILA PERIN, detentora da matrícula nº 5065 e do cargo de provimento efetivo de Professor, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo IPREV sob o nº 667/2013, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogada as disposições em contrário.

Videira, 17 de julho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0437/13

PORTARIA nº 0437/13

Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011, e à vista do que consta na Comunicação Interna recebida do Departamento Pessoal datada de 17/07/2013.

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento à servidora JUSTINA INES FRUET DE LIMA, Assistente Social, da referência "L" para a referência "M" a partir de 1º de janeiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro 2013.

Videira, 18 de julho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0438/13

PORTARIA nº 0438/13
Revoga a Portaria nº 0485/12

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, e a vista do que consta no Parecer Jurídico nº 261/13, bem como na Comunicação Interna do Departamento Pessoal datada de 17/07/13 e constante no Processo Administrativo nº 4915/12,

RESOLVE

Revogar, a Portaria nº 0485/13, que converteu, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, a NEIDIR DAMBROSO, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de julho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0439/13

PORTARIA nº 0439/13
Concede Promoção por Merecimento

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 38, inciso I da Lei Complementar nº 118/2011, de 21 de dezembro de 2011.

RESOLVE

Conceder Promoção por Merecimento, à servidora NEIDIR DAMBROSO, Auxiliar de Enfermagem, da referência "N" para a referência "O", a partir de 1º de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2013.

Videira, 18 de julho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de julho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Notificação por Edital - PR 07-2013Fms - Clínica Médica Meira Ltda

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente edital, fica notificada a empresa Clínica Médica Meira Ltda, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 11.241.688/0001-18, estabelecida em local ignorado, não tendo sido encontrada no endereço informado e à Rua Arnoldo Frey, 275, Sala 2, Centro, na cidade de Fraiburgo/SC, de que tem o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da presente publicação, para apresentar defesa por descumprimento do Contrato de Prestação de Serviços nº 43/2013, referente processo licitatório Pregão Presencial nº 07/2013-FMS. Em razão de ter sido frustrada a notificação via postal, por mudança de endereço atestada pelos Correios, é feita a notificação pelo presente edital, e que a não apresentação da defesa no prazo supramencionado ensejará a aplicação das sanções legais cabíveis.

Videira, 19 de julho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Xavantina

PREFEITURA

Decreto 105/2013

DECRETO Nº 105/2013
HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013 DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA, SC.

MAURO JUNES POLETTI, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, nos termos do Edital de Concurso Público nº 001/2013, do Município de Xavantina, Estado de Santa Catarina;

Considerando as inscrições do Concurso Público nº 001/2013;

Considerando o esgotamento do prazo estabelecido para a interposição de recursos em face da homologação preliminar das inscrições;

Considerando as solicitações de correção ou de alterações, conforme previsto no subitem "3.5" e suas subdivisões, do Edital nº 001, que disciplina este Concurso Público;

Considerando as demais disposições do Edital nº 001, que regulamentam o Concurso Público nº 001/2013;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições dos candidatos inscritos para no Concurso Público Nº 001/2013, do Município de Xavantina, SC, as quais preenchem os requisitos exigidos, aos seguintes funções/cargos:

I – Concorrência Geral – CG

Identificação do Cargo		Nº Vagas
AGENTE DE ATIVIDADES GERAIS		02
Identificação do Candidato		
Nº Insc.	Nome	Condição da Inscrição
387	PASSARELLO	Homologada



344	EDIMAR SEGHE-TO	Homologada
294	ELEANDRO TA-LASKA	Homologada
252	GESSICA SCALCO	Homologada
268	GILVIAN GARBINI	Homologada
108	IVANIR TERE-SINHA GROLLI DELLAZZARI	Homologada
343	JOCIANE SALETE PERONDI CÂMERA	Homologada
196	JOSELAINE SCHIMIDT	Homologada
398	MARLI NATALINA MOLOSSI SPAGNOL	Homologada
2	RODRIGO PAES	Homologada

Identificação do Cargo		Nº Vagas
MERENDEIRA		02
Identificação do Candidato		
Nº Insc.	Nome	Condição da Inscrição
193	ILISETE TEREZINHA ALTENHOFEN GIARETTA	Homologada
367	JUCIANE FÁTIMA MORETTO	Homologada
164	KATIANE MARAFON BERTAN	Homologada
214	LENAIR CLAUDETE GOLDONI BERGAMIN	Homologada
110	MARIELI CENCI MOLOZZI	Homologada
295	NILVA ELAINE KRUGER	Homologada
227	ROSILEI FATIMA JUNGES BIFFI	Homologada
232	ZELECI MARIA FASOLO BICIGO	Homologada

Identificação do Cargo		Nº Vagas
MOTORISTA		02
Identificação do Candidato		
Nº Insc.	Nome	Condição da Inscrição
58	ACACIO MOLOZZI	Homologada
293	ALEXANDRE KOSIENSKI	Homologada
190	CLAIR MENIN	Homologada
371	DILSO FERRAZZO	Homologada
130	ERIVALDO BARAZETTI	Homologada
148	GEOVANI SIQUEIRA	Homologada
267	MOISES SOARES DOS SANTOS	Homologada
309	OSEAS CASO-NATTO	Homologada
149	PAULO JOCELI DE JESUS NAISSINGER	Homologada
127	PEDRO PAULO DOS SANTOS	Homologada

174	SILVANO MACHADO	Homologada
Identificação do Cargo		Nº Vagas
MECÂNICO		01
Identificação do Candidato		
Nº Insc.	Nome	Condição da Inscrição
370	ANDERSON JUAN BACH	Homologada
85	CRISTIANO GASPERIN DA CAMPO	Homologada
207	DEOCLECIO SANTORUM	Homologada
152	EDSON CAMARGO DA SILVA	Homologada
291	JOCIMAR BONETI	Homologada
131	RAFAEL NARDINO	Homologada
40	RAQUIEL BURATTI	Homologada

Identificação do Cargo		Nº Vagas
AUXILIAR DE MECÂNICO		01
Identificação do Candidato		
Nº Insc.	Nome	Condição da Inscrição
156	DANIMAR CENCI	Homologada
345	ENIO BERTAN	Homologada
352	GERSON ALISSON SIPP	Homologada
121	JOAO HENRIQUE FIORESE	Homologada
296	RIQUELMO CANDIOTTO	Homologada
46	ROBERTO CARLOS TARTARO	Homologada

Identificação do Cargo		Nº Vagas
AUXILIAR DE ODONTÓLOGO		01
Identificação do Candidato		
Nº Insc.	Nome	Condição da Inscrição
254	ALEXSANDRA BABINSKI	Homologada
162	CLEUSA ANA POLLI NARDINO	Homologada
49	CRISLAINE CRISTINA PRADELLA	Homologada
317	DAIANE NARDINO	Homologada
251	DANIELA MIRANDOLLI	Homologada
12	DANIELA REGINA LOMBARDI	Homologada
334	GRACIELE DA SILVA CRACCO	Homologada
228	JANETE DASILVA	Homologada
408	LUCIANO FESTINALLI SENA	Homologada
263	MAURICIO RAMOS RIGOTTI	Homologada
33	PATRICIA MORAES DE SOUSA	Homologada
333	REGINA MARIA BETIATTO FOREST	Homologada
421	ROBMARA GRACIELE VIEIRA	Homologada

219	SIDIANE SANDRIN	Homologada
335	SILVANA DE OLIVEIRA MACHADO	Homologada

Identificação do Cargo	Nº Vagas
TÉCNICO AGROPECUÁRIO	01

Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
377	ADEMIR GAIKI	Homologada
25	DAVID GALUPPO	Homologada
337	ELIZANDRO LUCAS BARRIO-NUEVO	Homologada
353	EVERTON KERN	Homologada
348	EZEQUIEL GIARETTA	Homologada
6	FABIANO BIONDO	Homologada
194	GERSON RODRIGO FUCHINA	Homologada
133	JEAN PAULO CAUS	Homologada
320	JEFERSON CASAROTTO	Homologada
285	JHONATAN TOCHETTO DE CESARO	Homologada
186	JONY JOSE CASTANHA	Homologada
116	JORGE GUSTAVO BENETTI	Homologada
418	LUCAS ELENO POLLI	Homologada
318	LUCAS GANDOLFI	Homologada
34	MARLON CELSO HOFF	Homologada
364	NATALINO BEATIATTO	Homologada
241	SILVOMAR DECEZARE	Homologada
213	TIAGO BORDIGNON	Homologada

Identificação do Cargo	Nº Vagas
FONOAUDIÓLOGO	01

Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
73	CELMO MOTA PEREIRA	Homologada
419	MARCELE REJANE CORREA	Homologada

Identificação do Cargo	Nº Vagas
NUTRICIONISTA (20 h/s)	01

Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
338	BÁRBARA SCHERNER	Homologada
32	CHEILAINE TONIELO	Homologada
257	CRISTINA INES SCHMITZ	Homologada
302	DENISE SOARES DE CAMARGO	Homologada

211	ELIONE TONINI	Homologada
189	FRANCIELI BAPTISTA	Homologada
102	FRANCIELLY FERNANDES DE SOUZA	Homologada
36	GLADIS DAIANA PETZINGER	Homologada
269	IZABELLA TOZZO FALCHETTI	Homologada
86	LILIAN BRUSAMARELLO	Homologada
404	LUCIANE NUNES MAGALHÃES	Homologada
48	LUCINEIA BERTAN	Homologada
239	MARIANI GABRIELA MARTINS	Homologada
347	MARINA FANTIN	Homologada
37	MAYARA FAVERO BIFFI	Homologada
369	RAFAELA BRANDELERO	Homologada
240	SAMARA LUANA DAVI	Homologada
297	SCHEILA LORENZETTI	Homologada
313	SILVIA MARIA GHENO	Homologada
388	SIMRA ROSSI	Homologada
111	SOLANGE MARINA MARTINI	Homologada
55	SUZANE EVELIN PROVENSI	Homologada

Identificação do Cargo	Nº Vagas
NUTRICIONISTA (25 h/s)	01

Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
42	BRUNA BELLINI	Homologada
235	DÉBORA DEMARTINI	Homologada
270	GRACIANE LAZZARETTI PIRAN	Homologada
286	JANAINA VEIGA SILVA	Homologada
51	JÉSSICA ZANCHETTA	Homologada
323	JULIA CRISTINA PINHEIRO	Homologada
99	JULIANA CANTON	Homologada
374	LORENA CAMARGOS BARROZO WENTZ	Homologada
376	MAISA PILONETTO PARIZOTTO	Homologada
246	MARINA SPEROTTO	Homologada
406	MARLISE IESBIK	Homologada
128	MIRELLA BOLLIS	Homologada
358	MONIKE ANGELICA CARRERE DA SILVEIRA	Homologada

289	NADIÉGE MO-ROSKOSKI LEHR	Homologada
278	NIVIA SCHNEIDER KRAUSE	Homologada
163	ROSANGELA MARIA MENEGUSSI	Homologada
119	TALITA CAMILA ORTOLAN	Homologada
5	TAMARA ROCHA RAUBER	Homologada
69	VANESSA CÍNTIA WERMEIER	Homologada

Identificação do Cargo		Nº Vagas
FISCAL MUNICIPAL		01
Identificação do Candidato		
Nº Insc.	Nome	Condição da Inscrição
221	ALTAIR DE PARIS	Homologada
166	CAMILA GARBIN SANDI	Homologada
275	CÁSSIA CAON	Homologada
120	CASSIANE DEZEM	Homologada
230	CELINE CRISTINA LODI	Homologada
24	CRISTIANE JOANA GANDOLFI TONELLO	Homologada
381	DALTRO DAMIÃO KROMBAUER	Homologada
104	EDINÉIA BRINGHENTI	Homologada
77	EDUARDO SCARIOT	Homologada
161	FERNANDO FIORAVANTE MENEGHINI	Homologada
372	GIOVANI DIEGO NIEDERLE	Homologada
217	JANIO SADI KULBA JUNIOR	Homologada
282	JARBAS ROSSATTO	Homologada
394	JULCIMAR SCUSSEL	Homologada
342	LUCIANE TREVISAN	Homologada
380	MAICON NARDI	Homologada
284	MAIRA LUCIA ALTENHOFEN	Homologada
153	RAQUEL ZANANDREA	Homologada
368	VANESSA MÜTZEMBERG	Homologada

Identificação do Cargo		Nº Vagas
MÉDICO VETERINÁRIO		01
Identificação do Candidato		
Nº Insc.	Nome	Condição da Inscrição
71	ADRIANO FERNANDES RAPOSO	Homologada
3	BRUNA BENDER PRANDO	Homologada
38	CARLOS ALBERTO GONÇALVES JUNIOR	Homologada

314	CESAR AUGUSTO FIORIN	Homologada
129	CRISTIANE BIRCK	Homologada
410	DANIEL COAN	Homologada
13	DANIEL SOMENSI	Homologada
179	DIOGO RODRIGO FRONCHETTI	Homologada
255	FABIANO SAMUEL BALISTIERI	Homologada
222	FABRICIO MARIANI	Homologada
157	FLÁVIO RIVALDO RYBU	Homologada
191	FRANCIELE ROSADO VIERO NEIMAER	Homologada
413	FRANCISCO ASSIS NASCIMENTO NETO	Homologada
391	GABRIELE LUNELLI	Homologada
351	GIAN CARLO SEGANFREDO	Homologada
339	GIANCARLO MANFRIN	Homologada
9	GISLAINE DE FÁTIMA CARVALHO	Homologada
397	GLÁUCIA BRAVO GONÇALVES	Homologada
244	KARINE ADRIA PIETRICOSKI	Homologada
229	LUCAS CAON	Homologada
206	LUCIANE WICKERT	Homologada
113	MAICON ANTONIO CHIOSSI	Homologada
170	MARCIO JOSCLEI CZERWINSKI	Homologada
327	MARIANA BENNETTI	Homologada
390	MARKELI FORESTER GOSCH	Homologada
281	MARLINE POZZA	Homologada
250	MICAEL MIGNONI	Homologada
304	PATRICK FERNANDO PELIZZA	Homologada
258	RAFAEL ANTONIO BRANDELERO	Homologada
249	RAFAEL EDGAR LA FLOR HOMRICH	Homologada
248	REGIS DAMIÃO SCARAMUSSA	Homologada
201	RENAN JOSE MARIN	Homologada
169	ROBERTO AGUILAR MACHADO SANTOS SILVA	Homologada
382	ROSANGELA PAULA GORLIN	Homologada
202	TALITA VIEIRA	Homologada
247	THIAGO DANDOLINI KERNE	Homologada
330	TIAGO BIFFI	Homologada

173	WILLIAN RENAN DE CARVALHO	Homologada
-----	---------------------------	------------

Identificação do Cargo	Nº Vagas
PSICÓLOGO	01

Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
135	ADILMIA MALA-CARNE	Homologada
340	ADRIEZEJAMILE DA ROSA	Homologada
112	ALINE APARECIDA CAMPIGOTTO	Homologada
223	ALINE BEDIN	Homologada
14	ALVAIR ALVES	Homologada
279	ANA MARIA ZANCHET	Homologada
298	ANDRE HENRIQUE BONIATI	Homologada
266	ANDRIEL PEREIRA DA SILVA	Homologada
26	ANE CAROLINE DE OLIVEIRA DA LUZ	Homologada
299	ÂNGELA GOSE-NHEIMER KROMBAUER	Homologada
20	BRUNA MELÂNIA VICENSI RIO BRANCO	Homologada
106	CATIANE APARECIDA POLLI	Homologada
50	CATIELI PALUDO	Homologada
356	CIRLENE FILISBINO DOS ANJOS	Homologada
306	DANIELA FERNANDA SCHOTT	Homologada
218	DARC ANTONIO KOLAKOWSKI	Homologada
237	DÉBORA SPAGNOL	Homologada
393	EDINÉIA ANIECEVSKI	Homologada
310	ELISA FATIMA MAGISTRALI	Homologada
92	FRANCINE MARIA MORES	Homologada
389	GLAUCIA APARECIDA LOURENÇO	Homologada
187	GRASIELA LUIZA DORIGONI	Homologada
409	IRIA BIASIBETTI MAROSO	Homologada
359	IZABEL CRISTINA PALUDO OLDONI	Homologada
373	JANETE ROSSI RIBEIRO	Homologada
303	JÉSSICA PAULA PINSETTA	Homologada
346	JORDANE FÁTIMA FABRIN	Homologada
280	JOSIANE GRANOSKI	Homologada
375	JUCIANE DOS SANTOS LOPES	Homologada

199	KARINE VALCARI-MGHI	Homologada
197	LEDA MARIA BIANCHIN	Homologada
396	LEIZA MOKWA	Homologada
405	LISIANE MABEL KLAUCK	Homologada
31	MAIANA ROSSI	Homologada
325	MAIARA MARIA ZANELLA	Homologada
103	MAIARA SCHWANKE	Homologada
253	MARCELO RAZERA	Homologada
165	MARCIANA CALEGARI	Homologada
328	NADJARA CONINCK DE SOUZA	Homologada
265	PATRÍCIA PÉREGO RAMOS	Homologada
176	PATRÍCIA REGINA OLBERMANN	Homologada
44	SANDY CARLA PILATTI	Homologada
319	TALITA ZANFERARI	Homologada
242	TAMARA CARINA OLKOWSKI	Homologada
109	VIVIANE MARTINELLO	Homologada
350	VIVIANE NARDI	Homologada

Identificação do Cargo		Nº Vagas
ODONTÓLOGO		01
Identificação do Candidato		Condição da Inscrição
Nº Insc.	Nome	
16	ANA CAROLINA MASCARELLO VIEIRA	Homologada
21	ANDERSON DA SILVA BRITES	Homologada
70	BRUNA CANTON	Homologada
184	BRUNA ROTAVA PEROTTONI	Homologada
81	CAMILA POHL-MANN	Homologada
142	CAROLINE DORNELES	Homologada
312	CAROLINE GRIGOLO	Homologada
420	DÉBORA FELINI	Homologada
392	EDUARDO BRESOLIN DE ALMEIDA	Homologada
167	EVERTON SANTOS FERREIRA	Homologada
360	FABIULA GEHLEN	Homologada
23	FERNANDA ABRAHÃO BASSO	Homologada
395	FERNANDA TRENTA	Homologada
124	FRANCIELE CRISTINA TONET	Homologada

192	FREDERICO OTTONI BRAGA BARREIRO	Homologada
205	GLÁUCIA LAÍS STRASSBURGER	Homologada
65	GRASIELE MIOTTO MAZON	Homologada
402	GREICY KELLY SANTIN	Homologada
315	JEAN CARLOS DARGORT CANELLO	Homologada
355	JOANA TECHIO	Homologada
39	MARIELEN MAIARA BONAN TESTA	Homologada
383	MARINA MORENA FARINA NUNCIO	Homologada
415	NAIARA CARLA PENTEADO	Homologada
349	NATANY CRISTINA FABRIS	Homologada
326	NATHAN MAGNANI	Homologada
100	PATRICIA CARLA BREDI	Homologada
354	PATRÍCIA SOARES BORGES	Homologada
321	PRICYLLA HAGEMANN	Homologada
225	RENATA GRANDO	Homologada
399	RENATA MARQUES DA SILVA	Homologada
329	RENES AUGUSTO PARIZOTTO	Homologada
154	ROBERTA KATREIN DA COSTA	Homologada
233	ROGER LUFT	Homologada
22	SAMARA TESSARO BALSAN	Homologada
96	SHEILA FRACASSO	Homologada
27	VÍTOR CORRÊA DA ROSA	Homologada

Identificação do Cargo		Nº Vagas
MÉDICO		02
Identificação do Candidato		
Nº Insc.	Nome	Condição da Inscrição
122	CARLOS ALBERTO BARBIERI	Homologada
115	DAMIÃO JULIÃO MOREIRA	Homologada
11	EDUARDO DE JESUS ALBERTO BRAVO	Homologada
185	KELLEN MARQUES SAN MARTINS	Homologada
79	MARCIO IVAN DE OLIVEIRA GONZALVES	Homologada
138	RAFAEL TULIO PIAI	Homologada

Identificação do Cargo	Nº Vagas
------------------------	----------

PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL		03
Identificação do Candidato		
Nº Insc.	Nome	Condição da Inscrição
143	ADRIANE DANNE-NHAUER	Homologada
140	ARACELI BARONI	Homologada
362	DANIELA GOMES	Homologada
292	DANIELA SOLANGE RIBEIROS	Homologada
146	IVONETE TEREZINHA VIVAN	Homologada
307	LEONILDE MARIA GEREMIA GANDOLFI	Homologada
322	MARLENE DA SILVA	Homologada
29	MICHELE GONÇALVES MARTINI	Homologada
365	PATRICIA MOTERLE	Homologada
341	ROSANA DE FÁTIMA DA SILVA TONIOLLI	Homologada
82	SAIONARA CRISTINA BRAIER	Homologada
290	SILVANA MACHADO BONETI	Homologada
331	SUÉLEN CRISTINA DOS SANTOS	Homologada

Identificação do Cargo		Nº Vagas
PROFESSOR – ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL		02
Identificação do Candidato		
Nº Insc.	Nome	Condição da Inscrição
68	CLEIDE SEGHE-TO	Homologada
311	DILCE TEREZINHA BERGAMIN BENCK	Homologada
117	JOANE CAMILA SCHIAVINI NICODEM	Homologada
84	KATIANE TAÍS TOFFOLI	Homologada
136	RAQUEL COSMANN	Homologada
200	SILVANIA RABAIOLI CANESSO	Homologada

Identificação do Cargo		Nº Vagas
PROFESSOR DE ARTES		01
Identificação do Candidato		
Nº Insc.	Nome	Condição da Inscrição
141	CRISTIANE DUTKEWICZ	Homologada
336	ELONEIDE REGINA CHIOSSI	Homologada
272	KELIN MARI MARTINI	Homologada
236	LILIANE CAROLINE DE OLIVEIRA	Homologada

Identificação do Cargo	Nº Vagas
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	02

Identificação do Candidato		
Nº Insc.	Nome	Condição da Inscrição
300	CARINE FAZOLO	Homologada
283	CARLA CRISTINA CAROLLO	Homologada
234	FABIANA MARIA DOS SANTOS	Homologada
134	JOICE CRISTINA MARAFON	Homologada
198	KERLEY BRANDE- LERO KIPPER	Homologada
145	LORIVANDA TES- TA CAMERA	Homologada
7	REGINA MIRIAM HOCH	Homologada
151	SIMONE BICIGO	Homologada
132	THAIS LUANA TRIACA	Homologada

Identificação do Cargo		Nº Vagas
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS		01
Identificação do Candidato		
Nº Insc.	Nome	Condição da Inscrição
305	ANDRÉIA MUSKP MATEUS HOCH	Homologada
212	DAIANE GUSATTO	Homologada
231	ISAURA DANIELA NADALETI LUSSI	Homologada
78	MAITE APARECI- DA BICIGO LUSSI	Homologada
357	SHEILA WILCK DA VEIGA	Homologada

II – Portadores de Necessidades Especiais – PNE:

Identificação do Cargo		Nº Vagas
AGENTE DE ATIVIDADES GERAIS		01
Identificação do Candidato		
Nº Insc.	Nome	Condição da Inscrição
226	JOVANE CENCI FORMAGINI	Homologada

Identificação do Cargo		Nº Vagas
MERENDEIRA		01
Identificação do Candidato		
Nº Insc.	Nome	Condição da Inscrição
-	Não houve inscri- tos na condição de PNE.	-

Identificação do Cargo		Nº Vagas
PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL		01
Identificação do Candidato		
Nº Insc.	Nome	Condição da Inscrição
-	Não houve inscri- tos na condição de PNE.	-

Identificação do Cargo		Nº Vagas
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA		01
Identificação do Candidato		
Nº Insc.	Nome	Condição da Inscrição
-	Não houve inscri- tos na condição de PNE.	-

Art. 2º Foram homologadas 301 (trezentas e uma) inscrições, as quais preenchem os requisitos constantes no Edital do Concurso Público Nº 001/2013 da Prefeitura Municipal de Xavantina - (SC).

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 18 de julho de 2013.

MAURO JUNES POLETTTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

ARLINE CAON

Diretor(a)

Contrato 010/2013 - FMS

Contratado: R\$ 11.714,45 (onze mil, setecentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos).

Número do Contrato ou Aditivo: 010/2013 - FMS

Objeto: prestar serviços mensais, sem limite, de exames de ultra-sonografia para pessoas residentes no Município de Xavantina, conforme especificações constantes no Anexo "C", do edital.

Data da Assinatura: 14/05/2013

Vigência: 31/12/2013

Valor: R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais). Forma de Paga- mento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

Contrato 011/2013 - FMS

Contratado: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO LUCAS

Número do Contrato ou Aditivo: 011/2013 - FMS

Objeto: serviço de Prestadores de Serviços de Saúde, para proce- dimentos/cirurgias aos pacientes do município de Xavantina, nos termos do Edital de Credenciamento nº 01/2013.

Data da Assinatura: 16/05/2013

Vigência: 31/12/2013

Valor: Item 01: R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais). Item nº 02: R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais). Item nº 03: R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais). Item nº 04: R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais). Item nº 05: 3.000,00 (três mil re- ais). Item nº 06: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais). Item nº 07: R\$ 2.550,00 (dois mil quinhentos e cinquenta reais). Item nº 08: R\$ 2.650,00 (dois mil seiscentos e cinquenta reais). Item nº 09: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais). Item nº 10: R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais). Item nº 11: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais). Item nº 12: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais). Item nº 13: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais). Item nº 14: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais). Item nº 15: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), que corresponde ao teto re- passado pelo Fundo Municipal de Saúde.

Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

Contrato 012/2013 - FMS

Contratado: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO LUCAS

Número do Contrato ou Aditivo: 012/2013 - FMS

Objeto: Pela execução dos serviços previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor equivalente a até 100% (cem por cento), do previsto na Tabela de Valores para Credenciamento - FMS.

A definição do valor a ser pago pelo serviço do subitem 4.1 levará em consideração os seguintes critérios:

A CONTRATANTE poderá pagar até 60% (sessenta por cento) do

valor independente de estudo socioeconômico;
De 61% (sessenta e um por cento) a 100% (cem por cento) será pago pela CONTRATANTE com base no definido em estudo socioeconômico;
Existindo diferença entre o valor pago pela CONTRATANTE e o definido no Item 4.1.1, esta diferença será paga a CONTRATADA diretamente pelo paciente.
Data da Assinatura: 16 de maio de 2013
Vigência: 31 de dezembro de 2013
Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

Contrato 013/2013 - FMS

Contratado: LUIZ ANTONIO CENTENARO - ME,
Número do Contrato ou Aditivo: 013/2013 - FMS

Objeto: contratação de empresa especializada, mediante a aquisição de peças e fornecimento de mão de obra, para realização de conserto/reparo no veículo Ducato Multi, Placa MGD 2599, de acordo com sua proposta comercial e de acordo com as condições expressas neste Contrato e no Pregão Presencial nº 05/2013 - FMSX.

Data da Assinatura: 16 de julho de 2013
Vigência: O presente Contrato terá vigência até o final da vigência da garantia, do objeto licitado contados da data de liquidação da nota fiscal
Valor: R\$ 3.810,00 (três mil, oitocentos e dez reais). Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

Contrato 014/2013 - FMS

Contratado: CLÍNICA MÉDICA GMMCOP S/S
Número do Contrato ou Aditivo: 014/2013 - FMS

Objeto: realizar consultas ginecológicas e obstétricas.
Data da Assinatura: 17 de julho de 2013
Vigência: 31 de dezembro de 2013
Valor: R\$ 80,00 (oitenta reais) por consulta limitando a 40 (quarenta) consultas por mês. Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

Contrato 09/2013 - FMS

Contratado: SUL IMAGEM PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICOS EIRELI
Número do Contrato ou Aditivo: 009/2013 - FMS

Objeto: entregar os materiais radiográficos constantes no(s) item (ns) nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08 de sua Proposta Comercial.
Data da Assinatura: 09/05/2013
Vigência: 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.
Valor: R\$ 11.714,45 (onze mil, setecentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos). Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

Contrato 094/2013

Contratado: SABER INFORMÁTICA LTDA
Número do Contrato ou Aditivo: 94/2013

Objeto: Prestação de serviço de conectividade IP Dedicado à rede internet mundial, suportando aplicações TCP/IP com velocidade de 10 Mbps, para as unidades da Prefeitura de Xavantina, Fundo Municipal de Saúde e escolas municipais
Data da Assinatura: 24 de maio de 2013
Vigência: 31 de dezembro de 2013

Valor: valor mensal de R\$ 1.850,00 (um mil, oitocentos e cinquenta reais) Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

Contrato 095/2013

Contratado: JOSÉ FRANCISCO NARDINO - ME
Número do Contrato ou Aditivo: 095/2013

Objeto: fornecer peças genuínas e prestação de serviços para conserto dois caminhões sendo um Mercedes Benz 1621, placa LZR-5321 e um Mercedes Benz 2217, placa MAM-6009, ambos pertencentes à frota do Departamento de Transportes deste Município.
Data da Assinatura: 11 de junho de 2013
Vigência: 31 de dezembro de 2013
Valor: R\$ 17.919,23 (dezesete mil, novecentos e dezenove reais e vinte e três centavos).
Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

Contrato 096/2013

Contratado: DALMASS COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA
Número do Contrato ou Aditivo: 096/2013

Objeto: fornecer peças genuínas e prestação de serviços para conserto do Trator de Esteiras Komatsu D50 Série B-4516 ano 1985, pertencente à frota do Departamento de Transportes.
Data da Assinatura: 24 de junho de 2013
Vigência: 31 de dezembro
Valor: R\$ 78.400,00 (setenta e oito mil e quatrocentos reais) Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

Contrato 097/2013

Contratado: MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA,
Número do Contrato ou Aditivo: 097/2013

Objeto: fornecer peças genuínas e prestação de serviços para conserto de RETROESCAVADEIRA JCB MOD. 3C SÉRIO 1791269, pertencente à frota do Departamento de Transportes.
Data da Assinatura: 24 de junho de 2013
Vigência: 31 de dezembro de 2013
Valor: R\$ 4.520,70 (quatro mil, quinhentos e vinte reais e vinte centavos) Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

Contrato 098/2013

Contratado: PAVIMAQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS
Número do Contrato ou Aditivo: 098/2013

Objeto: fornecer peças genuínas e prestação de serviços para conserto de RETROESCAVADEIRA CASE 580 SUPER L 4X4 ANO 2006, MOTONIVELADORA CATERPILLAR 12-G ANO 1995 E TRATOR DE ESTEIRAS KOMATSU D41E-6 SERIE B20902 ANO 1998, pertencentes à frota do Departamento de Transportes.
Data da Assinatura: 24 de junho
Vigência: 31 de dezembro
Valor: R\$ 158.140,00 (cento e cinquenta e oito mil, cento e quarenta reais) referentes ao LOTE 03, LOTE 04 e LOTE 05 do processo licitatório 47/2013.
Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

Contrato 099/2013

Contratado: ROHRBECK ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA - ME

Número do Contrato ou Aditivo: 099/2013

Objeto: prestação de serviços de consultoria municipal, para fins de captação de recursos, acompanhamento e assessoria nos processos e projetos de interesse municipal em nível Federal em Brasília-DF.

Data da Assinatura: 26 de junho de 2013

Vigência: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) em seis parcelas mensais. Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

Contrato 100/2013

Contratado: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

Número do Contrato ou Aditivo: 100/2013

Objeto: aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, para alunos da rede de educação fundamental e infantil, verba FNDE/PNAE, de julho a dezembro de 2013, descritos nos itens nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 20, 21 e 22, todos de acordo com a chamada pública N.º 01/2013, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

Data da Assinatura: 27 de junho de 2013

Vigência: 30 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 26.282,80 (vinte e seis mil, duzentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos). Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

Contrato 101/2013

Contratado: IRMÃOS BENETI LTDA EPP

Número do Contrato ou Aditivo: 101/2013

Objeto: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para reconstrução de ponte em concreto pré-moldado sobre o Lajeado Siqueira na Localidade de Linha Alto Irani, conforme projeto básico constante no Anexo "E" do Edital da Tomada de Preços nº 01/2013 - PMXV, que a este dá causa.

Data da Assinatura: 02 de julho de 2013

Vigência: 120 (cento e vinte) dias consecutivos contados da data de assinatura.

Valor: R\$ 26.928,21 (Vinte e seis mil, novecentos e vinte e oito reais e vinte e um centavos), sendo R\$ 22.619,70 (vinte e dois mil, seiscentos e dezenove reais e setenta centavos) o valor total correspondente aos materiais e R\$ 4.308,51 (quatro mil, trezentos e oito reais e cinquenta e um centavos) o valor total correspondente à mão de obra, empregados na sua execução.

Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

Contrato 102/2013

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA,

Número do Contrato ou Aditivo: 102/2013

Objeto: prestação de serviços para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública para todos os Departamentos, incluindo o Fundo Municipal de Saúde.

Data da Assinatura: 03 de julho de 2013

Vigência: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 43.137,00 (quarenta e três mil, cento e trinta e sete reais) sendo que os serviços serão prestados conforme Autorização de Fornecimento Emitida pelo Município de Xavantina e pelo

Fundo Municipal de Saúde de Xavantina.

Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

Contrato 103/2013

Contratado: RÁDIO BELOS MONTES DE SEARA LTDA EPP

Número do Contrato ou Aditivo: 103/2013 - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2012, de 02 de janeiro de 2012

Objeto: fica ampliado 173 (cento e setenta e três) minutos para divulgação, cobertura e transmissões de todas as atividades esportivas do Município no decorrer do ano de 2013, ficando acrescido no valor total do contrato, correspondendo a 11,18% da quantidade total de minutos do contrato inicial.

Data da Assinatura: 09 de julho de 2013

Vigência: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 3.307,76 (três mil trezentos e sete reais e setenta e seis centavos) Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

Contrato 104/2013

Contratado: JOSÉ FRANCISCO NARDINO - ME

Número do Contrato ou Aditivo: 104/2013

Objeto: fornecer peças genuínas e prestação de serviços para conserto de caminhão Ford Cargo 1722, placas MDN-5772, pertencente à frota do Departamento de Transportes.

Data da Assinatura: 10 de julho de 2013

Vigência: 31 de dezembro de 2013

Valor: R\$ 5.538,27 (cinco mil, quinhentos e trinta e oito reais e vinte e sete centavos). Forma de Pagamento: Em até 05 dias após a emissão da Nota Fiscal.

Consórcios

ARIS

Edital de Convocação do Conselho de Regulação Nº 06/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2013

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Gilberto Valente Canali, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, § 3º do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 1º de agosto de 2013, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 1º de agosto de 2013

Horário: Início às 13h30

Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

- 1) Leitura e aprovação da ata da última reunião realizada;
- 2) Relatório de Ouvidoria;
- 3) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação;
- 4) Apresentação do relatório da participação da ARIS na missão à

Escandinávia promovida pela ALESC;
5) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 17 de julho de 2013.
GILBERTO VALENTE CANALI
Presidente do Conselho de Regulação da ARIS

CIDEMA

Extrato de Contrato

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 02/2013
CONTATANTE: Consórcio Intermunicipal de Desenv. Econ. Social e Meio Amb. - CIDEMA
CONTATADA: Dismacenter Suprimentos para Informática Ltda

OBJETO: 5 Mesas em L, Dismacenter; 10 Cadeiras Giratórias, Enjoy; 4 Arquivos de aço, RCH
VALOR: R\$ 5.455,00
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 01/2013, Pregão Eletrônico
PROJETO: Estruturação do CIDEMA para adesão ao SUASA

CIS/AMARP

Resolução Nº 08/2013-CPL

Resolução nº. 08/2013-CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos,

Homologa o Credenciamento de ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA-AFSC, CNPJ 17.757.127/0001-52, situada em Rua João Marques Vieira, 975, Fraiburgo - SC, em conformidade com o edital 03/2010 para Credenciamentos de Serviços Médicos-Exames Diagnósticos e Consultas Especializadas.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 19 de julho de 2013.
VERA MATHEUS DE CASTRO
Presidente Comissão Permanente de Licitação CIS-AMARP

Resolução Nº 21/2013

Resolução nº 21/2013

Euzebio Calisto Viecei, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Credenciados os Prestadores de Serviços Médicos (Exames Diagnósticos e Consultas Especializadas), em

conformidade com o edital 01/2010, o prestador a seguir:

ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA-AFSC, CNPJ 11.757.127/0001-52, situada na Avenida João Marques Vieira- Fraiburgo-SC, em conformidade com o edital 01/2010 para Credenciamento de Serviços Especializados em Consultas pré-cirúrgicas, consultas pré-anestésicas, consultas pós-cirúrgicas, e de exames diagnósticos na especialidade de Radiologia RX e Ultrassonografia, Termo de Credenciamento nº 63/2013.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 19 de julho de 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Presidente CIS-AMARP

CISAMA

Contrato Adminsitrativo

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2013 DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, MEIO AMBIENTE, ATENÇÃO À SANIDADE DOS PRODUTOS DE ORIGEM AGROPECUÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR DA SERRA CATARINENSE - CISAMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 11.173.405/0001-48, estabelecido na cidade de Lages-SC, à Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 112, Centro, CEP 88.501.050, neste ato representada por seu presidente, Sr. ADEMAR DE BONA SARTOR, portador do CPF nº 295.870.009-78, RG nº 147.919-9, Prefeito Municipal de Rio Rufino.

CONTRATADA: Carolina Gemelli Carneiro, brasileira, estado civil solteira, engenheiro sanitaria, RG nº 3.919.237-7, CPF nº 050.618.839-69, com endereço Rua Vidal de Negreiros, 62, Bairro Universitário, Lages SC.

Têm justo e contratado na melhor forma de direito e, de acordo com a Resolução nº 03/2012, observadas as normas de direito público e de direito administrativo, o que mutuamente aceitam e outorgam, mediante as seguintes cláusulas essenciais e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente contratação é a prestação de serviço na função de ENGENHEIRO SANITARISTA, a ser desempenhada junto ao CISAMA, com carga horária de 40h. semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

A CONTRATADA receberá, mensalmente, a quantia de R\$ 3.024,40 (três mil e vinte e quatro reais e quarenta centavos), a ser pago até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CRÉDITO DAS DESPESAS

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do item o nº. - CISAMA 3.1.7.11.00.00.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente contrato tem início na data de sua assinatura e vigorará até 26 de junho de 2014.

4.2 Havendo interesse por parte do CISAMA em dar continuidade aos trabalhos, possível a prorrogação atingir o prazo máximo total

de 02 (dois) anos, conforme art. 6º, da Resolução 03/2012.

CLAUSULA QUINTA - DA JUSTIFICATIVA

O presente contrato destina-se ao preenchimento de cargos essenciais ao funcionamento do CISAMA até a realização do concurso público para provimento do quadro efetivo de pessoal, conforme autoriza o inciso VII, do art. 2º, da Resolução 03/2012.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2 Constitui causa de rescisão do contrato, qualquer forma de infração disciplinar cometida por parte da CONTRATADA, devendo suposta infração ser apurada mediante sindicância, nos termos do art. 8º da Resolução 03/2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da cidade de Lages - SC, para dirimir toda e qualquer questão oriunda do presente instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas, contratadas e cientes de todas as cláusulas do contrato assinam as partes o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, na presença das testemunhas.

Lages/SC, 26 de julho de 2013.
ADEMAR DE BONA SARTOR
Presidente do CISAMA

CAROLINA GEMELLI CARNEIRO
Contratada

Testemunhas:

Testemunha:

Contrato Adminsitrativo

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2013 DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, MEIO AMBIENTE, ATENÇÃO À SANIDADE DOS PRODUTOS DE ORIGEM AGROPECUÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR DA SERRA CATARINENSE - CISAMA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n. 11.173.405/0001-48, estabelecido na cidade de Lages-SC, à Rua Otacílio Vieira da Costa, nº 112, Centro, CEP 88.501.050, neste ato representada por seu presidente, Sr. ADEMAR DE BONA SARTOR, portador do CPF nº 295.870.009-78, RG nº 147.919-9, Prefeito Municipal de Rio Rufino.

CONTRATADA: Valkyrie Vieira Fabre, brasileira, estado civil solteira, contadora, RG nº 2.896.383, CPF nº 015.975.299-07, com endereço Rua Nepomuceno Costa, 192, Bairro Centro, Lages SC.

Têm justo e contratado na melhor forma de direito e, de acordo com a Resolução nº 03/2012, observadas as normas de direito público e de direito administrativo, o que mutuamente aceitam e outorgam, mediante as seguintes cláusulas essenciais e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente contratação é a prestação de serviço na função de CONTADORA, a ser desempenhada junto ao CISAMA, com

carga horária de 20h. semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

A CONTRATADA receberá, mensalmente, a quantia de R\$ 2.492,18 (dois mil quatrocentos e noventa e dois reais e dezoito centavos), a ser pago até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CRÉDITO DAS DESPESAS

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do item o nº. - CISAMA 3.1.71.11.00.00

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 O presente contrato tem início na data de sua assinatura e vigorará até 28 de junho de 2014.

4.2 Havendo interesse por parte do CISAMA em dar continuidade aos trabalhos, possível a prorrogação atingir o prazo máximo total de 02 (dois) anos, conforme art. 6º, da Resolução 03/2012.

CLAUSULA QUINTA - DA JUSTIFICATIVA

O presente contrato destina-se ao preenchimento de cargos essenciais ao funcionamento do CISAMA até a realização do concurso público para provimento do quadro efetivo de pessoal, conforme autoriza o inciso VII, do art. 2º, da Resolução 03/2012.

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2 Constitui causa de rescisão do contrato, qualquer forma de infração disciplinar cometida por parte da CONTRATADA, devendo suposta infração ser apurada mediante sindicância, nos termos do art. 8º da Resolução 03/2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da cidade de Lages - SC, para dirimir toda e qualquer questão oriunda do presente instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas, contratadas e cientes de todas as cláusulas do contrato assinam as partes o presente Contrato em duas vias de igual teor e forma, para os mesmos efeitos, na presença das testemunhas.

Lages/SC, 28 de julho de 2013.
ADEMAR DE BONA SARTOR
Presidente do CISAMA

VALKYRIEVIEIRA FABRE
Contratada

Testemunhas:

Testemunha:

